

EDWIN CATAORA VIDANGOS

**MOVIMENTO SINDICAL E PROGRAMA
NEOLIBERAL PERUANO 1990-1995**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, em Agosto de 1997,
sob a orientação do Dr. Ricardo Luiz
Coltro Antunes

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
27/08/95

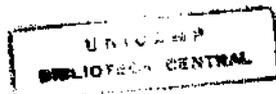
Banca

Prof.(a) Dr.(a) Edmundo Fernandes Dias. *Edmundo Fernandes Dias*

Prof.(a) Dr.(a) Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. *Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes*

Prof.(a) Dr.(a) Marcio Bilharino Naves. *Marcio Naves*

Prof.(a) Dr.(a) Angela Maria Tude de Souza.



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
T. Monicacamp	
C28m	
V. em	
34940	
281/97	
0	0
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	22/10/97
N.º CPD	

CM-00101375-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C28m

Catacora Vidangos, Edwin

Movimento sindical e programa neoliberal peruano
1990-1995 / Edwin Catacora Vidangos. - - Campinas, SP :
[s.n.], 1997.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Cam-
pinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sindicalismo - Peru. 2. Neoliberalismo. 3. Processo
político. 4. Peru - Condições sociais. I. Antunes, Ricardo
L.C. (Ricardo Luis Coltro), 1953- . II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Devo especial agradecimento ao povo brasileiro, que fez possível minha formação na prestigiada Unicamp. Essencial durante todo este processo, foi o fornecimento da bolsa pelo CNPQ, que tornou possível minha dedicação integral, caso contrario este trabalho não poderia ser encerrado no prazo estabelecido.

Agradecimentos especiais aos professores doutores Ricardo Luiz Coltro Antunes e Edmundo Fernandes Dias, pela capacidade e tolerância na avaliação e encaminhamento deste trabalho, ainda que qualquer agradecimento seja insuficiente.

Tenho uma dívida para com o corpo docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Ao professor doutor Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes, pelas criticas e sugestões durante o Exame de Qualificação, contribuindo para que o trabalho amadurecesse. Ao pessoal da secretaria da Pós Graduação, Lurdinha, Marli, e todas as pessoas que trabalham no IFCH, na biblioteca, no xerox, no cpd.

Durante o curso de Mestrado conheci pessoas muito especiais, aos colegas, Marcelo Seráfico, Pedro Roberts, Liliam Rahal, agradeço pelo apoio nas horas de desespero, pelas contribuições nas horas de discussões teóricas e amizade compartilhada nas horas agradáveis. Aos amigos, Fernando Thomas, Ruy, Jesus, Daniel.

Fora do campo acadêmico algumas pessoas também participaram diretamente neste processo, pois a eles coube a parte mais difícil deste trabalho. Tenho uma grande dívida para com minha família, que foi o combustível de motivação desta fase: devo a Martha, Yossi e Eleana, o tempo roubado da unidade familiar e à minha mãe e meus irmãos. Obrigado a todos pelo apoio.

II
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....1

CAPÍTULO I

**PROCESSO POLÍTICO ECONÔMICO E SOCIAL PERUANO NO
INÍCIO DE SÉCULO**

1.- Esboço Histórico.....11
1.1.- Organização do Movimento Sindical.....23
1.2.- O Movimento Sindical e os Partidos Políticos.....28

CAPÍTULO II

O GOVERNO MILITAR EM SUAS DUAS FASES 1968-75 e 1975-79

2.- O Governo Militar de Juan Velasco Alvarado. (1968-1975).....30
2.1.- Os Grupos Básicos de Poder.....35
2.1.1.- A Propriedade de Terra.....35
2.1.2.- Empresas do Setor Mineiro.....38
2.1.3.- Empresas do Setor Pesqueiro.....38
2.1.4.- Empresas Financeiras.....39
2.1.5.- Setor Industrial.....40
2.2.- O Movimento Sindical Durante o Governo
do General Juan Velasco Alvarado.....41
2.2.1. A Organização Sindical, seus Vínculos
Partidários e Meios de Comunicação45
2.3.- Segundo Período do Governo Militar e
o Movimento Sindical (1975-1979).....50

III

CAPÍTULO III

O RETORNO À DEMOCRACIA REPRESENTATIVA 1980-1990

3.- O Movimento Sindical Durante os Períodos Democráticos.....	59
3.1.- O Sindicalismo durante o Governo de Fernando Belaunde Terry.....	64
3.2.- Setores Econômicos Básicos.....	72
3.2.1.- Propriedade da Terra.....	72
3.2.2.- Setor Mineiro.....	74
3.2.3.- Setor Financeiro.....	75
3.2.4.- Setor Industrial.....	76
3.3.- A Rotina Política de Fernando Belaunde Terry (1980- 1985).....	78
3.4.- O Governo de Alan Garcia Perez (1985-1990).....	83
3.4.1.- O Governo de Alan Garcia Perez e o Movimento Sindical.....	86
3.4.2.- Política Trabalhista.....	87
3.4.3.- Intento de Estatização do Sistema Financeiro.....	92
3.4.4.- Conseqüências da Política Econômica e a Reação do Movimento Popular Organizado.....	95
3.4.5.- Política Agrária do Governo Aprista.....	100
3.4.6.- Situação Política durante o Governo de Alan Garcia Perez.....	102

CAPÍTULO IV

O GOVERNO DE ALBERTO FUJIMORI 1990-1995

4.- O Governo de Alberto Fujimori Fujimori.....	105
4.1.- Propostas em Disputa.....	105
4.1.1.- Propostas do Fredemo.....	106
4.1.2.- Propostas da Esquerda Unida.....	107
4.1.3.- Propostas da Esquerda Socialista.....	109
4.2.- Enfoque Neoliberal e seu Eixos.....	120
4.2.1.- O Neoliberalismo no Peru.....	128
4.2.3.- O Auto-Golpe.....	135

VI

4.3 - Execução do Programa Neoliberal no Movimento Sindical.....	145
4.3.1.- Política Trabalhista do Governo de Alberto Fujimori.....	150
4.3.2.- Estrutura e Lógica do Movimento Sindical.....	152
4.3.3.- A Atual Crise do Movimento Sindical.....	155
4.3.4.- Os Sindicatos e sua relação com os Partidos Políticos.....	160
4.3.5.- Geração de Processos de Unificação.....	161

CAPÍTULO V

A VIOLÊNCIA POLÍTICA NO PERU

5.1.- Origem e Estratégia.....	164
5.2.- Sendero Luminoso e o movimento Sindical.....	168
5.3.- Violência Política de duas Frentes.....	172
Anexo 1.....	177

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

178

Bibliografia.....

190

INTRODUÇÃO

“A história de todas as sociedades até nossos dias é a história da luta de classes.” K. Marx

O tema do presente trabalho trata da crise do movimento sindical peruano durante o período de governo do presidente Alberto Fujimori Fujimori. Para tal fim trataremos de fazer uma reconstituição histórica, partindo de uma breve análise dos governos precedentes. Nossa análise se pauta pela crítica das tendências dominantes do debate político-ideológico no que diz respeito às mudanças na organização estatal e procura traçar, ainda que de maneira incipiente, os contornos da classe movimento sindical peruano, tomando sus aspectos políticos, econômicos e sociais como constituindo uma unidade indissolúvel.

O suporte estrutural que mantém dominante a burguesia se sustenta na ofensiva do capital no âmbito da produção imediata, e ao mesmo tempo, dentro das condições criadas pela estratégia das classes dominantes que estariam conduzindo ao desmonte generalizado dos sindicatos, assim como a profunda mudança dos direitos dos trabalhadores, a privatização de empresas estatais, a privatização da previdência social entre outras, obedecendo a um modelo de acumulação capitalista.

O sindicalismo está relacionado historicamente ao movimento operário, por haver-se iniciado com as grandes lutas do proletariado industrial.

“...Estes nasceram dos esforços da classe operária na sua luta contra o despotismo e a dominação do capital, os sindicatos tem como finalidade primeira impedir que os níveis salariais coloquem-se abaixo do mínimo necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador e sua família (...) a função primeira dos sindicatos... impedir que o operário se veja obrigado a aceitar um salário inferior ao

minimo indispensável para seu sustento e o da sua família."¹

Porem, hoje, a organização sindical extravasa o marco do proletariado; se há estendeu-se aos funcionários públicos, assalariados técnicos e profissionais. Sem perder o caráter de "meio de luta"; alcançou um nível importante de reconhecimento institucional, incorporando-se como forma de representação e interlocução nos sistemas de regulação social e política.

O movimento sindical protagonizou um papel importante na vida peruana. A partir da segunda metade da década de 60, em que atravessa um processo de consolidação e legitimação como movimento social autônomo impulsionado pelo "classismo"², que influirá na dinamização do panorama sócio-político peruano.

A partir dos primeiros anos da década de 80, inicia-se um processo de crise que se acentua ainda mais nestes últimos anos. Quais foram as causas e elementos deste descenso do programa sindical? Em que medida a ação sindical permite aos sujeitos do trabalho constituir-se em sujeitos sociais e interferir na orientação do processo social? Qual é sua relação com os novos conflitos e desafios que colocam os modelos atuais de acumulação e desenvolvimento?

Essas ações são possíveis devido ao esgotamento do ciclo de expansão posterior a segunda guerra mundial e a reconversão produtiva em curso, que questionaram as bases tradicionais das relações salariais e as correntes neoconservadoras e neoliberais associadas aos interesses do grande capital, que se traduzem em políticas agressivas de liquidação do poder sindical.

Ao fato somam-se os efeitos desagregadores da segmentação do mercado de trabalho e o distanciamento cada vez maior ente os trabalhadores do norte e os do sul. O movimento sindical se depara com sérias dificuldades para responder ao problema do desemprego, à sustentabilidade do emprego e à diferencia entre setores produtivos, que conduzem a paralisação da dispersão sindical, e, por conseguinte, influem nas taxas de sindicalização, as mesmas que na maioria dos países já descenderam, constituindo-se então

¹ Ricardo Antunes, In: *O que é o Sindicalismo*, São Paulo, Abril Cultural, p.12.

² *O Sindicalismo Clasista*. No sentido que lhe dá José Carlos Mariátegui é baseado em dois princípios: 1) A luta de classes, ou seja o reconhecimento da existência de classes sociais e sua superação, não mediante a conciliação, mas sim a vitória da classe trabalhadora sobre a classe capitalista. 2) A unidade proletária, isto é, a ação solidária de todos os trabalhadores respeitando suas diferenças "ideopolíticas" e as decisões

uma problemática global e não somente nacional.

*Segundo J. Visser, entre 1980 e 1990 o número de sindicalizados na Europa Ocidental (excluída Espanha, Portugal e Grécia caiu de 41% para 34% No Japão, a taxa de sindicalização foi de 30 % para 25% e nos estados Unidos reduziu de 23% para 16% ... Entre 1979 e 1985, o Trade Union Congress (TUC), a principal central inglesa, perdeu quase 3 milhões de adesões, o que representou uma queda de aproximadamente 25% do total de seus membros(...). Nos EUA, segundo Kin Mood, "a representação dos sindicatos decaiu de 17.7 milhões de membros, em 1983, para 16,6 milhões em 1993. Enquanto parcela da força de trabalho, o quadro sindical diminuiu de 33% em 1953 (o ponto alto), para 20% em 1983 indo para menos de 15% em 1993 no setor privado esta taxa declinou de 16.8% em 1983 indo para menos de 15% em 1993 no setor privado esta taxa declinou de 16.8% em 1983, para 11.2% dez anos depois o mais baixo nível desde o começo dos anos 30."*³

QUADRO N° 1

PORCENTAGEM DE SINDICALIZADOS

PAÍSES	1955	1970	1980	1989
<i>EUA</i>	31	30	22	16
<i>JAPÃO</i>	36	35	31	26
<i>ALEMANHA</i>	44	33	36	33
<i>GRÃ BRETA-NHA</i>	46	45	51	41

Fonte: Debate Sindical N° 20 pág. 24

No Peru, este processo de reestruturação socio-econômico implementada pelo sistema capitalista internacional, constituído no decorrer das últimas décadas, realiza um complexo processo de mudanças engendrado e emoldurado na transformação do eixo de dominação econômica imperialista, avolumando e modernizando os setores industriais urbanos da economia, implicando a transição da hegemonia burguesa oligárquica⁴ à industrial moderna.

da maioria.

³ Ver *Debate Sindical*, artigo de Augusto Cessar Bounicore: "A crise do Sindicalismo no Primeiro mundo". n° 20, fevereiro de 1996, p. 23-24

⁴ Conformação econômica social que se encontrava intimamente ligada e combinada com formas pré-capitalistas de produção e de relação social, que assentaram as bases de uma profunda heterogeneidade social e cultural que singulariza ao Peru no contexto latino-americano.

Essas variações deram-se no Estado peruano com maior incidência a partir do governo militar (68-75) que tentou apagar a velha ordem oligárquica, através de reformas estruturais da base econômica da sociedade peruana. A presença dos setores médios (pequena burguesia e assalariados) como o proletariado industrial urbano tornava-se cada vez mais proeminente, e suas exigências políticas anti oligárquicas, cada vez mais claras e com maior capacidade de pressão.

Ao mesmo tempo, a economia agroextrativa ligada ao mercado internacional atravessa uma crise devida a depressão da década de 30; outra das conseqüências foi a abrupta incorporação dos trabalhadores rurais a atitudes de protesto e de rebelião anti terratenente (latifundiários), que gerou finalmente as notáveis mobilizações de camponeses. Estes movimentos, juntamente com o desenvolvimento capitalista operado no Peru, tornaram-se cada vez mais urbanos como veremos na estrutura populacional peruana.

QUADRO No 2
PERU POPULAÇÃO URBANA E RURAL

ANO DO CENSO	ÁREA URBANA	ÁREA RURAL
1940	35,4	64,6
1961	47,4	52,6
1972	59,5	40,5
1981	65,2	34,8
1992	70,1	29,9

FONTE: INEI (Instituto Nacional de Estadística)

O movimento indígena foi muito importante. Foi uma bandeira de luta dos movimentos guerrilheiros, que surgiram na região montanhosa peruana em 1962, 1963 e 1965⁵. Movimentos que se realizaram durante o primeiro governo de Belaunde Terry (1963-1968). Inspirados na experiência cubana, estes guerrilheiros adotaram uma estratégia guevarista-foquista e iniciaram suas operações nos Andes, sobreviveram menos de seis meses, e, sendo totalmente derrotada em dezembro de 1965. Fatos que comoveram a institucionalidade política ao reclamar transformações que o sentimento popular reconhecia como necessárias.

⁵ Ao movimento guerrilheiro liderado por Hugo Blanco, Luis de la Puente Uceda, Javier Heraud, que se realizou em 1965, e cuja plataforma de luta contemplou como principal motivo a realização de uma reforma agrária justa, com uma clara proposta antioligárquica.

A estrutura tradicional do Estado oligárquico, com oposições mesmo nestes anos, imutável na essência desde o século XIX, mostrava já sua inadequação diante das circunstâncias mutantes da sociedade e a cultura nacional, aviltado com o fracasso do primeiro governo de Belaunde Terry e sua incapacidade para manter o equilíbrio entre as forças contraditórias em assenso.

Os setores emergentes demandaram insistentemente inovações na estrutura da economia nacional: mudanças na propriedade de terra, participação dos trabalhadores na gestão, propriedade e direção das empresas, nacionalização e estatização da atividade produtiva mineira e petroleira e participação popular no governo. Por outro lado, diante da inalterada centralização do capital em Lima, os setores empresariais e médios das províncias reclamam a ação descentralizada do Estado, gerando mudanças na estrutura social que procuravam dar fim ao sistema de dominação tradicional e, em geral, ao de toda forma classista buscando a eliminação das formas pré-capitalistas e semi-coloniais da economia e da sociedade peruana, abrindo espaço ao desenvolvimento do capitalismo nacional.

O governo militar em sua primeira fase cumpriu de maneira administrativa os objetivos anti-oligárquicos e nacionalistas. Dito projeto baseou-se no apoio popular e sindical que tentou integrar como base de apoio de seu modelo de desenvolvimento.

Durante a segunda fase do regime militar, em 19 de julho de 1977, o sindicalismo protagonizou uma das greves nacionais mais importantes da história peruana, que não somente paralisou virtualmente a atividade econômica do país, mas, foi também uma demonstração de força de magnitude até então insuspeitada; provocou medidas de força que remexeram o cenário social e político. Foi um acontecimento que possibilitou o debilitamento do regime militar e marcou, assim, o retorno ao sistema democrático burguês⁶ da organização política no Peru.

⁶ Segundo Arthur Rosenberg, *“A Democracia, como se sabe enquanto abstração formal não existe na vida histórica: a democracia é sempre um movimento político determinado, sustentado por determinadas forças políticas e classes em luta por determinados fins.”* Na definição nominal de democracia como *“governo do povo”* podem-se distinguir dois tipos fundamentais: a **democracia socialista**, que funde o autogoverno da coletividade com posse coletiva dos principais meios de produção, e a **democracia burguesa**, que ainda que sustente o princípio de autogoverno da coletividade conserva a propriedade privada dos meios de produção. Do ponto de vista histórico, esse tipo particular de democracia — pura ou formal,— monopolizou de fato o próprio termo de democracia, criando uma série de reações

Como consequência do profundo aguçamento das contradições de classe, como veremos no capítulo I, o governo militar convocou eleições para uma Assembleia Constituinte, conjuntura da qual as forças políticas de centro-direita tirariam vantagens, motivo pela qual sustentamos que o retorno ao sistema democrático burguês constituiu um retrocesso em relação ao governo militar em sua primeira fase (Juan Velasco Alvarado).

Poderíamos caracterizar os enfrentamentos de classe dirigidos pelo movimento sindical durante o segundo período militar, como auge do movimento sindical, pela capacidade de organização e de protestos que mostraram, em que pese a severa repressão a que foi objeto, algumas das características implantadas a partir da segunda etapa do regime militar, foi a implementação no Peru, das chamadas “políticas de ajuste”, “políticas de estabilização”, “ajuste estrutural”, monitoradas pelos organismos multilaterais de desenvolvimento: F.M.I., B.M., B.I.D. etc. que não estabilizaram nada mas, destruíram empresas e empregos⁷.

Como veremos a seguir, a administração do General Juan Velasco Alvarado, em relação a segunda fase do governo militar 1975-1979 sob administração do General Francisco Morales Bermúdez, foi uma etapa de ampla sujeição aos organismos capitalistas.

Psicológicas e sociológicas sobre a consciência coletiva que incidiram profundamente no próprio plano da teoria e da prática políticas. In: Democracia e Socialismo p. 17-18

A democracia representativa ou parlamentar, onde o dever de legislar diz respeito, não a todo o povo reunido em assembleia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos, **nesta concepção liberal da democracia a participação do poder político que sempre foi considerada o elemento caracterizante do regime democrático é resolvida através de uma das muitas liberdades individuais que o cidadão reivindicou e conquistou contra o Estado absoluto.**

⁷ Francisco Verdera In: “*El Mercado de Trabajo en Lima Metropolitana, 70-90*” Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1994, p. 48.

QUADRO No 3
MERCADO DE TRABALHO 70-90

Período	PIB	PIB/P	IPC	Salário Mínimo	Salário Privado	Salário Público
70-75	7.4	3.0	12.8	-0.2	1.6	2.9
75-81	1.1	-2.4	55.3	-5.4	-4.7	-2
81-84	-4.3	-6.9	95.3	-9.8	-5.2	-10.6
84-87	9.4	6.6	109.1	-0.8	5.4	6.8
87-90	-11.3	-13.4	3849.0	-47.6	-32.2	-30.8

Fonte: *O Mercado de Trabalho em Lima Metropolitana 70-90*, de Francisco Verdera
 PIB/P= Produto Bruto Interno *Per capita*
 IPC = Índice de Preços ao Consumidor.

Este fenômeno acentuou-se ainda mais a partir da década de 90, quando ocorrem mudanças e se destroem muitas instituições estatais; graças à política sistematicamente traçada para desarmar e despedaçar o Estado, eliminam-se por decreto muitos direitos trabalhistas, pactos coletivos, e uma pesada couraça legal, gerada para proteção dos trabalhadores, foi drasticamente derrubada. Tudo isto como parte do receituário neoliberal, patrocinado por Fujimori.

O neoliberalismo,⁸ será por nos entendido como dois aspectos importantes: primeiro como uma doutrina, depois como um conjunto de políticas econômicas e sociais, implementadas por governos reacionários, ocorre na década de 80 e cuja expressão mais clara se encontra concretizada na denominada *era Teatcher*. O neoliberalismo como doutrina tem suas origens na Escola Austríaca de Economia que se constitui até 1871, logo da publicação dos *Princípios de Economia Política* de Carl Menger. Os representantes dessa escola são Menger, Bohm-Bawerk, Mises e Hayek que posteriormente se unem à Escola de Chicago, cuja influência se inicia em 1946 reluzindo até nossos dias através dos escritos de Milton Friedman, George Stigler, Gary Beker e Arnold Harberguer.

O Programa de reforma econômica fundamenta-se nos princípios que sustentam

⁸ Perry Anderson, analisa o neoliberalismo e afirma que: "Este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial como o capitalismo jamais havia produzido no passado, trata-se de um corpo de doutrina coerente, auto-conciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural a sua extensão internacional", In: *Pós-Neoliberalismo*, São Paulo, Paz e Terra, 1995, p.8.

o caminho à Economia de mercado. Tanto na Escola Austríaca como na escola de Chicago encontram-se coincidências em torno aos princípios fundamentais:

1. Livre concorrência;
2. Propriedade privada dos meios de produção;
3. Soberania do consumidor;
4. Livre comércio e integração mundial;
5. Estabilidade das principais Variáveis;
6. Livre mobilidade dos fatores de produção;

*“ O progresso e o bem-estar são resultados dos melhores esforços produtivos e criativos dos membros da comunidade. Existem somente duas formas de fazer com que estes colaborem mutuamente para seu intercâmbio. Pode-se fazer isso através da **compulsão e coerção** ou, também, através do acordo livre e voluntário entre as partes que intercambiam”.*⁹

Isto faz parte de uma declaração de princípios, mas que na prática tem outras características. Utilizando a **compulsão e a coerção** como meio (foi sempre impossível a realização de um acordo livre entre as partes que intercambiam) a aplicação do modelo sempre possuía estas características de violência em todos os lugares onde se instalava o projeto neoliberal, sobretudo em referência aos movimentos sociais organizados e, em especial, ao movimento sindical:

*As raízes da crise capitalista; afirmava Hayek e seus companheiros: estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.*¹⁰

Sua implementação no Peru, em sua versão mais acabada se dá durante o período de governo ditatorial de Alberto Fujimori. Este assumiu o poder com uma proposta diferenciada à de seu oponente, o escritor Vargas Llosa, que este sustentava um programa marcadamente neoliberal. Uma vez no governo, com o apoio popular, de setores progressistas e de centro esquerda, deu uma virada de 180^o, permitindo marcar ainda mais a diferença entre a composição heterogênea do governo em termos de classes sociais.

⁹ Carlos Boloña Behr, In: “*Cambio de Rumbo*”, Lima, Instituto de Libertad de Mercado. 1993, p. 42.

Este governante que mentiu à nação inteira, ascendeu ao governo nos ombros das classes populares e dos excluídos, foi eleito para desenvolver um programa distinto do que vem aplicando, impulsionando um Estado que reorganiza os setores da classe dominante. Se desfez dos setores que o elegeram e se mantém a frente do governo graças ao respaldo dos partidos e setores sociais que não votaram nele, e, em cumplicidade com o exército, centralizando o poder e definindo-se pelo grande capital, chocando-se com os interesses das classes populares, fechou o Parlamento para implementar o programa neoliberal, como veremos no capítulo IV.

Some-se a estes acontecimentos a ação político-militar do “Sendero luminoso” cujo objetivo expresso (desde que inicia sua luta armada 18 de Maio de 1980), é “fazer do campo o teatro principal das ações e das cidades, o complemento necessário”, e que, já em 1983 como parte do trabalho de “reorganização do partido” na perspectiva do plano de conquistar bases, se define a necessidade de criar nos centros urbanos o Movimento Revolucionário de Defesa do Povo (MRDP), com centros de resistência que fazem a chamada “guerra popular” e preparam a futura insurreição, que se dará quando as forças do campo assaltarem as cidades em combinação com a insurreição.¹¹

É a partir de seu primeiro congresso (1987) que o Sendero Luminoso imprime uma guinada em sua política, com o que põe de manifesto o novo significado que começa a cobrar as cidades dentro da estratégia político-militar senderista, para gerar aí a insurreição. Em vários de seus documentos, sublinha-se a importância dos que estão chamados a formar os denominados “Organismos Autogerados” como forma de centralizar o poder e organizar as massas em “diversas” novas formas, demandadas pelas novas formas de luta. Esta estratégia contribuiu para dizimar a capacidade de ação do movimento sindical, já que, em seu objetivo tático por capturar direções sindicais, chegaram a eliminar fisicamente a muitos dirigentes sindicais. A partir daí a repressão policial por parte do Estado foi brutal, a ponto de acusar os dirigentes sindicais, de “terroristas”, muitos dos quais ainda cumprem pena carcerária, apesar de nunca terem-se vinculado à organização maoísta. Estas ações contribuíram para colocar o movimento

¹⁰ Perry Anderson, In: *Pós-Neoliberalismo*, São Paulo, Paz e Terra, 1995 p. 10.

¹¹ Luis Arce Borja, In: *Guerra Popular En El Peru: El Pensamiento Gonzalo*. Bruxelas, primeira edição 1989, p. 27.

sindical entre dois fogos, o que possibilitou neutralizar na capacidade de ação, tema que será analisado no último capítulo.

Nosso intuito é procurar expor, em termos históricos o desenvolvimento do movimento sindical no Peru. Construimos nossa dissertação percorrendo uma análise econômica, e política da estrutura social, seguindo o movimento de constituição do objeto, numa tentativa de demonstrar como o movimento sindical foi afetado pelo **programa neoliberal** imposto no Peru através das diferentes políticas econômicas ditadas pelos organismos multilaterais internacionais como o FMI, BM, BID, etc., aprofundadas e radicalizadas no governo de Alberto Fujimori.

Além disso, procuraremos analisar a crise política, acentuada nos períodos da Democracia Liberal, e como é ela foi utilizada pelo próprio Estado durante este período como parte da estratégia **neoliberal** para colocar o movimento sindical em uma situação crítica.

CAPÍTULO I.- PROCESSO POLÍTICO ECONÔMICO E SOCIAL NO INÍCIOS DO SÉCULO

1.- ESKOÇO HISTÓRICO.-

O Peru é um país que desde o final do século passado esteve marcado pela presença dominante do capitalismo inglês, através da exploração do “guano” (estrume) e salitre, que serviram para uma relação ativa com o mundo ocidental.

Posteriormente, como consequência do endividamento do Peru com os ingleses passariam a administrar o sistema ferroviário estatal, através do contrato Grace.¹² A propriedade no Peru havia conservado até então, um caráter aristocrático e feudal, bases sobre as quais se desenvolveria posteriormente o capital comercial e bancário.

Os Profiteurs diretos e indiretos das riquezas do litoral começaram a constituir uma classe capitalista. Formou-se no Peru uma burguesia, confundida e entrelaçada em sua origem e sua estrutura com a aristocracia, formada principalmente pelos sucessores dos encomenderos (feitores) e terratenientes (proprietários de terras) da colônia, mas obrigada por sua função a adotar os princípios fundamentais da economia e política liberais.”¹³

Estas ações descritas por Mariátegui¹⁴ devem-se fundamentalmente à expansão do

¹² O contrato Grace ratificou o predomínio no Peru entregando as ferrovias do Estado aos banqueiros ingleses, que até então haviam financiado a República e seus maus gastos.

¹³ Mariátegui José Carlos. In: *Los Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*, Lima, Amauta, 1969, p. 22.

¹⁴ José Carlos Mariátegui, (1894-1930) A personagem mais importante de nosso cenário político de dimensão continental, comprometido com o movimento popular, periodista autodidata de convicção socialista em 1918 participou de um Comitê de propaganda socialista do qual saiu o primeiro Partido Socialista (de maio de 1919) reconstituído-o em 1928; também organizou a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru, (CGTP), a 17 de maio de 1929. Florestan Fernandes diz: “Um autêntico revolucionário que exerceu influências pioneiras com raízes profundas na realidade americana. É óbvio que Mariátegui não engoliria a mistificação do “socialismo está morto”. Ele havia amadurecidamente dito que o capitalismo não consegue resolver os “problemas humanos” que ele gera e multiplica”. (In: Significado Atual de José Carlos Mariátegui, Universidade e Sociedade, p. 5.) Tinha uma visão diferente de Haya de la Torre, era contrário da proposta do APRA. Queria forjar um capitalismo nacional e autônomo no Peru. Já é demasiado tarde, dizia Mariátegui, esse tipo de capitalismo se organizou no século XIX na Europa e Estados Unidos. O capitalismo mundial é o capital monopólico. O imperialismo já não permite organizar um capitalismo nacional. No Peru a única coisa possível historicamente, necessário ademais, é a construção de uma sociedade socialista. Como todo socialismo este tem que ser anti-burguês e anti-capitalista, com todos os mecanismos democráticos que devem dar-se no processo de construção de uma nova sociedade. Cada uma destas correntes e seus líderes chegou aos explorados e dominados a hora de ter uma condução ideológica e política, mas com projetos históricos, com programas, apontando por

capitalismo mundial, que teve como consequência a superação do poder britânico pelo poder norte-americano que explorou de uma maneira mais dinâmica, o petróleo e cobre, convertidos em seus maiores produtos, propiciando o desenvolvimento de uma classe capitalista, a propriedade agrária conservava sua importância.

O cultivo da terra ocupava a grande maioria da população do Peru sendo como principais produtos agrícolas o algodão, o açúcar, lã, couros e gomas; constituindo-se o algodão e o açúcar como produtos agrícolas de exportação.

Atividades econômicas como a mineração, comércio e transportes se encontraram sob direção estrangeira, principalmente norte-americanas especialmente o setor mineiro, na produção de zinco e chumbo através da Cerro de Pasco Corporation. O cobre nas minas de Toquepala, explorado pela Sourthen Peru Cooper Corporation. Os negócios se apresentavam favoráveis especialmente para os produtos ligados a exportação; de igual maneira, outro produto que ganha grande importância por sua exportação em grande escala, foi a farinha de pescado¹⁵.

A esta subordinação econômica temos que o surgimento da oligarquia¹⁶ como uma classe em transição entre o que poderia ser uma burguesia moderna, por seu espírito empresarial e pela tecnologia que utiliza; mas, ao mesmo tempo, uma classe mais “gamonal” (criadores de gamo, espécie de cervo), mais feudal ou semi-feudal, pelo tipo de relações de produção, pelo tipo de referência ao trabalho e aos trabalhadores que possuíam sob seu controle.

Esta classe é a que está por trás do projeto que conduz o Peru desde o início do século, o qual podemos denominar de modernização tradicionalista. Impulsionaram uma tentativa de modernização dentro de parâmetros demasiado tradicionais, como a permanência dos grandes nomes à exclusão da política das maiorias do país, e um espírito de casta que era próprio desta modernização tradicionalista.

onde devia caminhar o conjunto e cada pedaço do movimento popular, urbano e rural e quem deviam ser seus aliados e de onde deviam sair os dirigentes.

¹⁵ Como produto do “boom” pesqueiro no ano de 1960, o Produto Interno Bruto global registrou o crescimento mais alto da História do Peru 12.2. O PIB *per capita* registrou o 9.1. In: *Conyuntura Económica*, Centro de Investigación Universidad del Pacífico, 1990, p. 2.

¹⁶ Entendida de um ponto de vista etimológico como o governo de poucos, também da perspectiva de Platão, onde os ricos governam enquanto os pobres não podem participar do poder. Entendida também como uma forma de governo dominante.

Também podemos caracterizá-la como uma modernização sem modernidade,¹⁷ referindo-nos com o termo modernização a uma série de processos que tem a ver com a acumulação de capital e com as migrações, mas que não estão acompanhados de uma modernidade, entendida esta como um mudança cultural.

Na medida que este espírito de casta exclusivista se manteve, temos uma sociedade de classes, onde ocorreram uma série de mudanças, não apoiados por uma mudança de tipo cultural, isto faz com que a sociedade peruana tenha uma diferenciação social bem marcada.

Esta é a oligarquia que domina o Estado, em diferentes graus até 1968. A este tipo de dominação efetuada no Peru durante esta época, poderíamos denominar uma república sem cidadãos, uma república aristocrática, que não levava em consideração o fundo social marcado pela servidão. É desta situação que se derivam as debilidades dos nexos de representação, e que estão por trás da instituição parlamentar, extremadamente débil, pela qual a população peruana não tenha-se sentido representada.

Parlamentos que funcionaram e que presumissem uma eleição limpa e transparente foram poucos; de 1945-48 (condicionadamente), de 57-62 e de 63-68 não houve mais de 20 a 25 anos de vida parlamentar plena no Peru. Isto fertiliza a desconfiança, em relação ao pacto de representação.

De um ponto de vista sócio-econômico, a partir do século XIX, a economia peruana se voltará para à costa, marcado pela exploração do guano insular, e que possibilitou à costa peruana adquirir a hegemonia econômica do conjunto do país, ainda que, no século XVIII, o Peru seja um país agrícola e continue sendo no século XIX. No início do século XX, surgirão classes sociais modernas, isto é, a classe operária e uma nascente burguesia que surge a partir da migração estrangeira.

As atividades que se realizam já não estão apoiadas na exploração do guano, mas em uma série de produtos como:

- O petróleo ao norte (o Peru chegou a ser o primeiro produtor de petróleo na América do Sul no princípio do século, através das jazidas de: Brea e Pariñas

¹⁷ Entendendo-se por modernização aquele conjunto de mudanças operados nas diferentes esferas como, política, economia, social, etc. que tem caracterizado os dois últimos séculos, podemos dizer que o processo de modernização poderia ser apontado a partir da Revolução Francesa.

em Piura, e Zorritos em Tumbes);

- O açúcar (sobretudo em Lambayeque, Libertad e Lima, consolidou imensas concentrações de propriedade; surgiram os denominados barões do açúcar, de famílias como Gildemeister, La Piedra, Cartavio);
- O algodão, que, dá lugar a um grupo de proprietários médios, não é o caso do açúcar, onde a propriedade se concentra; no caso do algodão, a propriedade permanece mais difundida, de pequena a grande.
- Na região serrana dá-se a exploração de minerais, mais precisamente o cobre e a prata através de grandes empresas como já vimos.
- E, na selva, ocorreu o *boom* da cortiça.

O proletariado peruano surge a partir dos grandes engenhos açucareiros e centros mineiros; até o século XIX quando se dá a exploração do açúcar eram necessários os peões, e como geralmente havia um equilíbrio entre a terra e a força de trabalho, mas a população serrana, os peões da serra não queriam ir a trabalhar na costa, motivo pelo qual os donos das fazendas açucararias recorreram aos coolies chineses, assim, entre 1860 e 1880 foram importados em condições de semi-escavidão, 80.000 coolies chineses, que foram os que construíram as Ferrovias e forjaram o *boom* do açúcar na costa norte. Como depois não foi possível recorrer aos coolies chineses, passa-se a atrair os trabalhadores serranos à costa, (sob a modalidade de "*enganche*"¹⁸) pois o que realmente faltava era força de trabalho.

Este mecanismo funcionou na costa norte e nas minas do centro do país, concretamente na Cerro de Pasco Cooper Corporation. A partir deste "*enganche*" surge uma classe proletária, que não tem outro meio de sobrevivência que não seja vender sua força de trabalho.

Uma classe operária indubitavelmente não se faz, da noite para o dia. Por mais que os camponeses fossem trabalhar nas minas e nos engenhos açucareiros, isso, não os convertia em proletários. A maioria dos camponeses que vão em busca de trabalho, o faz a partir de uma perspectiva de curto prazo, de ter alguma economia para regressar a suas

¹⁸ Enganche, foi modalidade implementado pelos donos das fazendas da costa de levar trabalhadores da serra para trabalhos de exploração, de maneira compulsiva, e com enganos, porque nestes lugares

comunidades e poder comprar um lote de terreno, ou mesmo tornar-se negociante. Estas migrações frequentemente não implicam uma residência permanente, nem a formação de uma cultura operária.

O lugar com tendência a formar uma cultura operária em nosso país foi a cidade de Lima, especificamente no distrito de Vitarte, um bairro fabril onde haviam-se concentrado fábricas de fiação e de tecidos. Havia aí uma alta concentração de trabalhadores, bem diferente do que acontecia nas minas e nas plantações de açúcar. Em Vitarte, a identificação com a condição operária era tida como algo permanente, não transitória. É aí onde vai nascer a classe operária, a luta pelas oito horas, a implantação de universidades populares. Aí se dará o vínculo entre intelectuais e trabalhadores, vínculo que está por trás da esquerda e do *Aprismo* (partido político APRA¹⁹).

Este ciclo econômico que se dá por volta de 1895, afeta o país muito mais profundamente que o ciclo do guano. Isto significará que muitas regiões serão dinamizadas por este processo. Não obstante, há de levar em conta que este ciclo econômico dinâmico vai de 1895 a 1930, com taxas de crescimento bastante significativas.²⁰

O capitalismo no Peru subordinou as formas tradicionais de produção agrária aos seus interesses e impôs um intercâmbio desigual entre cidade e campo, contribuindo para a crescente pauperização do camponês parcelário (pequeno proprietário de terra) e

careciam de força de trabalho.

¹⁹ APRA - Aliança Popular Revolucionária Americana, partido político fundado por Victor Raúl Haya de la Torre, em 7 de Maio de 1924 na Federação de Estudantes Mexicana, concebida como frente anti-imperialista de alcance americano. Seu nascimento remonta a os idéias marxistas da época. Frente a Mariátegui que conjugava a eliminação do feudalismo, do capitalismo e do imperialismo, a direção Aprista ratificou o argumento estalinista frente ao problema chinês de então. No país não existia um capitalismo desenvolvido e portanto seu proletariado era débil; por não existir a classe revolucionária, não havia a possibilidade de realizar a revolução socialista. Daí que se tornava necessário, primeiro, a instauração de um capitalismo nacional. Sobre estes antecedentes, o APRA elabora um modelo de transformação para o Peru e "Índo-america" que se pode resumir em seus traços mas genéricos e em forma bastante sucinta: parte-se de um diagnóstico que caracteriza o país por ter o que denomina-se atualmente uma estrutura dual: isto é o Peru tem dois setores independentes, 1.- o moderno- as indústrias, o açúcar a mineração e 2.- o tradicional, o feudalismo fechado associado com os "barões" do algodão. Esta visão dualista que ignora o caráter combinado do desenvolvimento, produto dos distintos momentos históricos da dependência e baseado nas alianças de classes mencionadas, serviu de ponta, e o que segue sendo para muitos delineamentos remozados que propõem o apoio ao setor moderno a fim de que este arraste, incorpore e modifique o setor tradicional.

²⁰ Segundo Peter Karen, *O volume de exportação de açúcar alcançou seu maior nível entre os anos de 1917 e 1922 em torno de 365.000 toneladas*. In: *Formación de las Haciendas Azucareras* Amauta, 1983 p. 54.

“comunero” (pertencente a uma pequena comunidade), assim como a formação de um proletariado agrícola como o conseqüente êxodo rural. Predomina assim, uma dominação oligárquica sustentada em uma economia primária exportadora, principalmente da exploração do açúcar nas fazendas costeiras.

“As décadas de 30 e 40 constituem uma das etapas mais ascendentes dos agricultores. Seus membros constituíam um dos setores mais influentes da elite econômica e social, controlando dois dos jornais de maior circulação e prestígio (“La Prensa” e “La Crónica”). As administrações de Sánchez Cerro de Benavides e de Prado favoreceram seus interesses e alguns dos latifundiários costeiros foram personagens preponderantes nestes governos, por exemplo Rafael Larco Herrera, dono de Chiclin e Salamanca, foi o primeiro vice-presidente durante o primeiro governo de Manuel Prado, daí que Haya de la Torre (APRA) classifica aos Barões do algodão e do açúcar como “inimigos do povo peruano” ...”²¹

Neste ciclo econômico há muitos produtos não tradicionais, como o petróleo e os minerais. Nestes dois casos, a taxa de retorno das exportações era demasiado baixa.²² O impacto interno do crescimento das exportações não é significativo.

Isto tem que ver com o Imperialismo. Não em vão, na década de 20, os diagnósticos sustentam que no Peru, o que ocorre não é um problema de produção, mas de redistribuição, visto que existe um setor demasiado pequeno que concentra uma parte excessiva da renda. Essa situação do país era adequado para um setor que possuía uma altíssima concentração de terra e propriedade de minas, que eram os recursos mais importantes.

Exatamente, durante as primeiras décadas deste século surgem as classes sociais modernas, as classes em que já não é o artesão tradicional, mas sim, proletário. Uma crescente formação do proletariado, sobre tudo em Lima, nas províncias, nas minas do centro mais a formação de engenhos açucareiros na zona norte, provocou o surgimento dos primeiros sindicatos.

²¹ Carlos Malpica Santiesteban, In: *El Poder Económico en el Perú* Lima, Minerva, 1989 p. 30

²² Quando falamos de taxa de retorno estamos falando que, da porcentagem do que se exporta, há uma porcentagem que fica no País, por conceito de salário; de compra de insumos locais e pagamento de impostos. Segundo *Rosmary Soria*, calculou para a IPC (Internacional Petroleum Company) durante a primeira década deste século o valor da taxa de retorno das exportações. Era somente 10% já que esta empresa era um enclave, no mesmo sentido de uma ilha que pouco tinha que ver com o meio que a rodeia. No caso da Cerro de Pasco para a década de 20 o valor da taxa de retorno é de 50% ou seja, somente 50 ficavam no Peru. In: *Crecimiento y Política en una Economía abierta*, Lima, IEP, 1986.p.49.

A burguesia e uma pequena burguesia controlam os negócios de comercialização. As pequenas fábricas, que se instalam em Lima, são sobretudo de descendentes italianos que chegam ao Peru entre 1890 e 1910²³. Surgiu o proletariado, e uma incipiente pequena burguesia comercial, que depois vai projetando-se como uma burguesia mais consolidada, esta tem a ver com a migração internacional, que fundariam empresas como: Donofrio, Santa Catalina (empresa de confecções), o Banco Italiano, (hoje Banco de Crédito, o maior banco do Peru, com sucursais na Bolívia, Estados Unidos e Grande Cayman).

O proletariado herda a tradição artesanal. Uma ideologia anarquista ou anarco-sindicalista, da não participação na política, que se torna a orientação política básica desta nascente classe operária. Essa concepção anarquista terá uma mudança paulatina de idéias que se relacionam com a participação política, vai deixar de ser “satanizada” para começar a ser alentada. Um momento importantíssimo nesta politização das classes populares, especialmente o proletariado, vem a ser o nascimento das Universidades Populares Gonzales Prada.²⁴

As Universidades Populares representariam a tentativa de vincular o que era a juventude universitária com o que era a classe operária, e foram num princípio pensadas primeiramente por Haya de la Torre, e depois por José Carlos Mariátegui. A importância foi, de vincular os setores juvenis a San Marcos (a primeira universidade peruana) que já não era a universidade de elite que fora até 1919. Depois da reforma universitária, passou a ter uma composição social um pouco mais aberta, não sendo mais um reduto totalmente aristocrático.

São os jovens de classe média, provincianos, os que vão a sair em busca dos

²³ Segundo Jovani Bonfiglio. diz ele. que neste período chegam em torno de 10.000 italianos que vão a dinamizar toda a vida econômica do Peru. In: *La Migración Estranjera en el Perú*, Lima. Desco. 1982. p.57.

²⁴ Gonzáles Prada, foi um grande despertador de consciências no Peru; a pessoa que depois da guerra do Pacífico(entre Peru e Chile) teve um pensamento mobilizador tratando de que o povo despertasse, inculcando um espírito de construção nacional, logo tratou de vincular a juventude e os operários desta época. Dessa maneira difundiu suas idéias, foi uma pessoa muito importante neste papel de precursor. É por isso que as universidades populares levam seu nome. Nestas universidades populares ensinaram José Carlos Mariátegui e ele escreveria o seguinte: “Na obra de Gonzáles Prada, nossa literatura inicia seu contato com outras literaturas. Gonzáles Prada representa particularmente a influência francesa. Mas geralmente, pertence-lhe o mérito de haver aberto a brecha pela qual deviam passar diversas influências estrangeiras” In: *Siete Ensayos de Interpretacion de la Realidad Peruana* p. 257, também apontado por Victor Raúl Haya de la Torre.

operários. Estes jovens iam a Vitarte, onde estavam estas universidades populares (a Universidade Popular Gonzales Prada), e davam cursos de Matemática, História, Saúde, conferências, etc. Houve neste tempo um grande dinamismo cultural, como por exemplo teatro operário. Além disso existia a guarda operária, uma organização bem estruturada.

Nesta conjuntura se dá a aproximação entre trabalhadores e intelectuais, entre estudantes e operários. Daí nasce o APRA e o Partido Comunista, as duas grandes forças populares.

Neste momento, temos as vanguardas²⁵, mas não se tem uma política ampliada; o que acontece é que a discussão política tocava apenas às vanguardas, de estudantes e operários; nesta etapa, a revista *Amauta*²⁶ chega a ter uma tiragem de 5.000 exemplares (considerável para a época) publicando-se até 32 números. Em um mundo intelectual muito intenso, esteve mais centralizado em uma discussão entre intelectuais e operários que tinham liderança.

Durante o período denominado república aristocrática, período de 1895 a 1919, haviam propostas que constantemente assinalavam o quão limitada era a ação estatal; a oligarquia que era nesse momento governante, carecia de um projeto nacional, de uma força que a impulsionasse. A ação do Estado era demasiado tímida, restringia-se basicamente à administração, podendo-se constatar na composição do orçamento pelo tipo de recursos para o Poder Judicial, as Forças Armadas, os Ministérios do Governo e da Fazenda; estas quatro rubricas, levavam quase todo o orçamento, uma espécie do Estado-Maior com a missão de manter a ordem e a segurança pública, mas com um raio de ação muito limitado; e havia a expectativa de que o Estado cumprisse um papel mais eficaz em relação ao que era o desenvolvimento do país.

O período da década de 20 a 30 se considera como um período chave na formação de pessoas que se convertem nos protagonistas da vida política peruana nas décadas seguintes. Denominaremos de leguismo ao governo de Augusto Bernardino Leguía

²⁵A criação de uma vanguarda é obra de escolha subjetiva de homens conscientes que perdem ou triunfam segundo a linha política e a obra que realizam dentro de um movimento de massas, e é também o aspecto discriminante que distingue os partidos das vanguardas espontâneas ligadas a um específico movimento de massa.

²⁶ Revista *Amauta* Fundada por José Carlos Mariátegui, o nome *Amauta* procede da tradição Andina, *Amautas* era a denominação aos Mestres do Incanato.

Salcedo,²⁷ este período foi uma tentativa *cesarista* de modernizar o Peru, de aprofundar a modernização.

É precisamente na expectativa de modernização do Peru que surge o *Leguismo*, com a idéia de “pátria nova”, de integrar ao país, um Estado que cumprisse uma função muito importante que era de modernizá-lo, e efetivamente no “onzênio” o Estado vem a ter um grande dinamismo no sentido de construção de uma grande infra-estrutura, uma obra de modernização vasta, uma espécie de solução de compromisso. Leguía pôde ampliar o gasto público e ampliou-o substancialmente, não tanto recorrendo a impostos que agravassem as rendas, mas aos empréstimos estrangeiros.

Este esquema de prosperidade encontrará seu termo com a grande depressão do ano 29, isso significou que o Estado já não pode conseguir novos empréstimos, os preços das matérias-primas caem²⁸, instala-se uma situação de crise no Peru; Leguía é apontado como responsável, e vem a ser derrubado pelo comandante do Exército, Sánchez Cerro, em 22 de Agosto de 1930, e logo encarcerado.

Mariátegui e Haya de la Torre foram perseguidos e hostilizados pelo regime leguista. Haya foi aprisionado e encarcerado na ilha de San Lorenzo e depois deportado. Somente pôde regressar ao país quando se deu a queda de Leguía, visto que a ação de Haya de la Torre, limitou-se a mensagens que enviava a seus partidários mediante cartas, artigos e discursos que seriam publicados em um livro intitulado *Pela Emancipação da América*. Este livro, editado em 1927 mostra um Haya de la Torre crítico radical do imperialismo e da oligarquia, defensor da comunidade indígena e dos interesses populares, de maneira que nele encontraremos muitas coincidências com as idéias de Mariátegui.

Mariátegui não empreendeu uma campanha direta e frontal contra o leguismo. Seu objetivo não era derrubar o regime, senão chegar as consciências do conjunto da sociedade peruana; o que queria era um largo processo de preparação. Contudo, passada a

²⁷ Este governante foi presidente do país em três períodos: de 24 de novembro de 1908 a 24 de novembro de 1912 eleito constitucionalmente, posteriormente, através de um golpe de Estado de 4 de Julho de 1919 ao 12 de Outubro de 1919, e continuou no governo eleito constitucionalmente, o que se denominou o famoso “onzênio”

²⁸ O cobre por exemplo, havia tido um valor de \$0,17 centavos de dólar a libra, entre o ano 28 e 29, baixa a \$ 0.04 centavos de dólar, as matérias-primas chegam a níveis realmente ruinosos, como mostra Manuel Burga e Alberto Fores Galindo, In: “*Apogeo e Crisis de a República Aristocrática*” Lima, IEP, 1987, p. 46-68.

primeira fase democrática do governo de Leguía, o jornal **Amauta** foi hostilizado. O ministro de governo Manchego Muñoz denunciou em junho de 1927 um suposto “complô comunista” com o qual estaria envolvido Mariátegui, o **Amauta** e seus colaboradores; o resultado foi que muitos acabaram presos no Frontón,²⁹ a revista foi fechada até dezembro deste ano e Mariátegui confinado, dada sua precária saúde, no hospital militar de San Bartolomé.

Mariátegui caracterizou o onzênio como um governo que havia acentuado sua dependência do capital norte-americano e como um ambicioso projeto que impele o desenvolvimento do capitalismo no país. É por isto que a negação do onzênio não podia ser somente uma postura nacionalista, mas que a oposição a um governo deste estilo exigia içar com clareza as bandeiras do socialismo.

“No Peru o regime leguista ainda que tímido, na prática diante dos interesses dos latifundiários e caciques do povo, que em grande parte prestam-lhe seu apoio, não vê nenhum inconveniente em recorrer a demagogia, em reclamar contra a servidão e seus privilégios, em troar contra as antigas oligarquias, em promover uma distribuição do “somente que fará” de cada peão agrícola um pequeno proprietário. Desta demagogia parte o leguismo: não se atreva a tocar a grande propriedade”³⁰

Os anos 30 abrem um período muito importante, quando se dá o surgimento de novas classes sociais em uma etapa em que a oligarquia está desprestigiada, a emergência de uma nova classe política como produto das vanguardas e das ideologias que se haviam gestado na década de 20, e, com as massas, o surgimento dos partidos modernos,³¹ organizações estas que supõe numa participação política permanente.

Temos então que, a partir da década de 30 se pode falar de uma política moderna no país, até esse momento tínhamos um sistema político aristocrático pouco representativo, onde não existem partidos permanentes nem ideologias orgânicas, vamos a ter, recém, este fenômeno por ação da crise, há também uma mobilização de defesa dos níveis de emprego e dos níveis de salário, e esta mobilização de defesa se embute com as vanguardas intelectuais, políticas e com as ideologias que se haviam gerado na década de

²⁹ Frontón: uma ilha utilizada como presídio para presos políticos, localizada na costa de Lima.

³⁰ Mariátegui. José Carlos. Citado por Manuel Burga In: *Apogeo e Crisis de a Republica Aristocrática*, Lima, IEP, 1987, p.142

³¹ Entendendo por partidos modernos aqueles que tem uma organização permanente, uma ideologia própria e tem uma pretensão, uma vontade de poder.

20 surgindo assim estes partidos.

Uma terceira corrente se dá na década de 30 e começa articular-se mais ideologicamente na década de 40, mas é na década de 50 onde se vai perfilar em termos organizativos partidários, quando surge o reformismo moderado: Ação Popular e a Democracia Cristã, o sistema político mudaria, já não é APRA e o anti-APRA, vão a surgir alternativas reformistas ao APRA como A.P. e a D.C.

Nesta época começam a surgir já 2 grandes diagnósticos sobre a realidade do Peru. O diagnóstico reformista, em termos amplos, que avaliava que o problema fundamental do Peru era um problema de distribuição e que a política era o caminho para resolvê-lo. E o enfoque liberal para o qual o problema fundamental do Peru, era um problema de produção, de acumulação e que sua solução era econômica e através do aumento da inversão, de modo que o país estava polarizado ideologicamente.

A posição reformista baseada nos setores populares, estas forças políticas cada vez têm um consenso mais amplo, e a liberal estaria baseado nestes setores oligárquicos: na burguesia oligárquica, nos setores exportadores, que insistiam em uma política do Estado barato de baixa tributação, de um Estado presente, com facilidades para a inversão, em não questionar a inversão estrangeira, este foi o pano de fundo ideológico no contexto das décadas seguintes.

Dentro desta perspectiva vão perfilando-se diversos programas, que são variedades do programa fundamental, este programa fundamental é elaborado entre 56 e 62 e visível, e propunha que o país devia desenvolver-se com base nas seguintes propostas:

- 1.- Renegociar com o capital estrangeiro melhores termos, e isso tinha nome próprio, era o caso da I.P.C. (International Petroleum Company) era um caso de uma empresa estrangeira, que se havia apoderado de uma parte do território peruano e que pretendia ter a sorte de extra-territorialidade, sobre a parte ocupada.
- 2.- Favorecer a industrialização. No Peru houve uma industrialização bastante limitada, haviam-se desenvolvido indústrias que podiam competir com as importações em presença de baixas tarifas oficiais, durante a segunda guerra mundial dá-se um certo desenvolvimento industrial, sobretudo por uma série de produtos que não podiam importar-se e, como não podiam importar-se, havia que produzi-los localmente, e não

importava o preço de venda nem a eficácia da produção local, igual se vendia. Não havia concorrência estrangeira, quando o comércio mundial se normaliza, muitos destes produtores conseguem proteção tarifária de tal forma que podem seguir com seus nichos no mercado, favorecidos para continuar com suas indústrias. Por exemplo, a indústria que mais se fortalece neste tempo é a farmacêutica, mas pensava-se que a industrialização podia ser muito mais rápida, muito mais extensiva, e o arancel³² deveria ser o instrumento para constituir a indústria.

Um segundo aspecto importante com respeito à industrialização baseada em todas a constituição de uma banca de fomento.³³ Como também através do consumo, a idéia era de que o Peru poderia ir rumo a uma industrialização quase total, aprofundando-se esta proposta com Velasco.

Outra proposta importante da época era a idéia de industrialização através da substituição de importações, basicamente mediante a intervenção do Estado na economia através da fixação de taxas, ou tarifas promocionais e de crédito.

3.- Outra idéia forte era a Reforma Agrária, esta era um consenso importante, concebida em varias dimensões, em 1º lugar, como um ato de reparação, como um ato de reivindicação, e também como um ato de punição, estas duas dimensões de reivindicação do camponês; e, de punição, pela forma como foi tratado o índio. Quando é promulgada esta lei adquire este conteúdo mais de vingança que de reparação. A Reforma Agrária com este matiz ambíguo de reparação e de justiça também aparecia como a forma de favorecer um desenvolvimento agrário; um desenvolvimento da produção e do setor agrário, permitindo um desenvolvimento mais balanceado.

Este modelo estava associado às forças reformistas e se opunha ao outro modelo de desenvolvimento externo, baseado sobretudo na produção de matérias-primas, em não estimular a indústria que tinha como força defensora a oligarquia. O modelo reformista supunha sobretudo uma ativa participação do Estado; supunha planificação, que era outra

³² "Arancel" é o imposto sobre a importação. Pensava-se que através dos "aranceles" altos aos produtos terminados que podiam competir com a indústria nacional e "aranceles" baixos às maquinarias aos bens de capital, através deste diferencial de "aranceles" podia-se promover a industrialização, pode-se criar indústrias.

³³ Constituiu-se para tal fim o Banco Industrial do Peru, como também para o setor agrário o Banco de Fomento Agropecuário do Peru, o Banco Mineiro do Peru e o Banco da Habitação do Peru; todos tinham o

das idéias força da época, talvez com a crença de que o mundo iria rumo ao socialismo e que a planificação era necessário, o Instituto Nacional de Planificação, INP, foi fundado em 1962 pelo governo militar de Ricardo Perez Godoy.

Estas idéias são amplamente compartilhadas pelas forças políticas, APRA, AP, DC. O Social Progressismo, (ainda que nunca conseguisse uma audiência de massas, como uma elite intelectual tinha importância através de um jornal que se chamava *Libertad*).

As reformas seriam uma precaução, assim foi lida a conjuntura latino americana pelos Estados Unidos. Era necessário apoiar as iniciativas reformistas na América Latina, essa foi a lição que tirou Kennedy da revolução cubana, ao mesmo tempo se impeliaria a Aliança para o Progresso e a tônica seria de promover medidas reformistas.

Entre o ano 1956 e 68 a sociedade de classes peruana, foi presa de uma frustração.³⁴ Havia uma forte crença de que existia um conjunto de soluções para os problemas do país, mas essas soluções não eram adotadas pelo Estado, então houve uma grande ansiedade de que isso acontecesse, mas as coisas não se acionavam assim porque havia uma série de pactos que frustravam estas iniciativas. O Governo de Velasco significará uma ruptura, como será analisado no capítulo seguinte.

I.1.- A Organização do Movimento Sindical

O sindicalismo no Peru se remonta à época na qual o movimento operário peruano teve que abrir-se espaço dentro de uma sociedade e governos oligárquicos, durante os 30 primeiros anos deste século; sua atividade foi efetiva mas a margens da lei, os grêmios operários se desenvolveram em confrontação direta de classe, já que não eram institucionalizadas os mecanismos de negociação.

A situação dos trabalhadores peruanos é típica de um país onde o capitalismo é um apêndice da expansão dos monopólios dos países imperialistas. Os principais centros de produção dependem do capital estrangeiro e de seus sócios nacionais, interessados em

objetivo de fomentar seus respectivos setores.

³⁴ Se uma pessoa observa este período, constata que este consenso social não consegue traduzir-se em termos políticos, isto é, que no sentido comum, este programa não é assumido pelo Estado, e se produz uma ruptura entre o que a população quer e o que o Estado faz, creio que a responsabilidade esteve sobre tudo no Partido Aprista, porque negocio y se entendia permanentemente com a direita primeiro com Prado logo com Manuel Odria de 63 a 68.

conseguir matéria prima, vender os produtos industriais dos países imperialistas e aproveitar a força de trabalho de baixo custo existente. Como diz Anibal Quijano

“O que caracteriza a etapa atual da dominação imperialista na América Latina é a superposição e combinação relativamente conflitiva e contraditória, entre dois modelos:(...)Por um lado o que se pode denominar o imperialismo “Tradicional”, desenvolvido sob a hegemonia norte-americana desde a primeira guerra mundial e especificado pelo controle que a burguesia metropolitana, e sobretudo a norte-americana exerce sobre a produção e/ou o mercado internacional dos recursos agro-extrativos dos países latino-americanos. Na generalidade destes, esse domínio operava e em muito ainda opera através de “enclaves”, isto é de empresas totalmente controladas pelo capital imperialista relativamente desvinculadas do desafio da economia do país(...) Por outro lado, a modalidade mais recente que começa a desenvolver-se aproximadamente desde o fim da segunda guerra mundial consiste em um progressivo deslocamento do eixo de dominação dos setores agro-extrativos para o setor industrial urbano da economia latino-americana”...³⁵

O contínuo deslocamento do eixo de dominação imperialista na economia latino-americana, como na peruana, dos setores agro-extrativos aos urbano-industriais, sem abandonar o controle sobre os primeiros o que propiciou a uma redefinição das articulações político-econômicas da burguesia imperialista com cada um dos setores da burguesia dependente. Na mesma direção, já se havia iniciado a plena hegemonia norte-americana, principalmente, nos mais importantes países da América latina.

Nos centros urbanos, o capitalismo monopólico se concentra em algumas atividades dinâmicas, estreitamente ligadas às necessidades das classes dominantes e do mercado exterior. Longe de oferecer trabalho à massa de proletários, este capital super-explora uma parte dela, ameaçando constantemente sua estabilidade no emprego. Outra parte desta massa proletária tem que trabalhar em pequenas e médias empresas que competem com as demais pagando salários mínimos. Um setor majoritário de trabalhadores sobrevive com trabalhos eventuais e atividades artesanais reduzidos à miséria. Este desenvolvimento capitalista faz com que as atividades produtivas se desenvolvam em forma desarticulada sem responder às necessidades das maiorias.

Neste contexto inicial, as jornadas de trabalho eram extensas, os salários exíguos e

³⁵ Anibal Quijano Obregon, In: *Nacionalismo y Neoimperialismo*. Lima 1981. P.U.C., p. 2

não havia ausência de mecanismos capazes de aumentá-los, além disso, o desamparo ante os acidentes de trabalho levaram ao abandono progressivo das associações mutualistas,³⁶ por isso deu-se substituição por organizações sindicais propriamente ditas, os núcleos iniciais de trabalhadores sindicalizados se constituem em torno a atividades extrativo-exportadoras (petróleo, mineração, agroindústria).

Desde os anos trinta, o sindicalismo peruano era dominado pelo APRA, sob a direção política da pequena burguesia, contrária à organização autônoma do proletariado. Esta aliança possibilitada pela debilidade do proletariado decorrente da crise dos anos trinta, e pela repressão do movimento classista que José Carlos Mariátegui impulsionou será mais difícil de se manter a partir dos anos cinquenta, quando o processo de proletarização e a organização sindical alcançam maiores proporções e a expansão do capital internacional se torna utópico o projeto de desenvolvimento de um “capitalismo peruano autônomo”.

O APRA renunciou a suas bandeiras anti-imperialistas e entra em convivência com os mais tradicionais aliados do capital estrangeiro, perdendo influência no terreno sindical. Negociou politicamente as reivindicações dos trabalhadores e fomenta um "sindicalismo livre" financiado pelos grandes empresários e pelo governo norte-americano. Mas, as continuas crises econômicas fazem estalar as lutas camponesas e operárias, demonstrando a inviabilidade desta tendência política de negociação e conciliação pró-imperialista.

A base social do sindicalismo começou a expandir-se em meados desse século. Quando o processo de industrialização toma força no Peru, o setor industrial começou a dinamizar-se e diversificar-se: o número absoluto de pessoas ocupadas na indústria duplicou de 1940 a meados de 60 (cresceu a indústria metal-mecânica e química, produziu-se o *boom* da pesca para a farinha de pescado,³⁷ iniciou-se a siderurgia, expandiram-se as atividades mineiras e petroleiras, de construção civil, comércio, transporte, finanças e serviços urbanos entre outros).

³⁶ *As Associações Mutualistas*. Surgiram em meados do século XIX com fins esportivos, culturais, patrióticos e religiosos.

³⁷ Segundo as taxas de crescimento anual tanto para o PIB *per capita* de 9.1 como para o PIB Global de 12.2 foi o mais alto registrado desde a década de 50 até nossos dias. Fonte: *INEI compêndio estatístico anual. Elaboração conjuntura econômica*, Lima, CIUP, 1990, p. 2.

Em suas lutas anti-oligárquicas, as classes médias e populares postularam um Estado forte intervencionista capaz de mudar o modelo agromineiro exportador por outro baseado na indústria e no mercado interno, e de abrir-lhes um espaço na estrutura social e política do país; isto como produto das propostas iniciais do APRA que traçou a fórmula do Estado anti-imperialista e até populista,³⁸ assim como os programas dos partidos reformistas dos anos 50 e 60 que delineavam reformas de Estado para controlar a voracidade do capital estrangeiro e compensar a falta de audácia da burguesia. Isso originou uma expansão da massa de trabalhadores assalariados, a mesma que sob distintas modalidades, desenvolve sua organização sindical. Assim em 1957 é fundada a Federação de Trabalhadores da Indústria Metalúrgica do Peru (FETIMP), em 1962 a Federação de Trabalhadores da Indústrias Químicas, a Federação de Trabalhadores em Laboratórios, Drogarias e afins, e a Federação de Pescadores, os trabalhadores da construção civil multiplicaram seus sindicatos por províncias ou estados, os bancários consolidaram sua federação, e o magistério e outros setores de estatais começaram a se organizar; expandiram-se os núcleos de trabalhadores têxteis, mineiros e petroleiros que se expandiram reforçando suas federações; e em 1959 organiza-se a Federação Nacional de Trabalhadores Metalúrgicos e Siderúrgicos (FNTMSP). Todos estes setores estimulados primeiro pelo *boom* pesqueiro, e segundo pela lei de promoção industrial N° 13270 promulgada em 1959.

Neste contexto, o processo de organização sindical toma um novo impulso. Em 1968, reorganiza-se a Confederação Geral de Trabalhadores (CGTP), que havia sido

³⁸ Segundo Rubens Barbosa Filho, “O populismo vai ser encarado como uma forma transicional, que seria própria de uma hegemonia incompleta da burguesia. Uma forma transicional supõe, portanto, a idéia de que existe um movimento, que se está transitando de uma sociedade atrasada, de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, mas que, no entanto, ainda não completou o ciclo e modernização da transição. Dessa forma, o populismo seria uma forma política adequada a um período de hegemonia incompleta da burguesia. Mas ele seria também uma forma transicional própria de uma classe operária sem consciência de classe, ainda isso podemos perceber quando Weffort traduz regime populista como sendo “um Estado de compromisso e um estado de massas” “O Estado de massas vai corresponder a quê? Vai corresponder ao seguinte: esse estado, que é ao mesmo tempo um estado de compromisso, é também um estado de massas na medida em que espelha um movimento de entrada das massas populares na política. Esse Estado, para buscar a sua legitimidades, tem que atender a determinadas demandas dos setores subalternos da classe operária, principalmente, das massas populares. **E aí é que entra a construção do Populismo, que é feita da seguinte maneira: na medida em que se tem uma situação de empate político no interior da classe dominante, cria-se um vazio político que será ocupado por uma figura que vai arbitrar esse conflito, a figura do líder carismático.**” In:

promovida pelo amauta José Carlos Mariátegui, como consta em seu manifesto de 1929:

*“O comitê provisório da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru iniciou seus trabalhos. Até este momento, todas as organizações operárias de efetivos importantes e existência real participam neste trabalho de constituição de uma central operária peruana. Citamos que se tentam das organizações de carácter sindical, as únicas, ademais, que representam grêmios e massas. Os amarelos, os mercenários, servidores incondicionais da burguesia não entram nem entraram jamais em nossos cálculos: não representaram nunca o proletariado industrial nem camponês (os flutuantes agrupamentos de artesãos sem princípios)(...). A formação do comitê provisório da CGTP constitui o primeiro esforço para estabelecer seriamente uma central sindical unitária, que unifique e dirija todas as forças proletárias do país. A Federação Operária Regional peruana, surgida da agitação de 1º de maio de 1919, não chegou a funcionar como organismo nacional nem tentou a obra de propaganda e organização que pressupõe uma verdadeira central”.*³⁹

Como parte deste processo de consolidação da Central, efetuaram-se importantes processos de centralização sindical, que culminaram em 1929 com a formação da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru. Confluiram para tanto, as federações de motoristas; têxteis; gráficos; choferes; portuários de Callao; A sociedade de estivadores de Callao; a União Cervejeira Backus e Johnston e a federação de yanacónas^(a). Este intento de centralização foi abruptamente impedido pelo presidente Augusto B. Leguía, que, acusou a descoberta de um “complô comunista”, acusação que também foi imputada quando se realizava o primeiro plenário da CGTP, efetuado em novembro de 1930. Em dois decretos ordenados pelo presidente Sánchez Cerro, dispôs-se a dissolução da CGTP e organizações similares.⁴⁰

Esta organização teve que atuar na clandestinidade, passando por várias tentativas de centralização. Constituindo-se em 1944 no 1º de maio a formação da CTP(Central de Trabalhadores do Peru) compartilhou sua direção entre apistas e militantes de filiação socialista; tomando em 1945 o controle pleno desta direção os

Populismo uma Revisão Crítica, Juiz de Fora, I.C.H.L., 1986, p. 62.

³⁹ José Carlos Mariátegui, In: *“El proletario y su Organización”*, México, Grijalbo, 1970, p. 79

⁴⁰ Isabel Yopez del Castillo. In: *“La Sindicalização en el Peru”* Lima, F.F.E. 1983, p. 14-15

(a) *Yanacónas* - índios que estavam a serviço pessoal dos espanhóis; termo usado em alguns países latino-americanos.

apristas, desde fins da década de 50 provocaram a decadência da CTP como organismo de representação do movimento sindical, originando-se um conjunto de esforços tendentes à constituição de uma nova central classista, esforços que se plasmam em 1968 com a reconstituição da CGTP. Previamente à formação da CGTP, a tática desenvolvida pelos setores de oposição à direção da CTP foi a de lutar por sua reorganização. Ao ver fracassado seu intento, decidem em 1966 marchar à margem e constituir um Comitê de Defesa e Unificação Sindical (CDUS).

Este comitê conseguiu dar direção às bases radicalizadas pela crise e atrair a núcleos estratégicos do movimento sindical, os que em 1968 reconstituíram a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP). Esta central reuniu em sua fundação 19 federações e 66 sindicatos (construção civil, metalúrgicos, siderúrgicos, professores, bancários, cervejeiros, motoristas, pescadores e as federações departamentais de Arequipa, Cuzco e Puno, entre as principais, convertendo-se rapidamente na Central Nacional de maior importância. Ademais, os trabalhadores do setor público renovam suas tentativas de organização de sindicatos em todos os ministérios e dependências públicas de maior importância. Ao mesmo tempo, o crescimento do número das empresas públicas e sua solidez econômica geram maiores condições para a expansão da organização sindical.

L.2.- O Movimento Sindical e os Partidos Políticos.

No terreno político, a ação partidária esteve marcada pela participação do APRA, Partido Civilista, Social Progressismo. Na década de cinquenta, a Ação Popular e a Democracia Cristã ingressam no parlamento, e, com elas as novas classes médias e as classes populares organizadas no classismo. As esquerdas, por sua vez, entram na constituinte em 1978, no parlamento em 1980 e 1985. Limitaremos nossa análise da evolução dos partidos de esquerda, pois foram eles que estiveram ligados estreitamente na condução do movimento sindical e suas múltiplas bifurcações, e também repercutiram diretamente no terreno da organização Sindical e popular.

A radicalização das lutas populares no campo e cidade; o afastamento do movimento sindical do controle do APRA e o novo reformismo burguês deram impulso ao desenvolvimento da esquerda marxista, que se desenvolveu em um contexto de novas

expectativas revolucionárias no âmbito internacional e de agudas controvérsias no seio do movimento comunista. Os movimentos de liberação nacional nos países coloniais e semi-coloniais, a polêmica chino-soviética, e, na América Latina, a revolução cubana e a propagação de guerrilhas repercutiram profundamente na esquerda peruana.

Do seio dos partidos apristas e comunistas, surgiram novas posições e organizações políticas que acudiram elementos da nova geração de trabalhadores e intelectuais constituindo o que se poderia denominar a *esquerda revolucionária*. Os partidos marxistas, leninistas, maoístas têm sua origem na polêmica chino soviética, após o XX congresso do PC. soviético em 1956. O PC peruano alinhou-se com a posição soviética em torno a interpretação reformista da "coexistência pacífica" e do papel preponderante da URSS na estratégia do bloco socialista frente ao bloco capitalista que teria uma influência decisiva e responsabilidade na condução da CGTP até hoje.

A oposição maoísta a esta postura, começou a difundir-se no Peru, a princípios dos anos 60 coincidindo com a discrepância de alguns setores no interior do PC que haviam implementado uma política de alianças com as correntes reformistas, dando lugar a uma ruptura do PC.

Em 1964 um grupo liderado por Saturnino Paredes, assessor da Confederação Campesina do Peru, dividiu o Partido Comunista, constituindo o Partido Comunista "Bandeira Vermelha" (a fração maoísta) do que depois surgiu uma fração que formou a "Pátria Vermelha" que teve influencia e ainda tem no Sindicato Único de Trabalhadores da Educação Peruana (SUTEP), e outra fração daria origem posteriormente ao grupo "Sendero Luminoso".

CAPÍTULO II

O GOVERNO MILITAR MILITAR EM SUAS DUAS FASES

2.- O GOVERNO MILITAR DE JUAN VELASCO ALVARADO 1968-1975

As mudanças que se operam no exterior especialmente na América Latina, influenciaram determinantemente a consolidação de um novo modelo de acumulação, que se caracterizará por uma condução política diferente, uma concepção do desenvolvimento endógeno impelindo a Industrialização por Substituição de Importações (I.S.I); que será aprofundada com o golpe de Estado por Juan Velasco Alvarado, em 3 de Outubro de 1968. Alguns autores afirmaram que o golpe de Estado foi precipitado pelo temor de que o partido aprista ganhasse as eleições de 1969 segundo Júlio Cotler,

“...Este fracasso[da gestão de governo do primeiro governo de Belaunde 1963-68] provocou um crescente mal-estar popular que o partido aprista saberia capitalizar para as eleições que deviam realizar-se em junho de 1969. Diante da possibilidade de contar com um Executivo resguardado por massas populares organizadas e ideologicamente radicalizadas que podiam desbordar a sua direção originária do modo conservador, e, assim, desbancar as bases de poder e de relativa autonomia das Forças Armadas, estas deram um golpe institucional” ...⁴¹.

Por sua vez, James Petras diz o seguinte a respeito:

... “Apresentavam-se os militares como que defendendo a velha ordem contra o APRA “Populista”, (...) não tinham em conta o fato de que este partido havia-se reconciliado desde há anos com a classe governante tradicional e que, como veremos, tanto as idéias como a composição social do corpo de oficiais haviam mudado o golpe militar, o que se explica por razões muito mais profundas e complexas que os ódios entre o antigo corpo de oficiais e os apristas...”⁴².

Na verdade, o que houve foi uma forte influência progressista na jovem oficialidade do Exército, ante as obscuras transações das elites civis governantes (como no caso do petróleo) e ante a extrema desigualdade na distribuição da riqueza peruana que impelem um novo processo, realizando-se as mudanças estruturais que delineava o

⁴¹ Julio Cotler, In: *Crisis política y Populismo militar en el Perú*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1971, p. 2.

⁴² Petras James, A Porte Robert, In: *“Perú, ¿Transformación Revolucionária o Modernización?”*, México, Alianza 1981, p. 110.

reformismo⁴³ dos anos 60, não com traços liberais senão com um marcado corte estatista, que cancelou o Estado oligárquico.⁴⁴

*"Desde 1968, o governo de Velasco e as forças Armadas buscaram satisfazer estas demandas, respondendo a crise do Estado Criollo⁴⁵ com instrumentos ideológicos e linguagem tecnocrática, dispostas ao serviço de uma tentativa de Projeto Nacional de orientações progressistas. Esta vez não serão os núcleos políticos das capas médias os que assumirão a liderança, mas sim os representantes das Forças Armadas, esse instrumento de Estado do qual se haviam valido as classes dominantes para manter a ordem durante várias décadas, os avances da nova tecnocracia lhes proporcionaram força de apoio."*⁴⁶

O reformismo militar estimava que era urgente tomar a iniciativa de mudanças que permitissem atenuar as graves desigualdades sociais e econômicas, (especialmente no campo) e reestruturar a economia com base em um estado forte que terminasse com a estrutura do poder oligárquico tradicional e o controle direto do capital estrangeiro em uma economia de enclave. Eric Hobsbawn tipificou assim o governo de Velasco:

*"... Eu creio sinceramente, subjetiva e objetivamente que o Governo de Velasco foi anti-imperialista. Esta foi, então minha opinião, e foi também a de Fidel Castro que interpretou que o processo peruano era objetivamente anti-imperialista apesar de todas as características do regime."*⁴⁷

Existem diferentes caracterizações desta primeira etapa, desde aquelas como Julio Cotler que a caracterizou como "Regime Corporativista e Populista" como segue:

"...O Governo revolucionário das forças armadas se emoldura neste quadro ao buscar eliminar as formas semi-coloniais e pré-capitalistas e impelir um modo moderno de acumulação e reprodução do capital (...) em primeiro lugar através da reforma agrária (...) de modo que a burguesia agrária acabaria por trasladar sua sede ao setor urbano e moderno(...) em segundo lugar as medidas legais ditadas pelo governo militar se orientam a desenravar e descolonizar o setor exportador da

⁴³ O Reformismo representado por correntes políticas como o APRA (Aliança Popular Revolucionaria Americana). Acción Popular, fundada por Fernando Belaunde Terry, Democracia Cristiana, fundada por Héctor Cornejo Chavez, estes dois agrupamentos políticos surgiram ao final do Governo de Manuel Odria.

⁴⁴ Marcial Rubio Correa In: *25 Anos de Estado Peruano*, Lima, Desco, 1991, p. 113.

⁴⁵ Segundo José Carlos Mariátegui, "O Criollo não está concretamente definido. Até agora a palavra "criollo" (leia-se "criolho") não é mais que um termo que nos serve para designar genericamente uma pluralidade, muito matizada, de mestiços. In: *Los Siete Ensayos de interpretación de la Realidad Peruana*. Amauta, 1969, p.330.

⁴⁶ José Matos Mar, In: *Desborde Popular y Crisis del Estado*, Lima, IEP, 1984 p. 38.

⁴⁷ Eric Hobsbawn, Entrevistado pela Revista *Marka* No 72 de 4 de Maio de 1978 p. 20-21.

economia, criando indústrias para a produção e transformação de mercadorias provenientes da agricultura, mineração e setor pesqueiro, com o fim de substituir importações (...) Além disso, a fim de evitar uma futura polarização de classes que pudesse levar o conflito social a um nível diferente e provavelmente mais extremo que o atual, buscava democratizar o capitalismo, através da participação dos trabalhadores nos benefícios e na gestão operativa que estaria compreendida na reforma da empresa. Desta maneira, obteve-se um equilíbrio entre o sistema capitalista e o socialista, através do participacionismo que constitui a nova versão de um regime corporativo e que tem um singular interesse nos regimes militares argentino e espanhol...”⁴⁸

Segundo Anibal Quijano, :

“...Ao assumir o controle do aparelho político e administrativo do Estado com o golpe de outubro de 1968 estes grupos, que correspondiam aos setores sociais médios, puderam contar nessas condições com uma margem ampla de autonomia política relativa. Isto é, surgiram com as mãos livres para atuar, precisamente porque os partidos políticos da burguesia estavam em descomposição, e os movimentos dos trabalhadores do campo e da cidade não haviam conseguido ainda o desenvolvimento para intervir de modo decisivo nessa conjuntura de crise de poder no país (...). O processo político posto em marcha com o golpe de outubro tinha que desenvolver-se necessariamente com impulsos contraditórios e sua historia não podia deixar de consistir em um processo de depuração destas contradições (...). Essa historia teve três etapas principais:

- 1.- A etapa de tentativa de arbitragem entre classes, tratando de construir uma estrutura de conciliação de seus interesses, que dura de outubro de 1968 até aproximadamente meados de 1973.*
- 2.- A etapa de gradual transferência ideológica rumo a uma postura progressista tecnocrática que, sobre a base das medidas tomadas no momento anterior, buscava um novo modo de integração da economia dependente na ordem imperialista, e a organização de caráter corporativista que dura até fins de 1972.*
- 3.- A etapa na qual as contradições geradas no processo, desembocam em tensões crescentes que forçam uma depuração do conteúdo ideológico e social do regime militar. Nesta etapa chegam a seu limite as possibilidades e as bases de uma política de arbitragem e de conciliação entre as classes assim como a importante margem de autonomia relativa que o regime pôde ter frente a burguesia, tanto imperialista*

⁴⁸ Julio Cotler, In: *Las bases del corporativismo en el Perú*. Lima, PUC, 1974, p. 2.

como dependente... " 49

O que surge nesta etapa do "velasquismo" é um "nacionalismo-reformista anti-imperialista", isto é, os processos antioligárquicos e nacionalistas se caracterizaram pela mobilização política das massas populares, dirigidas e orientadas ideologicamente pela pequena burguesia, com o objetivo de eliminar a área pré-capitalista e semi-colonial da sociedade dividida em classes. As medidas antioligárquicas e **nacionalistas**, empreendidas pelo governo através da reforma da estrutura do setor agrário e das empresas capitalistas mediante a **comunidade trabalhista**, deveriam criar uma espiral distributiva, ainda que desigual entre cada um dos setores populacionais favorecidos. Executou-se uma reforma agrária em profundidade, as ferrovias passaram a ser propriedade da nação e o mesmo ocorreu com os serviços públicos essenciais (telefonía, eletricidade, rádio, televisão, etc.) o Estado assumiu o monopólio da comercialização dos produtos fundamentais da economia (petróleo, óleo e farinha de pescado, café, etc.). Uma lei geral de educação foi promulgada, a banca do Estado, passou a ser a mais poderosa do país e, através do princípio da comunidade trabalhista, iniciou-se uma transformação de fundo no conceito de propriedade, convertendo os trabalhadores em donos das utilidades, a direção e a propriedade das empresas.

Uma nova expressão do nacionalismo militar manifestou-se na apresentação do plano de governo, que constituiu uma versão típica do desenvolvimento proposto pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), organismo da ONU. Este plano recebeu o apoio de partidos e grupos reformistas e foi a raiz da estatização da IPC (International Petroleum Company), fato que motivou a reação norte-americana. O governo dos Estados Unidos reagiu a dita estatização, informando ao governo peruano de que ele tinha seis meses para indenizar os expropriados ou ter que enfrentar a emenda de Hickenlooper. Esta emenda compreendia a suspensão da ajuda financeira governamental, que efetivamente já se encontrava suspensa, e da aquisição de açúcar. Este corte afetaria 50% da produção de açúcar e teria um efeito negativo na economia do país, implicando, um prejuízo de 120 milhões de dólares (isto é, em torno de 15% do valor total das exportações) e o desemprego de 45.000 trabalhadores sindicalizados, majoritariamente

⁴⁹ Anibal Quijano, *La Coyuntura Política y las Tareas de la Clase Obrera*, Lima, PUC. 1973, p.38.

apristas.

Frente a esta posição do governo norte-americano, os militares iniciaram um processo insólito na vida política peruana. Assumindo uma postura **anti-imperialista**, a chancelaria peruana (Ministério de Relações Exteriores), tradicionalmente abúlica e seguidora das pautas norte-americanas, rechaçou a ameaça norte-americana considerando que o problema é entre o país e uma empresa norte-americana, que já tinham uma atitude vertical na exploração dos recursos peruanos.

“..O Peru já fora definido em livro como “pequeno país e grande empresa entre 1960-1965 empresas estrangeiras investiram 58 milhões de dólares e mandaram para fora como remessas de lucros, 347 milhões..”⁵⁰

A fim de encontrar meios de solução do conflito peruano-norte-americano, e assim evitar novas dificuldades na América Latina, que observava interessada a nova conduta de um governo militar, os Estados Unidos propuseram realizar negociações e, desta maneira justificar a futura postergação da aplicação da emenda Hickenlooper.

Nestas circunstâncias um incidente abre uma nova frente de disputa com o imperialismo norte-americano. Pesqueiros californianos que navegavam na costa peruana são capturados e obrigados a pagar uma multa, estes fatos vinham ocorrendo anos atrás, por não haverem obtido licença de pesca dentro das 200 milhas que o Peru, juntamente com o Chile e Equador, declarou mar territorial. É então que os californianos, que reconheciam até 12 milhas como mar territorial denunciaram a situação mantida pelos três países, ao que parece sem muito êxito, associando suas reclamações às da IPC.

Estes pesqueiros solicitaram que fosse aplicada contra o Peru a emenda Pelly, que consistia na suspensão da ajuda militar e propunha a suspensão das compras de produtos pesqueiros do mesmo, em caso de não se adaptar a legislação peruana à norte-americana. O impacto que esta medida teria na economia peruana seria, assim como no caso de Hickenlooper, bastante grave. A farinha de pescado, que significa uma quinta parte do valor das exportações peruanas, destinava-se em aproximadamente 50% ao mercado norte-americano.⁵¹

Analisando a ideologia do velasquismo, pode-se constatar vários elementos, entre

⁵⁰ Neiva Moreira, In: *Modelo Peruano* R.J. Paz e Terra 1975 pg 14.

⁵¹ Julio Cotler *Crisis Política y Populismo Militar en el Perú* .Buenos Aires, Siglo XXI 1971 p. 31.

os quais elementos nacionalistas, e anticomunistas. Velasco pensava, aceitando o discurso norte-americano segundo a qual as reformas “de cima” impediriam uma revolução “de baixo”, que, se no Peru não se conseguisse desativar a conflitividade social nem se lograsse uma saída para às expectativas, e se continuasse frustrando o povo, a revolução comunista seria inevitável; diante disto única maneira de deter o comunismo era através de um processo que implicasse a integração social e a aplicação da reforma agrária a fim de desativar a potencialidade de conflito.

A Democracia Cristã e a Ação Popular, da década de 60 consideravam que a única maneira de integrar o país era retirá-lo do estado de subjugação e que a perpetuação da injustiça levaria a uma polarização e da qual se aproveitaria o comunismo, para dar-lhe um traço anticapitalista, anti norte-americano. Os reformistas tinham um sentimento de compromisso dos setores semi-profissionais, para com o país, para tratar de afastá-lo do perigo comunista através do desenvolvimento e não da repressão. Vivia-se em um ambiente no qual estas ideologias reformistas insistiam muito na idéia do compromisso social: a pessoa que triunfa tinha responsabilidade para com os de baixo, e a pessoa que estava embaixo e não tinha possibilidades tinha direitos de diferente tipo, amparados pelo Estado.

2.- Os Grupos Básicos de Poder.

2.I.- A Propriedade da Terra (latifúndios)

O governo militar decretou a lei da Reforma Agrária N°17716 do 24 de Junho de 1969 (dia do índio no Peru), provocando uma modificação substantiva não somente da estrutura agrária, mas também na estrutura social em sua totalidade, e rompendo o latifúndio, que sustentava à oligarquia peruana. Como consequência desta lei, foram expropriadas quase todas as empresas agrícolas com alguma significação econômica. As empresas mais importantes, isto é, as produtoras de açúcar, foram as primeiras a serem transformadas em cooperativas agro-industriais. A reforma agrária afetou 40% da área agrícola beneficiando 20% das famílias rurais. Em sua mensagem a nação para anunciar a efetivação da Lei de Reforma Agrária, o presidente reconheceu a injustiça e exploração, à qual se mantém e submetida a comunidade rural, e a urgente necessidade de quebrar a

marginalidade em que se encontra, o que permitirá, por sua vez, o desenvolvimento industrial do país; pediu ainda a colaboração dos setores populares e médios (camponeses, operários, empregados, estudantes e profissionais) para a realização da reforma agrária; antecipou que o governo “esmagaria” toda tentativa de “sufocar” esta reforma e terminou invocando o líder agrário precursor da independência peruana (Tupac Amaru): “camponês, o patrão não comerá mais de tua pobreza”.

A nova lei ataca frontalmente o setor agrário da burguesia, seja ele arcaico ou moderno, ao considerar expropriáveis todas as terras do país considerando para efeitos de expropriação as unidades de produção como totalidades que passam a converter-se em cooperativas ou em comunidades rurais; desta maneira as plantações canavieiras são consideradas como unidades sujeitas a reforma, e transferidos ao regime das cooperativas. Oito empresas, que controlam em torno de 90% da produção sofrem intervenção no dia seguinte à promulgação da lei 66.000 hectares de terras dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar que ficaram sob administração governamental, e posteriormente constituíram cooperativas associativas, sob a supervisão oficial e atuando como empresas estatais.

Conjuntamente às grandes propriedades dedicadas a exploração da cana-de-açúcar na costa e na serra, foram afetados pela lei os latifúndios, alguns pertencentes a abastadas famílias peruanas como o império Gildemeister que naquele momento constava entre os maiores latifundiários do mundo⁵². Além, distintas companhias eram donas, no Peru totalizando mais de meio milhão de hectares, interesses estrangeiros privados tais como a Grace and Company dos Estados Unidos.⁵³ Na zona costeira todas as instalações de elaboração de açúcar anexas às plantações foram expropriadas. Também foram afetadas as grandes plantações de algodão e as fazendas de gado bovino e ovino da serra. Dentre essas encontrou-se uma fazenda de 247.000 hectares, dedicada a criação de gado bovino e ovino e explorada por uma empresa mineira norte-americana: a corporação Cerro de Pasco. Esta recebeu US\$ 490.000 como indenização pelas instalações da propriedade. Além disso, pagou-se US\$ 1.800.000 por 90.000 cabeças de gado.⁵⁴ Como

⁵² *Historia de las Revoluciones*, Buenos Aires, Cuántica Edições 1973 p. 343.

⁵³ James Petras, indica que esta companhia perdeu 12.000 hectares segundo o *Peruvian times de 4 de julho de 1969* In: *Perú Transformación Revolucionaria*, México, Alaianza, 1981 p. 2.

⁵⁴ *Historia de las Revoluciones*, op.cit. p. 121

pagamento pela terra emitiram-se bônus resgatáveis em vinte anos. Projetou-se dividir a propriedade entre os camponeses que trabalhassem a terra, que deveriam explorar no marco de uma organização cooperativa. Esta foi a primeira expropriação que o governo militar realizou no setor agrário, e a iniciativa teve amplo apoio nacional.

Em resposta à reforma agrária sustentada pelo Estado (1969-1975) formaram-se quatro tipos de associações que assumiram uma posição diferenciada:

- Os que optaram por defender ou demandar a consolidação de tal reforma, em favor dos interesses associativos (Cooperativas, Sociedades Agrícolas de Interes Social, Cooperativas Agrarias de Propriedade Social etc.) ou da economia camponesa (comunidades, vilas andinas, pequenos ou médios colonos da extremidade da selva) que entraram em aliança com o Estado.
- Os que tomaram uma posição dúbia ao fazer uma aliança parcial com o Estado, pois estavam de acordo com a extinção da classe terratenente, e ao mesmo tempo demandaram uma aceleração na entrega de terras. Em forma crescente aguçaram suas contradições com este estado, negando sua intervenção nas empresas associativas. Estiveram a favor de uma autogestão dos trabalhadores, e pressionaram por uma maior atenção à serra e à selva do país.
- Os que optaram por reclamar um significativo reajuste da reforma agrária em função dos interesses privados e do processo de modernização do setor agrário nacional (pequenos ou médios empresários e pequenos proprietários de terra) e se distanciaram do Estado; ainda que tratando de obter algumas facilidades para seu desenvolvimento empresarial, em uma aliança pragmática.
- Os grêmios de agricultores associados em comunidades nativas que de nenhuma forma foram favorecidos pela reforma agrária, apesar de que viam afetados seus interesses (terra, cultura, paz, posição no sistema do Estado) pela colonização agressiva da selva, por parte das empresas e instituições vindas do mundo urbano e *criollo* ocidental. Da mesma forma, serviços limitados por parte do Estado que também haviam iniciado um fortalecimento de seus centros urbanos dentro de seu âmbito rural.

Como exemplos mais notórios do primeiro tipo de grêmio temos a Confederação

Nacional Agrária (CNA)⁵⁵ e a Central de Empresas Campesinas (CENECAMP), criadas com o fim explícito de defender ou consolidar a reforma agrária de 1969 ditada pelo governo militar dirigido pelo então General Juan Velasco Alvarado. Do segundo tipo associativo temos a Confederação Campesina do Peru (CCP) que se reorganizou em 1974, com o objetivo de dar uma orientação mais radicalizada à reforma agrária, e instalar empresas que não tivessem nenhuma intervenção dos funcionários estatais.

2.1.2.- As Empresas do Setor Mineiro.

Com exceção da espetacular quebra da Pan-americana Commodities S.A. e a compra pelo Estado da Cerro de Pasco Corporation e a Marcona Mining Company, as empresas do setor operaram normalmente, o governo peruano inclusive assinando novos contratos de exploração. Tal foi o caso da jazida de Cuajone, entregue à empresa norte-americana Southern Peru Copper Corporation. Como as negociações iniciadas pelo governo de Belaunde com a Anaconda Aluminium Company para explorar as jazidas de Cerro Verde, Michiquillay, Quellaveco e Bayobar fracassaram, o governo militar viu-se obrigado a operar baseada em empresas mistas ou empresas estatais desenhadas para operar com créditos externos.

A lei de mineração ditada pelos militares retirou algumas das vantagens conseguidas pelas empresas estrangeiras com o código anterior, mas continuou dentro de uma orientação capitalista. Criou uma comunidade mineira semelhante à industrial, ainda que com algumas diferenças: enquanto na indústria destinaram-se 25% dos lucros para a comunidade, na mineração somente 10%. Para equilibrar as diferenças de produtividade entre empresas, se cria a comunidade de Compensação Mineira (Cocomi) para a qual contribuíam com parte de seus lucros, todas as empresas se redistribuiriam as utilidades entre os trabalhadores do setor.

2.1.3.- As Empresas do Setor Pesqueiro.

⁵⁵ CNA foi criada em 1974 pelo governo de Velasco, com a finalidade de ter um aparato associativo que garantisse a reforma agrária, Julio Alfaro Moreno In: *“Los Gremios Rurales”* Lima, FFE, 1995, p. 50.

A reação estatal neste setor se iniciou com a criação da empresa de comercialização interna, denominada Empresa Pública de Serviços Pesqueiros (Epsep), e da Empresa Pública de comercialização de Farinha e Azeite (óleo) de pescado (EPCHAP), encarregada também da sua exportação. Logo estabeleceu-se a comunidade pesqueira, semelhante a mineira e, nos primeiros dias de maio de 1973, decretou-se a estatização de todas as fábricas e frotas dedicadas a produção de farinha e óleo a base de anchova, criando-se *Pesca Perú*. Para a exploração da pesca para consumo humano direto e a elaboração de conservas, criaram-se várias empresas mistas (Pepesca, Chalwa-Pesca, etc.) e se assinaram convênios com países tanto socialistas como capitalistas (Cuba, Polônia, Espanha, etc.).

2.1.4.- As Empresas Financeiras.

Em relação aos bancos empresas financeiras e de seguros, ditou-se uma lei pela qual somente podiam considerar-se nacionais aquelas empresas cujo capital estivesse em mais de 80% em poder de peruanos; o Banco Central de Reserva foi posto sob controle público total;⁵⁶ constituiu-se também o Banco da Nação, que se tornou o principal órgão comercial e financeiro do governo, a Corporação Financeira de Desenvolvimento (Cofide) que se encarregou de proporcionar fundos às empresas públicas e privadas; legislou-se favorecendo a fusão de bancos, e se fixou um capital mínimo para operar (em Lima capital da República), além disso, dispôs-se que todas as operações financeiras do governo; das entidades públicas e empresas estatais se realizassem unicamente com a banca do Estado.

De igual maneira, deve-se assinalar como fatores importantes a aquisição pelo Estado do quebrado Banco Popular do Peru, da família Prado, da totalidade das ações do Banco Continental e do Banco Internacional do Peru (51% das ações do Continental pertenciam ao Chase Manhattan Bank da família Rockefeller, 20% pertenciam ao Chemical Bank of, New York, 15% ao grupo germano-argentino Bunge and Born e 5% ao grupo ianque W.R. Grace and Company).⁵⁷

A partir de então, ficaram operando como bancos privados, o Banco de Crédito do

⁵⁶ A diretoria do Banco Central de Reserva do Peru, até a intervenção do governo militar, era eleito entre os membros dos bancos privados.

⁵⁷ Carlos Malpica Santiesteban, In: "*El Poder Económico en el Perú*" Lima, Minerva, 1989, p. 41.

Peru (o maior do país, que vendeu mais de 80% de suas ações a peruanos, conservando o saldo restante), o Banco Sudameris, o Banco de Lima (controlado pelo Credit Lyonnais), o Banco Comercial do Peru (cujos principais acionistas eram vários membros das famílias Bertello e Aspillaga Delgado), e o Banco da Indústria da Construção (BIC) (controlado primeiro por Marcos Perelman e depois por Leon Rupp (grupos peruanos).

2.1.5.- O Setor Industrial

Nos setores em que prevalecia o capital estrangeiro. Foram tomadas medidas para a “peruanização” gradual das empresas estrangeiras, foi regulada a remessa e lucro ao exterior, apesar da reação do governo dos Estados Unidos. Introduziram-se mecanismos cujo propósito era dar aos trabalhadores uma participação nos lucros das empresas da indústria, mineração e pesca, através das comunidades trabalhistas, a comunidade industrial deu aos trabalhadores deste setor uma participação progressiva nos lucros, propriedade e gestão das indústrias com uma eventual co-gestão. A estratégia do governo para o setor industrial se deu através de forte investimento público, expansão da rede de irrigação, portos, estradas, ferrovias, usinas de energia elétrica e sistemas de comunicação. Além disso, vinculada diretamente ao setor industrial, estava a produção de aço que aumentou de 101.000 toneladas métricas em 1968 a 361.000 toneladas métricas em 1974. A Siderperu, empresa estatal de ferro e aço, planejava quadruplicar a produção do aço a 2.2 milhões de toneladas a fim da década, alcançando uma posição de auto-suficiência.⁵⁸

O Estado realizou maiores investimentos no setor metalúrgico, até então importante como fonte de ingressos de capital pela exportação, mas crescentemente requerido para alimentar a demanda interna das indústrias em expansão que utilizavam insumos metálicos não ferrosos: artefatos elétricos, eletrônicos, metal-mecânica, estaleiros, indústria automotriz, etc. Levavam-se a cabo ou se planejavam projetos maiores nos setores de química básica, petroquímica, cimento, papel, fertilizantes e refinamento de petróleo.

Esses investimentos na indústria básica fundamentaram um processo integrado de industrialização, baseado primeiramente em uma estrutura coerente de produção

⁵⁸ Antony Ferner, In: “*La Burguesía Industrial en el desarrollo Peruano*”, Lima, ESAN, 1984 p. 110.

industrial; assim como na produção de um setor industrial ligado às demandas de insumos de outros setores situados mais adiante na corrente de produção (uma característica da indústria peruana notoriamente ausente antes de 1968).

Outro elemento da infra-estrutura institucional do setor industrial era o sistema de incentivos previstos na Lei Geral de Indústrias, e que constituíam o principal elemento da alavanca estatal sobre a estrutura do produto final. A indústria foi dividida em setores de primeira, segunda e terceira prioridade. O setor de primeira prioridade incluía as indústrias básicas (aço, metais não ferrosos, produtos químicos básicos, fertilizantes, cimento e papel); máquinas, ferramentas, maquinarias para numerosas indústrias como a mineração, agricultura, transporte e indústrias básicas; partes ou componentes eletrônicos, equipamentos de transporte pesado, estaleiros, etc. As indústrias de segunda prioridade constituíam as “indústrias de apoio” que produziam bens essenciais para a população, e insumos para as atividades produtivas. As indústrias de terceira prioridade eram aquelas que produziam bens não essenciais para a população e insumos complementares para as atividades produtivas. Havia uma categoria residual de indústrias não prioritárias que produziam artigos de luxo e supérfluos.

2.2.- O movimento sindical durante o governo de Velasco Alvarado.

O velasquismo, ao romper o vínculo entre o poder e a propriedade, estabeleceu novos vínculos entre o Estado e a sociedade dividida em classes. Buscou um desenvolvimento econômico e uma organização social que respondessem aos objetivos de segurança nacional. Procurando assegurar um Estado forte e controlar os movimentos sociais, em especial os movimentos populares, pretende mobilizar os setores populares, com os seguintes objetivos: 1.- Obter uma base social de apoio. 2.- Conciliar interesses de classes. 3.- Enquadrar os setores populares nas instituições controladas pelo Estado.

Nesse período, a CGTP⁵⁹ foi reconhecida legalmente; reformularam-se as relações trabalhistas nas mesmas empresas criando um mecanismo de conciliação de classes através da “comunidade trabalhista”⁶⁰ complementado pela Lei de Estabilidade no Emprego N°

⁵⁹ C.G.T.P. Confederação Geral de Trabalhadores do Peru, fundada em 1929 e reconhecida oficialmente a 29-01-71 com Resolução - Diretora N° 18. Afiliada a CPUTAL. Federação Sindical Mundial. sua condução é hegemônica pelo Partido Comunista Peruano.

⁶⁰ *Comunidade Trabalhista* teve um caráter coletivo dos trabalhadores organizados onde a participação na propriedade não era individual mas coletiva. Jaime De Althaus, In: *Triste Historia do Centralismo*

18.471, a qual estabeleceu pela primeira vez no Peru, a estabilidade absoluta no emprego depois de 3 meses de trabalho consecutivo para um mesmo empregador.⁶¹ Estas medidas que vêm pouco depois da cooperativização dos complexos agro-industriais e pretendem “atrair a atenção popular do campo à cidade”.

A criação das comunidades trabalhistas abriu a participação organizada dos trabalhadores na propriedade e gestão e utilidades das empresas; a Lei de Estabilidade no Emprego regulou as justas causas e condições para a demissão; emitiram-se disposições para a tramitação e solução dos litígios trabalhistas pelo Estado e se normalizou o procedimento de negociação coletiva, pela qual o Estado se reservou capacidade decisória na falta de acordo entre partes; deram-se novas normas de previdência social. Todas estas reformas legais significaram maior proteção para os trabalhadores e propiciaram a conquista de novos espaços de ação sindical.

Durante este período, o desenvolvimento do “sindicalismo participacionista” impellido pelo governo de Velasco não gerou grande fervor na classe trabalhadora, mas semeou a divisão em muitas das organizações sindicais. Estas ações foram orientadas a contaminar a organização classista.⁶²

Em base a estas medidas e outras concessões salariais, fatos possíveis pela reativação econômica que se deu em 1970, é que o governo trata de submeter o sindicalismo. O intenção dos primeiros responsáveis do Sistema Nacional de Mobilização Social (SINAMOS) de conseguir este objetivo mediante a formação de uma central única foi rapidamente excluído, pelo predomínio das correntes classistas. Outra tentativa foi a de impulsar um sindicalismo “nem capitalista nem comunista” de inspiração social cristã, formando a CNT; mas tal organização não chega a ter importância. Predomina então no Governo o critério de criar sua própria central. Arma-se para isto um operativo secreto

distributivo” Lima, DESCO, 1991, p. 53.

⁶¹ Isabel Yepes del Castillo, In “*La Sindicalización en el Perú*”, Lima, Fundación F. Ebert 1985 p.24.

⁶² Durante o governo de Velasco ocorrerá a constituição do classismo proposto já por Mariátegui. O classismo é um movimento basicamente sindical que deve ser entendido em função dos seguintes fatos: 1.- A importância da exclusão social e o racismo em no Peru. O classismo é até certo ponto uma reação ao racismo, baseada na confrontação frente aos empresários por parte dos trabalhadores 2.- A influência das idéias marxistas veiculadas pela juventude universitária, que neste período dirige-se ao povo, significava ir às fábricas, ir ao campo, tratar de organizar sindicatos, constituir organizações populares, durante da experiência da exclusão de vida ao preconceito. O classismo representará um movimento sindical com uma clara posição política, reclamada ao racismo e às idéias radicais.

que reúne diferentes forças; um grupo de pescadores encabeçado pela liderança da FPP (Federação de Pescadores do Perú) que havia sido conquistada pelo governo, e conjuntamente com esta, várias bases pequenas ou médias que precisavam do apoio Estatal para resolver seus problemas. Com este amálgama surge repentinamente a CTRP em 1972. Esse ano o governo reconheceu 411 sindicatos cifra recorde desde que se registram os sindicatos no país.

QUADRO N° 04

Associações Sindicais Reconhecidas por Ano

ANO	Sindicatos reconhecidos
1969	118
1970	199
1971	386
1972	411
1973	344
1975	234

fonte: Ministério de Trabalho e Promoção Social

Se bem que a organização corporativa do camponês tenha conseguido um assentamento provisório devido a situação de refluxo na qual se encontrava o movimento camponês em fins dos 60 (resultado da repressão efetuada a este setor devido ao movimento guerrilheiro de 62-65), não ocorreu o mesmo no setor mineiro e industrial cujas lutas sindicais estavam em assenso desde 1968.

QUADRO N° 5

GREVES TRABALHADORES AFETADOS

HORAS/HOMEM PERDIDAS 1968-1975

ANO	NUMERO DE GREVES	NUMERO DE TRABALHADORES EM GREVE		HORAS/HOMEM PERDIDAS
		TOTAL em Milhares	% do total de Trab. Assalariados	
1968	364	107,8	5	3,4
1969	372	91,5	5	3,9
1970	345	111,0	6	5,8
1971	377	161,4	9	10,9
1972	409	130,6	7	6,3
1973	788	416,3	21	15,7
1974	570	362,7	18	13,4
1975	779	617,1	29	20,3

Fonte: Ministério de Trabalho e Promoção social

Os operários, bastante céticos frente ao sistema da comunidade industrial e dando-se conta do caso omissos dos empresários, utilizaram a greve como meio de luta ao lado do sindicato,

*"... A hostilidade dos elementos tradicionais se refletia em uma série de casos conflituosos amplamente divulgados nos quais fizeram fortes tentativas para impedir o funcionamento da comunidade industrial. Os meios empregados incluíam ameaças, suborno e violência física; bancarrota fraudulenta e descapitalização, vários mecanismos para reduzir os lucros aparentes como a formação de companhias de serviços sem comunidade, com o fim de extrair os lucros, e o pagamento de salários elevadíssimos a gerentes e favores aos familiares dos acionistas; e a exclusão da participação dos "comuneiros" mediante a realização de sessões da diretoria em idioma estrangeiro, de assembléias informais e de retenção de informação. Os abusos mais sérios ocorriam geralmente nas firmas mais pequenas, nos setores tradicionais..."*⁶³

Em contrapartida, os industriais tinham um verdadeiro temor da perda de controle, proclamada até pelos setores mais avançados da burguesia industrial, não se referia a participação em si mesma, mas ao contexto no qual operava. Considerava-se que a comunidade estava-se convertendo crescentemente em um instrumento da luta de classes em vez de suavizar a militância da classe operária. Assim Pedro Raiser Gaser (homem de negócios com interesses nos setores industriais, comerciais, e financeiros) se referia ao problema :

*"... A interferência e intromissão de grupos políticos, interessados principalmente em promover a luta de classes e em converter a comunidade operária em veículo de manipulação partidária, de agitação operária, de sabotagem a produção e de oposição sistemática e destrutiva..."*⁶⁴

A classe trabalhadora tinha plena consciência dos atropelos que vinha efetuando a burguesia industrial, e é com esta ótica que certas bases impeliram o Congresso de Comunidades Industriais. O governo constatando que não obtinha a adesão dos operários e estava a ponto de perder a iniciativa, se apressou a dividir a Confederação Nacional de

⁶³ Antony Ferner, In: "La burguesia Industrial en el Desarrollo Peruano", Lima, ESAN, 1982, p.129.

⁶⁴ Pedro Raiser Gaser, In: "Pluralismo Empresarial" CADE 75. Lima, Desco, 1975, p.26

Comunidades Industriais (CNACI), até deixá-la agonizante.

O rechaço quanto à intromissão do governo e às organizações corporativizadas tem sua base de sustentação no que o regime oferece ao proletariado e às massas populares que, na realidade, é limitado: a reforma agrária beneficiou a uma reduzida porcentagem de camponeses e fica sem resolver o problema da terra. O modelo do crescimento industrial e mineiro exportador, baseado na associação do grande capital internacional com o Estado, demonstrou-se antagônico aos interesses do proletariado: obriga a uma racionalização capitalista geradora de desemprego, e uma despótica disciplina de trabalho, aplicada pelo setor empresarial e pelas empresas estatais e para-estatais.

2.2.1.- A Organização Sindical, seus vínculos Partidários e seus meios de Comunicação.

Durante as décadas de 60 e 70 foram os intelectuais da classe média e popular, de orientação marxista em geral, os que impeliram na organização dos partidos de esquerda, como vemos a seguir:

QUADRO No 6

O UNIVERSO DA ESQUERDA PERUANA E SEUS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

- 1.- **PCP-U** (Partido Comunista Peruano, Unidade) publicou o semanário "Unidad"; linha identificada com o PC da ex-União Soviética; controlou e controla atualmente a direção da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP), a direção da Federação de Empregados Bancários do Peru (FEB), os sindicatos da construção civil, etc.
- 2.- **PCP-BR** - (Partido Comunista Peruano, Bandeira Roja) publicou irregularmente "*Bandera Roja*" identificado com críticas do PC Albanês a China; controlou a Confederação Campesina do Peru (CCP) e uma federação da CGTP.
- 3.- **PCP-SL** - (Partido Comunista Peruano, Sendero Luminoso), publicou em seus inícios "*Voz Popular*" e posteriormente "*O Diário de Marka*"; tiveram forte influência regional em Ayacucho e crítica a direção do PC Chinês.
- 4.- **PCP-PR** - (Partido Comunista Peruano Pátria Roja), publicou "*Pátria Roja*" identificado com a linha do PC Chinês; controlou o Sindicato Único de Trabalhadores na Educação Peruana (SUTEP), Federação de Centromin, e Federação de Estudantes do Peru;
- 5.- **VR** - (Vanguarda Revolucionária), influiu na direção do semanário "Amauta"; controlou Confederação Camponesa do Peru (CCP), linha internacional próxima da China.

6.- **POMR** - (Partido Operário Marxista Revolucionário), publicou irregularmente "*Revolução Proletária*" surgiu da VR em 1971; influenciou algumas bases bancárias; de tendência trotskista filiada à Quarta Internacional.

7.- **PCR** - (Partido Comunista Revolucionário), publicou uma revista mensal "*Clase Operária*" e a revista teórica "*Crítica*". Teve influência menor na (CCP) e em algumas federações estudantis.

10.- **MIR.CE.** (Movimento de Esquerda Revolucionária. Quarta Etapa), publicava o jornal MIR, *Voz Rebelde Cuarta Etapa*. também teve uma influência menor na CCP através de bases em Cusco. Piura y Ayacucho.

12.- **PST**- (Partido Socialista dos Trabalhadores), de tendência trotskista, também teve influência na CCP. aderente a IV Internacional

Fonte: Variada, elaboração própria.

Estes grupos influenciaram na política e, em menor medida no jornalismo e, através destes, nos movimentos populares. O marxismo-leninismo, maoísmo, o althuserianismo e o castrismo, foram as principais correntes intelectuais que predominaram então. Sua contribuição à criação de um novo sentido da história e da vida peruana foi parcial e limitado. Moveram-se mais no horizonte utópico que na elaboração de uma nova visão do país, de um programa de uma estratégia, os quais tomaram emprestados de Mariátegui e do arsenal conceitual populista e cepalino que definiam o clima cultural da época e era o denominador comum das diversas correntes marxita-leninistas.

A crescente influência do maoísmo, de seus textos e de suas citações deve-se, quiçá, à viva experiência rural de muitos intelectuais de origem provinciana, dos estudantes e dos próprios movimentos sociais. Eram os anos da imprensa sindical, como a *Marka*, a revista de atualidade e análise de maior circulação entre as classes médias e populares, na qual se dava ampla cobertura às ações políticas sociais; também haviam semanários e quinzenários como *Unidad* sob a direção do Partido Comunista Peruano, *El Bancário*, órgão sindical, e folhetins dos diferentes partidos de esquerda, como de algumas organizações sindicais, quando o que se requeria era a utilização da grande imprensa, a rádio e a televisão.

A condução política nos sindicatos geraram uma mobilização sindical popular, ante a tentativa de corporativização, intervenção e controle das organizações populares por parte do regime de Velasco. Esta foi muito combativa, deu-se nas cidades de províncias

como: Chimbote (principal porto pesqueiro do Peru), Arequipa (a segunda cidade do país), Moquegua, Piura, Tumbes, etc. Em 1973, além do proletariado operário, exerceram ali um papel importante os professores organizados no Sindicato Único de Trabalhadores na Educação Peruana (SUTEP); a maioria dos "sutepistas" saiu da CGTP em 1971, ao rechaçar a conciliação com o governo e desenvolveram uma agressiva mobilização reivindicativa antigovernista, alimentada pelo maoísmo de "Pátria Roja", que conduzia tal organização.

Algo parecido sucedeu com os mineiros que foram expulsos da CGTP em 1973 junto com um setor do PC-Unidade. Outras bases começaram a questionar a política pró-governista dos dirigentes da CGTP mas se mantiveram filiadas a essa central. Também em 1973 reorganiza-se a CCP sob a liderança da "Vanguarda Revolucionária", que trata de situar-se como cabeça das mobilizações camponesas de novo em ascensão.

Nesta conjuntura, surge a necessidade de centralizar as forças classistas que não respondiam à direção do PC-Unidade e a CGTP, que adquiriram maior presença no sindicalismo nacional, ditas forças constituem o CCUSC⁶⁵, em 1974. Esta primeira tentativa de coordenação classista a margem do PC-unidade sofrerá as conseqüências da divisão da esquerda e das distintas avaliações que merece a CGTP por parte dos partidos presentes.

"Pátria Roja" acusa todas as demais centrais de serem burguesas e aponta, para uma quinta central. O setor da "VR" que assessora a "CCP", ruma também no sentido de centralizar as forças à margem da CGTP, mas a CCP se retira do CCUSC, apresentam-se problemas de representatividade de delegados e de estratégia frente ao governo. Outro setor da VR, que passou a constituir o PCR, defende junto com outros agrupamentos políticos a tese de centralização dentro e fora da CGTP.

Junto com a formação do CCUSC, múltiplas mobilizações sindicais e populares testemunham uma surpreendente resistência dos trabalhadores ao intento corporativista⁶⁶

⁶⁵ CCUSC. Coordenadora de Unificação Sindical Clasista, organização impelida pelo setor maoísta de *Pátria Vermelha*, paralela e de oposição à CGTP.

⁶⁶ Segundo Ricardo Antunes a corrente corporativista. - "data das primeiras décadas deste século durante a vigência do fascismo, seu aparecimento só foi possível através da violenta repressão ao movimento sindical operário antifascista acabando com as verdadeiras lideranças operárias além de uma prática de intensa manipulação das massas populares, em 1927 Mussolini decretou a carta do Trabalho que

do regime e da ideologia reformista que propugna. Esta resistência contribuiu para aticar as contradições de classe no interior do governo, onde disputavam diferentes alternativas políticas para controlar o movimento popular, em que pese estas discrepâncias de caráter político como veremos posteriormente, a CGTP⁶⁷ mantinha-se como central com maior capacidade de convocação.

QUADRO N° 7

Greves Convocadas pelas Centrais Sindicais

Horas/Homem perdidas por central (%)

CENTRAL	1973	1974	1975
CGTP	47,8	73,8	67,7
CTP	7,6	0,8	1,8
CTRP	5,2	5,8	1,6
CNT	0,3	0,1	0,4
Não filiados	39,1	19,5	28,5
	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho "Anuário Estatístico".

Apesar dessas discrepâncias de caráter político no nível das cúpulas sindicais, o sindicalismo se constituía em uma possibilidade de ação sindical e contava com o respaldo de toda a população militante, desenvolvendo-se uma atividade político-sindical intensa.

Nessas ações, um elemento que influiu foi a crise econômica (ao mesmo tempo em que se paralisam as reformas, tornava-se inviável a política participacionista do governo, o que se soma à desvalorização da moeda peruana o "sol"), que provocou o início de um processo inflacionário durante este período (68-75); situação econômica que não pôde ser superada em relação ao início da década de 60, que como veremos posteriormente foram as intenções do regime.

organizou os sindicatos italianos nos moldes corporativistas: as corporações tornaram-se subordinadas a dependentes do Estado Fascista". O Que e o Sindicalismo, S.P., Abril, 1985, p. 28.

⁶⁷ A CGTP compunha-se de: 27 Federações de trabalhadores e empregados

1 Confederação Camponesa do Peru

1 Sindicato Nacional (SUTE)

10 Federações Regionais

192 sindicatos filiados diretamente

72 Comitês Sindicais.

Fonte: Isabel Yepez y Jorge Bernedo, In: "La Sindicalizacion en el Perú" Lima, FFE, 1983, p. 104-105.

QUADRO N° 8
TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAIS

ANO	PIB GLOBAL	PIB PER CAPITA
1960	12.2	9.1
1968	0.4	-2.4
1969	3.8	0.9
1970	5.9	2.9
1971	4.2	1.3
1972	2.9	0.0
1973	5.4	2.5
1974	9.2	6.3
1975	3.4	0.6

fonte: INEI (Instituto Nacional de Estadística)

Elaboração Centro de Investigaciones de la Universidad del Pacífico (Conjuntura Económica CIUP).

Pese o aceitável comportamento macroeconômico, ele não foi o suficiente para efetivar uma política que evitasse uma polarização de classes, o que propiciou que o uso da greve se estendesse a setores de trabalhadores que nunca antes a haviam utilizado, como o dos docentes universitários, trabalhadores hoteleiros e de turismo; igualmente, durante este período, aumentou fortemente a reivindicação, especialmente no setor industrial, mineiro e magisterial, alcançando seu nível máximo em mobilizações de mais de 600 mil trabalhadores, não somente aglutinados pela CGTP, mas também pela CTRP⁶⁸ e a CTP⁶⁹. O projeto econômico e social do governo fracassou.

A condição básica para a queda de Velasco, foi a luta de classes no interior do país e não a crise econômica propriamente dita. Velasco caiu em agosto de 1975, precisamente um ano depois da expropriação dos jornais diários e meios de comunicação⁷⁰ em Julho do 1974. Foi este o fato que provocou a ruptura política com setores sociais de direita, que, até então, apoiavam o governo, e se desatou uma ofensiva política reacionária intensa. E Velasco não pôde consolidar sua relativa e ambígua aliança com as classes populares.

⁶⁸ CTRP. "Confederação de Trabalhadores da Revolução Peruana" reconhecida com Res. Dir. 468-72-DR de 29-12-72 promovida pelo governo militar.

⁶⁹ CTP. "Confederação de Trabalhadores do Peru" afiliada a ORIT - CIOLS fundada em 1º de maio de 1944, na raiz da reorganização dos *apristas e comunistas*, realizou-se o "pacto sindical de Santiago" (Chile) em 1943 propiciado pela Confederação de trabalhadores da América Latina com o fim de constituir uma frente sindical nacional; a direção da CTP foi inicialmente compartilhada por comunistas e apristas, mas os segundos tomaram plenamente o controle a partir de 1945. Reconhecida com Res. D.S. No 264 SPL de 14-07-64, foi hegemônica politicamente pelo Partido Aprista Peruano.

⁷⁰ Dentre os que podemos citar: *Ao Expreso*, *o Extra*; *A Crónica*, *O Comércio*, *O Semanario Oiga*, *Caretas*, e as Empresas de Televisão *Canal 5 Panamericana* e *canal 4 América Tv*.

Finalmente alinhou-se com a direita, mas esta arremeteu com força contra ele e provocou sua queda.

O programa original queria evitar conflitos entre classes, conciliar os interesses de uns e outros, criar uma frente ampla nacional sem romper relações básicas de classe e sem ter em conta os conflitos de classe que o comprometiam.

Dentre os vários indicadores econômicos, temos a evolução dos níveis de emprego como se pode apreciar no seguinte quadro,

QUADRO N^o 9
NIVEIS NACIONAIS DE EMPREGO

ANO	PORCENTAGENS			PEA	ABSOLUTOS		
	Emprega- dos	Sub- emprego	Desem- - prego		Emprega- dos	Sub- emprego	Desem- prego
1970	49,4	45,9	4,7	4188,6	2069,2	1922,6	169,9
1971	51,2	44,4	4,4	4287,5	2195,2	1903,7	188,7
1972	51,6	44,2	4,2	4398,1	2269,4	2269,4	184,7
1973	54,5	41,3	4,0	4528,9	2468,3	1870,4	190,2
1974	54,2	41,8	4,0	4664,9	2528,4	1949,9	186,6
1975	52,7	42,4	4,9	4800,0	2529,6	2035,2	235,2
1976	50,5	44,3	5,2	4941,6	2495,5	2189,1	257,0
1977	46,0	48,2	5,8	5095,8	2344,1	2470,1	297,9
1978	41,5	52,0	6,5	5250,0	2178,8	2730,0	341,3
1979	41,5	51,4	7,1	5407,5	2244,1	2779,5	383,9

Fonte: *Compêndio Estatístico 1988 INE*
Informação Macroeconômica Peruana.

2.3.- O SEGUNDO PERÍODO DO REGIME MILITAR E O MOVIMENTO SINDICAL. 1975-1979.

O golpe de 29 de agosto de 1975 foi o primeiro episódio da transferência do poder aos civis; a ala progressista foi retirada do governo. O regime do General Morales Bermúdez flexibilizou-se para os setores empresariais e para a direita política e endureceu contra os movimento populares classistas e com a esquerda radical. Tratava-se de criar as condições políticas para a aplicação de políticas de estabilização sem sobressaltos nem riscos para a classe empresarial. Mas a crescente polarização entre o governo e os

movimentos populares classistas não ajudava a alcançar esse objetivo. A clara virada à direita do novo governo outorgou uma série de concessões ao capital privado e negociações com os bancos internacionais, para refinarçar a enorme dívida externa, contraída na primeira fase do regime militar.⁷¹

QUADRO No 10
DÍVIDA EXTERNA TOTAL DO PERU
1970 - 1980

Montante no fim do período em milhões de US\$ considerando o curto e o longo prazo

1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
2.712	2.723	2.862	3.162	4.268	5.288	6.415	7.598	8.355	8.445	8.723

Fonte BCR (Banco Central de Reserva do Peru), *Compendio Estadístico del setor Externo*, pág.85

Abandona-se a “retórica revolucionária”, congela-se a propriedade social, reduz-se a comunidade industrial a um simple mecanismo de participação nos lucros das empresas e suspende-se a estabilidade no emprego.⁷² Os trabalhadores começam a sofrer uma sistemática ofensiva patronal, tanto por parte do empresário privado como pelo Estado.⁷³ Inicia-se uma investida contra o movimento sindical, ainda que o clasismo tenha visto crescer suas filas com novos contingentes sociais, provenientes das organizações promovidas pelo governo do general Velasco: Os organismos sindicais criados pelo governo de Velasco como a CTRP-Lima, a CNA, a CONACI, se transferiram do governo à oposição radical, mas mesmo com o movimento sindical popular ainda forte, executa-se uma onda de demissões de dirigentes sindicais, como também de demissões maciças

⁷¹ Durante o governo militar a dívida externa peruana, de curto e longo prazo foi de US\$ 7,170 milhões de dólares. De 1971 até dezembro de 1977, obtiveram-se US\$ 4,400 milhões no longo prazo, dos quais US\$ 1,200 milhões eram para a compra de armamento e 941 milhões para refinanciamentos; os 50% restantes desta dívida destinavam-se a projetos de investimento ou de bem-estar. *Marka*, Lima, nº 62 p.16.

⁷² No começo deste governo aprovou-se uma nova Lei de Estabilidade no Emprego que amplia o período de experiência do trabalhador exigida para a efetivação de três meses a três anos.

⁷³ O governo de Morales Bermúdez publica os Decretos Leis 22264 o 22265 aprovando a demissão de milhares de empregados públicos para equilibrar a receita. O FMI pressionou para a aplicação da receita chilena, artigo “100 MIL TRABAJADORES A LA CALLE TRIUNFO COMPLETO DEL F.M.I.” publicada na *Revista Marka* Nº 84 de 17 de Agosto de 1978.

ordenadas pelo Fundo Monetário Internacional⁷⁴.

O descontentamento popular aumentou ante os sucessivos ajustes econômicos empreendidos pelo governo de Morales Bermúdez, assim como diante do seu caráter autocrático, e dos métodos abertamente ditatoriais que o caracterizaram.

A intensificação e ampliação das paralisações de trabalhadores em 1975, manifestadas nas greves das federações setoriais, do setor estatal e no aumento de greves de solidariedade,⁷⁵ tiveram como resposta governamental um conjunto de dispositivos repressivos e de corte dos direitos sindicais e políticos destinados a paralisar respostas organizadas dos trabalhadores. Decretou-se o “*Estado de Emergência*” em 13-07-76 que implicava a suspensão da liberdade de reunião e a proibição de greves (Decreto Supremo 011). O Ministério de Trabalho emitiu um comunicado respaldando esta última medida e indicando que a persistência em atitudes de força acarretava automaticamente a perda da estabilidade empregatícia.⁷⁶

E agosto de 1976 expede-se um decreto supremo (D.S.) para regular as relações trabalhistas durante o estado de emergência. Em dito decreto, estabelecem-se duras sanções a qualquer tipo de paralisação; desta forma a greve deixa de ser um direito. Restringiram-se, assim drasticamente, os direitos consagrados na legislação trabalhista, antes considerados conquistas obtidas pelos trabalhadores.

Além disso, a intimidação e repressão do sindicalismo tornou-se intensa; a assinatura de conseqüências penais às greves e a submissão desta a competência dos tribunais militares para seu julgamento; a respeito disso Jorge Santisteban assinala que no campo das limitações de ordem extra-legal,

“O governo recorreu a captura, prisão e eventual deportação de dirigentes sindicais e políticos. Mas além disso, inaugurou uma sofisticada modalidade repressiva: o encarceramento dos principais assessores legais de sindicatos, os quais confinou por vários meses no “Sepa” (centro de reclusão para líderes políticos na selva) junto com

⁷⁴ Segundo os dados do Instituto Nacional Administração Pública, os empregados públicos incluídos os das empresas do Estado chegam a 600 mil; afirmou-se que nos critérios dos responsáveis pela aplicação destas medidas contemplou-se o seguinte 1) os contratados; 2) os graus altos; 3) um dos cônjuges se os dois trabalham em dependência do Estado; 4) os que tivessem outras formas de renda 5) os solteiros com pouca carga familiar. In: *Como Será la Purga*, Revista Marka No 84.

⁷⁵ Denis Sulmont, In: *Historia del movimiento Obrero*, Lima, Desco, 1981, pág 87.

⁷⁶ Rosa Balbi Carmen, In: *Identidad classista en el sindicalismo*, Lima, Desco, 1987, p. 112.

alguns dirigentes mineiros".⁷⁷

No terreno da negociação coletiva estabeleceram-se tetos para as reclamações salariais; a restrição do conteúdo dos documentos a somente um ponto: o salarial, eliminando qualquer referência a condições de trabalho, saúde, bonificações, etc. Ditou-se à parte, um decreto-lei que prorrogava a vigência das convenções coletivas. O reconhecimento legal dos sindicatos diminuiu fortemente neste período; tudo isto dava-se em um contexto de crescente deterioração do poder aquisitivo, como se pode ver pelo quadro seguinte:

QUADRO Nº 11
SALÁRIOS, CUSTO DE VIDA E DESOCUPAÇÃO 1976-1979

ANO	Custo de Vida	Salário Nominal	Índice de Salario	Desemprego	Sub-Emprego
1973	100	2.400	100	4,2	41,3
1976	214	4.500	88	5,2	44,3
1977	283	5.400	72	5,8	48,1
1978	482	6.900	64	6,2	52,0
1979	861	12.000	62	8,5	49,1

Fonte: Ministério de Trabalho e Promoção Social

Elaboração DESCO (Centro de Desarrollo Económico y Social)

O agravamento da situação da economia popular, claramente marcado pelas medidas de junho de 1976, desencadeava a mobilização sindical em meio do estado de emergência e a restrição das liberdades sindicais; a crise levou à ação reivindicativa setores que não tinham tradição de mobilização, tais como funcionários municipais, trabalhadores dos correios, hoteleiros, trabalhadores não docentes das universidades.

O pacote de medidas econômicas de maio de 1977 com um forte impacto sobre os salários reais catalisou a resposta centralizada do movimento sindical contra o programa econômico do regime,⁷⁸ crescentemente ditatorial. O Estado se converteu no alvo

⁷⁷ Jorge Santisteban, In: *La Huelga en el Peru*, Lima, IEP, 1980, p. 273.

⁷⁸ Segundo a revista *MARKA* no artigo A dívida Peruana "Promete-se reduzir o crédito ao setor público para contrair a intervenção do Estado na Economia, não criar um valor múltiplo da divisa (preços distintos para importações e exportações, para turismo, por exemplo) não controlar as importações nem impor restrições às mesmas. Igualmente se darão todas as facilidades para as transferências de capital do Peru ao exterior. Estas são algumas condições que o Peru aceitou para obter o aval do FMI que lhe permita obter novos empréstimos para cobrir o déficit de Balança Comercial e para amortizar as dívidas pendentes este ano. Este é o custo da dívida externa e a maneira como foi

preponderante do sindicalismo.

Mobilizações que se iniciam em diversas cidades provincianas adquirem progressiva envergadura nacional. Lideradas pela CGTP e os partidos de esquerda, culminam na greve nacional de julho de 1977, considerada a ação sindical mais importante no país desde a luta pelas oito horas. Este vasto movimento significou a unificação dos diferentes setores políticos do classismo que se enfrentavam uns a outros; isto traduziu-se na criação do Comando Unificado de Luta (CUL) que, integrado pela CGTP, a CTRP-Lima, a CNT, e as principais federações do Peru, se converte no organismo que convoca a paralisação nacional; além disso tal mobilização se articulou com um amplo movimento de bairros que participou ativamente da paralisação.

A resposta governamental à greve nacional de 19 de julho foi um dos mais duros golpes recebidos pelo sindicalismo peruano: o regime autorizou a demissão de mais de 5.000 trabalhadores. Desta maneira, os empresários e o governo buscaram afastar de suas bases toda a geração de dirigentes, medir a consolidação do movimento classista e desarticular a capacidade de resposta dos trabalhadores frente às medidas econômicas do programa de estabilização colocado em prática.

As demissões maciças debilitaram o movimento sindical, mas contribuíram para a radicalização dos trabalhadores. Após a greve de 19 de julho de 1977 anuncia-se a convocação de eleições para a Assembléia Constituinte assim como a convocação a eleições gerais, como saída para a crise instaurada.

A acentuação das políticas de estabilização e a crescente deterioração salarial, ampliada pelo pacote de medidas econômicas do início de 1978, desencadeiam uma nova paralisação nacional, dessa vez de 48 horas, em 2 e 3 de maio, superando em intensidade e mobilização ao de 19 de julho de 1977. Esta nova greve teve uma grande significação, não somente a participação ativa de comunidades jovens, mas também as manifestações de ruas em quase todas as cidades do interior do Peru. A nova greve envolveu a mais de um milhão de trabalhadores e significou 20 milhões de horas/homem perdidas.

QUADRO N° 12**EVOLUÇÃO DAS GREVES 1974-1978**

ANO	TRABALHADORES AFETADOS (MILHARES)	PERDAS HORAS/HOMEM (MILHÕES)
1974	362,7	13,4
1975	617,1	20,3
1976	258,1	6,8
1977	396,2	5,0
1978	1,398,3	35,0

Fonte: Ministério de Trabalho.

Produziram-se além disso importantes mobilizações e greves de setores significativos do país. À greve dos professores organizados no SUTEP (iniciada em maio de 1978), que durou 81 dias, somam-se as maciças mobilizações dos trabalhadores mineiros e empregados públicos, os quais pela primeira vez, se organizam e mobilizam conjuntamente em defesa de sua estabilidade no emprego o que obrigou o governo a retroceder em sua decisão de reduzir o número de trabalhadores da administração pública. Nasce aí a Confederação Intersetorial de Trabalhadores Estatais (CITE).

As paralisações nacionais de 1977 e 1978, em condições de dura repressão e criminalização da greve, serão as expressões mais altas do novo sindicalismo emergente. Com isto, ditas forças passam a constituir um eixo gravitacional no cenário político nacional. No terreno político, os partidos de centro direita (APRA, Ação Popular, Partido Popular Cristão), se aproveitaram desta ocasião para retomar algumas possibilidades de ascensão ao poder político.

O governo suspendeu as garantias, outorgou algumas mínimas concessões econômicas e pôs em marcha o processo eleitoral, conseguindo deter momentaneamente a oposição maciça contra ele e isolar o movimento sindical. A dificuldade de encontrar uma resposta para as demissões, e a deteriorada da situação econômica dos trabalhadores irão precipitar a crise de direção do movimento sindical e gerar um importante processo de articulação política da esquerda presente no movimento sindical. Os dirigentes da Federação de Centromín e do CCUSC, que negaram a se articular com a CGTP e o CUL em 19 de Julho, começaram a sofrer duros revezes em suas próprias bases. Os dirigentes da CGTP, buscando um acordo com o governo à margem do CUL e das bases classistas, conseguiram poucas reposições e enfrentaram a graves polêmicas internas, igualmente ao

que ocorria no interior do PC-Unidade.

Frente à imobilidade da CGTP, as bases classistas do CUL convocaram uma greve geral indefinida para 20 de setembro de 1977, a qual resultou um fracasso; os dirigentes despedidos, afastados de suas bases, superestimaram o estado de ânimo das massas e subestimaram o peso da CGTP. As divergências dos dirigentes da CGTP repercutem no PC-Unidad, que se divide em fins de 77; o grosso da Juventude Comunista e dos comitês regionais deste partido constituem o chamado PC-Maioria que adota uma linha sindical mais radical frente ao governo.

Paralelamente, constituem-se duas novas frentes de esquerda que participam no processo eleitoral a Unidade Democrático Popular (UDP), à qual aderem a federação Mineira; e o PC-Maioria, assim como o Frente Operária Camponesa Estudantil e Popular (FOCEP).

Ao pretender tipificar este governo encontramos que Morales Bermúdez apelava com frequência à analogia da transferência como uma ponte frágil que podia romper se carregada com o peso excessivo das mobilizações sociais. Estas, contudo, se intensificaram através de greves, paralizações regionais e nacionais impelidos pelo classismo e pela esquerda radical; saíram do terreno sindical para entrar no cenário político. Esse trânsito teve muitas ambigüidades, contradições e rompimentos. A maioria dos líderes de esquerda pensava que sair do espaço sindical era abandonar a luta direta das massas que conduzia à revolução para cair nas “banais expectativas da ditadura militar”.

A convocação de eleições (retorno ao sistema democrático-representativo) e a transferência de poder aos civis eram uma manobra da ditadura para retirar as massas e suas vanguardas da luta direta. Surgiram então duas posições no seio da esquerda: a tática da abstenção eleitoral e a da participação indecorosa. O primeiro caminho, que foi escolhido por Pátria Vermelha, Sendero Luminoso e outros grupos menores, conduzia à confrontação aberta. O segundo, seguido pela forças políticas restantes, constituiu a incursão das classes populares, dos movimentos classistas e da maioria da esquerda no Estado. Isto levou à institucionalização do confronto entre os dois movimentos classistas, assim como entre um setor importante da esquerda, por um lado, e o governo, pelo outro. As grandes mobilizações de massas e a abertura democrática representativa contribuíram

para a unificação da esquerda, então dispersa em diversas frentes políticas: o Unidade Nacional de Esquerda Revolucionária (UNIR), o Frente Operária Estudantil do Peru (FOCEP), Unidade Democrático-Popular (UDP), a Unidade de Esquerda, etc. Iniciava-se deste modo uma inversão, trasladando para o cenário político ao terreno da democracia burguesa e tratando de conquistar o poder através do voto; desta maneira dá-se o amálgama da esquerda predominante na década de 60-70.

A força do classismo durante o regime militar se viu refletida em um novo mapa eleitoral do Peru. Pela primeira vez, as esquerdas tinham um peso eleitoral 36,25% maior que a direita representada no Partido Popular Cristão (PPC) com 23,78%, e quase igual ao do APRA 35,34%. No campo da esquerda, os setores radicais tinham uma gravitação eleitoral maior que os setores moderados. Os resultados eleitorais mudavam os termos da luta política estabelecidos pela ditadura do general Morales Bermúdez (de negociação com os setores empresariais, com os partidos de direita e o APRA, e de confrontação com os excluídos movimentos populares classistas e da esquerda). Doravante, essa confrontação já não se desenvolveria entre o Estado e os movimentos populares fora do Estado, mas se realizaria dentro do próprio Estado, isto é, se processaria em termos institucionais.

No terreno econômico, varias mudanças se processaram como sustenta Francisco Verdera:

"... No Peru a transição da Industrialização por Substituição de Importações ao Neoliberalismo foi iniciada em 1975 sob o regime militar de Morales Bermúdez, ainda que as políticas neoliberais tenham continuados com igual intensidade sob a presidência democrática de Belaunde..."⁷⁹

Do mesmo modo, Shydlovskiy e Wicht definem a estratégia do governo de Morales a partir da resposta ante a crise e da aceitação das recomendações do FMI:

"Sem um modelo próprio e sob pressão da comunidade internacional, os militares tiveram que aceitar não somente a penosa evidência de uma crise inesperada mas, além disso, todo um novo conjunto de idéias e explicações: "o evangelho econômico" segundo o FMI a essência desta mensagem [diz que]...é necessário reduzir o gasto público e privado; a desordem financeira tem sido introduzida pela intervenção Estatal, e portanto é necessário retomar aos mecanismos de mercado

*livre, especialmente no setor externo*⁷⁹

Ambas apreciações fundamenta pois uma estratégia, de desmonte do Estado, constituída a partir das recomendações e/ou pressões dos organismos Financeiros Internacionais, evidentemente o processo de liberalização segundo o modelo neoliberal requer vários anos, e este modelo aposta no receituário das instituições multilaterais de desenvolvimento.

Todas estas ações, dadas na ordem político-social e econômica, minaram ao regime militar, o que determinou sua retirada estratégica. Em essas peculiares circunstâncias, as direções partidárias haveriam que se colocar em acordo, com os militares, sobre as regras e os procedimentos que pautariam a transição para sistema democrático-representativo.

⁷⁹ *El Empleo en el Perú*, Vários autores. Lima, ADEC-ATC- 1990 P. 106.

⁸⁰ Daniel Schdylosky, Juan Julio Wicht, In: *Anatomía de un Fracasso Económico. Perú 1968-1978*
Lima, CIUP, 1970 p. 38.

CAPÍTULO III

O RETORNO NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA 1980-90

3.- O MOVIMENTO SINDICAL DURANTE OS PERÍODOS “DEMOCRÁTICOS”.

O auge grevista que ocorre em 1977 e 1978 tem a virtude de apresentar, por instantes fugazes, uma imagem cristalizada das classes sociais em luta no país. A deterioração do regime e sua resposta repressiva se intensificam rapidamente neste contexto; o movimento sindical se vê acéfalo com a demissão de mais de 5.000 dirigentes sindicais como consequência da paralisação nacional de 1977 e na busca de uma saída política convocam-se a eleições para uma Assembléia Constituinte.

As organizações tradicionais dos setores populares-sindicatos, federações, grêmios rurais, etc. vivem neste período um apogeu aparente. Sua dinâmica de mobilização, seu vínculo cotidiano com o político não têm, ainda a força suficiente para romper as crescentes dificuldades que enfrentam em termos de participação. Seu comportamento essencialmente defensivo e reativo não é capaz de incorporar à sua organização as novas práticas sociais que vão surgindo em seu interior.

Os acordos entre os militares e as lideranças do APRA e do Partido Popular Cristão (PPC), chefes de partidos de centro e de direita, conseguiram estabelecer um processo, delineando-se fórmulas de transação que permitirá a “transferencia do poder”. As exigências dos militares relativas (ao respeito) e à autonomia militar foram aceitas sem dificuldade, enquanto as outras, as referentes à manutenção das reformas, somente foram admitidas por Haya de la Torre e pelo APRA, as quais haviam descoberto em Velasco, ainda que tardiamente, sua própria vertente nacionalista.

Os termos das negociações secretas entre os militares, o APRA e o PPC fundaram a agenda e condições de tal transição; acordando-se a convocatória eleitoral para eleger uma Assembléia Constitucional em 1978, que propiciaria outra eleição na qual se haveriam de ser designadas os integrantes dos poderes públicos.

Assim chegava-se a um acordo explícito com respeito ao que era o restabelecimento da representação partidária tradicional; reimplanta-se os mecanismos

para o desenvolvimento das “forças de mercado” —e, com elas, das “forças vivas”, como se costumava qualificar os grandes proprietários— reintegrando-se plenamente o Peru à comunidade de interesses regida pelos Estados Unidos em prejuízo das opções populistas nacionalistas.

A transição⁸¹ foi marcada por duas dinâmicas diferentes. De um lado, desenvolviam-se a mobilização e a radicalização, políticas alentadas e dirigidas pelas esquerdas marxistas e cristãs. As esquerdas buscavam um modo de anular as medidas econômicas e revertê-las em favor dos interesses populares, superando os obstáculos para culminar na revolução. De outro, os partidos de centro direita e suas lideranças se interessavam pela elaboração de fórmulas para a nova institucionalidade, esquecendo os problemas imediatos da população. Esse desencontro tinha como fundamento a definição parcial da democracia. Para os que se inscreviam na primeira tendência, tal regime somente tinha sentido se resolvesse as necessidades vitais da população, definindo-se como socialista. Em contrapartida, para os que se integravam na segunda tendência, a democracia constituía uma ordem constitucional que definia as regras e os procedimentos políticos, assegurando a manutenção e a reprodução de seus interesses e privilégios.

Os sindicatos reiteravam sua histórica aspiração de que o Estado exercesse plenamente a mediação nas suas relações com os empresários. Poderia ser que, devido à amplitude de sua experiência histórica, o Estado se tornasse a instância que, de algum modo, reconhecesse suas demandas, oferecendo-lhes certa proteção nas relações com os empresários. Além disso, sua própria capacidade de mobilizar e paralisar havia demonstrado ser uma “arma política” sumamente eficaz para pressionar o Estado e obter a ampliação de seus benefícios. Por estas razões os sindicatos estavam de acordo com a intervenção do Estado na negociação coletiva, normalizada durante o governo de Velasco⁸² em 1971 pelo D.S. 006-71-TR, esperando que o novo governo a colocasse em plena vigência.

⁸¹ D.L. N° 21.949 convoca eleições para a Assembléia Constituinte cujo único objeto e propósito era a elaboração de uma nova Carta constitucional, entendendo-se que o processo de transferência deveria ser feito com um novo texto constitucional, dado que o de 1933 era atrasado e anacrônico.

⁸² Carmen Balbi, In: *Radicalismo y Classismo en el Movimiento Sindical Peruano*, Edit. Socialismo y Participación. 1994 p. 96

A constituição de 12-07-1979 é redigida, sancionada e promulgada em um contexto político social que hoje, podemos analisar com mais clareza. A Constituição modelou os pilares básicos da nação, reorganizando as estruturas do poder, os âmbitos competentes do exercício do poder político, econômico e social da Nação. Como diria Aníbal Quiroga,

*"A constituição é sobretudo, norma política antes que norma jurídica. Tem evidentemente uma manifestação jurídica que a faz situar-se no vértice superior do ordenamento jurídico, mas que, num cenário mais puro, é norma de consenso político. "*⁸³

Ela tem um preâmbulo inédito no qual proclama, acima de tudo, a primazia da pessoa humana, o respeito à família como célula básica da sociedade, a justiça como valor primário da vida comunitária, a necessidade de uma sociedade justa, livre e culta, sem explorados nem exploradores, a necessidade de fundar um Estado democrático de direito. E como veremos a seguir, alguns artigos referentes ao trabalhador e seus direitos pode salientar o sentido de seu conteúdo.

Dentro do Capítulo V, "Do Trabalho", destaca-se com nitidez o artigo 42, que diz:

"O estado reconhece o trabalho como fonte principal da riqueza. O trabalho é um direito e um dever social. Cabe ao Estado promover as condições econômicas e sociais que eliminem a pobreza e assegurem equanimemente aos habitantes da república a oportunidade de uma ocupação útil, e que os protejam contra o desemprego e o subemprego em qualquer de suas manifestações (...). O trabalho, em suas diversas modalidades, é objeto de proteção por parte do Estado sem discriminação alguma e dentro de um regime de igualdade de tratamento."

Em seu artigo 43 diz:

"O trabalhador tem direito a uma remuneração justa que proporcione a ele e sua família o bem-estar material e o desenvolvimento espiritual."

O artigo 48 afirma:

"O Estado reconhece o direito de estabilidade no trabalho. O trabalhador somente pode ser despedido por justa causa, assinalada na lei e devidamente comprovada."

⁸³ Aníbal Quiroga, In: *El Modelo Global de Constitución*, Lima, FFE, 1994, p. 31

O artigo 51 acrescenta

"O Estado reconhece aos trabalhadores o direito à sindicalização sem autorização prévia. Ninguém está obrigado a formar parte de um sindicato nem impedido de que fazê-lo. Os sindicatos têm direito de criar organismos de grau superior. Sem que se possa impedir ou obstaculizar a constituição, o funcionamento e a administração dos organismos sindicais."

Artigo 55 afirma:

"A Greve é um direito dos trabalhadores, exercido na forma que estabelece a lei."

Artigo 56 afirma:

"O Estado reconhece o direito dos trabalhadores de participar na gestão da empresa, de acordo com a modalidade desta (...). A participação dos trabalhadores se estende à propriedade nas empresas cuja natureza jurídica não o impressa."

Poucos dias depois de subscrever a Constituição, como presidente da Assembléia Constituinte o enfermo e octogenário Haya de la Torre faleceu (agosto de 1979), deixando um vazio no processo de transição que gerou incertezas sobre seu desenvolvimento. Nessas condições os governantes postergaram a convocação de eleições até o ano seguinte, na esperança de controlar o desenrolar dos acontecimentos. Mas esta postergação fez com que a campanha eleitoral se desse em um ambiente de intensa mobilização política.

À morte de Haya de la Torre entabulou-se uma luta aberta entre seus presumíveis herdeiros pela nomeação da candidatura oficial do partido, que culminou com o triunfo de seu secretário geral, Armando Villanueva. Mas os traços que teve esta sucessão desnudaram o caráter antidemocrático da direção partidária.

Com a competição ideológica da APRA pelos votos que as esquerdas a haviam obtido, intensificaram-se os sentimentos de rivalidade e hostilidade destas esquerdas frente ao APRA, o que reforçou as dificuldades com as quais deparara Haya de la Torre para procurar um entendimento que culminasse numa aliança de centro-esquerda.

Após seu regresso do exílio, o arquiteto Belaunde Terry retomou a liderança da Ação Popular, renovou os laços clientelistas com familiares, amigos e correligionários

políticos e se dispôs a entrar na campanha eleitoral. Belaunde enfatizou sua natureza cívica: era o ex-presidente deposto por “maus” militares, dos quais não guardava rancores nem ressentimentos. Sua “fidalguia” e sua “elegância”, virtudes que seriam exaltadas permanentemente, se expressavam em seu respeito à lei e em sua atitude benévola, atendendo a todos e a cada um dos peruanos por igual. Sua disposição para “trabalhar e deixar trabalhar” significava eliminar a crescente intromissão estatal no âmbito econômico e social, com respeito ao qual prometia criar um milhão de empregos no período de 1980-1985. Isto é, Belaunde desenvolveu uma imagem na qual se combinavam os traços tradicionais de patronato personalista e clientelista com os de natureza liberal, anti estatal, pluralista e antimilitarista.

As lideranças das organizações esquerdistas entraram em uma intensa disputa para ganhar o respaldo das massas populares mobilizadas, buscando controlá-las monopolistamente, e impor-se nas negociações destinadas a alcançar sua integração política na Aliança Revolucionaria de Esquerda, ARI, e que resultaram falidas pelas mesmas razões que atuaram nas eleições da Assembléia Constituinte, dois anos antes.

A convocação dos partidos políticos em torno dos problemas da “realidade nacional” significou a colocação de temas comuns para o conjunto das classes sociais, mas que envolveram e interessavam de distintas maneiras os diferentes e antagônicos agrupamentos sociais, condicionando o desenvolvimento de identidades políticas classistas e nacionais.

A fragmentada e heterogênea sociedade peruana encontrou nestes eventos eleitorais a oportunidade de articular-se ao redor dos líderes dos partidos e de seus respectivos programas, e, assim, deu seu voto aos eleitos pelos diferentes líderes políticos⁸⁴.

Neste agitado ambiente eleitoral, o ex-presidente Belaunde ganhou por uma ampla

⁸⁴ Julio Cotler, afirmava que “quando dizemos que os eleitores elegem seus representantes, nos expressamos sem nenhuma precisão; a verdade é que o representante faz-se eleger por seus representados”. No caso que examinamos os representantes são designados a “dedo” pelos líderes dos partidos, na Esquerda Unida (IU) funciona a “cota” que cada um dos oito secretários gerais dos partidos busca alcançar a fim de incluir “sua gente” nas listas de candidatos, cingindo-se as conhecidas práticas do centralismo democrático”. In: *Crisis de los Partidos Politicos*, Lima, IEP, 1989, p. 172.

margem do aprista Armando Villanueva, do direitista Bedoya e das diversas candidaturas esquerdistas. Alguns comentaristas viam nestes resultados uma incapacidade da cidadania para julgar as mudanças que se haviam desenvolvido nos últimos doze anos; outros viam uma falta de memória histórica do povo peruano ao eleger Belaunde e outorgar um minguido apoio aos herdeiros do governo militar.

O triunfo de Belaunde expressava o novo clima de transição política de natureza democrática. Tal vitória deveu-se não somente à imagem anti militarista de Belaunde, mas também à sua proposta “democrática” e pluralista que contrastava com o caráter de seus contendores. Com efeito, grande parte das classes populares tinha a falsa ilusão de fazer valer seus recém adquiridos direitos de representação e participação política; e, nesse sentido, a maioria do eleitorado achou que Belaunde se encarregaria da máxima representatividade nacional.

3.I.- O sindicalismo durante o governo de Fernando Belaunde Terry

O retorno à democracia liberal não significou o total restabelecimento dos direitos sindicais de livre negociação coletiva. Pois, embora o governo tenha suprimido as limitações impostas por decreto durante o regime militar, seguiu aplicando, à margem de todo embasamento legal, uma política de tetos aos aumentos, segundo a qual as resoluções ministeriais das cartas de reivindicações se ajustavam a certas quantidades máximas previamente estabelecidas. Esta política não constava em documentos públicos, mas formava parte do programa do Banco Central de Reserva para reduzir a inflação sob a monitoria do Fundo Monetário Internacional⁸⁵.

Na aplicação desta política, o Ministério de Trabalho outorgou aumentos inferiores aos oferecidos pelas empresas em acordo direto. Inclusive, no caso da Companhia Peruana de Telefones, o Ministério chegou ao extremo de desconhecer o convênio subscrito em acordo direto entre empresa e sindicato, porque, segundo explicou o presidente da diretoria, “o aumento pactuado havia rompido o esquema e tetos estabelecido pelo

⁸⁵ Em um memorando levado pelo Banco ao Fundo no segundo semestre de 1982 especificava-se que a política de aumentos “reconhecerá toda a inflação ocorrida desde a data do último aumento até novembro de 1982 e somente 3% de inflação mensal, a partir de dezembro de 1982” flexibilização da legislação trabalhista (eliminação da estabilidade no emprego); Transferência de propriedade, reprivatização,

governo para os aumentos de salários.”⁸⁶

Em outras áreas das relações trabalhistas, os direitos tampouco foram reconhecidos ou respeitados. O Ministério de Trabalho, embora carecesse de competência para reconhecer e resolver sobre greves, já que tal competência não lhe foi concedida por lei alguma, declarava improcedentes os prazos de greve assinalados pelos sindicatos. Afora isso, o governo constitucional manteve em vigência a lei de Estabilidade no Emprego sancionada pelo governo militar cujo artigo N° 28, ao consagrar a demissão injustificada, contradizia o artigo N° 54 da Constituição que ampara o direito à estabilidade no emprego.

Belaunde delegou ao primeiro-ministro Manuel Ulloa a condução da política econômica e este decidiu aplicar um conjunto de medidas de corte liberal que acarretaram inflação, desemprego e recessão produtiva, como veremos a seguir.

QUADRO No 13

DESEMPREGO, SUB-EMPREGO E EMPREGO

Nível de Emprego	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Desemprego	7,1	6,8	6,6	9,0	8,9	10,1
Subemprego	26,0	26,8	28,0	33,3	36,8	42,5
Emprego	66,9	66,4	65,4	57,7	54,3	47,4

Fonte: Ministério do Trabalho e Promoção Social.

QUADRO N° 14

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

Base ano 1979 = 100.0

ANO	MÉDIA
1979	100,00
1980	159,16
1981	279,20
1982	459,20
1983	459,20
1984	2.038,04

política salarial restritiva (limitação de aumentos). *Carta de Intencion del FMI: Que Hacer N° 28*, p. 20

⁸⁶ *Sin Trava*, Revista do sindicato da Companhia peruana de Telefones; Março de 1983.

Fonte: Instituto Nacional de Estadística.

Nesta situação, não obstante os nexos dos sindicatos com o poder político estarem bloqueados, apesar da eleição livre cidadã de um governo que interpretava a base de sua legitimidade como fonte de um poder irresponsável ante o Peru. Os sindicatos não tiveram modo de se fazer escutar, por essa espécie de presidência absoluta de um governo constitucional, acompanhado por um grupo de tecnocratas,

“O primeiro ministro Ulloa ditava a política econômica a seu estilo, despótico e ausente, abstendo-se de ouvir as demandas dos sindicatos as quais qualificou em janeiro de 1981 como um “cúmulo de disparates.”⁸⁷

O que na realidade aconteceu foi a submissão do governo ao Fundo Monetário Internacional. Esta foi uma constante, a ponto de, para substituir ao ministro Ulloa (pelo desgaste que havia sofrido por sua nefasta atuação) ter sido imposto um ministro da economia que vinha dos Estados Unidos e funcionário da Wells Fargo Bank, com o qual o Peru havia contraído endividamento, através dos Bancos Privados.

“Em 30 de junho, formalizou-se o acordo de renegociação com 287 bancos credores, sujeito à condição de atender um acordo com o FMI. Esta negociação se efetuou devido à forte carga que representava para o país o serviço da dívida. Assim, esta alcançava em 1982, 57% das exportações projetando-se para 1983 um nível equivalente a 89% das mesmas.”⁸⁸

A submissão do Parlamento ao ministério terminou por configurar esse projeto de governar de “costas” voltados para as classes populares, tornando praticamente inútil o trabalho dos partidos políticos. Em alguns casos os sindicatos tiveram que forçar a intervenção dos partidos. Em 1984, por exemplo os trabalhadores da Cristal Ferrand, ocuparam as escritórios de coordenação de parlamentares da maioria para que intercedessem junto ao Ministério do Trabalho em relação ao *lockout* da empresa.

As tentativas do governo de Belaunde de implementar uma política antitrabalhista consistiram na apresentação de um projeto de lei ao Congresso, mediante o qual se ameaçava em primeiro lugar o direito à greve amparado pelo artigo 55 da recentemente

⁸⁷ Citado por Jorge Parodi, do Diário Correo de 15-01-81 In: “Los sindicatos en la Democracia Vacía”, CLACSO, 1985, p. 97.

promulgada Constituição do Estado. O projeto apresentado pelo Ação Popular no artigo 17 estabelecia que: “*Se o pessoal indispensável para a manutenção de um serviço essencial se negar a trabalhar sem causa justificada, incorrerá em abandono de trabalho.*”

Contudo, a maior restrição do direito à greve se aplicava aos empregados públicos. Segundo os artigos 19 ao 23 do projeto de lei anti greve, estes somente podiam declarar greve depois de que fracasse a negociação coletiva sobre petições. Assim, entende-se que não podiam utilizar a greve para que o Estado, como patrão, respeitasse suas próprias leis.

No governo de Belaunde Terry, a legalidade da negociação salarial foi novamente estrangulada, os direitos sindicais se perdiam, as instituições políticas eram inacessíveis para as demandas sindicais e as organizações dos trabalhadores se encontravam isoladas das associações empresariais, o protesto e o radicalismo dos sindicatos tomavam renovada vigência nos primeiros anos do governo como veremos a seguir:

QUADRO Nº 15
ASSOCIAÇÕES SINDICAIS RECONHECIDAS POR ANOS DURANTE O
GOVERNO DE FERNANDO BELAUNDE TERRY

1980	61
1981	60
1982	42
1983	22
1984	4
TOTAL	189
Média Anual:	47

Fonte: Ministério de Trabalho. Anuário Estadístico.

QUADRO Nº 16
GREVES/TRABALHADORES AFETADOS HORAS HOMEM PERDIDAS

ANOS	Numero de Greves	Numero de em Trabalhadores Greve	
		Total em Milhares	% do total de trabalhadores
1980	739	481.5	33
1981	871	856.9	39
1982	809	548.8	25
1983	843	785.0	39

⁸⁸ In: Documentos de Trabalho do BCR-P (Banco Central de Reserva do Perú) 1992 p.6

1984	247	452.0	23
------	-----	-------	----

Fonte: Isabel Yepes del Castillo, *La sindicalización en el Perú* pág. 34

Alem de usar a greve como medida extrema para pressionar pela solução de alguma demanda isolada, os sindicatos retomaram a paralisação geral como medida de protesto e de pressão em meio à inoperância do diálogo. Na convocatória da greve nacional de setembro de 1983, o secretário geral da CGTP Eduardo Castillo Sánchez declarou:

*“Todos nossos esforços por dialogar e persuadir do governo para que mude sua política econômica nos demonstraram que não existe forma de deter as conspirações reacionárias, que não seja a ação direta das massas.”*⁸⁹

Entre janeiro de 1981 e novembro de 1984, decretaram-se seis paralisações nacionais convocados pela CGTP coordenada com algumas centrais, três das quais tiveram muito êxito enquanto a quantidade de trabalhadores que paralisaram, para exigir aumentos gerais de remunerações ante as alças intempestivas do custo de vida, o controle dos preços, a defesa de direitos sindicais e a mudança da política econômica.

QUADRO Nº 17

GREVES NACIONAIS 1980 -85

DATA	Trabalhadores Afetados	Horas Homem perdidas
15 de Janeiro de 1981	326.000	2.608.000
22 de Setembro de 1981	72.989	583.912
10 de Março	298.322	2.386.576
27 de Setembro de 1983	75.117	600.936
22 de Março de 1984	242.175	1.937.400
29 de Novembro de 1984	s/dados	s/dados

Fonte: Jorge Parodi em “Los Sindicatos en la Democracia Vacía” pág., 102

As paralisações de maior êxito tiveram como antecedente comum fatos políticos de transcendência na aplicação da política econômica, A greve de janeiro de 1981 foi convocada após ditar-se um conjunto de medidas econômicas que subiram em

60% o leite, em 65% o açúcar e em 50% o pão e as massas. A paralisação de março foi convocada posteriormente à nomeação de um novo gabinete que insistiu na mesma política econômica “com maior agressividade que seu antecessor” .

Todavia, Belaunde fez da indiferença uma forma de despotismo que dissimulava poeticamente com imagens disformes da realidade. Assim comparou com o “ócio” a greve seguinte, de março de 1984. No ano anterior havia qualificado a greve de março como um “ato de insanidade”; “desamor ao país” e de “antiestético”.⁹⁰

Como podemos ver nos quadros n^{os} 16 e 17 a atividade sindical nos últimos anos do governo tiveram um franco declínio, devido fundamentalmente, ao fato que um importante setor de trabalhadores em vez de radicalizar suas lutas aceitaram negociar sua retirada das empresas. Frente a reduções ou eventuais fechamentos de centros de trabalho, antes que defender um posto de trabalho que oferecia salários baixos e instabilidade, um setor de operários preferiu aceitar das empresas um estímulo econômico para se retirar.⁹¹ Ao fazê-lo, buscaram incorporar-se a atividades independentes, esperando encontrar por esse caminho uma possibilidade de progresso.⁹²

O operário industrial sentiu a pouca segurança de sua condição de assalariado em relação à qual havia conseguido na primeira metade dos anos 70, o que lhe desmoralizou e diluiu sua identificação com a condição de operário. A crise afetou a organização sindical neste setor porque realizaram paralisações sem êxito, daí que as preocupações dos operários por suas estratégias individuais de sobrevivência, buscando atividades adicionais paralelas à fábrica neste contexto, diminuíram o interesse por cargos sindicais e pela rotina organizativa dos sindicatos. A este

⁸⁹ In: *El Bancario* n° 5, Lima, FEB, 1982, p. 18

⁹⁰ DESCO *Resumen Semanal* n° 207 e n° 256

⁹¹ Segundo Carmen Rosa Balbi, Em levantamentos feitos nas organizações sindicais, a dirigentes sindicais dos ramos de calçados, vidraceiros, metalúrgicos e têxteis (que são os afetados pela crise), constatou que “na maioria dos casos os trabalhadores saíram da fábrica por renúncia voluntária antes que se pusesse em prática o plano de reduções generalizadas de pessoal.” In: *Organización Sindical y Crisis Económica* Lima, Edit. Estudios de Derecho y Sociad, 1984 pg. 196.

⁹² Com a demissão de operários eventuais não sindicalizados e de algumas reduções de pessoal sindicalizado, o emprego industrial declinou. O índice de emprego do setor manufatureiro na região Metropolitana de Lima(terceiro trimestre de cada ano) evoluiu da seguinte maneira: 101,2 (1982), 94,6

respeito, diria Carmen Rosa Balbi:

*"A diminuição da capacidade de negociação dos organismos sindicais não somente afetou os níveis salariais, gerou incerteza e levou à desmoralização ao não encontrar alternativas; e a perda de confiança na utilidade da organização sindical."*⁹³

Embora tenham havido problemas no movimento sindical, eles não foram provocadas somente pela desmoralização e desconfiança na utilidade da organização sindical. Tais problemas obedeciam a uma estratégia estruturado pelo FMI, no intento de desmontar todo o sentido social do Estado, até chegar sua reforma total. Indubitavelmente, de muitas a maneiras, o movimento sindical foi atacado, desde o ordenamento jurídico até uma política econômica e salarial, que levou a uma recessão importante no debilitamento da organização sindical. A isto, soma-se, como consequência destes fatos, o desemprego como parte do receituário; como veremos a seguir.

QUADRO Nº 18
NÍVEIS DE EMPREGO A NÍVEL NACIONAL
EM MILHARES

ANO	PORCENTAGENS		Desemprego	PEA	ABSOLUTOS		
	Empregados	Sub-emprego			Empregados	Sub-emprego	Desemprego
1980	41.8	51.2	7.0	5.586.5	2.335.2	2.860.3	391.1
1981	45.3	47.9	6.8	5.769.8	2.613.7	2.763.7	392.3
1982	43.1	49.9	7.0	5.937.0	2.567.5	2.972.5	417.0
1983	33.7	57.1	9.2	6.151.6	2.073.1	3.512.6	565.9
1984	31.7	57.4	10.9	6.351.3	2.013.4	3.645.6	692.3
1985	34.1	54.1	11.8	6.555,5	2.235.4	3.546.5	773.5

Fonte: *Compêndio Estatístico 1988*. INE, Universidade do Pacífico (1988)

Outro aspecto importante foi que os dirigentes se encontravam aprisionados pela visão da legalidade surgida ao longo de sua experiência histórica na qual aprenderam que sua própria capacidade de mobilização (antes que qualquer mecanismo de negociação legal) era o que garante em última instância a obtenção de melhoras e, além disso, que o

(1983) e 85,2 (1984), de acordo a dados do Instituto Nacional de Estatística.

⁹³ Julio Gamero, Carmen Balbi, In: *"Los trabajadores en los 80 entre la formalidad y la informalidad"*. Lima Edit. Desco. 1991 p. 77.

próprio exercício da greve, que foi sua arma fundamental para fazer valer seus direitos, se havia imposto como um direito sindical, antes que por reconhecimento da legalidade.

Poderíamos aludir a isto como uma espécie de direito histórico, reclamado por a classe trabalhadora, a uma noção de Estado e legalidade que oficialmente agride e eventualmente a desconhece. A vigência desta oposição se manifesta na desconfiança do princípio de legalidade, comportando-se os sindicatos diante dela como em um território minado por incertezas e suspeitas na qual os direitos sucumbem. Ao mesmo tempo, os partidos políticos mas influentes na direção sindical, fomentavam precisamente a concepção da política como protesto.

Em fins de 1984 e começo de 85, a PEA na população sindicalizável era a seguinte,

QUADRO N° 19

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA Sindicalizáveis com Negociação Coletiva = 6.000.000.00

NÃO ASSALARIADOS	3.500.000
Camponeses	2.000.000
Independentes	1.500.000
DESOCUPADOS	500.000
ASSALARIADOS	2.000.000
SINDICALIZÁVEIS	1.300.000
TRAB. PÚBLICOS	600.000
SEM NEGOCIAÇÃO	350.000
COM NEGOCIAÇÃO	350.000
Associações Fortes	250.000
Construção Civil	60.000
Mineração	25.000
Bancários	30.000
Emp. Monopl. Mantem	30.000
Empresas Públicas	60.000

Nota: as cifras deste gráfico têm somente um valor referencial a fim de dar uma imagem global da estrutura das relações laborais em 84-85 no país, Elaboração própria.

No caso específico da classe operária e dos sindicatos, o retorno à democracia representativa significou deixar de ser o centro da atenção dos partidos de esquerda, que se deslocaram para o terreno eleitoral, parlamentar, municipal e de bairros. Por conseguinte, levou à notória incongruência entre a teoria (ditadura do proletariado, partido da classe operária) e a prática cotidiana.

O deslocamento do eixo do trabalho para o terreno democrático eleitoral em função das eleições nacionais ou municipais) aparentemente não foi uma decisão transparente nos partidos de esquerda, mas foi notória e reconhecida por todos. E não foi somente uma opção assumida pela cúpulas partidárias atraídas pelo encanto das cadeiras parlamentares e prefeituras provinciais. O processo foi extensivo a todos os partidos que participam nas eleições e alcançaria também “as bases”. Razão pela qual o desencanto do movimento sindical se intensificava a medida em que se aprofundava as reformas liberais, reestruturando-se o poder econômico como veremos a seguir.

3.2.- Os Setores Econômicos Básicos.

No que diz respeito aos grupos de poder, o governo de Belaunde fez todo o possível para que se produzisse um retrocesso histórico e para conseguir que o poder econômico retornasse aos antigos “Donos do Peru”. Mas não basta a vontade dos governantes para o retrocesso. Dezenas de anos de prédica e luta popular não foram inúteis. Afinal, a oposição no começo minoritária e logo, em absoluta maioria, refrearam em grande parte a anti-reforma cortesã, sem deixar de se produzir algumas importantes derrotas aos interesses nacionais e populares.

3.2.1.- Propriedade da Terra.

A reforma Agrária implementada durante o regime militar não conseguiu substituir os regimes de latifúndio e minifúndio. Pelo contrario, posteriormente criaram-se mais e maiores latifúndios, tanto na região costeira, na forma de cooperativas de produção, como na região serrana com as sociedade agrícola de interesse social (SAIS). Em nenhum dos casos tocou-se no problema do minifúndio muito menos na questão indígena, tão reclamado pelo *amauta* José Carlos Mariátegui,

“... este problema da terra cuja solidariedade com o problema do indio é demasiado evidente (...). O problema agrário se apresenta, ante todo, como o problema da liquidação do feudalismo no Peru. Esta liquidação devia haver sido realizada já pelo regime democrático-burguês formalmente estabelecido pela revolução da independência. Mas, no Peru não tivemos em cem anos de república, uma verdadeira classe burguesa, uma verdadeira classe capitalista(...). As expressões do feudalismo sobrevivente são duas: expressões solidárias e substanciais, cuja análise nos conduz a

*conclusão de que não se pode liquidar a servidão que pesa sobre a raça indígena, sem liquidar o latifúndio (...). Assim, delineado o problema agrário do Peru não se presta a deformações equivocadas. Aparece em toda sua magnitude de problema econômico e social e, portanto, político do domínio dos homens que atuam neste plano fatos e idéias. E resulta vão todo empenho de convertê-lo, por exemplo, em um problema técnico agrícola do domínio dos agrônomos”.*⁹⁴

A reforma agrária encarregou na sua administração e gestão das novas empresas de propriedade sócio-agrária —sejam estas as Cooperativas Agrárias de Propriedade Social (CAPS), ou as Sociedades Agrícolas de Interesse Social (SAIS), Empresas de Propriedade Social (EPS) ou ainda outras— a engenheiros agrônomos, ficando evidente que o problema não era técnico, mas (político) agrário, como de isto já havia advertido claramente o *amauta* Mariátegui.

Some-se a isto que não se deu assistência técnica nem estava planejado dá-la, o Plano Agropecuário de 1971 somente previa que se desse assistência técnica a 5% dos novos proprietários. Além disso, o Banco Agrário assumiu a totalidade do crédito agrário, o que fez com que somente se pudesse financiar cerca de 20% da área agrícola, e as distorções econômicas criadas pelo controle de preços e pela intervenção monopolista do comércio externo e interno de insumos, produtos alimentícios e fertilizantes, fizeram com que se estancasse a produção. O aumento da população exigiu a importação de maiores quantidades de alimentos, o que tornou o Peru mais dependente do exterior. Estes resultados da aplicação da reforma Agrária nos indicam claramente que com a repartição da terra somente não se soluciona o problema. A realidade tem-se mostrado muito mais complexa, sobretudo se objetiva a solução de problemas sociais do mundo agrário. A ação do governo belaundista teve como fim principal a ampliação da fronteira agrícola com a incorporação de terras nas margens da selva, através da política de transportes baseada na estrada marginal.

Seguiu-se com os controles de preços e com o monopólio estatal em matéria de comercialização de insumos e produtos. Embora o governo tivesse-se comprometido com

⁹⁴ José Carlos Mariátegui. Em “Siete Ensayos de la Interpretación de Realidad Peruana”. Lima Edit. Amauta, 1969 p. 50,51

o FMI a desativar Empresa Comercializadora do Arroz (Ecasa) e Empresa Comercializadora de Insumos (Enci), isto não sucedeu porque a oposição parlamentar se opôs tenazmente. O Banco Agrário permaneceu como instituição encarregada de desenvolver o setor, outorgando préstimos de fomento aos pequenos, médios e grandes agricultores. E evidente que, quem usufruiu desta política foram os grandes proprietários, os maiores devedores do Banco Agrário.

No setor interno, a política foi orientada para o favorecimento do consumo. A geração de postos de trabalho formais dando-se quase que integralmente pelo Estado. Porém o subsídio para a reativação do setor acabou não ocorrendo por falta de uma adequada gestão tanto do setor de consumo quanto do setor agrícola.

3.2.2.- O Setor Mineiro.

A modificação da legislação concernente à exploração do petróleo outorgou às transnacionais contratantes (Occidental Petroleum, Belco Petroleum e Bidas) vantagens tributárias adicionais às estabelecidas em seus contratos renegociados no encerramento do governo militar (20 de julho de 1980). Isto se concretizou mediante a Lei nº 23.231 ou "Lei Kuczynski" aprovada no Senado com o apoio dos parlamentares apristas; foi com base nesta nova legislação que se firmaram contratos com Superior Oil, Hamilton Petroleum, Shell e Union Texaco. No fim do governo, comprovou-se que as empresas Oxi e Belco, em vez de utilizar o crédito tributário em exploração, o utilizaram para extrair mais rapidamente as reservas conhecidas.

À aprovação de normas legais orientadas à criação de todo tipo de obstáculos para o desenvolvimento de projetos produtivos estatais iniciados pelos governos anteriores (como por exemplo, no setor mineração) seguiu-se disposição legal proibindo o Estado de avalizar financiamentos para projetos mineiros das empresas estatais.

*"Por causa desta absurda medida não puderam materializar-se os créditos japoneses para a segunda etapa de Cerro Verde e se rompeu o convênio com Romênia para desenvolver Antamina."*⁹⁵

Quanto à outra mina de exploração de cobre como Tintaya, o governo fez todo o

⁹⁵ Carlos Malpica Santisteban. In: *El Poder Económico en el Perú*, Lima, Minerva, 1989, p. 50.

possível para transferi-la ao setor privado, inclusive com 85% do projeto construídos, com aporte de capital canadense, acordando-se com o FMI que deveria passar a mãos privadas, fato que não se materializou por temor da repercussão política.

A eliminação do monopólio na comercialização dos minerais retido pela empresa estatal Mineiro Peru Comercial permitiu o reingresso das corporações estrangeiras que, na década de 60, exerciam esta atividade. Pretendia-se apoiar o Decreto Legislativo nº 44 que rompeu a atividade monopolista, no artigo nº133 da Constituição do Peru que diz: *"Estão proibidos os monopólios, oligopólios, açambarcamentos, práticas e acordos restritivos na atividade industrial e mercantil."* As autoridades do Estado esqueceram nesse tempo que este artigo era de aplicação no setor privado mas não no setor público, porque, de acordo ao artigo constitucional nº 114 *"...por causa de interesse social ou segurança nacional a lei pode reservar para o Estado atividades produtivas ou de serviços."* Neste caso, assim como em outros, acima da Constituição e da legalidade priorizou-se o desejo de favorecer interesses estrangeiros. Igual caminho seguiu-se a respeito da comercialização do açúcar; do algodão; do café; dos fertilizantes e de outros produtos anteriormente reservados para o Estado.

3.2.3.-O Setor Financeiro.

Depois do fortalecimento do Estado no setor financeiro durante o governo militar, o governo de Belaunde fez todo o possível para reduzir a participação estatal no setor. Sua política esteve orientada para fazer crescer os bancos privados e em especial para permitir a penetração dos bancos estrangeiros. Não somente nomeou para os bancos diretorias compostas por pessoas com pouca ou nenhuma experiência, mas também pessoas que tinham interesses antagônicos e muitos inescrupulosos que, por favorecer interesses próprios ou de grupos, colocaram créditos em empresas insolventes, ocorrendo-se não poucos casos de outorga de empréstimos, exclusivamente, para cobrir dívidas adquiridas originalmente em dólares e outras divisas, assumindo o banco estatal a diferença cambial.

Deliberadamente, o governo permitiu que as empresas estatais descumprissem sua obrigação de operar somente com os bancos estatais, e associados com sua companhia de

seguros (Popular e Porvenir); ditou uma nova lei bancaria mediante a qual permitiu a propriedade de até 33% de capital acionário dos bancos privados por empresas estrangeiras e, o que é mais importante, autorizou o funcionamento de novas sucursais de bancos estrangeiros e a criação de novos bancos. A pretensão original de modificar totalmente a legislação financeira fracassou pela oposição de sua própria maioria parlamentar. Como consequência da nova legislação, criaram-se os bancos nacionais: Latino, Mercantil e Bandesco e se estabeleceram escritórios de representação e sucursais dos seguintes bancos: Banco Unión República de Venezuela, Chase Manhattan Bank, The Bank of Tokio, The Citizen and Southern National Bank, In Chelsa National Bank N.Y., Wells Fargo Bank, First Interstate Bank of Califórnia e Manufacturers Hannover Trust. Assim mesmo, o Trans-nacional, Banco Exterior de los Andes y de España (Extebandes conseguiu autorização para atuar no mercado interno).

Apesar da vocação privatista do regime, a quebra do Banco de la Indústria y la Construcción e logo do Banco de los Andes, do Banco Comercial del Peru e sua financeira e, também do Banco del Sur Medio y Callao obrigaram ao governo a assumir os ativos e passivos destes últimos e empreender a operação de resgate, incrementando-se deste modo o número de bancos e financeiras em poder do Estado.

As medidas econômicas liberais autorizavam uma ampla liberdade para exportar capitais, o que permitiu a principal entidade financeira privada do país, o Banco de Crédito del Peru, estabelecer uma sucursal na ilha Grande Caymán e outra em Nova York, comprar o Valencia Bank de Califórnia, em 13 milhões de dólares e criar, no Grande Caymán, Atlantic Security Holding que controla 100% do capital social do Atlantic Security Bank e de Atlantic Security Financial Services.⁹⁶

3.2.4.- O Setor Industrial.

No setor industrial fez-se todo o possível para destruir a comunidade trabalhista. Ainda que o processo tenha-se iniciado com Morales Bermúdez, quando se acordou que as ações trabalhista não formassem parte do patrimônio da empresa, e os trabalhadores

das empresas, as pudessem vender livremente a terceiros. Durante o governo de Belaúnde, se estabeleceram duas modalidades de participação através da nova legislação industrial: a primeira mediante ações de trabalhadores (15%) e a participação líquida (10%), e a outra que consistia partilha individual em efetivo de 17% dos lucros da empresa. Livremente os trabalhadores podiam decidir-se por qualquer destes tipos de partilha.

Em 1982 promulgou-se a lei nº 23407 na qual se destacam seus mecanismos de promoção descentralização, compras estatais, exportação e desenvolvimento da pequena indústria. Em 1984 altera-se o enfoque e se produz uma reativação acelerada até 1985, em que pese o natural congelamento que se produz em épocas eleitorais.

Desde a instauração do regime militar fomentou-se o setor industrial; nesse período constituem-se diferentes empresas estatais e para-estatais de diferentes ramos de atividade, como veremos a seguir:

QUADRO N^o 20

FORMAS EMPRESARIAIS DO ESTADO

EMPRESAS DE DIREITO PÚBLICO	Aquelas as quais se atribui o caráter público e se regem por sua lei de criação. Independentemente da forma jurídica que adotem, têm o caráter de direito público enquanto mantenham as atribuições próprias da administração pública.
EMPRESAS ESTATAIS DE DIREITO PRIVADO	São aquelas organizadas sob a forma de sociedades mercantis e cujo capital pertence integralmente ao Estado.
EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA	Adotam a forma de sociedades anônimas, nas quais o Estado se associa com terceiros com uma participação acionária majoritária que lhe garante o controle absoluto de todas as decisões; ou participa até um mínimo de 20% mas conservando sua capacidade determinante.
EMPRESAS ACIONISTA DO ESTADO	Aquelas nas quais o Estado participa como qualquer particular e de forma

⁹⁶ Carlos Malpica In: *El Poder Económico en el Perú*. Lima, Minerva, 1989, p. 52

minoritária. São empresas de direito privado. As atribuições do Estado se limitam aos direitos e obrigações de qualquer acionista.

Fonte: *Que Hacer* nº 25

3.3.- A Rotina Política durante o Governo de Belaunde Terry

Uma nova configuração social e política contribuiu para que o povo tivesse a esperança de que se resolveriam os problemas relativos à integração e desenvolvimento nacionais, através da “democracia”.

A realização pelos militares das postergadas reformas estruturais deu lugar a uma relação mais estreita e menos hostil entre o Estado e as classes sociais; a organização e mobilização política indicavam o eventual fortalecimento da sociedade civil⁹⁷ e sua capacidade de intervir e controlar a atividade político-estatal e a extensão dos direitos civis aos indígenas do campo e a incorporação das esquerdas, que organizavam e representavam as classes populares, até então, excluídas da política.

A direção aprista desgastada pelos problemas internos, pelos pretendentes a sucessão de Haya de la Torre e a derrota eleitoral, decidiu-se a fazer uso, por vezes, da “oposição leal” na esperança de recuperar a unidade e disciplina tradicionais e, com elas, o voto popular que o desaparecido líder havia obtido para a Assembléia Constituinte.

As esquerdas não foram convidadas a participar no governo. Afora isso, a linguagem que continuavam usando não harmonizava com as notas de moderação e regressão que Belaúnde fazia passar por pluralismo e democracia.

Embora não seja uma decisão explícita a de trasladar o centro de sua atuação política às instâncias da democracia representativa, é uma decisão realista e pragmática, tal como o foi na década de 70: pôr o peso do trabalho nos sindicatos operários em outras organizações que tinham importância política e constituíam uma forma eficaz de ir construindo uma base de poder para as organizações de esquerda, quando as instituições democráticas estavam fechadas.

Nessa época as coisas em geral se delineavam também abertamente: Quantos sindicatos controlam o partido, tanta representatividade têm e gozam do conseqüente poder.⁹⁸ Controlar a um sindicato significava contar com o secretário geral ou com a maioria da direção.

O processo de adaptação das esquerdas à “democracia” gerou tensões que as cúpulas partidárias não enfrentaram diretamente, ocultando-as com um discurso extremamente ideologizado. O eixo do movimento social foi-se transferindo a outros setores populares, ao setor vicinal, e ao movimento regional (na luta pela regionalização).

Outro aspecto importante no início do período foi que, em 18 de maio de 1980, O Sendero Luminoso iniciou suas ações político-militares, coincidindo com a data das eleições gerais, com dois objetivos estratégicos delineados. O primeiro, destruir o que denominavam a “ordem atual”⁹⁹ e o segundo, paralelo ao primeiro, a construção de uma “nova ordem”, que supunha obrigar o governo a destinar, cada vez mais, maiores recursos econômicos para a repressão, fazendo da insegurança um componente da vida cotidiana, paralisando a economia e fazendo perder o governo e o Estado a legitimidade, paralisando, o país. Cabe destacar que, nesta etapa o S.L. não considerou como parte de sua estratégia introduzir-se no movimento sindical, fato que será examinado no último capítulo.

A aliança entre Belaunde Terry e Luís Bedoya Reyes (líder do Partido Popular Cristão) assegurou que se pusesse em prática uma política econômica diametralmente oposta às ofertas que Belaunde fizera durante sua campanha eleitoral. Desse modo, desde a instalação do governo constitucional prosseguiu-se e se reforçou a política econômica de ajuste restritivo e regressivo que regera a última fase do regime militar, enquanto se processava a transferência política.

⁹⁷ Entendemos aqui sociedade civil na perspectiva de Marx e Gramsci.

⁹⁸ Havia representação parlamentar no congresso, na Esquerda Unida, de acordo ao nível de representatividade que estes tinham, cada um dos partidos que conformavam a aliança de esquerda

⁹⁹ Raúl Gonzales, In: "Sendero, desgaste e crise estratégica" *Que Hacer* Lima 1984, n° 64, p. 08.

QUADRO Nº 21
COMPOSIÇÃO POLÍTICA DO PARLAMENTO

PARTIDO	DEPUTADOS	SENADORES	TOTAL
1-PAP (Partido Aprista Peruano)	58	18	77
2-AP (Ação Popular)	98	26	123
3-PPC (Partido Popular Cristão)	10	06	16
4- ESQUERDA	10	09	19
PRT	03	02	05
UDP	03	02	05
UNIR	02	02	04
UI	02	02	04
FOCEP	00	01	01
5-FNTC(Frente Nac. de Traba. Camp.)	04	01	05

fonte: Tuesta Soldevilla Fernando. *Peru Político em Cifras* pág. 71

Um fato bastante importante foi que, as *esquerdas* não puderam afiançar sua unidade em torno da Aliança Revolucionária de Esquerda (ARI) por problemas de representatividade, assim como de liderança; é de ressaltar que uma das alianças de esquerda que obteve uma votação bastante considerável para a Assembléia Constituinte (10 representantes de um universo de 100) foi o FOCEP, e que neste processo, somente conseguiu auferir um representante como podemos apreciar no quadro nº 21.

Resultava incompreensível para o povo peruano, que havia depositado suas esperanças no sistema político liberal, que o regime “democrático” recentemente estabelecido atacasse violentamente as miseráveis camadas médias e populares, beneficiando, ao contrário, a uma elite, social e culturalmente separada daquelas.

Belaúnde delegou a seus íntimos e leais amigos e familiares a tarefa de administrar a economia e de selecionar os técnicos, cuja experiência e prestígio internacionais deviam assegurar o desenho e aplicação das medidas de corte liberal, ao mesmo tempo, obter o respaldo dos governos, das finanças e da imprensa norte-americana e européia. De tal modo, lograva desligar-se das responsabilidades políticas do manejo econômico, delegando a outros técnicos este encargo, fazendo o possível para que a opinião pública diferenciasse o presidente do seu entorno: “entre o presidente que é um cavalheiro e os que o rodeiam”.

"O segundo governo belaudista orientou uma política econômica sob o signo do semi-liberalismo e a ortodoxia. No obstante, em 1981 a balança em conta corrente acusou um déficit demasiado alto, anunciando a precariedade do equilíbrio externo que implicava o altíssimo endividamento externo. Em 1982 a economia entrou novamente em crise, em grande medida pelo tipo de política econômica aplicada."¹⁰⁰

Simultaneamente, restabeleceram-se as tradicionais práticas políticas baseadas no nepotismo, o "amiguismo", e sua contrapartida, o assistencialismo e clientelismo, que claramente contrastavam com as expectativas de democratização da política e do Estado.

O primeiro-ministro Manuel Ulloa, amparado pela nova Constituição, emitiu decretos para reorganizar a economia, que posteriormente a maioria legislativa se encarregou de ratificar, sem considerar ou omitindo-se diante do protesto sistemático da oposição e da opinião pública.

A prepotência social e tecnocrática de Ulloa e de seu corpo de assessores, que se expressavam no desprezo pelas opiniões e preocupações dos parlamentares da oposição assim como da população, era uma característica típica do regime: rechaçar ou, mais ainda, ignorar o descontentamento, a crítica e a oposição ao governo, evidenciados nas sucessivas greves e paralisações (quadros nº 15 e 16) dos trabalhadores. O descontentamento se manifestou no resultado das eleições municipais de 1983, nas quais Alfonso Barrantes Lingán, encabeçando a lista do conglomerado das esquerdas, reunidas sob o rótulo de Esquerda Unida (IU), ganha a prefeitura de Lima.

De outro lado, a elite política e sindical da classe operária sofre uma frustração (apesar da vitória esquerdista) na medida em que as predições triunfalistas de uma ascensão ininterrupta do proletariado, das massas populares e sua vanguarda de esquerda, se viram confrontadas com a realidade e se demonstraram equivocadas. Pode-se dizer, certamente que as esquerdas avançaram consideravelmente, mas também ficou claro que esse desenvolvimento tinha contornos que não eram nítidos nem indefinidos.

Assim, no Peru ocorreu que a reinstalação da "democracia" não veio acompanhada com melhoras sociais ou econômicas. Ao contrário, produziu-se um retrocesso nestes campos, o que teve como consequência uma maior fragmentação social e um aumento das

¹⁰⁰ Efraín Gonzales De Olarte, In: "El Péndulo Peruano" Lima, Instituto Estudios Peruanos, 1993, p. 32.

desigualdades. Isso explicaria a paradoxal existência de um regime político “democrático”, com forte presença das esquerdas, ao lado de importantes grupos insurgentes em armas e uma crescente intervenção dos militares no controle de zonas do país e, com influência em certas decisões políticas.

*"As restrições da democracia se deveriam a fatores "estruturais" como a herança colonial e a outros mais imediatos, basicamente a ação subversiva e a reação repressiva, assim como às limitações impostas pela crise econômica, e a maior fragmentação, o Peru é um arquipélago social. Então, as possibilidades de que setores sociais excluídos sejam atraídos por opções violentas seguem presentes."*¹⁰¹

Com respeito ao que diz Rospigliosi, que as restrições da democracia dever-se-iam a ações subversivas e a reação repressiva, cremos fundamentalmente que desigualdades em cada conglomerado humano entre as quais há diferenças com predomínio de uma sobre as demais, propiciam que hajam essas restrições.

*"Depreende-se que, todas as lutas que sobrevêm dentro do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de sufrágio, etc. não são mais do que formas ilusórias, sob as quais se ventilam as lutas reais entre as diversas classes."*¹⁰²

Mas o fator decisivo para que as classes sociais e a política se deslocassem rumo ao centro do espectro político (o reformismo) foi o desenvolvimento da violência, tanto do “Sendero Luminoso” quanto do “Movimento Revolucionário Tupac Amaru”. A pressão do S.L. sobre as organizações e as bases sociais esquerdistas obrigou as esquerdas a se cingirem às práticas democráticas, deixando de lado sua tradicional retórica revolucionária. Com efeito, as duras críticas do S.L. às esquerdas, exigindo que se subordinem e assimilem a ideologia, sua prática violenta e sua liderança, tudo isso com a conseqüente dissolução de suas respectivas identidades, leva à impugnação de Sendero pelas esquerdas. Não obstante a I.U. e as organizações populares nas quais teve ativa presença e influência, foi vinculada ideologicamente em várias oportunidades ao S.L., pelos organismos de seguridade do Estado e pelos partidos de direita, ainda que estes não tiveram nenhum tipo aproximação.

¹⁰¹ Fernando Rospigliosi, In: “Juventud obrera y los Partidos de Izquierda” Lima, IEP, 1988, p.33.

¹⁰² Carlos Marx, In: *Ideologia Alemana* México, Cartago, 1973, p. 35.

É evidente que estes fatores e a incorporação das esquerdas em um contexto difícil afetou de várias maneiras a militância operária e intelectual que desenvolvia sua atividade nos sindicatos, limitando as possibilidades de integração de novos contingentes de jovens trabalhadores a suas filas.

Constituiu-se assim, um quadro paradoxal; as promessas “democráticas” de melhores condições de vida e de mobilidade social estavam longe de se realizar; mais ainda, deterioravam-se dia a dia, sem possibilidade que se chegasse a acordos políticos para mudar tal tendência e se frutificasse de novas esperanças à medida que se constituíam suficientes motivos para constatar a ineficácia do regime democrático no Peru.

3.4.- O Governo de Alan García.- 1985-1990

Alan García, que havia chegado a ter importantes cargos sob o patrocínio do falecido líder do Partido Aprista, Victor Raúl Haya de la Torre, juntamente com alguns velhos dirigentes, jovens universitários e profissionais, organizou uma corrente de opinião que se propôs a resolver o problema da integração partidária e sua atualização. O primeiro passo foi obter a convocação de eleições internas a fim de tornar possível a transição de “um sistema monárquico absolutista para um regime republicano” dentro do partido. Para isto estabeleceram-se normas e procedimentos que asseguravam, pela primeira vez na história política do Peru, a participação democrática dos militantes nas eleições internas de um partido. Assim, as novas autoridades teriam uma legitimidade indiscutível, resolvendo-se o problema da integração partidária.

Alan García, acompanhado de figuras representativas da velha tradição partidária e da juventude renovadora, foi eleito secretário geral do Partido Aprista, depois de realizar a campanha na qual se alternavam tanto o apelo ao passado como a renovação partidária. Esta solução democrática (na medida em que os partidos restantes seguiam ancorados em anacrônicas chefias tradicionais) serviu ao APRA para recobrar sua perda de unidade, assim como para que importantes setores populares e os médios que se haviam distanciado do partido voltassem a ver no mesmo a expressão de seus interesses e expectativas, recuperando espaços na sociedade e no cenário político. A figura de Alan García tomou uma dimensão nacional, que lhe valeu ser designado como candidato oficial da APRA para

as eleições de 1985, a qual venceu com grande margem.¹⁰³

García assumiu o dever de “abrir-se ao país”, buscando erradicar a imagem sectária do partido que lhe havia custado a derrota em 1980. Para tanto, buscou de maneira deliberada oferecer uma imagem de seriedade, capacidade e eficiência, estudando e incorporando nos planos de governo os temas de preocupação nacional, da camada popular, das classes médias e dos empresários “modernos”, enquanto resgatava o repertório nacionalista da época “áurea” de Haya de la Torre. Atou laços pessoais com prestigiosas e influentes figuras representativas de distintos círculos sociais, empresariais e profissionais, associando-as a seu projeto político, evitando assim confrontações que reavivassem os sentimentos anti-apristas. Em síntese, Alan García redefiniu a identidade política aprista; estreitou democraticamente os laços da direção com os militantes e, nessa medida ampliou substancialmente as bases sociais do partido, projetando-se na sociedade como um organizador de acordos e pactos nacionais. Assim, pareciam eliminar-se os obstáculos que impediam a integração política da sociedade e a constituição da comunidade nacional.

Em sua mensagem a Nação em 28 de julho de 1985, investiu contra um Estado que, em que reformas de Velasco ou a causa da contra-reforma de Morales Bermúdez completada pela restauração belaundista, continuava sendo um Estado oligárquico. A democratização para fazer um Estado para todos os peruanos, nacional e popular, e em essência antioligárquico e anti-imperialista: foi a resposta do APRA, o grande desafio que o governo colocou a todos os peruanos. Os remédios para os grandes males pelos quais atravessava o Peru, agravados pela crise do governo anterior, somente podiam provir da transformação do Estado.

O governo aprista inaugurou-se em meio de uma enorme expectativa popular, refletida no respaldo eleitoral que obteve e conseguiu manter, e aumentar, depois das

¹⁰³ Segundo Fernando Tuesta Soldevilla, Os resultados das eleições gerais de 1985 deram o seguinte resultado: 1.- Alan García Perez do APRA., com 45,8%. 2.- Alfonso Barrantes Lingán, da Esquerda Unida com 21,3%. 3.- Luis Bedoya Reyes (líder da Democracia Cristã.) com 10,2% . 4.- Javier Alva Orlandini, do Partido do Governo Ação Popular, com 6,3 %. O que se pode apreciar é o desgaste sofrido em sua gestão governamental. In: *Perú Político en Cifras* Lima, FFE, 1994, p.67.

eleições.¹⁰⁴ Os fatores de maior expectativa dos trabalhadores se centralizaram no voluntarismo mostrado pelo governo para enfrentar a crise, enquanto buscava também reativar o mecanismo produtivo, conter a inflação, dar prioridade a defesa da economia nacional, proteger a produção local, limitar o pagamento da dívida externa e romper com o FMI¹⁰⁵, tendo um claro matiz anti-imperialista.

Teve também conotações de caráter populista, nacionalista e reformador; aplicou uma política econômica de expansão “crescimento com redistribuição” e o desenvolvimento num contexto de planejamento nacional, encontrou expressão concreta no diálogo e no **Ajuste social e econômico**, programa de curto prazo que tinha dois grandes objetivos: conter e reduzir o ritmo inflacionário e reativar a atividade econômica do país. Este esquema dá crescimento dos salários constituiu-se numa parte central da estratégia de reativação do consumo mediante a ampliação da demanda efetiva. A heterodoxia deste governo tinha todo o atrativo de terminar com a inflação sem os custos pagos com desemprego. Neste marco desenvolve-se o “Plano Nacional de Desenvolvimento” 1986-1990, que continha um *parágrafo à parte* que, em suma, dizia o seguinte:

VI.- “Salários e rentabilidade... - a restrição generalizada e indefinida dos salários reduz a rentabilidade, porque reduz o poder de compra dos trabalhadores produzindo efeitos recessivos que reduzem a demanda e portanto, os benefícios

¹⁰⁴ Poucas vezes um presidente peruano chegou a tão altos níveis de popularidade como os alcançados por Alan García Perez. Em agosto de 1988 chegou a 96.4% segundo Datum (empresa de recenseamento) e a 90.8% segundo Apoio S.A. In: *La República* de 30 de agosto de 1988, p.17.

¹⁰⁵ Em 28 de julho de 1985 em sua mensagem à nação, García anunciou que limitaria o pagamento da dívida a 10% do valor das exportações, e que negociaria diretamente com os credores, sem mediação do FMI cuja função energicamente denunciou, corresponde a esta nova maneira de entender o significado da dívida, já que, segundo García “*As negociações e o colocação de nossos problemas não passaram pelo FMI, de quem não aceitaremos imposições de nenhum tipo, incluindo, logicamente, os programas de ajustes recessivos, baseados em incrementos nas taxas de desvalorização, eliminação de subsídios, compressão dos salários, compressão das demandas, e todas aquelas medidas que todos conhecem, porque, provavelmente as vivem em seus próprios países.*” *Que Hacer* nº 36 de agosto/setembro de 1985 p. 22. Os deveres do novo Estado na esfera internacional aparecem assim organicamente vinculados à transformação interna do Estado. Desta maneira, García trata de construir uma imagem internacional como líder dos não alinhados, contrastando em alguns pontos com a posição cubana de Fidel Castro, no que concerne à dívida externa, e levantando as diferenças que teve com esta nação. A estes objetivos sustentou-se em uma atividade febril e, por momentos, desordenada do Ministério das Relações Exteriores e do próprio Alan García; os instrumentos empregados estiveram claros: uma maior participação nos organismos multilaterais: Não alinhados, Consenso de Cartagena, ONU, etc, o que se combinou com uma política exterior presidencialista.

da economia dinâmica".¹⁰⁶

As metas específicas do modelo de acumulação se baseavam em quatro medidas:

- 1.- *Expansão rápida da demanda efetiva mediante incrementos do salário real.*
- 2.- *Liberalização financeira para aliviar a situação das empresas; deter as pressões de custos mediante a redução dos custos financeiros das empresas, taxa de juros efetivas, impostos indiretos e outros elementos dos custos.*
- 3.- *Estabelecimento de tipos de câmbio seletivos e abandono da política de desvalorização.*
- 4.- *As contas externas devem manter-se equilibradas pelo crescimento das exportações, a substituição de importações e as limitações do serviço da dívida compatíveis com um crescimento aceitável¹⁰⁷.*

3.4.2.- O Governo de Alan García Perez e o Movimento Sindical.

Durante este período presenciaram-se mudanças substanciais na dinâmica do sindicalismo. Os organismos sindicais, que haviam sido debilitados pelas políticas neoliberais e recessivas aplicadas entre 1980-85, recobram paulatinamente nova vitalidade reivindicativa, com a progressiva reativação econômica iniciada pelo governo de Alan García. Medidas que tiveram um grande impacto na classe trabalhadora (o emprego aumentou e o salário se elevou de uma maneira considerável 52% no último semestre do 86), propiciaram uma aparente calma social nos dois primeiros anos. Segundo as estimativas, a situação da população economicamente ativa era a seguinte:

¹⁰⁶ Dornbusch Rudiger e Edwards Sebastián, In: "Macroeconomía del Populismo en Latino América" In: Trimestre Económico Enero/Marzo de 1990. FFE, p. 146.

¹⁰⁷ Dornbusch Rudiger e Edwards Sebastián, In: "Macroeconomía del Populismo en Latino América" In: Trimestre Económico Enero/Marzo de 1990. FFE, p. 148.

QUADRO Nº 22
EVOLUÇÃO DO EMPREGO EM FEVEREIRO DE 1987

População Economicamente Ativa (PEA)	6.555.000 trabalhadores
Adequadamente empregados, ■	2.495.000 equivalente a 38,06%
Subempregos	3.306.000 equivalente a 50,47%
Desempregados ■	749.000 equivalente a 11,43%
■ Trabalhadores Sindicalizados com negociação coletiva	210.000

fonte: Dados do Banco Central de Reserva; elaboração própria.

O movimento sindical, não obstante sua importante significação econômica e política na evolução histórica do Peru, começou declinar nas taxas de filiação com relação a PEA, como também nas atividades políticas. Esta foi uma situação de retrocesso orgânico e de deterioração de seu peso político não somente como força econômica, mas também como força social.

Este fenômeno tem a ver com a política que vinha impondo-se desde o governo de Morales Bermúdez. As medidas restritivas ordenadas pelo F.M.I, Banco Mundial, BID, como parte de um modelo que vinha sendo aplicado no Peru de diversas formas,- dentre as quais, um conjunto de dispositivos de caráter legal, lograram encerrar o movimento sindical, com a finalidade de impedir seu campo de ação, e assim, apartá-lo como canal de representação social. Embora o presidente García, tenha assumido uma postura anti-imperialista, tentou, como parte de sua política trabalhista, corporativizar a classe trabalhadora sem tomar em conta o setor sindicalizado que a colocou no bloco privilegiado da pirâmide social do país, junto aos capitalistas fazendo a representas do 25% da PEA, e apropriam-se de 77% do renda nacional¹⁰⁸.

3.4.2.- Política Trabalhista.-

Implementou-se um marco legal que põe em questão de modo permanente a **estabilidade no emprego** dos trabalhadores. A lei 24514 ou nova lei de Estabilidade no Emprego contém um conjunto de disposições que habilitam a burla com relativa facilidade

¹⁰⁸ Na definição por extratos que fez o Governo de García, com a imagem de pirâmide social esta aparece em sua base composta por camponeses desempregados e sub-empregados que compõem 70% da População Nacional por que carecem de serviços essenciais e de proteção legal no trabalho.

deste direito do trabalhador, cuja fonte se encontra no Artigo 48 da constituição peruana, que rege diversas modalidades de disposições complementares para contratação temporal, tais como o PAIT¹⁰⁹ e o PROEM¹¹⁰. Os contratos de locação de serviços não são regidos pelas disposições do direito trabalhista, mas pelo Código Civil. Assim como a prática generalizada de recorrer a diversas modalidades de fraude trabalhista, tais como o não registro de trabalhadores por seus empregadores, a contratação temporal para labores de natureza permanente, completam este marco altamente dissuasivo para a sindicalização ou o reclamo de direitos.

O processo de sindicalização foi obstaculizado pelas constantes ameaças ao desemprego provocadas por diversos entraves de caráter legal, tais como: a ocorrência no Peru de altíssimos índices de desemprego aberto ou encoberto, assim como o requisito estabelecido por lei vigente que estabelece em 20 o número mínimo de trabalhadores para constituir um sindicato, neste contexto de um universo bastante significativo de empresas, cujo volume de trabalhadores não abrange essa quantidade, as dificuldades que oferece o registro ante as autoridades de trabalho, a predeterminação dos processos de negociação coletiva mediante o estabelecimento de tetos para os incrementos a se produzir, tanto nas remunerações quanto ao que se refere às condições de trabalho e do Ministério de Economia e Finanças por intermédio da Conade (Corporação Nacional de Desenvolvimento), fatores que constituíam obstáculos no processo de sindicalização, porque viam-se constantemente ameaçados em sua estabilidade no emprego.

Esta predeterminação dos aumentos —anulando os processos de sua livre determinação pelas partes— dentro de um processo de negociação coletiva autônomo, assim como a política estatal que outorgou muitas vezes níveis percentualmente superiores aos aumentos para o setor privado não sindicalizado, operou também como um dissuasivo objetivo da sindicalização, especialmente por tirar-lhe aceção a uma das funções essenciais da organização sindical: a contratação coletiva.

¹⁰⁹. Programa de Apoio à Renda Temporária PAIT, criado em 6 de Outubro de 1985 por meio do D.S. N° 076-85-PCM (Presidência do Concelho de Ministros) como uma modalidade de subsídio ao desemprego.

¹¹⁰ PROEM. Programa Ocupacional de Emergência, que foi criado pelo Presidente da República, mediante uso abusivo das faculdades de legislar que lhe outorga a constituição através do D.S. N° 018- e estabelece a possibilidade de contratação temporal até por um prazo de dois anos, independentemente se o labor a

Em que pese essas ações implementadas pelo aprismo, a atividade sindical se consolidava e tomava nova vitalidade orgânica e reivindicativa, devido a uma progressiva reativação econômica que se inicia no ano 85, como podemos verificar pelo seguinte quadro:

QUADRO Nº 23
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL

ANO	PIB GLOBAL	PIB PER CAPITA
1985	2.3	0.0
1986	9.2	6.9
1987	8.5	6.2
1988	8.3	-10.2
1989	-11.7	-13.5
1990	-5.4	-7.3

Fonte: INEI (Instituto Nacional de Estadística e Informática) em: Compêndio Estadístico.

A reativação se traduziu numa revitalização da atividade sindical e no incremento substancial dos movimentos reivindicativos. É neste contexto de revitalização do movimento sindical que se produz, em 19 de maio de 1987, a primeira paralisação nacional durante o governo de Alan García em uma situação de crescimento dos salários reais. A greve expressava o descontentamento dos trabalhadores com as políticas de tetos salariais estabelecidas pelo governo, em momentos em que se dava um crescimento dos lucros das empresas não proporcionais ao aumento dos salários; mas também o protesto frente a um modelo político e econômico de pacto, do qual o sindicalismo, havia sido excluído.¹¹¹

desempenhar é temporal ou permanente.

¹¹¹ O presidente García havia proposto inicialmente a **Pacto Social e Econômico**. Os trabalhadores não foram considerados para neste pacto: foi feito somente com o setor empresarial, já na CADE (Conferência Anual de Executivos) de 1985, García havia incitado ao empresariado a apostar no país, a investir. Ao mesmo tempo e complementarmente, sugeriu estabelecer um mecanismo de diálogo institucionalizado ao que denominou "CADE permanente." Em pouco tempo, foi realizada uma reunião na qual se anunciou uma série de incentivos e regras claras do jogo. Supunha-se que sobre esses dois eixos se impulsionaria a reativação econômica. Dessa maneira, o concerto via o CADE permanente que se complementava com a participação empresarial em conselhos consultivos INP (Instituto Nacional de Planificação), MEF (Ministério de Economia e Finanças) e planejava um mecanismo através do qual se conseguiria comprometer o empresariado com o programa econômico. Obviamente o setor empresarial foi beneficiado, neste "pacto". In: *Que Hacer* nº 44. Carmen Rosa BALBI fazia uma alusão no sentido de que *em tais fatos propiciou-se uma "pragmática" política de acordos, exclusivamente, com grupos empresariais selecionados, os de maior poder econômico no país, conhecidos já como os doze apóstolos. Com eles pactuo-se de modo quase silencioso, o apoio governamental para que se concretizasse o investimento proveniente dos ganhos obtidos com o processo de reativação* In: "Los Trabajadores en los Ochenta" p. 86.

Valentín Pacho, Secretário geral da CGTP disse que “quando se esteve falando do possível pacto, o presidente da República dirigiu-se à CADE e, em acordo com os empresários retirou o projeto para o ano dois mil.”¹¹²

O início da política de desvalorização implementada em fins de 1987 gerou uma nova e bem sucedida paralisação nacional em janeiro de 88, como rechaço a esta política e protesto por suas repercussões nos níveis salariais ao aumentar a inflação.

Em junho, seis meses após, convocou-se uma nova paralisação, desta vez de 48 horas; e ainda de menor contundência. Dirigia-se contra a política econômica do governo, tendo como plataforma de luta a exigência de modificar esta política e, diante da evidência da aceleração mensal da inflação, um reajuste mensal das remunerações de acordo o índice inflacionário do INE (Instituto Nacional de Estatística)

QUADRO N° 24
ÍNDICE MÉDIO DAS REMUNERAÇÕES REAIS E VARIAÇÃO ANUAL

ANO	Governo	VAR%	Salário Público	VAR%	Salário Privados	VAR%	Salário Mínimo	VAR%
1985	58.9	-20.4	85.9	-7.8	64.3	-13.7	68.6	-12.1
1986	61.3	4.1	107.2	24.8	85.7	33.3	71.1	3.7
1987	69.4	13.2	112.4	4.9	93.9	9.6	75.2	5.7
1988	67.9	-2.2	84.3	-25.0	67.1	-28.6	65.5	-12.9
1989	36.5	-46.3	43.5	-48.4	36.7	-45.3	31.6	-51.7

FONTE: Ministério de Trabalho e Promoção Social.

A priorização da luta salarial/setorial no início da recessão contribuiu para fortalecer a vida sindical. 1988 torna-se o ano da mais violenta queda salarial que registra a história, mas também o de mais intenso incremento da atividade grevista dos trabalhadores durante o segundo semestre, quando se desata o que se conhece como hiper-inflação.

¹¹² Entrevista em : *Cuadernos Laborales* n° 39, Lima, febrero de 1987. p.39.

QUADRO Nº 25
Nº DE GREVES - TRABALHADORES AFETADOS E HORAS/HOMEM PERDIDAS 86-87-88

AÑOS	NÚMERO DE GREVES			TRABALHADORES AFETADOS			HORAS HOM/ PERDIDAS		
	86	87	88	86	87	88	86	87	88
TOTAL	642	720	804	239266	304087	678592	16867	9070	38207
I Trimestre	184	195	196	88920	52246	144737	5344	2322	2304
II Trimestre	177	164	275	47464	150036	78467	3054	3078	4851
III Trimestre	152	192	206	72246	65919	224796	6353	2142	13749
IV Trimestre	129	169	127	30636	35886	230592	2116	1528	17303

Fonte: Ministério de Trabalho

Elaboração: Actualidad Económica Nº 105 fev. 1.989 p. 25

É necessário ressaltar, ainda, que o *impulso mobilizador* deste auge grevista foi a defesa de um direito conquistado, num contexto de crise e recessão, e não o uso da radicalidade contra os efeitos trabalhistas destas.¹¹³

O ano de 1988 termina com três paralisações nacionais. Contudo, podia-se perceber problemas internos na CGTP, assim como nas demais centrais, de caráter orgânico como também político, situações que nas duas últimas paralisações nacionais (convocadas pela CGTP em outubro e janeiro) começaram a mostrar novamente uma correlação negativa entre a profundidade da recessão e a queda violenta dos salários. Os assessores governamentais expressaram que o aumento dos níveis salariais nos dois primeiros anos haviam sido maiores que o planejado, e que os desequilíbrios que se estavam gerando entre a produção e a demanda foram resolvidos. A partir deste período, acelera-se a inflação como produto do bloqueio econômico internacional¹¹⁴, como também de conflitos internos, que veremos a seguir.

¹¹³ O impulso mobilizador das numerosas paralisações e greves realizadas nos meses de novembro e dezembro foi a exigência da revogação do Decreto Supremo nº 041, que anulou o estipulado pelo (DL nº 025) o qual estabeleceu, em agosto de 1988, **indexações salariais**, estipulado tetos, de acordo com a inflação. Mobilizaram-se setores inteiros como, bancários e têxteis que exigiam a anulação do Decreto Supremo 041. Numerosas paralisações e greves em diversos ramos da produção, buscando concretamente o que se conceituava como o direito adquirido de preservar o poder aquisitivo dos salários. Ainda que o Decreto Supremo foi finalmente revogado em novembro, seguiu como sustentáculo de um sem número de greves de sindicatos que exigiam efetivamente que se aplicassem as indexações salariais, conforme o pactuado segundo o D.S. 025.

¹¹⁴ O governo de Garcia recebeu a sanção do Sistema Financeiro Internacional, quando anunciou que somente pagaria 10% das exportações, ficando o Peru catalogado como país inelegível crediticiamente pelos organismos internacionais.

3.4.3.- Intento de Estatização do Sistema Financeiro Privado.

Esta conjuntura é muito especial por dois acontecimentos, primeiro: o presidente García em sua mensagem a nação, de aniversário pátrio em 27 de julho de 1987, propôs o Projeto de Lei de *Estatização do Sistema Financeiro*, os interesses que se propôs afetar, correspondiam a vários dos mais importantes grupos de poder monopólico capitalista no Peru. Um dos problemas fundamentais em debate é o poder destes grupos econômicos, as mais de 400 sociedades anônimas comuns controladas ou influenciadas pelos grupos de poder do sistema financeiro privado.¹¹⁵

QUADRO Nº 26
O PODER REAL DA BANCA.

RAMOS DE ATIVIDADE	BANCO de CREDITO	BANCO WIESE	BANCO LIMA
INDÚSTRIA ALIMENTICIA	16 empresas	5 empresas	6 empresas
BEBIDAS E TABACO	5 empresas	4 empresas	4 empresas
COMERCIO DE ALIMENTOS	3 empresas		
FINANÇAS E COMERCIO	15 empresas	6 empresas	8 empresas
METALMECÂNICA E AFINS	18 empresas	6 empresas	5 empresas
MINERAÇÃO E PETRÓLEO	7 empresas	7 empresas	2 empresas
VIVENDA E CONSTRUÇÃO	25 empresas	5 empresas	4 empresas
TECIDOS E CONFECCÕES	7 empresas	4 empresas	6 empresas
EMPRESAS VÁRIAS	9 empresas	2 empresas	3 empresas

Fonte: Federação de Emplegados Bancários. Elaboração Própria.

PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS ESTATAIS E PRIVADOS

	PATRIMÔNIO	DEPOSITOS	COLOCACÕES
BANCOS ESTATAIS	42.6 %	43.2 %	51%
BANCOS PRIVADOS	57.4 %	56,8 %	49%
Milhões de Dólares	\$ 314	\$ 2.868	\$ 1.589

Fonte: Federação de Emplegados Bancários. Elaboração Própria.

O projeto de estatização deu lugar a múltiplos debates, mas o que levantou como ponto principal foi o papel do Estado, no desenvolvimento nacional. Um assunto que

¹¹⁵ A este grupo social representante da burguesia, denominado "os 12 apóstolos", o governo de García concedeu vários incentivos tributários, como um sistema cambial em base ao MUC (Mercado Único de Câmbios). Um Dólar Muc, valia a metade do Dólar comercial. Graças a estes incentivos, este grupo pôde obter um lucro de quatro bilhões de dólares, e somente reinvestiram 20% destes lucros, e o restante saiu sob a forma de fuga de capitais, razão pela qual Alan García, segundo analistas, viu-se obrigado a tomar tal determinação como uma ação vingativa contra este grupo, que havia traído o famoso *pacto*, ao não cumprir com os acordos. In: *El Bancario* nº 18 p. 49

começou a ser deliberado, foi a “confiança” dos investidores no governo, e, que esta situação havia dividido o país, como diz Jaime de Althaus da imprensa conservadora:

“O governo de García tentou expropriar a banca privada que havia sido parcialmente expropriada por Velasco para fazer-se de instrumento redistributivo e corporativista ideal: ao final o dirigismo corporativista se diluiu em uma configuração heterogênea de prebendas populistas e demagógicas, acabando por dividir ao país.”¹¹⁶

O problema da confiança para muitos homens e mulheres dos setores mais ricos (e não somente destes) do Peru não se origina no proverbial ceticismo frente ao governo de García e ao Estado. Sua origem é mais profunda: vem da emergência, com força cada vez maior, destas vastas camadas populares que, ao exercer seus direitos e liberdades adquiridos, isto é, ao exercer a “democracia”, reclamam e exigem a instauração da justiça, de uma real igualdade de oportunidades e, —por que não?— de uma melhor distribuição das *liberdades*. O problema da confiança transcende à economia e a marca profundamente.

Mas, o problema de confiança mais profundo, na verdade é o que vai em direção inversa. É a desconfiança popular nas elites do país, sem distinção de ideologias, e que obedece a fatores de longa data. A história do Peru tem demasiadas tradições complicadas com os poderes coloniais ou semi-coloniais, grandes corrupções que deram lugar a formação das elites tradicionais do país. Mas o fundamental, é a permanência em muitas destas elites, de um despreço para com o autóctone; para com o nacional-popular.

A reação do poder dos banqueiros, traduziu-se num empenho propagandístico e de apelo ao Poder Judiciário¹¹⁷ através do qual trataram de convencer o povo de que os juizes defenderam a democracia nos avatares do conflito de bancada.

No aspecto político, os grupos empresariais nacionais reagiram contra o estilo

¹¹⁶ Jaime Althaus, In: *La Triste Historia del Centralismo Distributivo*, Lima, DESCO, 1991 p. 76.

¹¹⁷ Enquanto se discutia a lei de expropriação no congresso, os donos de bancos e outras empresas financeiras; recorreram a vários juizes para que se garantisse seu direito de propriedade ante a ameaça da aprovação desta lei. Nem bem recebidas as demandas, os juizes com uma presteza suspeita —que deveriam observar em muitos casos (coisa que não fazem), sem poder estudar o assunto com detalhamento algum— ditaram “medidas cautelares”, ordenando diversos ministros e outros altos funcionários que se abstivessem de aplicar os aspectos inconstitucionais da lei.

político caudilhista no qual confiaram explícita ou implicitamente,¹¹⁸ e do qual vinham recebendo golpes que vão desde as reformas velasquistas, até o intento estatizante de García. Este último episódio obrigou aos maiores empresários a sair às ruas para defender suas propriedades-chaves e intensificou-se o temor de um governo da Esquerda Unida. Era urgente fazer algo, e a reação aglutinada para reverter a estatização foi a oportunidade. Vargas Llosa que esteve nesse momento, utilizou seu capital pessoal para liderá-lo, abrindo as comportas a uma nova etapa da política peruana: a da presença dos grandes conglomerados econômicos nacionais.

A medida de expropriar os bancos privados transformou o panorama político nacional, o que significava romper unilateralmente as negociações com o empresariado em geral e, obrigou as esquerdas e suas bases sociais a alinhar atrás da proposta de estatização.¹¹⁹ Em esta conjuntura Julio Cotler sustentava que:

*“Havia sido necessário “extremar” a sociedade para colocá-la em sua órbita; em outras palavras, Alan García buscava impor, arriscando seu prestígio e o do partido, uma medida que devia democratizar a sociedade sem contar com ela, recordando as fórmulas políticas que buscam democratizar a sociedade por via autoritária.”*¹²⁰

Na nossa opinião, o presidente García não buscou democratizar a sociedade, mas tomou uma medida de caráter político, que tinha como objetivo afetar direto o coração do sistema financeiro, ante às facilidades que esta classe social obteve do governo aprista no famoso “pacto social” do qual só foi parte este grupo, e como produto haviam conseguido incrementar seus ganhos, os quais, não só se recusavam a reinvesti-los, mas que haviam ainda intensificado a fuga de capitais, sangrando a economia do país, como aludimos na nota nº 121 e o quadro nº 26, “O Poder Real dos Bancos”.

Em um claro enfrentamento de classes frente ao panorama político, pela primeira

¹¹⁸ O banqueiro Dionisio Romero proprietário do Banco de Crédito do Peru, manifestou em um programa televisivo, e reproduzido pela Revista *Que Hacer*, “que seu grupo havia financiado a campanha de Alan García, assim como antes havia financiado simultaneamente a AP, o PPC e o APRA” o que se tornou um *strip-tease político sem precedentes*” Nº 48, Desco, 1988, p. 29.

¹¹⁹ Organizações sindicais de condução de Esquerda como a Federação de Empregados Bancários, apoiaram o projeto de Estatização do Sistema Financeiro, com uma série de ações, e ainda, de enfrentamento com os representantes da Banca durante a discussão de sua carta de Reclamos, que se realizava em agosto deste ano. In: *El Bancario*, Nº 19, Lima, p. 36

¹²⁰ Julio Cotler. In: “Los Partidos Políticos y la Democracia en el Perú” p. 188

vez durante muito tempo, a Ação Popular e o Partido Popular Cristão, que haviam perdido toda iniciativa política a partir de 1983 e, nesta conjuntura, conseguiram reaparecer à luz pública, passando a um terreno ideológico: o da defesa da propriedade privada e da oposição ao fortalecimento do Estado.

A frente anti estatizadora provocou a unidade da direita. Mario Vargas Llosa, o intelectual que denunciou a “ameaça totalitária”, foi a vanguarda do movimento. Então, os empresários, saíram às ruas a gritar “o povo unido jamais será vencido”,¹²¹ se lançaram à política como produto do acordo de Cade 87, pedindo a unidade dos partidos e a renovação de dirigentes, o que culminaria com a criação do FREDEMO (Frente Democrática) em 1988.

Outro aspecto importante que sucede neste ano é que as ações do S.L. durante este período tornam-se cada vez mais contundentes. A partir de 1987, o S.L. realiza seu congresso, mudando de estratégia, levando suas ações rumo às cidades mais industrializadas, implementando ações no movimento sindical e popular, reafirmando que “a guerra é a continuação da política por outros meios”, implementando as ações orientadas a solapar as bases estatais e conseqüentemente, destruí-las até tomar o poder e construir a “República de nova Democracia.”¹²²

3.4.4.- As Conseqüências da Política Econômica e a reação do Movimento Popular Organizado.

Estes fatos políticos levaram nos anos seguintes ao aprofundamento do fenômeno recessivo. Dezembro de 1987 marca o início de uma política de depreciações para equilibrar as contas externas. Só em meados de 88 os efeitos da recessão seriam bruscamente sentidos, quando, em resposta a escassez de divisas da indústria, se põe fim a estabilização da taxa de câmbio, enceta-se o abandono da heterodoxia e se aceleram as políticas de desvalorização que provocaram o incremento da inflação e portanto, a queda

¹²¹ Segundo, Marcial Rubio Correa, “O abalo político que sacode o país desde 28 de Julho conduz a trocar papéis, exemplos: os banqueiros com os bancários; o Presidente do Banco de Crédito (Dionisio Romero) com o Secretário Geral da FEB (Federação de Empregados Bancários) Augusto García Duque, o primeiro saindo a manifestar às ruas, o outro observando-o passar.” In: *Que Hacer* nº 48, Lima, Desco 1988, p. 08.

¹²² Raúl Gonzales, “Sendero y los problemas del campo y la ciudad” In: *Que Hacer* Nº 50 Fevereiro de

do salário real. No mês de maio de 1988, as estatísticas já mostravam em franca recessão os setores aqueles com maior porcentagem de insumos importados (borracha, plásticos e material de transporte),¹²³ devido à carência de divisas.

Contudo, o que provocou a exorbitância da inflação e da recessão foi o “pacotaço”¹²⁴ de setembro, com efeito que levou a primeira a 114% naquele mês, acarretando uma brutal contração dos salários reais. Posteriormente, começou-se a delinear *ferias antecipadas* nas empresas, assim como reduções de jornadas¹²⁵; fim de turnos, além da redução de pessoal em regime temporário, e — sob o sistema de Programa de Emergência de Emprego Mínimo (PROEM) o que autoriza às empresas o contrato de trabalhadores sem estabilidade no emprego, por períodos entre três meses e dois anos—. Provocando um acréscimo da taxa de desemprego nestes anos, como veremos a seguir:

QUADRO Nº 27
DESEMPREGO URBANO NA AMERICA LATINA - TAXA ANUAL MÉDIA

PERU	anos	85	86	87	88	89	90
		10.1	5.4	4.8	7.1	7.9	8.3

FONTE: CUANTO S.A. Perú em Cifras pág. 639

Os primeiros meses de 1989 presenciaram a intensificação da recessão, o incremento da inflação, a queda do salário real e dos níveis de emprego; pela segunda vez consecutiva, esse ano terminou com uma queda do PIB de -10,1% (como se pode verificar no quadro Nº 22) sendo os setores mais afetados a manufatura com -19,2% e a construção com -15,9%.

Dado o contínuo aguçamento da recessão, o primeiro semestre de 89 supunha uma marcada diminuição em linhas gerais da atividade grevista em relação a 1988; porém a

1987, p. 57

¹²³ In: “*Coyuntura Laboral*”; DESCO, Lima, Agosto de 1989. p.13.

¹²⁴ “Pacotaço” foi o nome dado às medidas econômicas que o governo de Alan García, dava periodicamente com a finalidade de equilibrar o déficit fiscal.

¹²⁵ Segundo Carmen Rosa Balbi, “*Os sindicatos fabris preferiram negociar com a empresa ao constatar que não existem condições para enfrentar as reduções de jornada de turnos, a queda da produção o fechamento da fábrica por causa da greve. Assim, encontramos em diversos sindicatos classistas de montadoras (Motor, Nissan) arranjos de férias antecipadas e licenças com gozo e sem gozo de direitos que implicam na aceitação do fechamento temporário da fábrica por um, dois, ou três meses; ou também a redução de jornada.*” In: “*Identidad Clasista en el Sindicalismo*” Lima, Edit. DESCO 1987 pág. 69.

atividade grevista é percebida em outros setores assalariados não fabris: bancários, eletricitas, telefônicos e ferroviários, que buscavam preservar formas de indexação salarial.

Neste ano (1989) a atividade grevista se resumiu a somente uma paralisação nacional no início do ano, apesar da contínua queda salarial; as dificuldades de centralização das lutas sindicais em torno de formas de indexação salarial levantadas pela CGTP tiveram uma considerável debilidade.

QUADRO N° 28
PARALIZAÇÕES NACIONAIS DURANTE O GOVERNO DO APRA CONVOCADOS PELA
CGTP

-
- 1.- 19 de maio de 1987
 - 2.- 18 de fevereiro de 1988
 - 3.- 23 de junho de 1988 de 48 horas
 - 4.- 13 outubro de 1988
 - 5.- 28 de janeiro de 1989
-

Fonte: elaboração própria

O setor público também suportou uma forte deterioração de suas remunerações, como também mobilizações e paralisações realizadas durante 89. Contudo, embora tenha sido demandada a homologação no setor público, não se obtiveram formas coordenadas de paralisação e de luta. As diversas repartições do setor se mobilizaram isoladamente, buscando solucionar problemas particulares. A Coordenadora Nacional do Cite,¹²⁶ ainda que tenha conseguido seu reconhecimento, não pôde centralizar os diversos conflitos de cada organização sindical. As conquistas na centralização das lutas sindicais, foram débeis, salvo a realização da Assembléia Nacional Popular (ANP), realizada de 19 a 22 de novembro de 1987, no distrito de *Vila El Salvador*, em Lima. Foi o acontecimento mais importante deste período, visto que gerou artigos, não somente em setores da esquerda, mas também entre conspícuos dirigentes do governo e porta-vozes de posições conservadoras e de direita, entre elas, o próprio diário *El Comercio*¹²⁷ em mais de uma coluna editorial. Foi um evento que não passou inadvertido da esfera oficial da política peruana. A convocatória efetiva de 2.364 delegados das principais organizações populares

¹²⁶ CITE Confederação Intersetorial de Trabalhadores Estatais, reconhecida em 2 de maio de 1989.

¹²⁷ *EL COMERCIO*, é um diário de tendência conservadora da família Miroquezada,

do Peru superou as expectativas mais otimistas, como refletem os comunicados de boas-vindas e declarações da comissão organizadora da ANP.

Para a maior parte dos dirigentes do Partido Comunista Peruano e do Partido Unificado Mariáteguista, a ANP foi o evento centralizador do movimento popular de maior importância neste período que, como é evidente, esteve caracterizado por um aprofundamento da crise econômica, uma séria descomposição da imagem protagonista do governo e o nascimento oficial da nova direita, com novos quadros que já vinham se gestando graças à política equivocada do governo, e o início de uma nova experiência guerrilheira nas margens da selva do estado de San Martín. o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA).

Da ótica associativa do movimento social, a ANP significou uma proposta e uma tentativa de ampliar o espaço de representação e representatividade da CGTP; que não pôde (ainda que sua legitimidade para os delegados fosse total e sua vigência indiscutivelmente aplaudida) representar todo o movimento social e a nova institucionalidade surgida dos informais, das mulheres, dos restaurantes populares, das mães dos “comitês do copo de leite”, dos estudantes e outros setores que não são constituídas por operários nem por camponeses em identidade mais profunda, como ocorre com os movimentos populares.

Também foi a tentativa de realizar uma nova aliança informal de vários dos membros da frente Esquerda Unida (IU) com organizações e setores que, estando dentro de outra caracterização da esquerda e do campo popular, não foram sócios no terreno da frente eleitoral (ainda que o fossem no campo associativo) como ocorre com a UDP, o PST¹²⁸ e outras agrupações não admitidas nem interessadas no processo de Esquerda Unida. Esta situação de alianças, lutas e acomodamentos de alguns partidos da IU, como a UNIR, o PUM e o PC,¹²⁹ deu-se pela necessidade de centralizar as bases sociais que a IU encarna maioritariamente no nível político.

¹²⁸ Unidade Democrática Popular (UDP), Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), de tendência trotskista.

¹²⁹ Unidade Nacional de Esquerda Revolucionária (UNIR), de tendência Maoísta., Partido Unificado Mariáteguista. (PUM).

QUADRO Nº 29**A composição da ANP**

Setores	Credenciados segundo o regulamento	Credenciados sem regulamento	Total delegados plenos	%total delegados
Mov sindical	796	29	825	34.89
Mov. Campesino	434	21	455	19.07
Frentes de Defesa	217	41	258	10.91
Bairros	292	18	310	12.93
Outros populares	402	99	501	21.36
Com. Org. ANP	15	--	15	0.64
TOTAIS	2.156	208	2.364	100%

Fonte: *Que Hacer* Nº 50 pág. 12

Comitê Executivo Nacional da ANP

37 Integrantes

I.- Movimento Sindical

- | | |
|----------------------|------------------------------|
| 1.- CGTP | 9.- FENTP (trab. Portuários) |
| 2.- Construção Civil | 10.- FENDUP (Docentes Univ.) |
| 3.- SUTEP | 11.- FESCHAP(Choferes) |
| 4.- Mineiros | 12.- Alfândegas |
| 5.- Bancários | 13.- FESIDETA |
| 6.- Petroleiros | 14.- Médicos |
| 7.- Eletrificação | 15.- CITE. |
| 8.- Açucareiros | |

2.- Federação Agrária San Martin**5.- Movimento Campesino:**

- 1.- CCP. Confederação Campesina do Perú
- 2.- CNA. Confederação Nacional Agrária.
- 3.- CGCP. Confederação Geral de Campesinos do Perú
- 4.- FASMA FRADEP (Piura)

III.- Frentes de defesa:

- 1.- Lambayeque
- 2.- San Martin
- 3.- Huancayo
- 4.- Puno
- 5.- Tingo María

V.- Mulheres

- 1.- UPMP União de mulheres

VI.- Sobrevivência

- 1.- Copo de Leite

IV.- Instituições:

- 1.- Universidade de San Marcos
- 2.- Universidade de Ingenieria
- 3.- Universidade de Ica
- 4.- município de Villa El Salvador

VII.- Autodefesa

- 1.- Rondas Campesinas / Cajamarca

VIII.- Comunicação

- 1.- Diário, La voz

A Presidência Colegiada da ANP foi assim composta

- 1.- CGTP
- 2.- CCP
- 3.- SUTEP
- 4.- F.D. Lanbayeque

- 5. - CITE
- 6. - Diário La Voz.

Apesar destas tentativas de centralização do movimento popular, este novo organismo teve uma curta vigência: convocou a paralisação de 18 de fevereiro de 1988. Este foi o ano em que se registrou a maior atividade grevista como podemos apreciar no quadro nº 23.

A luta política gerada pelo estilo de governo do APRA e a recomposição da direita, que intensificou um debate ideológico liberal, ganharam mais atenção dos partidos de esquerda, os quais continuaram trabalhando para consolidar esta boa tentativa de centralização do movimento popular, mas que se diluiu, no transcorrer de 88 e 89, como eixo centralizador.

A representação partidária de esquerda não conseguiu afiançar as vias de canalização das demandas e reivindicações dos assalariados que puderam consolidar verdadeiras e efetivas estratégias de institucionalização de direitos no terreno da legalidade “democrática”. Sem saber obter vantagem neste terreno, deixaram-se levar pela lógica eleitoral “democrático burguesa”, priorizando o trabalho parlamentar.

Estes fatos auxiliaram o sindicalismo a implementar o radicalismo e o apelo à medidas de força clássicas, que caracterizavam o movimento sindical peruano; ocasionando o permanente uso da força como única estratégia sindical.

3.4.5.- A Política Agrária do Governo Aprista.

A política agrária do APRA teve o financiamento agrário como instrumento essencial para a revitalização do setor agricultura. O Banco Agrário assumiu quase toda a responsabilidade do financiamento agrário: A seguir veremos algumas importantes tentativas de enfrentar a crise do setor agrário, que a parte da reforma de Velasco, estavam na nova proposta oficial de destinar recursos seletivamente para o fomento de certas ramas da produção:

“Começamos para ver que ocorra uma revolução agrária, porque o que até agora se

tem feito, são só reformas; isto é, mudança de aparências."¹³⁰

Depois do discurso oficial sobre a necessidade de um crescimento seletivo, em 20 de março de 1988, ocuparem-se três importantes decretos supremos que expressavam o sentido que o governo daria a este setor.

A primeira e amplamente divulgada norma é o D.S. 027-88, que obriga a agroindústria moendeira à progressiva substituição de insumos importados por produtos nacionais.

A segunda é o D.S. 028-88-AG, que cria o projeto especial "Plano Sierra" com a finalidade de "incrementar a produtividade e a renda da população camponesa."

A terceira é a criação pelo D.S. 029-88-AG, do projeto especial "desenvolvimento agrário, cooperativo e comunal", cujo objetivo era promover "a adjudicação de terras de cultivo dentro do pluralismo econômico" no investimento privado na atividade agrária com a adoção de tecnologias avançadas."

O D.S. 027 tinha como objetivo reduzir a dependência das importações de alimentos e promover substitutos domésticos, as empresas industriais moendeiras deviam adquirir obrigatoriamente produtos alimentícios nacionais, os quais tinham um porcentual alto na cota de trigo e as deviam substituir progressivamente as importações até atingir 80%, caso contrário, a empresa teria reduzida sua cota do cereal importado.¹³¹

O projeto especial "Plano Sierra" teve vários programas (10 no total) inclui: sementes, maquinaria e ferramentas agrícolas; controle fito-sanitário; fomento pecuário; medicamentos básicos de uso veterinário; centros de distribuição e de armazenagem; preços agropecuários, desenvolvimento agro-industrial; assistência técnica as comunidades camponesas, e manejo de solos e água. O financiamento segundo o documento base do Plano, em seus primeiros cinco anos alcançaria a soma total de 640 milhões de dólares. A quarta parte seria financiada pela Cooperação Internacional, outra quarta parte pelo Banco Agrário e cerca da terceira parte pelo ENCI e o resto pelo Tesouro Público. Na situação pela qual atravessava o país, era impossível fornecer esses recursos, salvo em algumas regiões, como o "Trapézio Andino", que o governo considerou o mais deprimido

¹³⁰ O mensagem de Alan García no Rimanacuy de Huancayo maio de 1986 Os Rimanacuy, foram reuniões de representantes das comunidades camponesas, organizações agrárias, líderes agrários, etc. realizados em diferentes estados do Peru. In: *Actualidad Económica* nº114 de março de 1990.

¹³¹ Orlando Plaza, *Política Agraria*, In: *Que hacer*, Lima, Desco, Nº 52 p. 12.

economicamente, os estados de Cuzco, Ayacucho, Abancay, e Puno tiveram empréstimo preferencial com uma taxa de juros estipulada em zero.

O D.S. 029, que cria o projeto Especial de Desenvolvimento Agrário Cooperativo Comunal, referido à agroindústria, conferiu às sociedades anônimas um papel central no desenvolvimento de terras de cultivo da costa e da selva atribuindo-lhes áreas que deveriam triplicar o limite de terras intangíveis estabelecido pela Lei de Reforma Agrária (nº17,716, sancionada pelo governo de Velasco). Estas tentativa foram implementados ante a escassez de recursos públicos e a necessidade de ampliar a fronteira agrícola.

3.4.6.- Situação Política durante o governo de Alan García

Quando as medidas nacionalistas e populistas que deram sustentação e materialidade ao governo aprista não puderam ser aplicadas pela crise fiscal, por causa do isolamento internacional do Peru e pelo boicote interno de parte da burguesia financeira, a política implementada pelo presidente García foi colocada em questão. São vários os fatores que produziram o descontentamento da população; o distanciamento do presidente García, foi o primeiro, pois era o mais importante fator da legitimidade, mas também o esgotamento do modelo de desenvolvimento heterodoxo que buscava reativar a economia mediante o incremento da demanda e a aplicação de políticas estatais expansivas.

A crise fiscal, resultado da crise e de outras variáveis macroeconômicas, e o caráter subsidiário do Estado, cortou a possibilidade de aplicar políticas populistas, como diz Octavio Ianni:

"No Peru, em 1985 o aprista Alan Garcia chegou ao poder fora do tempo. Ainda que procure vestir a sua mensagem de entonação social-democrata, mesmo assim não é verossímil. Parece duplamente anacrônico. Como aprista, chegou em outro tempo, demasiado tarde. Agora a economia e sociedade peruanas, em suas relações internas e com as multinacionais, não permitiriam um experimento populista. As contradições sociais, não só de classes, mas também regionais, raciais e culturais, estão agravadas, já não há espaços para um pacto de heterogêneos, se é que houve em algum momento. Como social-democrata, chegou fora do tempo e do lugar. Um país que não alcançou a democracia, que se subdivide em nacionalidades e regiões bastante diversas e opostas na qual as classes dominantes não permitem que se forme o povo, como

*coletividades de cidadãos em que o trabalhador é explorado pelas classes dominantes locais e estrangeiras, nesse país não há espaços para a social-democracia. Bem ou mal, esta diz respeito a um estágio avançado da democracia burguesa.*¹³²

Sua continuidade forçada intensificou a crise em níveis realmente álgidos com a conseqüente deterioração, não só da economia mas também da política.

Outra linha de desgaste é a que se refere ao tratamento da subversão. Pouco a pouco foi relegado o complemento político e econômico social, e privilegiado o aspecto militar na luta “antiterrorista”; dessa maneira gradualmente transgrediram-se os direitos humanos, (como, por exemplo o massacre dos presos em junho de 1986, as execuções extrajudiciais de desaparecidos etc.). A errônea política “antiterrorista” do presidente García criou uma barreira entre o governo e as camadas médias da opinião pública. Os resultados dessa política no contexto internacional, ao que parece, foram maiores: o presidente García passou de herói a vilão.

Este foi o reflexo da grande campanha publicitária que realizou a recomposta direita peruana, a qual utilizou os meios de comunicação com a finalidade de desprestigiar as políticas do Estado de caráter nacionalista subsidiador. A FREDEMO soube capitalizar os erros da esquerda¹³³ que desorientaram vastos setores do eleitorado; ao mesmo tempo este agrupamento recebeu o apoio incondicional dos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, até consolidar a frente direita que agitou a favor de um enfoque de livre mercado de estilo chileno; a direita, ao redor de Hernando de Soto,¹³⁴ como ideólogo e fundador do movimento conservador, impeliu a candidatura de Mario Vargas Llosa à Presidência da República para o ano de 1990.

A queda vertical do aprismo deveu-se entre várias coisas à deterioração tão radical da economia peruana. Eis alguns dos indicadores econômicos no final do período:

¹³² Octavio Ianni, In: “*A Formação do Estado Populista na América Latina*”, SP. Ática, 1989 p. 119.

¹³³ A Esquerda Unida durante o período político correspondente as eleições municipais de 1988, foi a existência de duas candidaturas de esquerda. Este fenômeno ocorreu em muitos lugares do país, o enfrentamento mais digno de nota é o que se produz entre as candidaturas de Henry Pease e Enrique Bernaldes. Fatos que formaram parte de uma guerra de posições com um alto grau de imaturidade.

¹³⁴ *Hernando de Soto* autor do Livro “*El Otro Sendero*” presidente do Instituto Libertad e Democracia (ILD), penetrou em alguns setores, mas não em outros, com uma crítica ao Estado, e um desprestígio dos políticos e da política, como expressão da brecha crescente entre o Estado e a Sociedade de classes.

QUADRO Nº 30**INDICADORES ECONÔMICOS DURANTE O PERÍODO DO GOVERNO APRISTA**

ANO	CRESCIMENTO PIB GLOBAL (a)	INFLAÇÃO (b)	DÍVIDA EXTERNA (c)	GASTO SOCIAL(d)
85	2.3	158	13.8	101.6
86	9.2	63	14.4	128.08
87	8.5	115	15.4	98.14
88	-8.3	1.722.3	16.2	76.17
89	-11.7	2.775.3	18.5	54.64
90	-5.4	7.649.7	19.8	35.62

a.- % anual

b.- % anual

c.- total em bilhões de dólares

d.- Índice 80 = 100

Fonte: Banco Central Reserva . Elaboração própria

A concentração política de centro esquerda ficou desvanecida e é então que com Vargas Llosa e a FREDEMO inicia-se o mais recente movimento oscilatório rumo a direita. O auge da crise peruana não deixou espaço aos respiradouros políticos para negociar mudanças, as grandes ações do *Sendero*, do movimento sindical e dos movimentos populares, desenhou um panorama de crise, que não pôde ser revitalizada pelo desgastado governo de Alan García.

Todas estas ações repercutiram profundamente no movimento sindical, Aprofundou-se a crise, houve o colapso de algumas atividades econômicas e ramos produtivos, parализando os investimentos e a demanda interna provocando a queda dos salários reais e a regressão na distribuição da renda, além da maior desatenção das necessidades da população em níveis, em muitos casos, incompatíveis com a subsistência e, um maior empobrecimento da população, como também da classe trabalhadora. Cabe ressaltar que as sucessivas divisões no plano político e associativo terminaram por desgastar o movimento e gerar um processo de distanciamento dos trabalhadores de base com respeito a suas organizações e dirigentes sindicais; some-se a estes problemas, a nova estratégia implementada pelo SL de incursionar suas atividades no movimento sindical, como veremos no último capítulo.

CAPITULO IV

O GOVERNO DE ALBERTO FUJIMORI FUJIMORI 1990-1995

4.- O PERÍODO FUJIMORI.

4.1- As Propostas em Disputa

É evidente que a política exterior passou a ser um componente significativo de qualquer proposta programática e obedeceu às violentas mudanças internacionais do fim da década de 80, especialmente na Europa Oriental, e na antiga URSS. Estes acontecimentos incidiram no comportamento político dos distintos sujeitos sociais que competiram pela sucessão política, através de uma proposta programática para este período. Um ponto que atravessou a todas as forças políticas é aquele relativo a necessidade de um programa de ajuste inicial. Dada à magnitude dos desequilíbrios existentes, à dramática queda do PIB, à hiperinflação, tornou-se manifesta a necessidade, para qualquer governo que assumisse em 28 de julho de 1990 de priorizar minimamente o tratamento econômico. Nesta perspectiva, existiram duas opções claras:

- A gradualista que, com matizes, se propôs na Esquerda Unida e na Esquerda Socialista, que não puderam encontrar a unidade para estas eleições.
- A proposta de “choque” do FREDEMO, que residia não só em sua dureza, mas também em sua transparência que propunha cingir-se a uma camisa de força: reduzir a inflação a 10% anuais.

Mas, por trás destas opções, havia uma contenda de fundo que era o reflexo do contexto internacional: entre o mercado e a planificação, seja pactuada, seja democrática. O “choque” supõe deixar que o mercado obedeça suas próprias “leis”. Tendo como esse objetivo como o central no curto prazo, sua ação não gera mais emprego nem reativa a economia. Uma maior recessão se apresentava como uma condição necessária para abater o problema inflacionário. O gradualismo, por sua vez, concede a negociação, a planificação concertada, a capacidade de manejo no setor econômico.

A seguir veremos as propostas programáticas de uma forma esquemática.

4.1.1.- A Proposta do FREDEMO

Os Fins.-

- *Transformar radicalmente ao Estado para converter o Peru em um moderno país capitalista.*

Os meios.-

- *Transformação radical do Estado, trasladando à iniciativa privada e à ação do mercado a responsabilidade de desenvolvimento.*
- *Renovação do empresariado, submetendo-o a uma dura competitividade nacional e internacional.*

A estratégia.-

- *Reforma econômica em três fases:*

1.- *Estabilização mediante política de “choque” (em duas etapas)*

- *Sanejamento (um mês ou um mês e meio)*

- *Estabilização propriamente dita e início de reformas (tributárias, alfandegárias, etc.).
tempo: um ano. Objetivo principal: baixar a inflação a 10%.*

2.- *Conclusão das reformas iniciadas, as quais devem criar as condições para atrair os investimentos (por repatriação de capitais da nação e injeção de capitais estrangeiros) necessários para iniciar a seguinte fase:*

3.- *Despeque sobre a base dos novos investimentos, com orientação ao mercado externo.*

Setores sociais nos quais se apoia.

- *Nos núcleos mais fortes do empresariado, principalmente no setor exportador.*

Conseqüências da política econômica

- *Saldos positivos de divisas tanto pelo aumento de exportações como pela diminuição de importações ocasionada pela recessão interna.*
- *Forte incremento da inflação durante um ano para depois reduzir-se drasticamente e aproximar-se de 10% anual.*
- *Incremento inicial da desocupação como conseqüência da quebra das empresas que não puderam adequar-se às novas condições de competitividade.*

- *Queda das rendas reais a princípio, para logo se estabilizarem ao baixar a inflação .*
- *Processos de reconcentração agrária, que tenderiam a fazer mais rentável a exportação agro industrial.*

Setores sociais que seriam afetados a curto prazo.

- *Setores empresariais, principalmente aqueles que produzem para o mercado nacional.*
- *As classes médias em geral e particularmente o setor público.*
- *A classe operária industrial (queda do salário real e perda do posto de trabalho)*
- *A população em geral, com o encarecimento de todos os serviços públicos.*

Condições para o êxito do programa

- *Adesão e lealdade do empresariado, pelo menos dos setores mais fortes que possam arrastar o conjunto dos empresários de maneira especial na formação da expectativas.*
- *Capacidade de controle do conflito social para desarticular os movimentos de protesto.*
- *materialização de novos investimentos em uma quantia não precisa nas áreas que o mercado prescrever como rentáveis.*

Inversões em infra-estrutura para que a exportação responda o mais rápido possível

4.1.2.- Proposta da Esquerda Unida.-

Os Fins.-

- *Transformação qualitativa tanto do Estado como da estrutura produtiva da economia peruana.*
- *Democratização efetiva da sociedade e do Estado, é inseparável da democratização econômica.*

Os meios.-

compreendendo dois momentos

1.- *A estabilização, com a característica de “diminui a dureza do ajuste”*

- *Reativação seletiva ligada à cesta básica popular.*
- *Indexação do salário e da remuneração à caderneta de poupança.*
- *Eliminação dos subsídios nos serviços públicos.*

■ *subsídios com vistas à produção de alimentos nacionais, eliminados em relação aos importados.*

■ *Estabelecimento de acordos para exportação com incentivos e não via uma desvalorização indiscriminada.*

■ *Programas de emprego maciço em transporte e no setor agrário.*

■ *Programa de emergência para a infância.*

2.- **Redistribuição da renda e reorientação da atividade produtiva.**

■ *Produção para as maiorias nacionais.*

■ *Transformação local dos recursos naturais.*

■ *Austeridade das elites do país .*

■ *Consumo mínimo socialmente garantido.*

■ *Desenvolvimento da micro, pequena e média indústria.*

■ *Tipo de câmbio real e taxas de juros positivas.*

Setores sociais nos quais pretendia seu apoio.

■ *setores populares.*

■ *Classes médias, sobretudo as do setor público.*

■ *Pequenos e médios empresários.*

Conseqüências da política econômica.

■ *Liberar gradualmente os preços, o que supõe aumento na renda no consumo dos setores populares.*

■ *reestruturação produtiva, diminuindo o peso das indústrias mais dependentes de importações e fomento das exportações, aumentando as divisas disponíveis.*

■ *melhor distribuição e gestão do gasto social.*

■ *diminuição da dependência externa em alimentos.*

Setores sociais que afetaria no curto prazo.

■ *Empresários oligopolistas beneficiados pelos subsídios nos preços dos bens e serviços das empresas públicas.*

Condição de êxito para o programa.

■ *Acordos mínimos com setores do empresariado.*

- *Moderação nas expectativas populares.*
- *Fortalecimento e organização dos setores populares.*

4.1.3.-A Proposta da Esquerda Socialista.

Os fins

- *Modernizar a sociedade e transformar o Estado no gestor de uma democracia onde as organizações distritais, regionais, e nacionais serão as protagonistas.*

Os meios

- *Acordo nacional entre o Estado, empresários e trabalhadores; planificação concertada que assinale compromissos claros entre os distintos agentes econômicos.*

A estratégia

Consta de três características :

1.- Estabilização.

- *“choque” tributário.*
- *situar a inflação a 10% mensal.*
- *levar a preços reais os serviços públicos.*

2.- Restruturação econômica que permita uma inserção competitiva no mercado internacional.

- *redução de tributos alfandegários em 30% em média.*
- *Dólar de paridade*
- *Taxas de juros positivas.*

3.- Manejo diferenciado dos mercados em matéria de preços.

- *Administrados nos setores oligopólicos.*
- *Livres para a pequena e média empresa.*

Setores sociais em que se apoiaria.

- *Setores populares.*
- *Classes médias, de maneira especial as do setor público.*
- *Pequenos e médios empresários.*

Conseqüências da política econômica.

- *Declínio gradual da inflação, que presumivelmente melhoraria as condições de vida dos setores populares .*
- *Mecanismo produtivo orientado para a exportação e que compita com produtos importados, aumentando nossa disponibilidade de divisas.*

Setores sociais que seriam afetados no curto prazo.

- *Empresários oligopólicos, beneficiados pelas exonerações e subsídios desde o Estado.*

Condições para o êxito do programa.

- *Pacto real que torne possível a planificação concertada.*
- *Incorporação em seu projeto de parte do setor empresarial*
- *Controle do trasbordamento das expectativas populares e incorporação ao governo de organizações sociais.¹³⁵*

Mario Vargas Llosa articulou uma aliança que se compôs de três membros, similar a que articularam seus predecessores (Morales Bermúdez, Belaúnde Terry): Em primeiro lugar, o capital estrangeiro. Em segundo lugar, os empresários mineiros, única fração propriamente exportadora e liberal. Em terceiro lugar, os multifacetados grupos de poder econômico. Retomando o caminho liberal e propondo-se a terminar com a contra-reforma iniciada com a queda de Velasco. A tripla aliança entre mineiros, grupos de poder e transnacionais era necessária para levar adiante o projeto e contribuir inicialmente para a sustentação do controle político que, por sua vez, permitiria depois dar mais confiança aos investidores na etapa do “decolagem” rumo a modernidade.

A frente conservadora do FREDEMO propunha “A Grande Mudança” (lema da campanha eleitoral, e visto em sua proposta de governo, item 4.1.1), sem entender as grandes mudanças ocorridas desde meados de século, visto que o Peru transformou-se significativamente nas últimas duas décadas, a sociedade oligárquica havia sido liquidada; mas, ainda segue existindo segregação cultural e racial, é uma sociedade mais complexa que a meados de século, com mais mobilidade social, com uma forte pressão para a distribuição da riqueza (manifestada nos períodos anteriores), porque o crescimento da

população havia excedido largamente o da produção, passou-se de um país rural a um país urbano, uma sociedade classista em via de redefinição como podemos ver no quadro Nº 2.

A dimensão do problema conjuntural que sentia a burguesia frente ao país foi um fenômeno totalmente inusual; uma parte significativa da propaganda política para senador ou deputado era ocupada por gerentes e diretores de empresas, banqueiros, industriais, grandes comerciantes e exportadores que se candidataram e disputaram o voto preferencial com os políticos estabelecidos. Este desejo de poder político direto nas mãos da grande burguesia não se observava no Peru fazia muito tempo.

As Esquerdas sofreram o problema de serem duas; pela Esquerda Unida o candidato Henry Péase Garcia e pela Esquerda Socialista, Alfonso Barrantes Lingan, este fenômeno constituiu um problema de representatividade social, cruzado por fatores ideológicos e de crise global do modelo político, sofrendo também a desvantagem da diferença de acesso aos meios de comunicação para sua propaganda política. Apesar dessas limitações, as esquerdas fizeram uma proposta consistente e que não mostra graves divergências entre os dois agrupamentos.

Frente a estas posições, contrasta a de Luís Alva Castro¹³⁶ candidato do APRA, que não se propõe como um grande transformador, mas como o homem que soube deter a inflação de 1985 e fazer crescer a economia; postulou-se como um bom administrador, um gerente, e não como um condutor político.

Cambio 90 de Alberto Fujimori¹³⁷ não figurava nas estatísticas durante quase todo o período eleitoral, somente em março aparece em cena, um candidato desconhecido que seria o mais importante “ator” destas eleições. Fujimori convertido em candidato mostrou seu rechaço aos partidos políticos e sua busca de “soluções técnicas e não políticas”. Aparecendo como uma alternativa contrária à direita, atraiu uma porcentagem alta de

¹³⁵ Julio Gamero In: *Estabilización Gradualismo El Shock, Que Hacer* No 54, Desco págs. 9-17

¹³⁶ Luís Alva Castro eleito como Secretário Geral do PAP e Candidato do Partido Aprista Peruano, foi ministro de Economia durante os dois primeiros anos do governo do presidente Garcia, também foi presidente da Câmara de Deputados.

¹³⁷ Alberto Fujimori Fujimori, descendente japonês de segunda geração, Engenheiro Agrônomo, professor de Matemática, depois de ser eleito reitor da Universidade Agrária “La Molina”, mostrou um temperamento autoritário e uma notável capacidade para manobras políticas; posteriormente conseguiu ser presidente da Assembléia Nacional de Reitores, um novo passo foi seu ingresso no Canal de Televisão

incrédulos impermeáveis frente à multimilionária publicidade Fredemista e de indiferentes ante o APRA e as Esquerdas.

Tratavam-se principalmente de eleitores do mundo popular, dos extratos mais baixos, nos quais se recrutava grande parte dos indecisos, as opções de centro se avultavam também nessas faixas, já que os partidos de direita e de esquerda se organizavam em função do Peru formal.

O problema era sócio-cultural: a FREDEMO era um agrupamento de “alvos” de classe alta, os quais foram contemplados pelos informais¹³⁸ como algo distante e alheio a eles; era muito mais fácil que chegasse a eles uma liderança composta por “um chinó” que falava de “honradez, tecnologia e trabalho”, três conceitos que são vistos positivamente pelas maiorias informais e despolitizadas. Esta mescla de “ambigüidade ideológica” com discurso “eficientista” centralizado em três palavras de ampla capacidade de penetração nos setores populares, permitiu a Fujimori realizar a façanha de ultrapassar os 20% dos votos. A FREDEMO se isolara ao arremeter com fúria contra o APRA e as esquerdas, ficando evidente que estas forças buscariam fechar a passagem à Vargas Llosa. A seguir no quadro seguinte temos o resultado do primeiro turno eleitoral realizado em 8 de Abril de 1990.

QUADRO N° 31

ELEIÇÕES POLÍTICAS GERAIS – PRIMEIRO TURNO RESULTADO NACIONAL

CANDIDATO	ABSOLUTOS	%/V	%/E
Mario Vargas Llosa FREDEMO	2.163.323	32,6	27,6
Alberto Fujimori Fujimori (CAMBIO 90)	1.932.208	29,1	24,6
Luis Alva Castro (PAP)	1.494.208	22,5	19,2
Henry Péase García (IU)	544.889	8,2	6,9
Alfonso Barrantes Lingán (IS)	315.038	4,7	4,1
Roger Cáceres V. (FRENATRACA)	86.418	1,2	1,0

Notas. %/V= É a porcentagem sobre o total de votos válidos e %/E= é a porcentagem sob o total de votos emitidos Fonte: Perú Político en Cifras. Pág. 155

O resultado de 8 de abril mostrou-se diferente dos obtidos pelas pesquisas de opinião e pelas análises dos meios de comunicação oral e escrita. Um adventício, engenheiro agrônomo e *nissei* havia disputado palmo a palmo o primeiro lugar com um

do Estado, como diretor do Programa “Concertando”, ali teve uma tribuna de alcance nacional.

¹³⁸ Denominaremos *informais* aos setores autônomos que tem participação na atividade econômica e social, assim como camelos, micro empresários, e não organizados, geralmente migrantes assentados nas

ilustre escritor peruano, político por obrigação moral que havia vindo “iluminar o escuro futuro e as confusas mentes dos peruanos”.

Desde 1989 a direita peruana havia monopolizado a iniciativa política, no intento de estatizar o sistema financeiro, a iniciativa intelectual, da direita atuava praticamente em terreno livre, cuidando somente das *armadilhas*, dirigidas do Palácio de Governo por Alan García, mas conseguindo permear um sentido comum pró-liberal frente a crise que se beneficiava do colapso do Estado, do fracasso aprista e da anticampanha na qual estavam enfrascadas as esquerdas. O Peru da última década esteve entrecruzado por uma persistente crise que, como assinala Sinécio Lopez,

*“Debilitou sua conformação classista e dilatou a sociedade de massas, submergindo as distâncias entre o Estado e os partidos com o país real.”*¹³⁹

Entre essas brechas, imperceptíveis para muitas análises, abriu-se passagem à candidatura de Fujimori, mas o fez porque o clima de opinião popular pôde se reconhecer em sua imagem e em sua mensagem. Nos indecisos se concentrava o descrédito do sistema político tradicional, na opção de centro, os reflexos de uma crise vivida como desagregação, e nas demandas interpeladas pelo lema “honradez, trabalho, tecnologia”, as modificações do imaginário coletivo enraizadas na informalização da economia e no surgimento de novos sujeitos sociais e a resignação do popular durante estes anos. O resultado correspondeu ao reflexo do sentir das camadas mais baixas da sociedade peruana, que na última hora, sancionaram um voto majoritário nesta espécie de reprivatização do poder com tantas reminiscências oligarquias que definiam a direita conservadora.

Os apelos modernizantes e populares estavam escondidos no cenário eleitoral, até se encontrar com “Cambio 90” de Fujimori. A direita liberal não podia articular as demandas do progresso a partir de uma matriz popular. O maciço deslocamento do resultado eleitoral do primeiro turno demonstra a preferência pelo desconhecido a um candidato cinzento, culpado de carecer de um programa de governo e aspirante a senador da República.

grandes cidades, que no caso peruano chegam a um alto percentagem.

¹³⁹ Citado por, Manuel Córdova, In: “*Proyecto Neoliberal: la oportunidad perdida*” Lima, Desco, 1993, p. 20.

Eliana Chavez O'Brien faz uma análise sobre a intenção de voto dos informais, de diferentes ramos de atividade, indústria, comércio, serviços, transportes e de diferentes idades, de 18 a 55 anos em um universo de 100 pessoas. O resultado foi o seguinte:

Quadro N° 32

Por quem votou nas eleições?	
N° de casos	
Cambio 90	56
FREDEMO	16
APRA	10
I.U.	8
I.S.	7
nenhum	3
TOTAL	100

FONTE: Que Hacer N° 64 pág. 37

Como podemos notar, o grosso deste setor urbano popular havia votado em Fujimori. Se analisamos a PEA em 1990, estimou-se que fora em torno de 7.660.000 pessoas. O Setor Informal Urbano (SIU) representa segundo Juan Mezzera 49.2% da PEA: 3.770.000 pessoas; segundo Hernando de Soto 48% da PEA 3.670.000; segundo Daniel Carboneto 34% da PEA de Lima, porcentagem que, levadas a nível nacional, nos dá 2.600.000 de pessoas, o que nos indica o importante deste setor como caudal eleitoral.

Pode-se estimar o universo da micro e pequena empresa urbana (a maioria informal) tomando em conta os seguintes dados:

QUADRO N° 33
MICRO E PEQUENA EMPRESA URBANA

SETOR	PEA	%	EMPRESAS	%
Indústria	560.000	20	165.000	14
Comércio	1.480.000	53	740.000	61
Serviços	740.000	27	296.000	25
total	2.780.000	100	1.201.000	100

Fonte: Fernando Villaran In: Empleo y Pequeña Empresa en el Perú pág. 31

Por outro lado, os pequenos e micros proprietários do campo (o total da PEA

agrícola é de 2.665.000) alcançavam pelo menos 60% deste total (1.600.000 pessoas). Portanto, se somamos aos pequenos proprietários urbanos com os rurais chegamos a uma cifra aproximada de 4.500.000 de pessoas ou seja, 59% da PEA total. Certamente este setor decide quem governa o Peru. Como nenhum candidato havia alcançado a maioria absoluta, convocou-se a um segundo turno que se realizou em 10 de junho.

Previamente ao segundo turno, a Universidade do *Pacífico* realizou um evento intitulado *Intercampus* que, segundo os princípios da instituição,

*“É uma atividade que a Universidade do Pacífico promove e organiza, em freqüente e estreita colaboração com outras instituições sobretudo, do mundo acadêmico, para contribuir para a renovação e o fortalecimento da base institucional e do exercício democrático no país. Os Intercampus são foros abertos e moderados, onde se apresentam e expressam as opiniões dos distintos setores representativos da sociedade com respeito a temas que exigem uma profunda reflexão.”*¹⁴⁰

O evento em menção realizou-se entre os dois candidatos que haviam obtido a maior votação Mario Vargas Llosa e Alberto Fujimori Fujimori, em 3 de Junho de 1990, com 6 temas:

- 1.- Pacificação Nacional.
- 2.- Programa Econômico.
- 3.- Desenvolvimento Agrário.
- 4.- Educação.
- 5.- Trabalho e informalidade.
- 6.- Papel do Estado.

Trataremos de resgatar algumas das propostas referente aos temas que foram debatidos:

Em referência ao programa econômico:

Vargas Llosa dizia:

“Há que tirar do país de esta crise e a única maneira de fazê-lo é de uma maneira radical, indo às raízes do problema. Esse é o programa de reordenamento econômico que preparou a Frente Democrática com uma equipe de economistas muito competentes que vêm trabalhando há mais de dois anos na preparação deste programa, um programa que, primeiramente, acabará com a inflação, essa terrível aumento dos preços que é um imposto cego que golpeia a todos os peruanos por igual e que,

¹⁴⁰ Universidad del Pacífico *El DEBATE*, Intercampus, Lima, Ciup, 1990, p. 2.

portanto, faz sofrer mais a quem tem menos: o trabalhador, a dona de casa do assentamento humano ou das favelas, o camponês e todo aquele que vive de um salário e que não pode defender-se frente a essa terrível e sistemática alta dos preços. Há que se acabar com a inflação se queremos desenvolver-nos e crescer”

Por sua vez, Fujimori replicava:

*“A frente Democrática quer aplicar a política do **choque**, que nada mais é que uma política de pacotes, mas todavia, mais dura. Aplicar o **choque** quando existe inércia inflacionaria resulta ser um método para acelerar ainda mais a inflação. Os instrumentos que propõe CAMBIO 90 para alcançar o crescimento equitativo ou se limitam, pois, a fixação de regras do jogo claras e estáveis tão necessárias para propiciar a rentabilidade empresarial e o investimento privado. Damos um passo mais além: o passo decisivo que significa a diferença entre o puro crescimento econômico e o crescimento econômico com equidade. **Este passo consiste no respeito, Dr. Vargas e senhores membros da Frente, no respeito à estabilidade no emprego, na fixação dos salários por meio de acordo, no respeito aos direitos adquiridos dos trabalhadores estatais. —“NÃO!” às demissões em massa,— no respeito à gratuidade do ensino, no impulso a pequena e microempresa, na promoção da agricultura camponesa e na industrialização rural.***

Referente ao papel do Estado, Vargas Llosa dizia:

*“Vamos privatizar o setor público e o faremos dando possibilidade aos trabalhadores das empresas públicas, que não são proprietários de nada, a possibilidade de aceder à propriedade, de converter-se, mediante o acionariado amplo, em proprietário e empresários. É a grande revolução pacífica que pode fazer de nosso país um país moderno com autêntica justiça social”, **marcando ênfase no papel do Mercado como único ente regulador.**”¹⁴¹*

No quinto tema sobre trabalho e informalidade, Fujimori dizia:

*“Empresários e trabalhadores necessitam sentir-se seguros, Cambio 90 garantirá a propriedade em todas suas formas, mas é necessário assim mesmo que o trabalhador se sinta seguro, a **manutenção e respeito irrestrito do seguro no emprego**, deverão estar acompanhados de políticas de fomento à produtividade, onde a estabilidade do trabalhador não deva constituir um obstáculo, para isso, **nosso governo garantiu a***

¹⁴¹ In: “El Debate” Universidade do Pacífico, INTERCAMPUS, Lima, CIUP, 1990, p. 79.

estabilidade no emprego, os direitos dos trabalhadores e o respeito a constituição. (...) nós manteremos o controle das principais empresas públicas; não vamos privatizar nenhuma empresa do Estado, essas serão propriedade do Estado (...) defenderemos os empregados públicos porque são tão cidadãos; tão compatriotas como todos."

142

Alberto Fujimori foi eleito como Presidente Constitucional do Peru no segundo turno eleitoral com o seguinte resultado:

QUADRO N° 34

RESULTADO NACIONAL

CANDIDATO	Nº de Votos	Porcentagem
Alberto Fujimori CAMBIO 90	4.489.897	62.4%
Mario Vargas Llosa FREDEMO	2.708.291	37.6%

Fonte: Perú Político en Cifras

A eleição de Alberto Fujimori guarda correspondência com certas mudanças sucedidas na estrutura social peruana. É o primeiro presidente eleito que não foi previamente conhecido no Departamento de Estado norte-americano; o primeiro que, como candidato, não participava do "clube dos debates eleitorais"; o primeiro que não recebeu da Sociedade Nacional de Indústrias uma bolsa significativa de campanha antes do primeiro turno; o primeiro que não teve o apoio definitivo da televisão privada.

Foi um candidato cuja votação emergiu essencialmente dos segmentos mais baixos, do setor informal, de camponeses e marginais deste país, como se pode apreciar nos resultados de quase todos os estados serranos do país nos quais Fujimori supera os 60% e em alguns estados como Moquegua e Puno, 70%. A FREDEMO só ganhou em Loreto (estado localizado na selva peruana) e entre os cidadãos que votaram no estrangeiro .

O segundo turno mostrou que as esquerdas e o APRA endossaram seus votos, como também o movimento sindical em seu conjunto, a CGTP publicou páginas inteiras em diferentes diários sobre a inconveniência de votar pela opção liberal do FREDEMO, assim mesmo, as federações mais fortes, como Eletrificação, Bancários, Telefonia, implementaram uma campanha similar. Sem um voto consciente da esquerda do APRA e do movimento popular não pode ser explicada as enormes votações nas quais Fujimori

¹⁴² "El Debate Universidad do Pacífico INTERCAMPUS, Lima, CIUP,1990 p.85.

obtém 60 ou 70% da votação em setores onde a esquerda e o APRA tinham predominância.

Esta lição não é somente para o APRA e para a esquerda como também para o movimento popular, setores que ainda seguem vigentes, já que o povo tem um grau de consciência tal que não mantém lealdades eleitorais se existem divisões entre forças políticas, já que para a consciência popular não deve ser dividida, mas unificada.

Uma vez que ganhou as eleições, este governante, antes de assumir o poder, realizou uma viagem pelos Estados Unidos e Japão.¹⁴³ Quando regressou mudou toda sua equipe de assessores¹⁴⁴, entre os quais se encontravam técnicos e acadêmicos de convicção progressista e de esquerda. Começou a variar seu entorno e deixou de lado, sem pudor ou dissimulação, os que haviam tornado possível seu triunfo. Colocou em sua assessoria indivíduos recomendados pelo FMI, com a finalidade de implementar um modelo econômico dirigido por estas instituições multilaterais.

O governo de Fujimori começou seu mandato com uma debilidade inexistente nos dois governos que o precederam, os de Belaúnde e García. Estes tinham partidos sólidos ao serem eleitos e obtiveram uma significativa maioria no primeiro turno que concedeu-lhes o apoio incondicional do Congresso. Fujimori não tinha partido organizado, não teve assessoria própria; terminou em segundo no primeiro turno; não teve maioria parlamentar e saiu eleito no segundo turno com o apoio decidido do APRA e das esquerdas. Deste ponto de vista, começou com menos possibilidade de impor sua vontade do que os mandatários anteriores.

Fujimori conformou um gabinete de “base ampla” com ministros independentes,

¹⁴³ Segundo Carlos Boloña diz: “a única pessoa próxima neste momento do presidente que acreditava na economia de mercado era Hernando de Soto, o presidente do Instituto Liberdade e Democracia, o engenheiro havia recorrido a ele sobretudo depois do primeiro turno, interessado em suas idéias acerca do setor informal e supostamente, com conhecimento das desavenças pessoais que o haviam afastado de Vargas Llosa. De Soto teve o bom tino de persuadir o engenheiro Fujimori de realizar uma viagem aos Estados Unidos como presidente eleito, para entrevistar-se com os representantes dos organismos financeiros internacionais e melhorar sua imagem e a do país frente a eles, sugeriu-lhe também que fizesse deste um diálogo frutífero, para tanto, se rodeara de técnicos e assessores de peso, capazes de sintonizar com as inquietudes e absorver as interrogações dos porta-vozes do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.”, In: *Cambio de Rumbo Lima*, ILM-SIL, 1993, p. 22.

¹⁴⁴ Segundo Alberto Adrianzen. Saíram da equipe econômica Santiago Roca, Oscar Ugarteche e Adolfo Figueroa. In: *Que Hacer*, Nº 68 Dezembro de 1990, p. 04

populistas, e esquerdistas, como é o caso de Juan Carlos Hurtado Miller no Ministério de Economia e como primeiro ministro; Fernando Sanchez Alabera no Ministério de Energia e Minas; Gloria Helfer no Ministério de Educação; e Absalon Vasquez no Ministério de Agricultura; todos pertencentes a nova geração de esquerda e do APRA.

Dez dias depois de assumir o poder, em 08 de agosto, Fujimori, aplicou um ajuste de significativas proporções (apesar de haver apregoado durante sua campanha para o segundo turno, que não aplicaria o temido **choque**). Este tinha a intenção de que os novos preços relativos corrigissem as margens de lucro dentro do preço dos produtos diminuindo-as, e, elevando a importância relativa dos custos de produção expressados pelos demais preços; ou seja, os custos salariais, cambiais, de insumos públicos e outros preços controlados pelo Estado como diz Javier Iguíñis:

*"Cabe apontar o que é mais importante: o programa de Fujimori e o da FREDEMO têm uma grande semelhança em sua visão antipopular. Em ambos casos, a capacidade aquisitiva da população baixa drasticamente e, esse declínio é a chave da eficácia do método de ajuste escolhido."*¹⁴⁵

É evidente que o ajuste aplicado por Fujimori obedecia a uma imposição dos organismos internacionais, porque este não tinha um programa definido. Como seqüela do mesmo, os preços públicos haviam sobreposto os preços privados, o dólar e o salário real, a inflação do mês ascendeu a 397%. Isto não fez mais que corroborar em que os assalariados uma vez mais, terminaram pagando os custos deste "choque", aplicado com a finalidade de estabilizar a economia. O pacote econômico implementado notificou a população, uma vez mais, que para sair da crise, tinha que comer e ganhar menos, fato que foi aceito estoicamente pela grande maioria dos peruanos.¹⁴⁶

Os que experimentaram uma maior deterioração em suas remunerações foram os trabalhadores da administração pública e os que trabalham nas empresas estatais. Com apenas 100% de aumento, este conjunto de trabalhadores (que constituem 34% da população assalariada) teve um corte salarial de 59,8% em um só mês. Por seu lado, os

¹⁴⁵ Javier Iguíñiz Echevarria In: *Precios relativos y Poder*, Lima, Descó, 1990 p. 15.

¹⁴⁶ Com a implementação do pacote econômico, já se via uma virada que se encaixaria dentro do ideário neoliberal, seguindo as recomendações de Milton e Rose Friedman, quando sustentavam que todo novo presidente tem um período de "Lua de Mel" no qual se suspende o poder das influências e no qual, portanto, se podem fazer grandes mudanças. In *Cambio de Rumbo*, Lima, ILM-SIL, 1993, p. 9-41.

trabalhadores do setor privado registraram uma diminuição de 39,7% em seus salários reais, enquanto que a PEA, sujeita a remuneração mínima, experimentou um declínio de seu poder aquisitivo de 19,5%.¹⁴⁷

No plano político deu-se preponderância a uma aliança tácita com o Exército, com “fins de manutenção da tranquilidade interna”. Apareceram novas tendências políticas já reluzia o caráter **autocrático** do presidente, como conteúdo mesmo da política de **choque** econômico. O primeiro anúncio do novo estilo presidencial foi em verdade, pouco inovador. Sobre as medidas nenhum setor social em especial foi consultado, nem muito menos tais medidas foram acordadas. A partir deste fato a surpresa foi a melhor tática presidencial, acompanhada de um estilo tecnocrático que começava a perfilar o manejo governamental.

Prontamente apareceram novos amigos, a maior parte dos quais eram antigos simpatizantes da FREDEMO, particularmente empresários e tecnocratas que sentiam que esse presidente começava a colocar em prática ao menos parte de aquele programa de signo liberal que haviam levantado como bandeira.

Estas novas alianças foram muito importantes porque não só colocaram o presidente dentro da corrente ideológica da moda que se havia instaurado depois da campanha fredemista, como também, em um segundo aspecto mais importante (ao menos a curto prazo para uma mente pragmática e imediatista como a de Fujimori), os novos amigos tinham em suas mãos o poder econômico e o poder militar, portanto, a maior parte dos meios de comunicação que se encarregariam de dizer ao sofrido povo que se tratava da “única alternativa possível” e, sobretudo, que “a culpa era de Alan García e seu regime”. Deste modo começou um estilo que contribuiria notavelmente a manter, e inclusive, incrementar a popularidade presidencial num efetivo discurso que culpa os outros dos males sociais, salvando a responsabilidade do mandatário.

4.2.- Enfoque Neoliberal e Seus Eixos.

O neoliberalismo oferece um enfoque global do indivíduo na sociedade, no sentido da liberdade. Segundo Reginaldo Correa,

¹⁴⁷ Julio Gamero, In: *Sueldos y salarios: Caída en Picada*, Lima, Desco, 1990, p. 11.

“É a argumentação de Hayek, um autor que transcende o universo estrito da economia política que, talvez, indique o caminho mais sistemático para compreender a lógica dessa corrente. A falta de consciência sobre os limites do conhecimento humano é um dos fatores que ameaçam a liberdade, segundo Hayek. A compreensão dos indivíduos é limitada entre outras razões porque eles só podem manipular uma parte de todo o conhecimento que contribui para o sucesso de suas ações. O indivíduo beneficia-se de mais conhecimento do que de consciência.”¹⁴⁸

Enfoque este que recolhe elementos fundamentais de nossa cultura moderna do progresso. Como ideologia e programa, combateu o socialismo e impôs um capitalismo agressivo como forma de resolver os problemas dos países subdesenvolvidos.

Em nível mundial, a onda neoliberal corresponde à confluência de três grandes movimentos:

- Em primeiro lugar, uma reação defensiva neoconservadora de certos setores dominantes que viram seus privilégios ameaçados pelas pressões sociais políticas internas e externas (conquistas dos sindicatos,¹⁴⁹ das coletividades, consolidação do estado de bem-estar, reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, avanço do terceiro mundo, etc.)
- Em segundo lugar, uma estratégia da grande burguesia transnacional para criar as condições de uma reestruturação tecnológica e produtiva e um novo ciclo de acumulação e concentração de capital (mobilidade de capitais, flexibilização das relações de trabalho, redefinição das relações econômicas em nível global).
- Em terceiro lugar iniciou-se uma ofensiva ideológica contrária aos países socialistas, aproveitando de suas dificuldades econômicas e da crise de seus regimes políticos,

¹⁴⁸ Reginaldo Corrêa de Moraes. In: “Os Exterminadores do Futuro a Lógica dos Neoliberais” *Universidade e Sociedade*, nº6 p. 7.

¹⁴⁹ Segundo Perry. Anderson. “A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando pela primeira vez baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. A partir daí, as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e em relação ao controle do dinheiro, In: *Pós-Neoliberalismo*,

conseguindo que estes países se dissolvam, conquistando um liderança capitalista em nível mundial.

Os principais objetivos da ofensiva neoliberal são: 1.- afiançar o princípio da propriedade privada, entendida como garantia da liberdade, da iniciativa empresarial e do progresso; 2.- promover o mercado e a competitividade como forma de regulação da economia; 3.- objetar o poder da organização e participação dos trabalhadores, dispersando-os para evitar que se constituam em sujeitos sociais e políticos; 4.- restringir a intervenção do Estado na economia e na sociedade em geral.

Entre os principais teóricos do neoliberalismo do mundo destacam-se figuras como Von Mises, Frederick A. Hayek (prêmio Nobel de economia de 1974),¹⁵⁰ Milton Friedman (prêmio Nobel de Economia de 1976), e James Buchanan (prêmio Nobel de Economia de 1986). Seus principais divulgadores provêm da chamada “Escola de Chicago”, que compreende por sua vez, diferentes subescolas (o monetarismo, o “capital humano”, o “direito de propriedade” e a “economia da opção pública”. Não obstante, são várias evidentes as interpretações sobre o neoliberalismo como diz Otávio Ianni,

“É no contexto do globalismo que o liberalismo se transfigura em neoliberalismo. A nova divisão internacional do trabalho e da produção, a crescente articulação dos mercados nacionais em mercados regionais e em um mercado mundial, os novos

S.P., Paz e Terra. 1995, p. 10.

¹⁵⁰ Na linha “racional” de Hayek, desenvolve-se a idéia que o mercado resulta numa instituição não intencional e num artifício não arbitrário, seqüela da evolução da cultura ocidental, que parte da barbárie e chega à civilização como produto de uma lenta evolução. Nesta evolução, produz-se uma seleção natural; na qual, as instituições mais aptas permanecem, com o que se aproxima a Darwin. Em Hayek, o conhecimento transparente da sociedade não tem sentido, assim como tampouco o tem o conhecimento exterior desta. Somente o indivíduo e os múltiplos indivíduos conhecem seus âmbitos nos quais se desenvolvem seus atos. Não existem verdades esclarecidas para o conhecimento do social. A sociedade resulta basicamente opaca, não tem fim nem começo dentro do estado natural inicial. Ela evolui dentro de uma ordem espontânea na qual os indivíduos e seus conhecimentos se adaptam. Esta evolução resulta não dominável. A melhor maneira de representar esta ordem é a situação de catalepsia. Esta ordem baseada no mercado —a rede de numerosas economias em relações naturais— é a condição para a realização da liberdade individual, é a ordem espontânea que asseguraria a inteligência dos indivíduos na ação. Portanto, para Hayek, a ordem espontânea não é o resultado da vontade dos homens, mas das múltiplas inter-relações nascidas das livres ações dos homens. Ações desenvolvidas sem intenção nem consciência. A situação de ordem espontânea Hayek é denominada a Grande Sociedade, reservando a palavra economia somente para as empresas e as famílias. O direito deve ser imanente às práticas que não têm nenhum objetivo, com leis “que sejam necessárias à formação de uma ordem espontânea na qual não se podem prever os detalhes” as sociedades para Hayek, se formam. Em contrapartida, os Estados “são fabricados”. Sendo os governos por sua natureza, “estruturas funcionais” que escapam a ordem espontânea. Hayek critica tanto Marx como Keynes por seus supostos escassos conhecimentos do mercado, ao confundir intercâmbio com organização. Somente o intercâmbio mercantil pode lograr que os

desenvolvimentos dos meios de comunicação, a formação de redes de informática, a expansão das corporações transnacionais e a emergência de organizações multilaterais entre outros desenvolvimentos da globalização do capitalismo.(...) São muitas as propostas e as reivindicações que se sintetizam na ideologia neoliberal: reforma do Estado, desestatização da economia, privatização das empresas produtivas e lucrativas governamentais, aberturas de mercados, redução de encargos sociais relativos aos assalariados por parte do poder público e das empresas ou corporações privadas, informatização de processos decisórios, produtivos, de comercialização e outros, busca da qualidade total, intensificação da produtividade e da lucratividade da empresa ou corporação nacional e transnacional. Esse e outros objetivos e meios inspirados no neoliberalismo impregnam tanto as práticas de governos nacionais quanto de organizações multilaterais”¹⁵¹.

Podemos resumir os fundamentos principais do enfoque neoliberal nos seguintes pontos:

- a.- O princípio da superioridade da economia sobre a política. Parte-se de uma visão empírica da ordem material (materialismo prático).¹⁵²
- b.- Uma concepção do homem baseada no lucro individual, na competitividade e na razão instrumental.
 - Primazia lógica e histórica do indivíduo sobre o grupo e a sociedade.
 - Os indivíduos são motivados por seus juros particulares. Os juros requerem ser assegurados mediante o direito de propriedade (individualismo possessivo).
 - A competitividade é o princípio de toda organização social ante o problema inexorável da escassez.
 - Os indivíduos se comportam em função de maximizar sus benefícios mediante a previsão e o cálculo: princípio do *homo economicus* e da racionalidade instrumental.
- c.- O mercado é o mecanismo principal de regulação das relações entre os indivíduos.
 - o mercado permite o equilíbrio e a eficiência econômica. O neoliberalismo recolhe a tese do “darwinismo social”.
 - O conhecimento humano é sempre parcial e limitado; é necessário atuar por ensaio e

indivíduos — apesar de suas diferenças— se prestem um serviço recíproco sem alienar sua liberdade.

¹⁵¹ Octavio Ianni. In: *Neoliberalismo e Socialismo* 1996 Edit. Unicamp-IFCH p. 8

¹⁵² Eugenio Tironi, In: “*El Credo Neoliberal*” (*ideología de los Chicago Boys*) , *El liberalismo real*, Santiago de Chile, Edições Sur., 1986.

erro¹⁵³. Não se pode planificar.

■ as relações de competitividade e as relações contratuais são a base da sociedade e da política. Os problemas da integração social se resolvem a partir do mercado.

d.- A propriedade privada constitui um princípio fundamental para a defesa dos juros dos indivíduos e para sua atuação no mercado. A delimitação precisa dos direitos de propriedade se constitui em condição de eficácia individual e de progresso social.

e.- O Estado limita as prerrogativas dos indivíduos e obstaculiza o funcionamento do mercado, asfixia a iniciativa privada e impede a eficácia e o progresso.¹⁵⁴ O neoliberalismo objetiva reduzir as funções do Estado somente ao que não pode resolver-se mediante a iniciativa individual: algumas leis de caráter geral destinadas fundamentalmente a preservar o meio ambiente, garantir a propriedade e a liberdade econômica; a administração da justiça, a polícia e as relações internacionais. Deve reduzir-se a burocracia e privatizar os serviços públicos.

f.- O trabalho assalariado não outorga nenhum direito que não seja derivado da livre relação contratual entre indivíduos. Por isto, não deve haver estabilidade no emprego nem função protetora do Estado na resolução dos conflitos de trabalho, nem participação na gestão da empresa. O enfoque neoliberal aponta para a flexibilização das relações de trabalho (supressão de todo vínculo rígido entre o trabalhador e um determinado centro e posto de trabalho), assim como descentralizar e externar a mão de obra, recorrendo a sistemas de subcontratação com a finalidade de estabelecer uma maior distância entre os verdadeiros centros de decisão empresarial e os trabalhadores diretos.

Neste sentido, os neoliberais retomam a tese clássica segundo a qual o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente qualquer problema social, sejam estes

¹⁵³ Segundo Tironi, observa como o mercado e “levado ao lugar de um princípio epistemológico”. (op. cit.).

¹⁵⁴ A crítica à intervenção estatal está baseada no seguintes argumentos: 1.-é impossível conhecer e prever o curso da vida econômica e social devido a sua complexidade e à margem da liberdade dos múltiplos agentes que intervêm; a planificação resulta menos eficaz que o mercado; 2. Ao proteger os mais débeis, o Estado desalenta a iniciativa dos indivíduos mais empreendedores e dos espíritos criativos, propiciando a mediocridade social e impedindo o progresso; 3. A administração pública gera uma burocracia ineficiente que os usuários no podem fiscalizar e emendar, sendo aconselhável privatizar ao máximo suas funções; 4. Os serviços sociais a cargo do Estado, além de serem ineficientes, constituem uma carga cada vez maior sobre a economia e não podem continuar crescendo; é necessário também privatizá-los.

de natureza econômica ou política. É nesta perspectiva que a preocupação básica da teoria neoliberal em mostrar o mercado como um mecanismo insuperável para estruturar e coordenar as decisões da produção torna-se evidente.

Este experimento foi iniciado na América Latina, concretamente no Chile do general Pinochet, depois do violento golpe militar que derrocou e assassinou o presidente Salvador Allende. Como observa Perry Anderson,

“O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: Desregulamentação, desemprego em massa, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. (...) O neoliberalismo chileno bem entendido, pressupunha a abolição da democracia em si mesma que como explicava incansavelmente Hayek, jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis se a maioria democrática decidisse interferir nos direitos incondicionais de cada agente econômico dispendo de sua renda e de sua propriedade como quisesse.”¹⁵⁵

Tudo isso dez anos antes da época de Thatcher e Reagan, com a ajuda direta da escola de Chicago (um grupo de economistas chilenos que haviam estudado na Universidade de Chicago e que ocuparam postos claves no governo de Pinochet: o próprio Milton Friedman foi conselheiro econômico do regime militar chileno).

Partindo da avaliação da experiência chilena, na qual os “Chicago boys” tiveram a possibilidade de aplicar de maneira radical suas teorias¹⁵⁶ Tironi ilustra:

“A evidência histórica mostra. (...) que o liberalismo econômico é irreconciliável com a democracia política. O reino liberal sempre necessitou da potência estatal para impor a ordem de mercado, submeter a ele a força de trabalho, e poder sustentar uma regulamentação que consagra desigualdades flagrantes; recorreu a força, enfim, para soçobrar os espaços e interesses públicos (em particular a política) e reduzir a vida social à pura norma econômica. O economicismo liberal, portanto, termina inevitavelmente dando-se as mãos com o autoritarismo mais extremo.”¹⁵⁷

¹⁵⁵ Op cit. p. 19

¹⁵⁶ O modelo neoliberal em Chile aplicou-se desde 1975 até 1981, ano no qual entrou em grave crise. Após de despedir os “Chicago Boys” e de encarcerar a vários empresários e banqueiros especuladores, Augusto Pinochet aplicou uma política mais flexível de intervenção do Estado; o crescimento econômico registrado posteriormente se deve principalmente a dita retificação (Tironi 1988) p. 76

¹⁵⁷ Op. Cit. p. 81

Tudo isso inserido no fato de que o Chile é um país de terceiro mundo, um país de periferia.

O neoliberalismo consegue ter alcance mundial em 1979 na Inglaterra, quando foi eleito o governo de Margareth Thatcher, que se proclamou publicamente a favor da aplicação do modelo neoliberal em um país do centro do capitalismo. Mais adiante, em 1980, Ronald Reagan ganha a Presidência dos Estados Unidos, consolidando uma dupla com Margareth Thatcher, exercendo um papel fundamental na expansão da política neoliberal e na conformação de uma “nova ordem mundial” que o neoliberalismo expressa. Segundo Anderson, o “modelo inglês” foi o pioneiro e o mais puro (no contexto dos países avançados).

“O governo Thatcher contraiu a emissão monetária, elevou as taxas de juros, baixou drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliu controles sobre os fluxos financeiros, criou níveis de desemprego maciços, aplacaram greves, impôs uma nova legislação anti sindical e cortou gastos sociais –esta foi uma medida surpreendentemente tardia– lançou-se num amplo programa de privatização começando pela habitação pública e passando em seguida às indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.”¹⁵⁸ (destaques nossos)

Para Anderson, a variante norte americana foi distinta porque, nos Estados Unidos, não existia um “Estado de Bem-estar” como na Europa. Para Reagan a prioridade de seu projeto neoliberal estava centrada na competição militar com a União Soviética. No período de 1989 a 1991, o neoliberalismo se impôs em toda a região e, posteriormente, uma terceira onda abordou a América Latina, com Salinas de Gortari no México 1988, Carlos Menen, na Argentina 1989, e Fujimori no Peru 1990.

“A crise na América Latina levou a um desencanto e a incerteza da sociedade, constituindo-se, portanto, em terreno político-ideológico e campo adequado para sua reorganização e seu “saneamento econômico”. Essa exigência não pode ser assumida sem que o Estado “sacrifique”, em maior ou menor medida, sua própria natureza. (...) Por isso, a reordenação ou refundação do sistema capitalista na América Latina é apresentada pelos teóricos do modelo como uma sustentação legitimada “pela história”

¹⁵⁸ Perry Anderson In: Pós-Neoliberalismo, S.P., Paz e Terra, 1995, p. 12.

como "a *alternativa*" para fortalecer a inserção da região tendo em vista o futuro milênio... " ¹⁵⁹

A crise latino-americana se apresentava como um processo de ampla mobilização de setores populares e, em outros, a desmobilização e despolitização destes setores começaram a acentuar esta tendência, não obstante estas características, deu-se a transição do público ao privado de maneira geral, a flexibilização da legislação trabalhista, o surgimento de outros sujeitos sociais como protagonistas do processo (informais, migrantes etc.). Este processo não pode ser entendido a margem do modelo neoliberal que estava sendo imposto na América Latina.

"Da perspectiva dos interesses nacionais e regionais latino-americanos, são evidentes as conseqüências políticas dessa situação, dado que as propostas do modelo têm a possibilidade de alterar as bases constitutivas do Estado nacional, de modo a favorecer a extensão e a generalização das soluções baseadas na liberalização do mercado, na abertura econômica, na privatização e na modernização do sistema em seu conjunto. Embora para muitos analistas, o neoliberalismo tenha-se concluído, ou esteja em crise, sobretudo depois da eleição de William Clinton, é certo que os eixos da política econômica aplicada na América Latina no nível macroeconômico têm uma marcada orientação neoliberal. Depois que a reunião de cúpula de presidentes da América Ibérica, reunidos no Brasil, os convocou a prestar atenção a problemática social, dado o alto custo social provocado pelas políticas de ajuste, surgiram as colocações como economia de bem-estar, capitalismo popular, liberalismo social, social liberalismo, bem-estar de mercado, etc. que no fundo não alteram os pressupostos básicos das propostas neoliberais." ¹⁶⁰

O modelo imposto dá-se como um período de ruptura com os modelos antes vigentes na própria América Latina. Como conseqüência da aplicação deste, temos o debilitamento dos sindicatos e das forças políticas, a ascensão da economia informal e o desvanecimento da credibilidade e representatividade estatal. As causas da crise que se atravessava, segundo a perspectiva neoliberal, não estariam localizadas nas relações de produção vigentes, mas em certas formas de administração e intervenção estatal e de política econômica. Como diz Edgar Jimenez:

¹⁵⁹ Op. Cit. Pag 16.

¹⁶⁰ Edgar Jimenez Cabrera In: *Neoliberalismo e Identidade Nacional na América Latina*. P. 15. In: *Universidade e Sociedade*, nº 08

"O neoliberalismo pôs em dúvida o manejo do Estado assistencial (benfeitor) denunciando como oneroso, centralista, ineficiente e responsável pela estagnação, bem como o caráter desestabilizador das tendências igualitárias que colocava. Dado ao peso que adquiriu a intervenção estatal na economia e nos aspectos político-sociais as decisões a juízo do neoliberalismo perderam racionalidade e passaram a resultar de negociações e acordos políticos que pelo menos, alteram a gestão governamental." ¹⁶¹

A busca de uma renovação conceitual, institucional e política está se impondo coercitivamente, sob diferentes matizes na América Latina; no caso peruano, esta tem conotações bastante particulares como veremos a seguir.

4.2.1.- O Neoliberalismo no Peru.

No caso do Peru, o neoliberalismo tem uma radicalidade especial, porque também houve radicalidade por parte do Estado para mudar as instituições e sobretudo, para mudar a estrutura do poder. As bases econômicas desta estrutura foram mudadas a partir do governo do general Velasco, as tentativas de reforma agrária, inclusive as prévias ao 1º governo de Belaúnde, foram vistas pelos grupos de poder no Peru como fortemente ameaçadoras, então, o neoliberalismo aí imposto, tem um componente de revanche, de radicalismo nesse sentido.

Como se pode ver no Capítulo II, o Peru teve um governo especial no contexto da América Latina o velasquismo. Para muitos empresários e setores de classe média alta, esse governo foi a causa da crise econômica. Governo que entrou agressivamente na produção, comprou ou tirou a propriedade de grupos de poder estrangeiros e nacionais. Não foi pouca coisa. Redistribuiu não somente renda, mas propriedade. Explicitamente, institucionalizou, em nossa opinião, um antigo processo sutil e profundo no Peru: o questionamento da estrutura do poder.

A crítica do capitalista ao Estado atual não é tanto que ele não tenha recursos para protegê-lo da competitividade externa ou que esteja respondendo excessivamente às demandas populares, —o que, recentemente, se acostumou denominar “populismo”—. O problema de fundo é que esse governo tentou uma mudança bastante radical na estrutura institucional do poder no Peru. E é por isto que o neoliberalismo tem um componente

¹⁶¹ Op. Cit. P. 15-16.

radical e agressivo. O governo de Velasco impôs estas modificações, à comunidade trabalhista, e isso era um questionamento do poder aos donos dos meios de produção: não era apenas tirar-lhes o dinheiro, era também tirar-lhes o *status*.

O neoliberalismo está sendo implementado sob essas características, com um fundo de revanche, com mais radicalismo que em outros lugares. O problema central não está no Estado. No fundo, as elites econômicas e suas famílias sentem que o Peru lhes pertencem cada vez menos. É um país que as tem assediado desde que o APRA foi criado, há muitas décadas, desde o surgimento dos setores de classe média de oposição, dos problemas agrários e das guerrilhas, insegurança de Velasco, e assim sucessivamente.

O modelo neoliberal no Peru está sendo implementado para mudar a estrutura do poder na sociedade, gerar um novo autocratismo social, reduzir o papel do Estado, constituir, então, um país no qual os poderosos se sintam tranquilos e seus modos tradicionais de vida protegidos. Os donos continuarão sendo *donos*.

Em relação ao Peru, alias, há uma peculiaridade. Dentro do processo neoliberal há um componente que lhe é crítico/funcional. A invasão de migrantes é vista de outro ângulo. O liberalismo recolhe essa experiência e muda seu sentido. De uma perspectiva reivindicacionista, passa-se a uma empresarial, quase auto-suficiente. O esforço coletivo se transmuda em um individual.

Isto podemos notar através da mudança dramática ocorrida no Peru (como podemos ver no quadro nº 2), passa-se de um país rural a um país urbano, esta mudança populacional é também uma mudança cultural de uma população marcada pela tradição andina para uma população dá uma abertura crescente ao Ocidente e à modernidade, com uma grande diligência modernizante, cujo conceito central é o progresso. A idéia de progresso será constituída a partir da confluência da laboriosidade andina (que tem uma grande estima pelo trabalho) com o individualismo moderno (que vem do mundo ocidental). A idéia neoliberal no mundo popular, surge desta combinação. Esta proposta liberal em parte responde a um radicalismo popular expresso nas cidades durante as décadas passadas e a necessidade de dar-lhe um significado distinto. Segundo Hernando de Soto, o neoliberalismo vem com uma mensagem liberal rumo “aos de baixo” com uma conotação popular.

Em um país racista e discriminador, um liberal radical exalta as potencialidades empresariais dos pobres e insulta os empresários poderosos. É a versão local da informalidade. Diz-se, aproximadamente, que a revolução burguesa e o progresso virão do mundo dos informais e não dos que se associaram com o Estado para medrar às suas custas. Nesse sentido, a proposta de De Soto seria mais liberal que neoliberal, pois inclui o surgimento de novos setores e mudanças na maneira de viver, mesmo assim, exerceu um papel importante na mudança do senso comum da população, assim como no ambiente intelectual.

As teses do Instituto Liberdade e Democracia, foram difundidas por Hernando de Soto através do livro *El Otro Sendero* publicado em 1986 com um prólogo de Mario Vargas Llosa ¹⁶². O ILD aponta o Estado como o culpado do atraso do capitalismo no país, por sua ineficiência burocrática e sua intervenção controladora. A sociedade peruana estaria submetida a um regime “mercantilista”¹⁶³, isto é, uma economia baseada em grupos privilegiados superprotegidos pelo Estado. Além da crítica da burocracia estatal, o ILD assume a defesa e generalização da propriedade e da iniciativa privada. O lema “fazer do Peru um país de proprietários e de empresários” impactou amplamente a opinião pública, foi divulgado tanto pela direita (FREDEMO) como pelo APRA; sensibilizou também a esquerda que começou a valorizar a problemática da pequena e micro empresa. Assim mesmo, o êxito eleitoral de Fujimori expressa e reforça este crescente interesse por um mundo empresarial mais próxima dos setores médios e populares.

O ILD objetiva romper com o “preconceito antiempresarial” da direita e da esquerda com respeito ao povo, particularmente os chamados “formais” Assim, Segundo Hernando de Soto,

“No que se refere à esquerda, parece prevalecer um romantismo que faz com que, geralmente, se elogie e até venere o homem do povo; na condição de que se atenha a um papel estritamente dependente e seja um trabalhador sem idéias nem capacidade de

¹⁶² O inovador ideário do ILD foi elogiado pelos presidentes Reagan e Bush em vários foros internacionais como contribuição ao desenvolvimento capitalista nos países pobres.

¹⁶³ Este diagnóstico é simples. Vê o Peru em uma etapa que os países industrializados já ultrapassaram o que se denomina mercantilismo. E encontra-se na fase final desta etapa. Mais exatamente: “o mercantilismo peruano atravessa por uma etapa de decomposição similar à que caracterizou o declínio dos mercantilismos europeus, o fim do século XVIII e princípios do século XX, pois compartilha muitos de seus traços.” In: *El Otro Sendero*, Lima, ILD, 1986, p. 262.

organização com outros. O vêem como um sujeito que requer programas de assistência, similares aos que necessitam os inválidos e os desempregados (...) esta atitude não é muito distinta do paternalismo dos de direita, que também simpatizam com a pessoa de extração popular quando se limita à leal servidão, ao artesanato ou ao folclore, mas que o rechaçam quando abre seu próprio negócio e cobra, negociando seus preços segundo os ditames do mercado.”¹⁶⁴

Em relação à propriedade privada, ela está tradicionalmente associada a defesa dos privilégios dos ricos. Segundo as teses do ILD a propriedade privada, particularmente a dos pobres, constitui o meio mais eficiente para obter o crescimento econômico e a democracia. Este argumento adquire força ante a queda dos regimes socialistas, que haviam feito da propriedade coletiva e estatal um dos pilares de seu sistema econômico e social.

O ILD relaciona a propriedade privada com a liberdade de associação e contratação, opõe-se ao monopólio e aos privilégios de capitais privados, mas fundamentalmente, do monopólio do Estado, e o suposto “monopólio dos trabalhadores sobre seu posto de trabalho” isto é, à estabilidade trabalhista.

A forma de focar a propriedade do ILD se sustenta em uma série de trabalhos realizados pelas correntes neoliberais norte-americanas, especialmente o chamado “movimento dos direitos de propriedade”; os objetivos de dito movimento, ocupam um lugar decisivo na análise do ILD.

O Peru estaria, assim, numa etapa pré-capitalista. De Soto propõe a destruição do mercantilismo para que se passe a um capitalismo mais original (páginas 273-282), mas não diz exatamente o que destruir nem como.

Na sociedade mercantilista existem três personagens principais: os “empresários privados mais poderosos”¹⁶⁵ aliados do Estado o Estado propriamente e, em terceiro lugar, os empresários informais. Os assalariados são esquecidos por De Soto, assim como os problemas trabalhistas, de modo que praticamente não são mencionados no texto. O problema fundamental dessa sociedade consiste, na opinião do autor, na aliança entre o “Estado redistribuidor” e as poderosas “coalizões redistributivas”, que impede o progresso

¹⁶⁴ Hernando De Soto In: *El Otro Sendero* p. 296

¹⁶⁵ *Op. cit.* P. 258

dos empresários informais ao colocar diante deles um emaranhado legal (chamado “direito redistributivo”).

Na opinião de De Soto, o dano principal está na **aliança de classes “privilegiadas”¹⁶⁶ com o Estado**, a qual questionou o direito à propriedade privada e ainda que pareça inacreditável, tornou-o inseguro e submetido aos vaivéns do poder político. Esta é a razão essencial pela qual “nosso direito nos empobrece”.¹⁶⁷

Ao longo da proposta, culpa o Estado¹⁶⁸ como o causador dos males do Peru, encaixando-se dentro da crítica que fazem os neoliberais. Toda esta mensagem foi captada e adotada por Fujimori. Segundo Boloña,¹⁶⁹ foi a influência de Hernando de Soto que levou o presidente considerar que era prioritário normalizar a situação do Peru na comunidade financeira internacional; portanto, era importante conseguir uma reinserção econômico-financeira, e para tanto, era fundamental aplicar um programa de ajuste anti-inflacionário que “colocasse a casa em ordem” e fosse do agrado dos comissionados do FMI e do Banco Mundial. Daí em diante, o outrora porta-voz do “não choque” passou a defender, não somente um radical programa de ajuste, mas uma política de médio prazo destinada a impor mudanças estruturais de orientação “neoliberal”.

É necessário ressaltar que o “populismo” aprista preparou o terreno para a proposta neoliberal¹⁷⁰ e para esta nova administração, a seis meses do início do governo de Fujimori, em 13 de fevereiro de 1991, mudou seu gabinete ministerial, na qual se encontravam como dissemos, técnicos de diversas tendências, por um diametralmente liberal, na qual se destacam técnicos recomendados pelo FMI, como é o caso de Carlos Boloña Behr, que passa a ocupar o Ministério de Economia e Finanças¹⁷¹.

¹⁶⁶ Op.cit. P. 255

¹⁶⁷ Op.cit. P. 239

¹⁶⁸ Segundo Edmundo Fernandes Dias, *“O Estado que sempre foi um instrumento de construção das condições de desenvolvimento máximo é apontado como o responsável de todas as crises. As mediações que o Estado faz, normalmente a serviço do capitalismo, são apresentadas, abstrata e mitificadamente, como tendências estatizantes que cerceiam a liberdade dos indivíduos.”* In: “Capital e Trabalho: a Nova Dominação” In: Universidade e Sociedade nº10 p. 18

¹⁶⁹ Carlos Boloña, In: “Cambio de Rumbo”, Lima, ILM-SIL, 1993, p. 21.

¹⁷⁰ Referimo-nos fundamentalmente a dois fatos concretos: primeiro, o falido intento de estatização do sistema financeiro, que possibilitou que a direita se armasse, propunha o modelo neoliberal como a única saída aos problemas do país, tornasse o senso comum da população; e segundo, a péssima condução econômica, que ocasionou uma hiperinflação poucas vezes vista na história do Peru, fatos que foram vinculados a propostas progressistas que desprestigiaram a esquerda como a social democracia aprista.

¹⁷¹ Carlos Boloña, *“Disse ao Presidente que estava disposto a aceitar o cargo, mas somente se fosse*

Durante todo o ano de 1991 o ante-julgamento e o novo julgamento (ante o poder judiciário, acusado de enriquecimento ilícito) a Alan García serão utilizados por Fujimori como saco de pancadas, o que lhe facilitou o contraste político. O Parlamento (a classe política, e o movimento sindical) e o poder Judiciário¹⁷² nesse procedimento, já se constituíam em alvo dos ataques, porque **dificultavam a viabilidade da aplicação do modelo neoliberal**,¹⁷³ Fujimori os execra diante da opinião pública através dos meios de comunicação que já estavam da seu lado.

Não obstante, Fujimori arrancou facilmente do parlamento a “Delegação de Faculdades Legislativas”, que lhe permitiu expedir, em 1991, 126 decretos legislativos que significaram o início de uma verdadeira reforma do Estado para afiançar o projeto neoliberal, dando curso à privatização, diluindo ou eliminando direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores, reestruturando parte do Estado e militarizando o em nome da luta anti-subversiva.

Dentro desta primeira etapa da “reforma do Estado”, o que propriamente seria uma reestruturação da propriedade no Peru, só se venderam mediante leilão da Bolsa de Valores ações das empresas públicas ao setor privado, obtendo-se 2,3 milhões de dólares. As empresas vendidas foram: Sogewiesa Leasing S.A. e Companhias de Minas

para ir a fundo com as reformas estruturais. Ele consentiu, ainda que, quiçá, sem tomar o peso devido das minhas palavras. Mas eu falava sério” In: “Cambio de Rumbo”, Lima, ILM-SIL, 1993, p. 28.

¹⁷² Estas duas instituições que são o suporte da democracia liberal, foram duramente atacados, em quanto ao parlamento, reproduziremos algumas frases: “*Que os parlamentares aprendam que seus cartões são para apresentação, mas não para prebendas, nem para privilégios, nem meio de pressão(...) O tema da Southern enfada alguns políticos. Quando o escutam mencionar, saltam como se uma vespa os picasse. E se estas mal picam, então gritam muito e ameaçam estridentemente*”. (Alberto Fujimori, em *Cade 1-12-91*). Por outro lado, o enfrentamento foi mútuo e alguns parlamentares tiveram sua parte, “*Fujimori é um filho de camponeses japoneses, educado a patadas e cacetadas, e como não entende outra linguagem, é hora de vestir a camisa e responder-lhe do mesmo modo*.” (Carlos Malpica no Senado em 6.12.91., In: *CARETAS* No 1189 de 10-12-9. Durante o primeiro semestre de seu governo, Fujimori ataca várias vezes ao poder judiciário, chegando a chamar de “chacais” e “canalhas” os magistrados “que abusam de interesses ocultos”. Os titulares dos jornais diários publicam essas acusações sem mencionar nomes, enquanto os magistrados exigem que ele diga exatamente quem são, coisa que evidentemente Fujimori não fez, pois seu objetivo não era moralizar, mas sitiar a instituição para impor suas iniciativas e logo justificar sua ação posterior. Outro erro do Poder Judiciário foi aquela falha onde isenta Abimael Guzman, por falta de provas em julgamento por Terrorismo. In: “*Los Años de la Langosta*” de Henry Pease, La Voz, 1994, p. 110

¹⁷³ Segundo Edmundo Fernandes Dias, “*Sindicatos, partidos e movimentos sociais são agora considerados não apenas intoleráveis, irracionais ou obstáculos ao puro desenvolvimento das novas formas econômicas. Trata-se do chamado “Estado Mínimo” ou seja, do “Mercado Máximo”*”, op.cit. p. 18

Buenaventura. No Peru existiam 180 empresas estatais, cujas atividades geravam 15% do PIB¹⁷⁴ cujos empregados chegavam a 200 mil e cujo valor em ativos em livros de 1988 (no caso das empresas não financeiras) era de US\$ 5.500 milhões. As empresas mais importantes se encontram nos setores de petróleo, energia, mineração e telecomunicações.

Como isto todavia não era suficiente, tinha-se que ir “mais fundo” na reforma do Estado, como o exigiam os organismos internacionais, como o FMI, com a finalidade de fazer com que o país saísse da “condição de inelegível” que havia contraído durante o período de governo de Alan García. Este organismo havia firmado com o Peru, um programa de “Acumulação de Direitos”, de setembro de 1991 a dezembro de 1992, que era um programa de estabilização econômica. Como consta na nota da imprensa do Fundo Monetário Internacional:

*"O programa econômico de médio prazo apoiado pelo FMI se baseia na aplicação de políticas orientadas ao mercado (...) A estabilização da economia deve ser acompanhada de reformas estruturais em matéria tributária, previdência social, empresas públicas, sistema bancário e do aparelho legal para o investimento estrangeiro. Assim mesmo, o governo deverá progredir substancialmente no estabelecimento de relações com seus credores estrangeiros."*¹⁷⁵

Eram necessárias ter condições favoráveis para a execução do projeto requerido por estas instituições, que, na prática, davam as linhas mestras da forma de governo. Para isto contava com o auspício das “supernações” o “Grupo dos sete”, Japão,¹⁷⁶ e do “grande poder econômico”, assim como as instituições multilaterais de desenvolvimento como o FMI, BM, BID, “Clube de Paris” etc., os quais tinham também o interesse de liquidar toda proposta “populista”, “progressista”, “nacionalista”, ou “socialista”. Estas instituições se convertiam em reitoras das futuras políticas econômicas dos países do terceiro mundo, como diria Octávio Ianni:

"Entretanto, os principais guardiões dos ideais e das práticas neoliberais em todas as partes do mundo têm sido o Fundo Monetário Internacional (FMI) o Banco Mundial o Banco Internacional de Reconstrução Desenvolvimento (BIRD) e a Organização

¹⁷⁴ Op. Cit. Cambio de Rumbo P. 123

¹⁷⁵ BCR Nota de Prensa do Fundo Monetário Internacional. de 18 de Março de 1992.

¹⁷⁶ “Depois da viagem realizada aos Estados Unidos, Fujimori viajou ao Japão. O que ocorreu nesta oportunidade pelo governo japonês não transcendeu. Mas cabe a suposição que deram a saber a condição necessária para contar com sua colaboração; requeria-se chegar a um acordo com o FMI” In:

*Mundial do Comércio (OMC); sendo que esta organização multilateral é a herdeira do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Três guardiães dos ideais e das Práticas do neoliberalismo; ou a santíssima trindade guardiã do capital em geral, um ente ubíquo como um deus."*¹⁷⁷

4.2.2.- O Golpe de Fujimori contra a Constituição (Autogolpe).

A situação gerada pelos enfrentamentos com os demais poderes do Estado propiciou uma crise política na qual Fujimori se viu encurralado e conduzido a uma imobilidade pelo Poder Legislativo.¹⁷⁸ Diante desse e outros problemas gerados que escapavam a seu controle, **rompe a ordem constitucional**, em 5 de abril de 1992, fecha o Poder Legislativo para salvar seu projeto econômico **neoliberal** e implementá-lo mais a fundo. Embora o programa econômico dependesse totalmente de Fujimori o apoio conseguido de parte da cúpula empresarial e dos donos das principais redes televisivas, rádios, e jornais, lhe permitiu grande margem de manobra. Só se pode entender o golpe de 5 de abril, avaliando o autoritarismo imperial de Fujimori e situando-o em um contexto em que militares e tecnocratas dogmáticos vêem toda participação política dos opositores como negativa. Isto está presente desde os primeiros passos do governo e foi assinalado por vários observadores:

"Desde o início de sua gestão presidencial, Fujimori não ocultou sua clara vocação tecnocrática e autoritária. Suas célebres frases – "em política primeiro se pensa, depois se faz e depois se informa", "não me caso com ninguém", "farei cumprir as medidas custe o que custar" – soma-se seu desejo de que o Peru seja governado por um imperador, tal como o expressou na CADE. Mas, além destas frases, os chamados decretos de pacificação, constituem uma das últimas manifestações de seu comportamento autoritário, ao confiar as Forças Armadas um poder insuspeito que, de fato, está destinado a consumir um "golpe branco". Se algum governante com simpatias de esquerda houvesse atrevido a manifestar-se dessa maneira, seguramente os

Cambio de Rumbo. p. 23

¹⁷⁷ Octavio Ianni, In: *Neoliberalismo e Socialismo* Primeira Versão No 65 Campinas IFCH/UNICAMP junho/96 p. 8.

¹⁷⁸ O Poder Legislativo, isto é, o Parlamento, havia interpelado dois ministros, Ross Link e Carlos Boloña, assim como revogado alguns dos 126 Decretos Legislativos promulgados pelo governo, ainda que muitos já vissem um enfrentamento de poderes, e a intenção do Executivo de fechar o Parlamento, como o nota Fernando Rospigliosi, em *CARETAS*, de 10 Dezembro de 1991, "O rancor que lhe produz a revogação de um conjunto de decretos legislativos, a maioria dos quais precisamente tendiam à criação de um Estado autoritário, motivou que Fujimori iniciasse uma escalada destrutiva que poderia ter como objetivo a busca de algum mecanismo inconstitucional para dissolver ou modificar o Parlamento. p. 16

liberais montariam uma manifestação na praça San Martin, acusando o presidente de querer levar o país a um sistema totalitário. Mas, pelo visto, hoje os liberais estão interessados na liberdade econômica mais que na política."¹⁷⁹

No último verão do regime constitucional, diante da fadiga do programa econômico, da onda "senderista" persistente, frente à qual o governo não tinha êxito, para justificar seu triunfalismo Fujimori anunciou que para o que restava de 92 e 93 seriam tempos difíceis, e decide adiantar-se a toda a classe política, **convertendo-se num ditador**. Planificou antecipadamente e exerceu constante iniciativa política para sitiar seus adversários –instituições estatais e partidos – para golpear no momento preciso e receber o apoio passivo inicial do povo.

Isto se deve à crise de representação política. Havia articulado um triplo poder antes de 5 de abril, apoiado na cúpula militar e pela cúpula empresarial, isto é, o núcleo oligopolista que sempre "cai em pé" pelo poder concentrado, criando opinião pública desde o coro que feito pelos principais meios de comunicação de massas e apoiado numa expectativa de mudança que persiste em num povo farto de frustrações e enganoso.

Este golpe tentava aprofundar ainda mais as liberdades econômicas, contrapondo ao sistema político pela qual foi eleito, porque na doutrina neoliberal a "democracia" se contrapõe ao projeto. Como diz Batista de Amorin.

*"O motivo que aprumou no passado liberalismo e democracia, ou seja, as lutas contra o poder absoluto, deixou de existir. Com isto, o liberalismo clássico cedeu lugar ao neoliberalismo, para o qual a democracia tem papel secundário e inclusive, **pode constituir um estorvo** a boa "gestão" do Estado e a "limitação de seus poderes." ¹⁸⁰ (destaques nossos)*

A democracia liberal, que foi tão agitadamente defendida pelos liberais peruanos durante a estatização dos bancos, estava sendo "escamoteada por este jogador velhaco." Como diria Marx,

"O sufrágio universal somente pareceu sobreviver um instante para fazer seu testamento de punho próprio aos olhos do mundo inteiro e poder declarar, em nome do próprio

¹⁷⁹ Julio Cotler, In: Resumo Semanal, DESCO No 652.

¹⁸⁰ Batista de Amorin Alvizio, em *Neoliberalismo Estado Máximo para o Capital* Plural 1993 pg43

*povo "tudo que existe merece perecer."*¹⁸¹

Esta ruptura constitucional da democracia liberal, só pode ser entendida a partir da clara intenção de uma aplicação radical do modelo neoliberal, que com a finalidade de afiançar a natureza capitalista resumida pelo mito da modernidade, o modelo neoliberal se constituiria como o elemento racionalizador do conjunto das relações sociais. Sustentando que o neoliberalismo é um destruidor de democracias. Bobbio afirma que,

*"Foi dito e repetido múltiplas vezes que a política keynesiana foi um intento de salvar o capitalismo sem sair da democracia, contra as duas opostas soluções de derrubar o capitalismo sacrificando a democracia (a prática leninista) e de abater a democracia para salvar o capitalismo (o fascismo). Agora dir-se-ia que para os liberais da nova geração o problema é, ao contrário, o de salvar — se todavia é possível, e na medida em que ainda se possa fazê-lo— a democracia sem sair do capitalismo. Enquanto durante a crise dos anos trinta lhes parecia que era o capitalismo o que punha em crise a democracia, agora lhes parece que é a democracia que deixa em crise o capitalismo. (...) Que se pode abrir um contraste entre os interesses que perseguem os dois personagens (o empresário econômico e o empresário político) é o que revela a disputa em torno da ingovernabilidade das democracias, ou seja, dos regimes nos quais a arena em que se desenvolve a luta política pode ser comparada com o mercado. E não há nenhuma mão invisível por cima de ambos que os harmonize a despeito da vontade dos dois. No fundo, a exigência expressada pelo neoliberalismo é a de reduzir a tensão entre os dois cortando as unhas ao segundo e deixando ao primeiro com todas suas garras afiadas."*¹⁸² (destaques nossos)

A única maneira de deixar as "garras afiadas" no interesse do grande capital e sua mais óbvia saída era um golpe com as Forças Armadas, cujos comandos pôde recompor praticamente a seu gosto, no período de ano e meio de governo. Do momento inicial pós-golpe, realinham-se as forças e começa uma nova etapa na qual todo o poder político fica nas mãos de Fujimori e à sua volta nas da cúpula empresarial e da cúpula militar.

Para justificar o golpe antes de 5 de abril, o ministro "neoliberal" Carlos Boloña havia denunciado o boicote do Partido Aprista ao programa econômico "com interesses meramente políticos", personalizando a responsabilidade do ex-presidente García, novo secretário geral desse partido.

¹⁸¹ Marx Carlos "El 18 Brumário de Luis Bonaparte", México, 1972, p. 99.

Por um lado, tratou-se de inflar o que poderia fazer o Partido Aprista e o resto das instituições e partidos opositores. Por outro, tratou-se de dar a imagem de um governo bloqueado, com as mãos atadas, que não é a que encontramos ao examinar a cena política prévia. A evidência é de um presidente com iniciativa, que vai encurralando pouco a pouco os outros poderes quase o tempo todo e estes, na defensiva, sem capacidade real de bloqueio a ação daquela. Mas também argumentou-se sem provas que outros golpes de Estado poderiam haver ocorrido.

Afirmar, como o fez Fujimori, que “se não houvesse tomado estas medidas (o golpe) agora ele seria o derrubado” é uma falsidade como o foi também sustentar ante a OEA que o que mais pesou na decisão do golpe foi que o Parlamento revogara decretos ditados para lutar contra o narcotráfico e o terrorismo.

Mais que um exagero, foi uma justificativa afirmar que “não podia esperar que o povo se levantasse em armas —como na revolução Francesa— para entrar em ação”. Assim sustentou o golpe perante a imprensa estrangeira, afirmando que o país era dominado pela ditadura de uma minoria de políticos corrompidos, assinalando que, desde sua eleição, tentou reunir a esperança a favor das reformas. “Portei-me de acordo com o desejo do povo”, disse aos jornalistas japoneses.¹⁸³

Precisamente este conflito nos conduz à utilização por parte de Fujimori, de uma “solução hobbesiana” de regras e políticas sem negociação. Hobbes descrevia pateticamente o que era a vida humana na anarquia da guerra: “*solitária, pobre, horrível, brutal e curta; ou remédio, amargo mas necessário, era um despotismo revestido de virtudes messiânicas.*”¹⁸⁴ Fujimori, que segundo ele mesmo tinha uma guerra declarada pelo Sendero Luminoso, necessitava da constituição de uma ordem política crescentemente autocrática.

A reação internacional não se deixou esperar, os Estados Unidos, a OEA, os países da Comunidade Européia e os organismos internacionais, particularmente os que têm a ver com a economia peruana, foram fundamentais na definição do curso político. Sem dúvida,

¹⁸² Norberto Bobbio, In: “*O Futuro da Democracia*” S.P., Paz e Terra, 1986, p. 160-163.

¹⁸³ DESCO ficha 017947.

¹⁸⁴ Thomas, Hobbes citado por Atilio A. Boron, *Estado Capitalismo e Democracia na América Latina*. edit. Paz e Terra, p. 90.

este foi o mais importante dos fatores contra o governo de fato. Foi a pressão exercida por estas instituições e governos o que fez com que Fujimori desse um cronograma, em discurso pronunciado na sede da OEA, para convocar um Congresso Democrático Constituinte, dentro de 5 meses, que realizou-se em 22 de novembro de 1992. Sendo os seguintes os resultados:

QUADRO N^o 35
Eleições do Congresso Constituinte Democrático 1992
Resultado Nacional

Lista	Absolutos	Porcentagem
Nueva Mayoría Cambio 90	3.040.552	49,2
Partido Popular Cristiano (PPC)	602.110	9,8
Renovación	437.908	7,1
Frente Independiente Moralizador (FIM)	435.414	7,1
Movimento Democrático de Izquierda (MDI)	338.746	5,5
Coordinadora Democrática	326.219	5,3
Frente Nacional de Trabajadores. y Camp. (FNTC)	237.162	3,2
Frente Popular Agrícola del Perú (FREPOP)	169.303	2,7
Solidaridad y Democracia (SODE)	126.189	2,0
Movimento Independente Agrário (MIA)	105.703	1,7
Outros	306.751	5,0
Votos válidos	6.176.057	76,3
Votos nulos	1.589.417	19,7
Votos em branco	320.838	4,0
votos emitidos	8.086.312	71,3
Abstenção	3.257.071	28,7
Total de inscritos	11.343.383	100,0

Fonte: *Perú Político em cifras*, pág. 142

Fujimori e seu agrupamento *Nueva Mayoría Cambio 90*, obteve 44 das 80 cadeiras do Congresso Constituinte. A vantagem provém do sistema que reparte el número de parlamentares sem contar os votos em branco ou nulos, que aumentaram significativamente pela ação dos partidos que, além de se abster, promoveram o voto em branco ou nulo, ajudando a Fujimori a obter maioria absoluta. Cabe destacar um fato importante que possibilitou obter uma alta porcentagem dos votos, foi a captura de Abimael Guzmán em 12 de setembro de 1992, pelo Serviço de Inteligência Nacional.

Este Congresso Constituinte teria a missão de redigir uma nova Carta Magna. Três governos desde 1980 se emolduraram no regime político instaurado pela Constituição de

1979, a qual alguns neoliberais pouco versados chamaram “marxista” que era na realidade, uma carta centrista, muito avançada na proclamação de direitos modernos e bastante ambígua na configuração do regime econômico. Tratava-se de um marco que a prática podia utilizar com criatividade, pois não incluía restrições fundamentais. De fato, tanto a democracia representativa ali desenhada, como as pautas para a direção econômica e social se aplicaram de maneira restritiva. A intenção de mudar a Constituição tinha um objetivo bem claro: tratava-se de vestir-lhe uma camisa de força, de modo que somente a política neoliberal pudesse ser aplicada. Chegou-se a propor a eliminação de praticamente todos os direitos sociais e trabalhistas.

Levando em consideração que toda Constituição, além de seus acertos, erros deficiências e originalidades, tem uma proposta explícita de modelo global de sociedade (cujas linhas centrais são o sistema econômico, o sistema político, e os direitos de cidadania), tudo o mais que é secundário, o Estado, os indivíduos e a sociedade em seu conjunto, vivem nas possibilidades e limites de seus direitos; em síntese, estrutura-se o poder e se lhe reconhece numa dimensão juridicamente protegida.

Sem pretender analisar a teoria do poder, parece-nos conveniente remeter-nos a definição liberal de Dahl, que afirma que o poder é “a capacidade de exercer influência”.¹⁸⁵ Some-se a isso que o poder, em termos materiais e históricos, tende a estruturar-se como a expressão orgânica dos interesses de uma classe que, pelo poder acumulado, as impõe como se fossem interesses da coletividade, o que se atinge graças ao uso das normas jurídicas. Contudo, a análise histórica nos demonstra que o poder, como expressão ou como instrumento de ação dos interesses de uma classe, se expressa sempre dialeticamente, isto é, como processo de afirmação e oposição. Tendo sempre um conteúdo econômico e um conteúdo político.

Nesta perspectiva dialética, não é necessariamente o poder do Estado o que dá forma à estrutura real do poder. Na sociedade, o poder se organiza e se estrutura como a expressão dos interesses da classe dominante, que estruturou uma rede de recursos que lhe permitem avançar seu domínio sobre as principais atividades econômicas e políticas impondo suas condições a partir de uma posição de força. Concomitantemente, a posse do

¹⁸⁵ Dicionário de Política, Nicolla Matteucci e Gianfranco Pasquino, Norberto Bobbio, Editora

poder econômico também significará um poder político que se expressa, fundamentalmente, como o movimento dessa classe para capturar os órgãos do Estado. Faz sentido assim a análise de Marx que, tendo como referência o modo de produção capitalista, mostrou o caráter de classe do Estado enquanto tendência de ser a expressão e reprodução dos interesses da classe que o toma. Por conseguinte, como diz o constitucionalista peruano Aníbal Quiroga,

*“o poder do Estado não é só o conjunto das instituições e dos instrumentos de domínio geral, nem tem seu uso num caráter neutro ou abstrato. A direcionalidade das instituições, a orientação do direito e os critérios de política estão, em muito, determinados pelo poder da classe que o controla.”*¹⁸⁶

Depreende-se desta afirmação que a Constituição é, enquanto pretensão fundamental do Estado e das regras básicas da sociedade, uma lei não sujeita necessariamente ao consenso de todos os atores econômicos e políticos, mas, fundamentalmente, daqueles que expressam e a capacidade de generalizar sua percepção do Estado e da sociedade de classes, impondo o ato constituinte esta como decisão válida e observável por todos.

O sistema político escolhido pela maioria constituinte foi o da democracia representativa. O presidente da República e os parlamentares são eleitos a cada cinco anos e durante seu período exercem o governo com enorme liberdade de ação frente ao povo do ponto de vista institucional (isto é, das normas estabelecidas pela Carta).

Não são responsáveis por suas opiniões ou ações no exercício dos cargos, não podem ser destituídos por nenhuma razão política, e tampouco se estabelece em qualquer mecanismo de “democracia direta” para que o povo possa intervir nas decisões entre cada eleição; outra mudança da nova Constituição é seu Artigo 172 mediante o qual se estipula que o mandato presidencial é de 5 anos, cabendo a reeleição por um período adicional.

O tratamento normativo no aspecto econômico da nova Constituição delinea um regime que, embora apresente ambigüidades e contradições, é de tendência liberal, com um claro favorecimento dos interesses do grande capital nacional e estrangeiro. As declarações de propiciar o acesso de todos a propriedade dos meios essenciais à vida

Universidade de Brasília.

¹⁸⁶ Aníbal Quiroga, In: “El Modelo Global de la Constitución” Lima Edit. Fundación F. Ebert, p. 621

ficam como aspirações sem referência nas normas concretas. A história parece confirmar esta asseveração. As leis de reforma do período 1968-75 foram em sua maioria comedidas. Nota-se, sim, um intento de modernização do capitalismo e não tanto um regresso rumo a sociedade oligárquica pré-existente a 1968.

Nos setores onde a empresa não pertencia aos trabalhadores (os setores privado e público), a legislação havia estabelecido diversos mecanismos de participação do trabalhador na propriedade, gestão e benefícios econômicos, especialmente mediante as comunidades trabalhistas. Frente a isto, a atual Constituição se limita a estabelecer uma norma genérica sobre a participação na gestão e nos lucros das empresas para acrescentar a seguir: “A participação dos trabalhadores se estende à propriedade nas empresas cuja natureza jurídica não o impela”, o que equivale a deixar este direito em suspenso e limitado a normas que possam eventualmente dar-se por via legislativa.

A natureza desta Constituição pode ser definida como um projeto político conservador, privatista, autocrático e ideologizado. Este caráter privatista se expressa na eliminação ou relativização de um conjunto de direitos sociais como os que se referem a saúde, vivenda, educação, trabalho, etc., com o que se aprofunda no Peru o caráter de sociedade discriminadora e exclusivista. Um ponto crucial é a negação do direito à gratuidade do ensino, na medida em que o Estado se omite de cumprir um papel integrador e de socialização básica da população; outro aspecto importante é a proibição explícita, de que o Estado participe na atividade econômica,¹⁸⁷ nas barreiras que põe para que o Estado assuma um papel direto na promoção do desenvolvimento ou na fixação da política econômica.

A democracia formal e representativa cumpriu esse papel durante os últimos dois séculos de história ocidental, e foi assumida plenamente pela nova Carta Constitucional.

Neste sentido, podemos concluir esta pequena análise constitucional dizendo que o modelo político em seu conjunto é de democracia liberal e formal, implementada principalmente através do voto a cada cinco anos; restrita porque o modelo não contém mecanismos de democracia direta que dêem maior poder ao povo, porque entende que os governantes eleitos representam o povo em virtude de que receberam maior votação. Este

¹⁸⁷ Alberto Adrianzen In: “*Un Paso Atrás*”, faz uma referência a que o Artigo nº8 dos princípios gerais

critério de maioria subordina, na prática, a obrigação de cumprir os mandatos e promessas a seus eleitores. Ao mesmo tempo, deixa a possibilidade de converter o governo em uma ditadura como foi e continua sendo.

A nova Constituição devia ser aprovada por um *Referendum* em 31 de outubro de 1993, a convocação foi produto da pressão internacional e não por vocação “democrática”. O grosso da maioria oficialista vendo-se obrigado a retroceder com respeito ao *referendum constitucional*, já que havia se pronunciado para que a Carta Magna não fosse submetida a consulta popular. Os resultados do *referendum* foram:

QUADRO N° 36
RESULTADO NACIONAL.

OPÇÃO	ABSOLUTOS	%
SIM	3.895.763	52,3
NÃO	3.548.338	47,7
Votos Válidos	7.444.097	91,0
Votos nulos	518.749	6,3
Votos Brancos	215.896	2,6
Votos emitidos	8.178.742	70,4
Abstenções	3.442.078	29,6
Total de Inscritos	11.620.820	100,0

Fonte: *Perú Político em cifras* pg. 129

A nova Constituição foi aprovada com uma maioria relativa. Instrumento que lhe permitiria acentuar aprofundar o modelo que havia sido iniciado. Segundo a lógica neoliberal não é possível chegar a uma economia de mercado sem um **sistema de normas** que defina apropriadamente os “direitos das pessoas”, sem um marco que ordene e limite o poder utilizado nas funções de governo, como o expressa Carlos Boloña fazendo alusão a Adam Smith:

"A economia está a tal ponto atada ao direito, que foi em suas origens um apêndice dos cursos de Jurisprudência. Ela deve seu desenvolvimento científico, em realidade, a um agudo acadêmico da matéria jurisprudencial da Universidade de Glasgow no século XVIII, o professor Adam Smith. Jamais serão suficientemente enfatizadas suas palavras quando adverte que": <<O comércio e as manufaturas poucas vezes podem florescer durante muito tempo em um Estado que não desfrute de uma ordenada administração de justiça, onde as pessoas não se sintam seguras da posse de suas propriedades, no

do Regime Económico é uma cópia textual de outro artigo da Constituição Chilena de Augusto Pinochet.

qual o cumprimento dos contratos não seja amparado pela lei e no qual sua autoridade não se ocupe de forma permanente de obrigar a que paguem suas dívidas. Em poucas palavras, o comércio e as manufaturas poucas vezes podem florescer em um Estado onde não exista certo grau de confiança na justiça do Governo.>>¹⁸⁸

A elaboração de uma nova Constituição encaixa perfeitamente nos requerimentos do modelo que precisa de uma ordem jurídica clara que garanta a viabilidade do modelo. Nos primeiros meses o governo, não só manteve relação de continuidade com as políticas dos vinte meses prévios ao golpe, como também, o manejo dos problemas pelo Estado não foi muito diferente do anterior, salvo em relação à concentração de poder e desenvolvimento da autocracia. Utilizaram-se, para caracterizar o governo, diferentes conceitos como autoritarismo, fascismo, neopopulismo, antipolítica, e democracia plebiscitária. Como é lógico um dos conceitos mais usados foi o de autoritarismo seja na versão de Aníbal Quijano, que associa a Fujimori com o fascismo; seja na de Henry Pease, que define ao governo como ditadura.¹⁸⁹

Dois passos importantes dados sob a lógica neoliberal foram: a liquidação dos bancos de fomento, Banco Agrário, Industrial, Mineiro, Vivenda (moradia), Hipotecário,¹⁹⁰ do Instituto Nacional de Planificação e da lei das relações coletivas de trabalho. O Banco Mundial no que se refere ao mercado de trabalho sustenta:

“No mercado de trabalho, desregula-se a contratação e a demissão nos dois primeiros anos e meio, e se liberalizam as negociações salariais nos seguintes quatro e meio(...) As reformas indubitavelmente trarão consigo ajustes difíceis. A inflação e o desemprego se agravarão a medida que se eliminem os controles de preços e fiquem em evidência as

¹⁸⁸ Carlos Boloña. In: *Cambio de Rumbo*, In: Lima. ILM-SIL. 1993, p. 144.

¹⁸⁹ Norberto Bobbio, assinala que “*As características fundamentais da ditadura moderna, evidenciam-se na discussão da relação da ditadura com o despotismo, o absolutismo, a tirania, a autocracia e o autoritarismo. São três em minha opinião, essas características: a concentração e o caráter ilimitado do poder; as condições políticas ambientais, constituídas pela entrada de amplos extratos da população na política e pelo princípio da soberania popular; e a precariedade das regras de sucessão no poder.* In: *Liberalismo e Democracia*. S.P., Brasilense, 1990, p. 41

¹⁹⁰ Sob nossa análise, o fechamento dos bancos de fomento constituiu um grave atentado contra o movimento sindical, pelos seguintes motivos: A Federação Bancária se constituía como o eixo da CGTP; muitos analistas a consideravam como a “coluna vertebral da CGTP”, a “poderosa Federação Bancária”, tinha muitos representantes na Junta Diretiva da CGTP; durante 3 períodos foi Secretário Geral da CGTP (Eduardo Castillo Sanchez), da Federação Bancária, assim como o apoio econômico e logístico era proporcionada por esta Federação. O grosso dos filiados a esta associação procedia dos bancos de fomento (aproximadamente 65% dos filiados); ao se fechar os bancos de fomento, todo este contingente ficou na rua, e por conseguinte, a ditadura golpeou duplamente o movimento sindical, tanto o setor bancário como

verdadeiras perdas econômicas de algumas atividades. A oposição política poderia aumentar, ante essa situação e ante a intensificação da desigualdade na distribuição da renda que se produz depois de uma modificação radical da estrutura dos incentivos. Mas, seguidamente, poderia começar a aumentar a exportação e a disponibilidade de bens de consumo."¹⁹¹

A aplicação das reformas não se fez esperar, especialmente as da privatização que obviamente, afetariam a ação sindical pelas conseqüências de estabilidade que as reformas supunham, durante 1992 se venderam 10 empresas públicas, mediante leilão público e na Bolsa de Valores, por uma ordem de 247 milhões de dólares. As empresas vendidas foram: Ônibus da Enatru (Empresa Estatal de Serviço Urbano) por aproximadamente de US\$ 11 milhões; Postos de Petro Peru, por US\$ 37,4 milhões; Aeroperú (empresa aérea do Estado) por US\$ 55 milhões; Solgas, por US\$ 7,3 milhões; Minera Condestable por US\$ 1,3 milhão; Indústrias Navais por US\$ 807 mil, Minpeco, por US\$ 4,1 milhões; Banco do Comercio, por US\$ 5,4 milhões; e Química do Pacífico por US\$ 4,4 milhões. Realizando-se um cronograma para serem privatizadas as 180 empresas públicas, até 31 de dezembro de 1994.

4.3.- Execução do Programa Neoliberal no Movimento Sindical.

O movimento sindical peruano até fins dos 80, havia exercido um papel importante nas atividades políticas, econômicas e sociais do cenário nacional. Mas, a partir de uma mudança de estratégia de acumulação capitalista, através da aplicação de um modelo econômico e ideológico neoliberal, afetaram-se as principais variáveis deste importante segmento da sociedade de classes no Peru.

Segundo Francisco Zapata,¹⁹² a análise do impacto dos processos de ajuste e reestruturação econômica sobre o sindicalismo tem que ser feita em um contexto de transição entre os modelos de desenvolvimento, esta etapa vem a afeta os dois componentes do modelo:

1.- Um determinado modelo de acumulação.

a Central sindical mais importante.

¹⁹¹ Op.cit. pgs133-134

¹⁹² Francisco Zapata. *Crise do Sindicalismo na América Latina DADOS VOL 37 p. 81.*

2.-Um marco institucional regulador do primeiro.

A passagem de um modelo no qual tínhamos uma organização estatal fortemente estruturada, que era proprietária de várias empresas públicas, e no qual as expansões do mercado interno e do capital nacional desempenhavam um papel central, tem que dar lugar a outro, no qual as exportações de produtos manufaturados ocupam um lugar estratégico em detrimento da produção para o mercado interno, e no qual o capital estrangeiro vem a ser imprescindível na lógica deste modelo.

A mudança de modelo **não** quer dizer passar do “dirigismo” ao liberalismo. A mudança de modelo é passar da fusão de tudo —política, economia, cultura, sindicatos, padrões, de uma espécie de estado nacionalista, ideológico— à economia de mercado.

A transição de um modelo para outro acarreta uma mudança radical nos processos de tomada de decisões, transferindo-os para as empresas privadas e retirando do Estado uma série de atribuições para a intervenção na vida econômica. Além disso, trata-se de romper a aliança entre o Estado e o movimento sindical que havia dado o suporte ao “nacionalismo populista” e também a outras formas de articulação entre o sindicalismo e o Estado¹⁹³,

O governo, traça quatro fases para implementar sua estratégia de mudança de modelo baseado na inserção da economia no mercado internacional:

- 1.- Abertura ao mercado internacional.
- 2.- Mudanças na estrutura ocupacional. Isto podemos entender como o resultado da política econômica de corte neoliberal que gerará mudanças na variável emprego.
- 3.-Privatização das empresas estatais.
- 4.- Ofensiva contra o sindicalismo organizado.¹⁹⁴

Ainda que o autor diga que estas ações se realizam paralelamente, no caso peruano, a estratégia começou pela quarta fase, (a ofensiva contra o sindicalismo

¹⁹³ Perry Anderson “As raízes da crise capitalista, afirmava HAYEK e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroido as bases de acumulação capitalista, com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.” In: *Pós-Neoliberalismo*. São Paulo Edit. Paz e Terra. P. 10

¹⁹⁴ Francisco Zapata, Ele fez uma caracterização das etapas do trânsito de um modelo de desenvolvimento In: *Crise do Sindicalismo na América Latina DADOS* vol. 37, p. 82.

organizado), princípio que se encontra na própria concepção ideológica neoliberal,¹⁹⁵ o governo inicia uma sistemática campanha de debilitamento de este setor social, primeiramente com o “fujichoque” e depois com ações contra os trabalhadores, com mais força nas empresas do setor público, o governo descongelou a negociação coletiva das empresas do Estado, abrindo uma dura confrontação com o setor público (este setor tinha um regime de trabalho diferente das empresas do Estado).

Fujimori canaliza então o desprestígio das lutas sindicais, fazendo a população ver o “vandalismo sindical” como causa da desordem cotidiana nas ruas; que a imprensa diária (aliada de Fujimori) se esforça por mostrar essa tese. O presidente aproveitou o extenso desprestígio da burocracia (“o burocratismo parasitário, ocioso, que se dedica a ler jornais e a resolver palavras-cruzadas”) “acolhendo as aspirações de ordem da população e uma aversão pelas inumeráveis paralisações” (“o que deve ficar claro é que não vamos aceitar a desordem, a indisciplina e o caos”), e questionando ao mesmo tempo a representatividade e desprestigiando as cúpulas sindicais.

Em cada uma das mais importantes medidas trabalhistas adotadas pelo governo de Fujimori, encontramos como um denominador comum, um marcado estilo oriental autocrático frente aos trabalhadores, a legislação trabalhista peruana, maioritariamente herdada do regime velasquista, teve um signo paternalista e repressivo, que colide com a inspiração democrática e social da constituição de 1979, em que pese que até depois do golpe e da convocação da Assembléia Constituinte legisla-se através de Decretos Supremos (normas legais que são dadas pelo executivo sem consulta do legislativo)

Esta primeira parte de gestão do governo de Fujimori, teve conseqüências imediatas no terreno econômico: 1.- redução drástica dos salários “achatando a escala salarial e aproximando a maioria dos trabalhadores do mínimo legal. 2.- fortes quedas nas vendas e na produção das empresas, motivando férias forçadas, fechamentos ilegais, demissões em massa, etc.

¹⁹⁵. Segundo Friederich Von Hayek, “*A opinião pública certamente ainda não se deu conta de que as disposições legais vigentes se acham fundamentalmente erradas e de que toda base de nossa sociedade livre está gravemente ameaçada pelos poderes que os sindicatos se arrogam*”. “Os Fundamentos Da Liberdade, Brasília, Ed. Visão, 1983 p. 325-326

QUADRO Nº37
EMPRESAS ESTATAIS MAS IMPORTANTES.

EMPRESAS	Nº de Trabalhadores a início de Governo	SITUAÇÃO
1.- Mineiro Perú	5.000	P
2.- Centromin Perú	18.500	P
3.- Minas Tintaya	1.500	P
4.- Hierro Perú	3.200	P
5.- Sider Perú	5.600	P
6.- Paramonga	4.500	P
7.- Petro-Perú	9.700	P-E
8.- Pesca Perú	3.700	P
9.- ENCI	3.100	L
10.-ECASA	4.300	L
11.-CORPAC	3.893	P
12.-Entel Perú	10.400	P
13.-Aero Perú	2.160	P
14.-SIMA	1.500	P
15.-Electro Perú	2.400	P
16.-Enafer Perú (ferrocarriles)	5.996	E
17.-Compañía Peruana de Vapores	1.350	P
18.-Banco de a Nação	9.800	E
19.-Banco Continental	5.800	P
20.-Banco C. Hipotecario	1.500	L
21.-Interbanc	3.000	P
22.-Banco Popular	3.700	L
23.-Banco Agrário	5.500	L
24.-Banco de a Vivenda	1.350	L
25.-Banco Industrial	3.450	L
26.-Banco Mineiro	1.600	L
TOTAL	122.519	

P - Privatizada
L - Liquidada
E - Ainda continua como empresa do Estado
P-E - Parte Privatizada e parte ainda do Estado.

Fonte: Perú Económico nº 08. Agosto 94

Com respeito ao aspecto político-social, conduziu-se a uma situação muito difícil para a maioria dos sindicatos das empresas do Estado, que haviam-se convertido na principal força da Confederação de Trabalhadores do Peru (CGTP), especialmente sua direção; a maioria dos dirigentes da CGTP, provinham dos sindicatos, federações das empresas públicas.¹⁹⁶ As que foram privatizadas, foram previamente submetidas a um

¹⁹⁶ Referimo-nos à Federação Bancária na qual, praticamente, foi liquidado seu Secretário Geral: Ismael Vasquez (entrevistado pelo autor, ele declarou "que dos 30.000 filiados à Federação de Empregados Bancários (FEB) no começo do governo de Fujimori, agora contamos com 600 filiados; assim não podemos fazer nada", 23-02-96.) A CGTP tinha 9 dirigentes que provinham da FEB. O Secretário geral da CGTP durante o Regime Militar (68-79) foi Eduardo Castillo Sanchez, em três gestões, procedia do Banco Popular do Peru o qual como todos os bancos do Estado, também foi liquidado.

processo de “racionalização” de pessoal, sendo reduzidas a mais de 60% de empregados no melhor dos casos.

Os objetivos do modelo se darão através do desmoronamento do sistema de relações trabalhistas existentes e das conquistas alcançadas nos últimos anos. Ele rechaça categoricamente qualquer tipo de conflitividade social, que esteja em posição de pôr em discussão não somente a paz social, mas os níveis de produção e de produtividade estabelecidos pelo capital e as relações trabalhistas, amplamente desfavoráveis ao movimento sindical. Até fins da década de 80., o movimento sindical tinha um sistema de proteção legal pelo Estado, apoiado também em seu papel negociador nos convênios coletivos.

A partir do governo de Fujimori, atado ao um programa neoliberal, o movimento sindical é considerado marginal, dependente do Estado. O elemento que regula a atividade de negociação dos convênios é naturalmente o mercado, no sentido amplo. Segundo o programa neoliberal, a conflitividade, sobretudo a que surge do mundo do trabalho, é um elemento nocivo para a racionalidade econômica. Sua origem se encontra em um mal, que é necessário extirpar para poder obter junto à governabilidade do sistema político a aplicação coerente do neoliberalismo.

A pura conceitualização dos instrumentos políticos e mesmo a palavra “política” estão condenadas a ser consideradas como sinônimos de anarquia e ingovernabilidade. A exclusividade da política nos regimes neoliberais reside unicamente no curtíssimo círculo governamental, na ausência do parlamento, também a função legislativa se encontra portanto monopolizada pelos conselheiros e pelo Chefe Supremo.

A investida contra os partidos políticos e contra os sindicatos por parte do regime de Fujimori significa “a extirpação definitiva deste mal”; já que, governar é sinônimo de buscar soluções técnicas e jurídicas para o problema nacional, as regras implacáveis e absolutas da economia de mercado e do liberalismo econômico e fundamental a criação das “bases e dos instrumentos” para os futuros convênios coletivos que devem ser aceitos sem questionamento.

Segundo esta ideologia, o sindicato é uma estrutura secundária, organizadora do consenso entre trabalhadores e funcional dentro do modelo econômico; limita-se o poder

dos trabalhadores a um papel assistencial. A autoridade deste regime não admite adversário nem opositores na área de competência do governo do Estado, impedindo atuação deles mediante rígidas normas jurídicas, amparados na mudada Constituição Política do Estado.

Por seu impacto nas possibilidades de ação e organização dos trabalhadores, é pertinente seguir com certo detalhe as mudanças que se produziram na regulamentação dos direitos trabalhistas no Peru a partir de 1990.

4.3.1.- Política Trabalhista do Governo de Alberto Fujimori.-

Durante os últimos anos, em particular desde 1991, o governo peruano vem emitindo um conjunto de disposições legais de diversas hierarquias, orientadas a flexibilizar o mercado de trabalho em todos os seus aspectos. Um ponto de partida importante neste curso liberalizador do mercado de trabalho é a Constituição aprovada mediante *Referendum* em 31 de outubro de 1993,¹⁹⁷ que entrou em vigência em 01^o de janeiro de 1994. Dentre as mais importantes alterações do novo texto constitucional em matéria trabalhista pode-se mencionar as seguintes: elimina-se a referência ao trabalho como fonte de riqueza, ainda que insista em que é a base do bem-estar social e meio de realização pessoal, além de um dever e um direito (art. 22); do mesmo modo atenua o papel do Estado a respeito do trabalho e dos direitos trabalhistas, que agora são objeto de “atenção prioritária” e não de proteção pelo Estado (Art. 42 de a Constituição de 1979). No texto de 1993, os direitos trabalhistas, assim como todos os direitos sociais, perdem o *status* de direito fundamental da pessoa.

Várias são as manifestações desta tendência. No que diz respeito aos direitos trabalhistas, de um lado, as precisões em uma série de matérias referidas ao conteúdo essencial dos direitos, aos limites para seu exercício e aos mecanismos de proteção, se remetem à lei, com o que se produz certa perda de conteúdo na nova Constituição; isto adquire particular importância no caso do direito de estabilidade no emprego, o mesmo

¹⁹⁷ Segundo Milton Friedman, “Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedade; sirva de meio para a modificação dos direitos da propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova competição; forneça uma estrutura monetária... Fundamentos da Liberdade, p. 32, se fazia necessário sob esta lógica de estruturar um marco jurídico que garantisse estas condições, e nessa perspectiva foi feita a Constituição.

que é regulado de maneira difusa e parcial. Com efeito, no art. 27 a Constituição indica que “a lei outorga ao trabalhador adequada proteção contra a demissão arbitrária”, sem aludir às características essenciais desta proteção.

Com respeito ao Direito de Greve, admite-se a possibilidade de exceções e limitações a seu exercício, que serão reguladas pelo Estado (não necessariamente por lei), o qual se priva de parâmetros para a ação dos órgãos normativos e de resolução de conflitos. A nova Constituição omite vários direitos trabalhistas que estavam expressamente considerados no texto de 1979. Isto sucede em particular com as atribuições familiares e a compensação por tempo de serviços.

Do mesmo modo, deixou-se de fazer menção ao direito de participação na gestão da empresa. Em consequência, não somente a regulação destes direitos, mas sua existência, os livra de normas de menor hierarquia. Antes mesmo da elaboração e aprovação da Constituição de 1993, o regime de quase todos os direitos trabalhistas já tinham sido modificados. Um traço indicativo destas reformas é que, em sua maior parte, foram realizadas mediante normas expedidas pelo Poder Executivo, o qual permitiu a reestruturação de muitas empresas do estado e a liquidação de outras¹⁹⁸

As principais tendências da reforma do trabalho podem ser vistas na desregulamentação das relações de trabalho, pela qual se exclui de forma total ou parcial a certos segmentos ocupacionais do alcance da normatividade no trabalho. Isto sucede, por exemplo, nos convênios de formação juvenil, de práticas profissionais e nos contratos de aprendizagem, do mesmo modo, as disposições sobre cooperativas de trabalhadores, com o que admitem a possibilidade de que se excluam do alcance das disposições trabalhistas. Com estas medidas, tende-se a reduzir a massa de trabalhadores sindicalizáveis, mediante a mudança de seu regime jurídico.

Com relação ao contexto coletivo, também foi imposto um sem número de Decretos Leis, como o que situa as normas contidas na Relações Coletivas de Trabalho (Decreto Lei nº25.593), que obriga a revisão dos direitos e benefícios convencionais pautados anteriormente à norma, e a introdução do conceito de caducidade das

¹⁹⁸ *No Primeiro ano de governo, Fujimori ao pedir poderes extraordinários ao Congresso através do 126 D.L. que lhe permitiu fechar muitas empresas públicas como os Bancos de Fomento, que foram liquidados, sob o amparo do Decreto Legislativo nº637, (sobre o saneamento financeiro).*

convenções coletivas, isto é, a extinção ou vencimento do convênio coletivo de todos os benefícios pautados, salvo menção expressa de seu caráter permanente.

Num contexto de debilidade sindical e de crise recessiva, a desregulamentação normativa no plano das relações individuais, isto é, o relaxamento das disposições protetoras dos trabalhadores, conduz a uma maior deterioração dos ingressos e condições de trabalho. Adicionalmente, a necessidade de buscar opções de sobrevivência própria e familiar, alternativas ou complementares ao salário, combinada com a ineficácia sindical para fazer frente a precarização da renda e das condições de trabalho, gera por sua vez, um maior retraimento na disposição dos trabalhadores para a luta sindical, além do afastamento paulatino das filas do sindicalismo.

4.3.2.- Estrutura e Lógica da Organização do Movimento Sindical.

O movimento sindical no Peru se organiza numa estrutura constituída por Sindicatos de Base, Federações de Ramos de atividade ou ofícios, e Centrais Nacionais. No ano de 1992 existiam 2845 sindicatos e 114 federações nacionais, com registro vigente no Ministério de Trabalho e Promoção Social. Adicionalmente há pelo menos seis Centrais Sindicais com reconhecimento legal. Os sindicatos de base se constituem, no geral, nos centros de trabalho e, dentro destes, por categoria (operários ou funcionários) e inclusive por especialidades (engenheiros, mecânicos especializados, etc.). Diferentemente do que sucede em outros países, os sindicatos de base têm autonomia plena frente a suas organizações de grau superior, isto é, as federações e as centrais. Essa autonomia se plasma, em particular, na capacidade para negociar suas próprias pautas de reivindicações. Desta maneira, com o decorrer do ano, geram-se em torno de 2000 negociações coletivas, configurando-se numa grande dispersão na ação sindical, com uma série de efeitos nocivos para os sindicatos em termos de multiplicação de conflitos, dispersão na estrutura de benefícios no mercado de trabalho, perda de recursos e tempo.

As federações se organizam fundamentalmente por ramo de atividade (mineração, petróleo, energia elétrica) e excepcionalmente, por ofícios; alguns sindicatos pertencentes a uma mesma empresa constituíram sua federação neste nível, como é o caso da Federação de Trabalhadores da Centromin Peru, a Federação de Trabalhadores da Petro

Peru e a Federação Bancária.¹⁹⁹

Estas federações, salvo raras exceções (Federação de Construção Civil e a Federação Bancária), não participam em negociações coletivas, faltam-lhes atrativos frente aos sindicatos e trabalhadores de base. Além disso que são financiadas exclusivamente com as contribuições de seus filiados, determina que a maioria delas tenha uma base econômica precária. Assim, são poucas as que contam com sedes próprias e uma infraestrutura desenvolvida, salvo as federações grandes como construção civil, bancários e petroleiros.

Das centrais formalmente existentes, a mais importante é a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP), reorganizada em 1968, a mesma que representa em torno de 70% dos trabalhadores sindicalizados. Esta central agrupa as federações de ramos mas importantes do país, entre as quais se situam a Federação de Trabalhadores em Construção Civil, a Federação de Empregados Bancários, a Federação Gráfica, a Federação Nacional de Trabalhadores Mineiros, Metalúrgicos e Siderúrgicos do Peru; a Confederação Intersetorial de Trabalhadores Estatais (CITE), o Sindicato Unitário de Trabalhadores da Educação Peruana (SUTEP), etc. Esta central responde ainda, principalmente às orientações do Partido Comunista (Unidad), ainda que parte de seus dirigentes e das federações que a integram se identifique com outras correntes políticas, em quanto, outras se mantêm em qualidade de independentes. No âmbito internacional, esta central esta filiada à Federação Sindical Mundial (FSM).

¹⁹⁹ Todas estas Federações tinham uma relação direta com as Empresas do Estado, com o processo de reforma do Estado se viram seriamente golpeadas, em muitos casos a ponto de desaparecer. Somente uma Federação provém do setor privado, a Federação de Construção Civil.

ESTRUTURA SINDICAL DA CGTP	
CONGRESSO NACIONAL	
ASSEMBLÉIA NACIONAL DE DELEGADOS	
CONSELHO NACIONAL	
56 Membros	
SECRETARIADO EXECUTIVO	
14 Membros	
SECRETÁRIO GERAL	
CGTP	
31 FEDERAÇÕES TERRITORIAL ESTAT. PROVINCIAL.	36 FEDERAÇÕES DE RAMAS
SINDICATOS DE BASE	

Fonte: A gestão nas estruturas sindicais IESI (Instituto de Estudos Sindicais) pág. 9

A segunda em importância é a Confederação de Trabalhadores do Peru (CTP), fundada em 1944 e cuja representatividade deve situar-se em torno de 15% dos trabalhadores assalariados. Entre suas filiadas se encontram grande número de organizações criadas como equivalentes às situadas na CGTP, ainda que com uma presença sindical consideravelmente menor. Esta central esteve tradicionalmente vinculada ao Partido Aprista Peruano. A CTP teve estreitos vínculos com a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e sua regional na América, a Organização Regional Inter-Americana do Trabalho (ORIT).

A terceira central em importância é a Central Autônoma de Trabalhadores do Peru (CATP), fundada em 1991 e que tem uma importante presença em organizações de vendedores informais. No âmbito mundial, está filiada à Confederação Mundial do Trabalho (CMT) e a Central Latino-Americana de Trabalhadores (CLAT). Ideologicamente, identifica-se com as teses e postulados da democracia cristã.

As três centrais mencionadas confluíram há dois anos, num processo unitário denominado "Coordenadora de Centrais Sindicais do Peru" que inicialmente congregou as outras duas centrais, a Central de Trabalhadores da Revolução Peruana (CTRP), criada em 1972, e vinculada em seus inícios ao governo militar do general Juan Velasco, e a Confederação de Trabalhadores Democráticos do Peru (CTDP), fundada em meados do

governo aprista a partir de pugnas em dita organização e como uma cisão da CTP. A inícios de 1994, as duas últimas se retiraram da coordenadoria. As três restantes continuaram o processo e em julho e dezembro de 1994, realizou-se uma plenária nacional e a II Conferência Nacional Unitária, respectivamente. Em tais eventos adotaram acordos para dar à coordenadoria uma estrutura orgânica mais complexa e especializada e dotá-la de uma estratégia definida frente aos acontecimentos de maior importância para os trabalhadores e o Peru.

De outro lado, em dezembro de 1993 fundou-se a Central Unitária de Trabalhadores (CUT) com vínculos mais ou menos estreitos com a ORIT, alterando novamente o panorama orgânico do sindicalismo peruano, ao ter um efeito desembaraçante nos alinhamentos das federações e sindicatos de base. Em meados de 1994, a CUT sofreu uma divisão importante que complicou suas projeções futuras.

4.3.3.- A atual crise do Movimento Sindical Peruano.

O movimento sindical se encontra no atual contexto de reestruturação produtiva em uma encruzilhada histórica. As implicações deste processo de reestruturação produtiva sobre a organização e a mobilização dos trabalhadores, concretamente contra a classe trabalhadora, provocou um desemprego estrutural, assim como uma estratégia de desmonte do movimento sindical.

O crescente agravamento do quadro estrutural e conjuntural em curso, que é o reflexo do que acontece no âmbito internacional, implica em que milhões de trabalhadores e trabalhadoras, inclusive nos países centrais do capitalismo, vivem uma situação de alto nível de desemprego gerado pelos efeitos deste processo de reestruturação produtiva sob **molde neoliberal**, ordenado de Washington através das regras ditadas pelo FMI, Banco Mundial, BID etc.

Com efeito, o emprego assalariado em tempo integral isto é, o localizado em grandes estabelecimentos industriais, com um salário fixo negociado coletivamente, dependente sempre de um mesmo empregador e protegido por leis sociais, e que era a base social dos sindicatos, teve uma mudança radical.

O deslocamento do emprego na indústria pelo emprego nos serviços, as mudanças tecnológicas e a descentralização da produção têm contribuído para generalizar

o emprego atípico que inclui o trabalho autônomo (atividades independentes ou formação de pequenas empresas), o emprego informal e os contratos nos que se dão a terceirização²⁰⁰, o trabalho em tempo parcial, o temporário ou o salário flexível, tudo isto, enfim, fragmentou a base social do sindicalismo.

O esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e as conseqüentes e sucessivas políticas de importações assim como as políticas de “ajuste estrutural”, com sua seqüela de pauperização das condições de vida da população, têm conduzido a uma fragmentação da força de trabalho, também conhecida como População Economicamente Ativa (PEA).

²⁰⁰ A terceirização pode ser caracterizada pela contratação de empresas terceiras para realizar determinadas atividades no interior da empresa cliente ou através da transferência de parte da produção para terceiros. Em “*Pesquisa Dieese*” 1994, p. 17.

QUADRO Nº 38
PERU 1995
SITUAÇÃO TRABALHISTA E SINDICAL

PEA (População Economicamente Ativa) 8.640.000 (100%)			
OCUPADOS 7.776.000 90% da PEA total		DESOCUPADOS 864.000 10% da PEA total	
ASSALARIADOS 2.550.000 29% da PEA total 32.8% da PEA ocupada		NÃO ASSALARIADOS 5.226.000 60.5% da PEA total 67.2% da PEA ocupada	
SETOR PRIVADO 1.560.000 18.1% da PEA total 20.1% da PEA ocupada 61.2% da PEA assalariada		SETOR PUBLICO 790.000 9.1% da PEA total 10.2% da PEA ocupada 31% da PEA assalariada	
NÃO SINDICALIZADOS 1.235.000 14.3% da PEA total 15.9% da PEA ocupada 48.4% da PEA assalariada 79.2% da PEA privada		NÃO SINDICALIZADOS 508.000 5.8 % da PEA total 6.5 % da PEA ocupada 19.9% da PEA assalariada 64.3% da PEA pública	
SINDICALIZADOS 325.000 3.8% da PEA total 4.2% da PEA ocupada 12.7% da PEA assalariada 20.8% da PEA privada		SINDICALIZADOS 282.000 3.3% da PEA total 3.6% da PEA ocupada 11.1% da PEA assalariada 35.7% da PEA pública	
TOTAL DE SINDICALIZADOS	=	607.000	
			7,1% da PEA total 7.8% da PEA ocupada

FONTE: "La Gestion en las Estructuras Sindicales" pág. 18 Instituto de Estudios Sindicales (IESI). 1996

Como podemos notar os efetivamente sindicalizados (em torno de 607.000) representam uma cifra ínfima em relação a PEA assalariada. É evidente que o impacto do modelo neoliberal no movimento sindical peruano, surtiu os efeitos desejados com a implementação das políticas de estabilização ditadas pelos Organismos Multilaterais de Desenvolvimento como FMI, BM, BID. Pode-se observar esse processo de declínio da filiação sindical, quando, na década de 80, os sindicalizados representavam mais de 75% da PEA. Ha análises ao respeito, daquelas que pretendem explicar o fenômeno desde uma óptica totalmente ideológica, como a que sustenta Balbi Carmen. Segundo ela,

"Simultaneamente entraram em crise as posturas teóricas que assumia a classe operária como ator preponderante de um projeto para o conjunto da sociedade. A realidade, por outro lado, mostrará o cooperativismo da ação sindical, patente a partir do momento em que se faz visível a reabertura dos canais de negociação, depois da reinstalação da

democracia representativa no país."²⁰¹

Por sua vez, Henry Peasse sustenta uma visão diferente:

*"Mais de sessenta anos de luta sindical foram enterrados com uma lei que dificulta a atividade sindical e a negociação coletiva até limites incríveis. Al sim se quer que os sindicatos consultem tudo as assembléias. Nestas intervém pessoal alheio ao sindicato, porque todos os trabalhadores —sindicalizados ou não— decidem a greve; fomenta-se o paralelismo sindical e se tomam todas as medidas possíveis para debilitá-los."*²⁰²

Em nossa opinião, embora existam alguns destes problemas, o fator mais importante de este fenômeno o encontramos na mesma lógica do ideário neoliberal, e sua conseqüente proposta de "flexibilização" do Direito do Trabalho. É necessário ressaltar que a derrubada dos socialismos reais no Leste Europeu foi muito bem utilizada tanto para confirmar as teses neoliberais como para desacreditar um movimento sindical normalmente imbuído de ideologias socialistas ou socializantes, como também a concepção social-democrata da "Economia Social de Mercado".

Outro aspecto no qual a ofensiva neoliberal terá um efeito evidente sobre a ação sindical é a *privatização das empresas públicas*. Estas haviam chegado a representar 50% do investimento nacional e se converteram num poderoso bastião do sindicalismo. O processo de privatização afetou drasticamente as conquistas alcançadas até esse momento pelos trabalhadores das empresas públicas. Entre outras medidas, o governo anulou a indexação de salários segundo o custo de vida, vantagem que haviam obtido como resultado de seu poder de negociação, chegando a certo nível de imobilização desta classe social como veremos a seguir:

²⁰¹ Carmen Rosa Balbi, In: *"Sindicalismo y flexibilización del mercado de Trabajo en el Perú"* Lima, Desco, 1993, p. 98.

²⁰² Henry Pease Garcia In: *Los Años de la Langosta* Lima, La voz, 1994 p. 96.

QUADRO Nº 39
PERU: GREVES/TRABALHADORES IMPLICADOS E HORAS/HOMEM
PERDIDAS POR CAUSAS, 1990-1994

GREVES				Trabalhadores Implicados			Horas/Homem perdidas
ANO	Pauta de Reivindicações	Outras causas	Total	Pauta de Reivindicações	Outras causas	Total	Total
1990	200	413	613	74.724	183.510	258.234	15.223.166
1991	126	189	315	48.613	132.115	180.728	8.880.886
1992	97	122	219	36.318	78.338	114.656	2.319.379
1993	106	45	151	21.290	21.290	41.474	2.167.764
1994	27	33	60	15.164	15.164	21.102	389.415

Fonte: Instituto Nacional de Estadística, ADEC-ATC. Pág. 9 Cuadernos Laborales 12-9

Também ocorreram problemas no interior das organizações sindicais, que se constituíram em obstáculos que eles impossibilitavam responder com eficácia aos efeitos nocivos das sucessivas crises econômicas e das políticas de estabilização e, assim, das reformas estruturais. Além da manutenção de velhos vícios (como o burocratismo) na condução das organizações sindicais, entre elas, a relação utilitária estabelecida desde os partidos políticos, os quais abriram o espaço para que se desenvolvesse em setores significativos dos trabalhadores a percepção de que os sindicatos não respondiam a seus interesses e que era indistinto participar nestes ou não.

Ao mesmo tempo, o uso intensivo de formas de contratação temporária e de intermediação trabalhista (empresas de serviços), de terceirização, e os limites do modelo de organização sindical (orientado em direção aos trabalhadores assalariados estáveis), têm impedido que importante massa de trabalhadores que se incorporou à atividade trabalhista atuasse nos sindicatos, assegurando sua continuidade. Estes, em certa medida, estão mutilados, o que tem gerado uma espécie de lacuna na formação de quadros.

Estes fatores têm provocado a perda de audiência entre os trabalhadores, os quais em sua maioria não se sentem. Do mesmo modo, tem contribuído para a perda de capacidade de interlocução do sindicalismo em relação aos outros sujeitos sociais e frente ao Estado. Em suma, é a própria legitimidade do sindicalismo em seu conjunto, como espaço e instância de organização e representação social que se vê seriamente

questionada. Outro problema que afetou o sindicalismo peruano é a permanente divisão de suas organizações, em particular no nível de Federações e Centrais.

Entre as primeiras, temos a influência dos alinhamentos sindicais internacionais e as correntes ideológicas e políticas que os encarnam. A constante foi o esforço das organizações sindicais mundiais (CIOSL, CMT e FSM) e de suas respectivas regionais (ORIT, CLAT, e CEPUSTAL), para contar com associações filiadas em cada país. Estes alinhamentos internacionais se produziram em toda a estrutura do sindicalismo peruano, determinando a existência de Centrais Nacionais, Federações e Sindicatos de base adscritos à cada corrente sindical internacional, em franca concorrência para incrementar sua base de filiados e sua presença no cenário do trabalho e nacional.

4.3.4.- Os Sindicatos e sua Relação com os Partidos Políticos.

Nos primeiros capítulos vimos a relação que sempre existiu entre os partidos e os sindicatos, convertendo-se numa tradição que os partidos políticos disputassem para formar ou tomar o controle de centrais, federações e sindicatos para ter uma referência associativa, um espaço no movimento sindical, uma base ou força social própria. Isto degenerou numa dependência das associações com respeito aos partidos, isto é, as decisões das associações mais importantes eram tomadas nos partidos e os sindicatos passaram a expressar as posições, os programas e as estratégias dos partidos. Mais ainda, os problemas e os vícios de uma condução ideologizada, burocrática, vertical, presentes na maioria das organizações políticas, se trasladaram aos sindicatos, os mesmos que se converteram em palco das disputas intra e interpartidárias pela hegemonia.²⁰³

Embora, tanto as organizações políticas quanto as sindicais, compreendem atualmente a necessidade de independência e autonomia recíproca, afirmando o caráter de frente única das organizações sindicais, ainda persistem os problemas mencionados. Ainda se manifestam periodicamente tentativas de controle partidários nos sindicatos e renascem no ambiente sindical o sectarismo e o hegemonismo, que ainda caracteriza a dinâmica e as relações das organizações partidárias.

²⁰³ Entendemos aqui hegemonia na perspectiva gramsciana:

4.3.5.- Gestão de Processos de Unificação.

Não obstante os problemas de divisão e dispersão anotados nos pontos anteriores, existe também uma tendência em sentido contrário, rumo a maiores níveis de unidade e centralização do sindicalismo Peruano. Esta tendência tem sua expressão concreta na Coordenação de Centrais Sindicais do Peru, integrada atualmente pelas centrais mais importantes do país isto é, a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP), a Confederação de Trabalhadores do Peru (CTP) e a Central Autônoma de Trabalhadores do Peru (CATP). Todavia, as primeiras tentativas só ocorreram em 1990-91, por iniciativa da Federação de Empregados Bancários (FEB),²⁰⁴ a coordenação se efetivou apenas em 1992. As cinco Centrais Nacionais mais importantes Confederação Geral de Trabalhadores do Peru, (CGTP), Confederação de Trabalhadores del Peru (CTP), Central Autônoma de Trabalhadores do Peru (CATP), Central de Trabalhadores da Revolução Peruana (CTRP) e Confederação de Trabalhadores Democráticos do Peru (CTDP), deram origem à Coordenadora de Centrais Sindicais do Peru. Desde meados daquele ano iniciaram a preparação da I Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores do Peru, realizada em 17, 18 e 19 de novembro de 1992.

A conferência contou com a participação de aproximadamente 300 delegados de todo o país; abordou-se uma ampla agenda de temas que passavam em revista todos os cenários políticos, econômicos, sociais e trabalhistas do país. Foi precedida por aproximadamente cinco Conferências Regionais. Este processo se constituiu em uma experiência inédita de trabalho conjunto das centrais nacionais que se estendeu às suas bases. Outro aspecto importante foi o apoio das três correntes sindicais mundiais e americanas isto é a CIO-SL-ORIT, a FSM-CPUSTAL e a CMT-CLAT, assim como mais de dez (10) ONGs peruanas.

O assassinato em dezembro de 1992 de Pedro Huillca, Secretário Geral da

²⁰⁴ A FEB iniciou tentativas de unificar o movimento sindical, convocou as principais centrais; evidentemente previam os perigos da aplicação do programa neoliberal, compreendendo que uma das suas ações básicas era de despojar-se de todas as empresas do Estado, e com maior razão do sistema financeiro, que fazia a concorrência com os bancos privados, (que até pouco tempo, Alan García pretendia estatizar).

CGTP²⁰⁵, privou a coordenadoria de seu principal promotor e gerou desconcerto e certa dispersão entre as direções e as bases, efeito que também se sentiu na coordenadoria.

Não obstante, durante os primeiros meses de 1993, a coordenadora apresentou, com o apoio de várias ONGs., propostas de articulação sobre trabalho e previdência social para a nova Constituição que estava sendo elaborada pelo Congresso Constituinte Democrático, assim como comentários e propostas com respeito ao projeto de regulamentação da Lei de Fomento ao Emprego (Decreto Legislativo nº 728). Do mesmo modo, em julho de 1993 realizou-se o I Encontro Sindical Unitário, que reuniu os Comitês Executivos Nacionais das cinco centrais que integravam a coordenadoria.

No início de 1994 as duas centrais de menor peso relativo (a CTRP e a CTRDP) se retiraram da coordenadora, questionando sua falta de organização e perspectiva estratégica. Num intento de reverter o declínio, em 8 e 9 de julho de 1994, levou-se a cabo o II Encontro Nacional Unitário do qual participaram 53 dirigentes das três centrais que se mantinham na coordenadora (CGTP, CATP e CTP). Além de reafirmar a disposição unitária das direções das centrais mencionadas, este evento aprovou uma estrutura orgânica permanente com distintos níveis de direção.

²⁰⁵ Pedro Huilca Tecse foi assassinado e todas as informações manipuladas pelo Estado apontavam o Sendero Luminoso como o autor de tão repudiado crime. inclusive revistas de análise especializadas como "Cuadernos Laborales" diziam que "o crime de Pedro Huilca Tecse devolveu a atenção do país sobre Sendero Luminoso e seus planos de penetração, expansão e direção do movimento operário organizado. Ainda que para o governo foi um "último esperneio arranque" do golpeado senderismo.." (destaques nossos) "Cuadernos Laborales" p. 8 de 03-93. Há pouco tempo saíram manchetes que este dirigente havia sido assassinado pelo "grupo colima" (comando de morte do Serviço de Inteligência Nacional) comprometidos na eliminação de várias pessoas, como veremos no último capítulo.

QUADRO N° 40**ORGANOGRAMA DA COORDENADORIA DE CENTRAIS SINDICAIS DO PERU**

CONFERÊNCIA NACIONAL UNITÁRIA Delegados em nível nacional das Centrais											
ASSEMBLÉIA NACIONAL UNITÁRIA 60 integrantes. 20 dirigentes de cada uma das centrais											
Equipe de Apoio Técnico		CONSELHO DIRETIVO Secretários gerais responsáveis dos Estados.		Equipe de Assessoria Legal							
<table border="1"> <tr> <td colspan="6">PRESIDENCIA Este cargo é rotativo anualmente</td> </tr> </table>						PRESIDENCIA Este cargo é rotativo anualmente					
PRESIDENCIA Este cargo é rotativo anualmente											
Organização Capacitação	Imprensa e Divulgação	Mulher	Relações Internac.	Economia e Finanças	DD.HH. e Sociais						

Fonte: *Cadernos Laborais*, 11-95

Assim mesmo, este encontro convocou a II Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores para os dias 14,15 e 16 de dezembro de 1995. Este evento contou com a participação de 200 delegados de todo o país. Entre os temas debatidos em comissões e sessões plenárias figuram:

- Estrutura orgânica da coordenadoria: estatutos e plano de trabalho 95
- Proposta sindical de política trabalhista 1995-2000.
- A Globalização da economia e seu impacto nos sindicatos. Informais e pequena empresa.
- Processos de reestruturação Empresarial. Nova estrutura sindical: sindicatos por ramos
- Os trabalhadores frente à previdência social.
- Integração latino-americana e solidariedade sindical.
- Papel das mulheres no movimento sindical .²⁰⁶

Para a discussão destes temas, contou-se com documentos preparados por especialistas e dirigentes. Um dos acordos da conferência é a ratificação da estrutura orgânica da coordenadoria e a decisão de iniciar o funcionamento de suas instâncias especializadas descentralizadas, assim como o início de campanhas em relação aos temas abordados na conferência.

CAPITULO V

A VIOLÊNCIA POLITICA NO PERU

5.- A VIOLÊNCIA POLÍTICA: O SENDERO LUMINOSO E O MOVIMENTO SINDICAL.

5.1.- Origens e Estratégia.-

Desde 1980 o cenário político peruano adquire novos elementos, principalmente por três aspectos importantes:

- A volta ao governo constitucional civil, com a aliança de Ação Popular com o Partido Popular Cristão. Depois de 12 anos de regime militar.
- A presença significativa do Movimento Sindical, Popular e da esquerda.
- O início da Luta Armada do Sendero Luminoso.

A esquerda emergia como a principal força política; a esquerda maoísta tinha uma força comparável à do Partido Comunista (PC), pró-soviético, e os grupos trotskistas e social-democratas, constituindo um terço do eleitorado.

Uma opção era “defender a democracia” como um novo terreno de ação política legal foi um compromisso assumido pelos numerosos partidos e frentes eleitorais, como o Partido Comunista (PC), a Unidade Democrática Popular (UDP), a Unidade Nacional de Esquerda Revolucionária (UNIR), a Frente Operária, Camponesa, Estudantil e Popular (FOCEP) e o Partido Socialista Revolucionário (PSR). Esta corrente que tinha como vínculo a Esquerda Unida, acreditava numa solução democrática, possível através da defesa da democracia liberal e da acumulação de forças para que um governo popular pudesse realizar uma transição ao socialismo.

A outra foi adotada pelo Sendero Luminoso que rejeita toda alternativa pela via democrática, criticando as diversas posturas políticas, assumindo o mais radical dos caminhos, a luta militar, como única via pela qual um governo democrático e popular possa dirigir uma “revolução antifeudal e anti-imperialista” no Peru, iniciada em 18 de maio de

²⁰⁶ Julio Franco Perez. In: “*Mercado de Trabajo Informalidad y Sindicalismo*”. Que Hacer, 1996 P. 29

1980.²⁰⁷

O Sendero Luminoso é o movimento político mais radical da história peruana, independente em relação a qualquer centro de direção internacional de esquerda, seus militantes se declaram maoístas, fazendo parte de uma corrente que defende a “revolução cultural” e o chamado “bando dos quatro”, que tem uma tese defensora da democracia popular. O Sendero constituiu-se como fração do “Bandera Roja”, a divisão maoísta do “Partido Comunista” que em 1964, convencida da importância da “Guerra Popular”, condenou firmemente todas as outras correntes políticas da Esquerda Peruana. Seus militantes adotaram o marxismo maoísta ortodoxo. Se Marx, Lenin, e Mao representam três etapas, “três espadas” dentro da história da revolução socialista, com o Sendero Luminoso, abria-se uma quarta etapa (e Abimael Guzmán o “camarada Gonzalo”, seria a “quarta espada”), com pretensão de ser um movimento político guia no mundo inteiro e seu chefe, um líder de nível mundial, pelo que se pode apreciar da organização que prevaleceu e caracterizou este movimento político.

Entre maio e dezembro de 1982, as execuções, (atos políticos e militares de Sendero Luminoso) mesmo sofrendo a repressão das forças policiais, foram praticadas em todo o país, registrando-se 165 mortos e 204 feridos como consequência da violência política. No ano seguinte, os mortos se multiplicam a 2.282 em doze meses, enquanto os feridos apenas se incrementaram levemente (372). Poderíamos agrupar estas vítimas da violência, pondo de um lado representantes do Estado e do outro civis; os primeiros são membros da polícia, do exército e autoridades; os segundos são aqueles que nos dados oficiais figuram como civis e senderistas ou, como se lhes começou a tipificar por parte dos meios oficiais e de comunicação, “terroristas”.

No ano de 1983 os mortos civis eram 96,4%, os do Estado 3,6%; os feridos civis 61,6% e do Estado 38,4% o que mostra como a violência política manteve suas características, variando substancialmente a violência do Estado, como diz Flores Galindo:

“... não se quer deixar feridos que possam servir como eventuais testemunhas (...). Em 1983 as mortes não começaram gradualmente. Em janeiro: 175 mortos, em fevereiro:

²⁰⁷ Em 17 de maio de 1980 justo o dia das eleições para a Presidência da República e seus representantes no Congresso, Sendero Luminoso começava suas ações, invadindo a prefeitura de **Chuschi**, distrito de Ayacucho, queimando os registros dos eleitores deste lugar; na época o incidente passou desapercibido.

344: em março: 157; em abril: 466; em maio: 671; em junho: 187." ²⁰⁸

A intensidade e o volume da violência variou quase automaticamente com o passar do (s) ano(s). Em 21 de dezembro de 1982, edita-se um decreto supremo que encarrega as Forças Armadas da ordem interna em Ayacucho e em Andahuaylas, lugares nos quais se acentuava a violência política, mas o mais importante que nos interessa sublinhar é a mudança substancial nos enfrentamentos, produzida depois do ingresso das Forças Armadas.

A implementação da política de contra-insurgência aplicada no Peru foi criada pelas potências imperialistas para deter as lutas pela "libertação nacional" que marcaram o processo de descolonização vivido na África e Ásia no pós-guerra. Criadas pelo exército Francês na guerra da Coreia, na luta contra-revolucionária na Argélia, aperfeiçoadas pelas forças norte-americanas no Vietnã, que se encarregaram de difundir-las como doutrina da guerra entre os exércitos do continente. Originalmente essas políticas eram coerentes com a natureza das forças que as implementavam, tratavam-se de exércitos de ocupação encarregados de submeter as grandes massas sociais ao poder das minorias coloniais, alheias ao país ou estrangeiras. ²⁰⁹

O Sendero Luminoso vinha constantemente mudando de estratégia, de acordo com a metáfora do peixe na água de Mao: "Era necessário envenenar a água, contaminá-la, torná-la intolerável para que pudesse servir como refúgio". Sob esta lógica buscavam intensificar os conflitos, buscando o genocídio inclusive, até o "golpe de Estado" como o sustenta um dirigente do Sendero "Isidoro Nunja", no artigo de Raúl González:

"O Partido visualizou um golpe e inclusive a possibilidade de que Alan Garcia esteja buscando um autogolpe para se preservar. Isto seria benéfico para nós, porque haveria já a possibilidade de um enfrentamento aberto. O povo se definiria mais rápido..." ²¹⁰

A violência se incrementava cada vez mais, por ambas partes. As execuções de autoridades locais, como governadores, prefeitos, juizes, aumentavam e, ao mesmo tempo várias localidades eram declaradas em "estado de emergência", o que significava que o Comando Militar se encarregaria de todo o controle regional, e por conseguinte se

²⁰⁸ Alberto, Fores Galindo In: "Buscando un Inca", Lima edit IEP. p. 342

²⁰⁹ Nelson Manrique. In: "Democracia y Campesinado Indígena en el Perú Contemporáneo" Lima. Edit Desco, 1993, p. 97

suspenderia todo tipo de garantias à cidadania. Para poder ter uma percepção da magnitude dos fatos, vejamos as seguintes cifras:

QUADRO Nº 41
VIOLÊNCIA POLÍTICA EM CIFRAS

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	Totais
Atentados	219	715	891	1.123	1.760	4.708
Mortos						
Polícia	--	6	30	51	54	141
Exército	--	--	1	8	15	24
Autoridades	--	--	8	23	34	65
Civis	3	4	65	802	1.042	1.916
Senderistas	--	1	47	1.398	959	2.405
TOTAL	3	11	151	2.282	2.104	4.551
DESAPARECIDOS *				245	168	413
Fossas e desovas *				133	183	316
Presos **		23	46	81	105	255

* Cifras Aproximadas

** Unicamente de Esquerda Unida

Fonte: Flores Galindo *Buscando um Inca* pág. 357.

Neste contexto de violência acentuada, realiza-se a Primeira Sessão Plenária do Comitê Central que se seguiu à IV Conferência Nacional do Sendero Luminoso, realizada em meados de 1986. Abaixo, um resumo dos acordos adotados no Congresso de Sendero:

*"O primeiro ponto do acordo foi a demolição total do velho Estado, isto é, que nos próximos três anos este Estado não ficará de pé. Em segundo lugar, assentar sólidas bases para a tomada do poder. E em terceiro lugar varrer implacavelmente o perigo que é o revisionismo e oportunismo que hoje em dia significa Esquerda Unida."*²¹¹

O governo de Alan García iniciou algumas tentativas de empreender um diálogo com o SL sem resultados favoráveis. De 20 a 23 de junho de 1986 teve lugar em Lima o XVII Congresso da Internacional Socialista, da qual participariam figuras políticas do mundo inteira tais como, Bettino Craxi de Itália, Ingvar Carlssen da Suécia, e sob a presidência do político alemão Willy Brandt; o congresso contou com numerosos e amplos comentários da imprensa internacional.

Os senderistas presos haviam coordenado a realização de um motim (aproveitando

²¹⁰ *Que Hacer* No53, Desco, p. 18.

²¹¹ Entrevista de Raúl Gonzales a Santiago Nunja García, Mando político Intermediário do S.L. *Que Hacer*, No 53, Desco, 1987, p. 19

o evento da Internacional Socialista) nos centros penitenciários de Lima como: (El Frontón, Lurigancho e Santa Bárbara) reprimido brutalmente pelas forças armadas, resultando em um saldo de mais de duas centenas de mortos. A quantidade exata nunca se soube, o semanário de análise política “SI” publicava oito meses depois:

*“É incrível que a oito meses da matança nas penitenciárias, a Marinha siga removendo escombros e encontrando vítimas (...). A marinha deu conta do achado de 10 cadáveres no Pavilhão Azul. Adicionada a última cifra de 29 vítimas a soma chega a 90 mortos. É público que 34 sobreviventes foram trasladados a diferentes cárceres; a pergunta é, onde estão os outros 28 prisioneiros considerando que até 19 de junho de 1986 haviam uns 152 detidos no Frontón?”*²¹²

Estes fatos tiveram uma ressonância mundial, a imprensa que veio cobrir o XVII Congresso da Internacional Socialista terminou informando sobre o “massacre das penitenciárias”, o que significou o rechaço de Anistia Internacional.²¹³

5.2.- O Sendero e o Movimento Sindical.-

Desde que o Sendero Luminoso iniciou sua luta armada, o objetivo expresso é “fazer do campo o teatro principal das ações e, das cidades, o complemento necessário”. Já em 1983 como parte dos esforços de “Reorganização do Partido” com o plano de conquistar bases, define-se a necessidade de criar o Movimento revolucionário de Defesa do Povo(MRDP), com centros de resistência em cada cidade, e preparar a futura insurreição, que se dará quando as forças do campo assaltem as cidades em combinação com a insurreição a partir do interior.²¹⁴

É a partir de seu primeiro congresso (1987) que o Sendero Luminoso imprime um giro em sua política, manifestando a nova significação que começam a tomar as cidades na estratégia político-militar senderista, para gerar aí a insurreição. Em vários de seus documentos indica-se a importância que estão chamados a adquirir os denominados “Organismos Autogerados” como forma de centralizar o poder e organizar as massas nas

²¹² “SI” revista semanal, de 2 de março de 1997, P.. 8

²¹³ O Secretário Geral da Anistia Internacional Thomas Hammarberg, pela primera em Lima declarou: “Nossa reação foi a de comprovar que se trata de um dos piores casos de matança no contexto carcerário nestes tempos o nível mundial. Não conhecemos nenhum outro caso que tenha significado tal matança em tão curto tempo, em uma situação similar..” em CARETAS de 11 Agosto de 1986.

²¹⁴ Luis Arce Borja. Em *Guerra Popular en el Perú: El Pensamiento Gonzalo*. Bruxelas, primeira edição, Junho de 1989

diversas formas novas, que demandam as novas formas de luta.

Durante os primeiros anos, o Sendero Luminoso desprezou o movimento sindical, taxando-o inclusive de economicista e conciliador. Se às vezes cooptava militantes nas fábricas, não era para destacá-los no trabalho sindical, mas para outras tarefas. Uma segunda etapa se inaugura em 1987, com as novas preocupações discutidas em seu primeiro congresso.

Esta se caracteriza por uma intensa tarefa de panfletagem e presença com pequenas manifestações na saída das fábricas buscando a cooptação de militantes, combinadas contudo, com uma estratégia de destruição da infra-estrutura fabril,²¹⁵ iniciam-se os “aniquilamentos seletivos” que se manifestavam, em alguns assassinatos de quadros de empresas fabris.²¹⁶ Mas estas ações, longe de despertar simpatias entre os trabalhadores, originaram uma desaprovação maciça, na medida em que não contribuíam com o sindicato na atenção e solução satisfatória da pauta anual de reivindicações, em um período em que os sindicatos ainda tinham capacidade de negociação e no qual os salários não estavam tão erodidos em seu poder aquisitivo; na crise, as estratégias adotadas terminaram em fracasso, do objetivo de conseguir a adesão ou a simpatia ao partido que preconizava o fim da exploração do operário por via da guerra popular.

²¹⁵ Em 5 de maio de 1987 foi atacada a transnacional canadense “Bata”. As perdas, segundo diretores, ascendiam a 10 milhões de Intis (8.410.000 Dólares tipo de Cambio 8.41 de 1987) toda a fábrica ficou em cinzas. Mais de 50 máquinas e, o mais grave, os 600 operários da fábrica se viram seriamente afetados, inclusive na estabilidade de emprego, “O tipo de explosivo surpreendeu a policia, se tratava do C-13-4 de exclusivo uso militar, de consistência gelatinosa, envolvido em bolsas de plástico. Segundo a policia, estas cargas não necessitam de detonador nem mecha, aderem facilmente às paredes e explodem pela ação do calor” “SI” de 11 de maio de 1987. Deste tipo de ações houveram várias : Nissan Perú, Bayer, etc.

²¹⁶ Referimo-nos fundamentalmente a mudança de estratégia implementada pelo S.L. pouco antes de iniciar-se o Quinto Grande Plano (de agosto de 1989 a fevereiro de 1990, que consistia em trasladar “o centro da guerra” para a cidade): assassinaram ao presidente da Federação Nacional de Trabalhadores Mineiros, Metalúrgicos e Siderúrgicos do Peru, *Saúl Cantoral Huamani*. Em 16 de maio, foi ultimado *Ceferino Requis*, e em 7 de maio *Antonio de Cajachahua*, ambos líderes de mineiros das bases de Centromin em Cerro de Pasco e Morococha. Em 31 de outubro caiu crivado o Secretário Geral da Federação de Trabalhadores do Complexo la Unión, *Enrique Castilla*, membro do Comitê Central do Partido Unificado Mariáteguista (de esquerda). Estes crimes foram efetuados pelo Sendero, que o reivindicaram em documento. Sobre o quinto plano, Abimael disse “Este crime não resultou benéfico para a estratégia senderista (...) Não o desmascararam [a Castilla] ante o proletariado e o povo; deveriam difundir todas suas maldades, como traia suas lutas, como se vendia a empresa, como suspendia o congresso têxtil cada vez que atuávamos, revelando temor de nossas posições políticas, do debate, e delatando-nos como infiltrados. (...) Aprendamos a lição: previamente a um aniquilamento seletivo, se deve desmascarar [ao alvo], explicar às massas” In: *Cuadernos Laborales* N^o 86 de março

Outro dos objetivos estratégicos do SL era aumentar a tensão nas empresas (produtivas), aprofundando o conflito entre empresa e trabalhadores, onde o confronto era uma constante nas relações trabalhistas. Aí as ameaças e o “aniquilamento” resultaram uma ferramenta fundamental para dar força a alguns sindicatos debilitados em sua capacidade de negociação por causa da crise e da recessão. Entre 1990-1992 muitos dos funcionários empresariais foram vítimas da lógica senderista de “aniquilamentos seletivos”,²¹⁷ estes atos perseguiram uma dupla finalidade: primeiro, mostrar que efetivamente se produzia uma intensificação da luta de classes no país e, segundo, ganhar uma corrente de simpatia entre os trabalhadores golpeados e debilitados.

A estratégia de penetração e condução das organizações sindicais continuou. Desde a segunda campanha do Quinto Grande Plano os senderistas começaram a corroer as organizações internamente, entram em disputa na condução das lutas e das organizações sindicais, ganhando cargos de direção em distintas bases.

A resistência que opõe as direções de esquerda “é sustentada com valentia” diz Carmen Vildoso;

“mas ao mesmo tempo tem elementos de fragilidade. Em alguns casos, suas posições guardam elementos de coincidência com a concepção marcada pela violência e dificultam uma polêmica profunda com as concepções senderistas (...). As diferenças terminam por esvanecer-se quando os senderistas assassinam um “odiado empresário.”²¹⁸

Balbi Carmen, pesquisadora do DESCO, autora de uma série de ensaios sobre o tema, entrevistou trabalhadores de fábricas cujos empresários haviam sido vitimados. Chegou assim, à conclusão de que os operários se sentiram como se fossem reivindicados com o “justiçamento” destas pessoas, que tinham a particularidade de ter sido o alvo do rancor de seus trabalhadores.

Os senderistas não mataram qualquer empresário, escolheram os mais detestados, os mas odiados, os mas aborrecidos, sustenta Balbi:

de 1993.

²¹⁷ Em 1990 a tática se inverteu. A maioria de mortos foram empresários, começou em 19 de janeiro com o assassinato do gerente de Famesa, Juan Chacaltana Cruces. No total, os vitimados do lado das empresas foram 10 e dos trabalhadores, um: Roberto Chiara, em 17 de abril, dirigente de Calçados Diamante. In Cuadernos Laborales n° 87 de abril de 1993.

*"...me surpreendi com a opinião dos trabalhadores, mas essa era a realidade (...) <<Ao serem eliminados os empresários houve até certa alegria, não o posso negar. Porque ninguém se atrevera a enfrenta-los. Todos tínhamos medo. Então aparece o Sendero e os mata, é um alívio. Já não está o que odiamos">>, disse o dirigente da Carretera Central: mas sobrevinha uma pergunta: e depois o quê? pois vem outro empresário, e já não só, mas com a polícia, com a repressão."*²¹⁹

Mostraremos alguns dos trabalhadores e empresários mortos por S.L. e que, inclusive na maioria dos casos foram reivindicados por estes: (Anexo I)

Com efeito, o assassinato sistemático de empresários gerou um desespero que obrigou o Dincote²²⁰ a desdobrar esforços nos centros fabris, especialmente na *Carretera (estrada) Central*. (Zona Industrial de Lima). Não foram poucas as detenções arbitrárias devido a denúncias de empresários que terminaram por crer que havia um senderista camuflado em cada dirigente sindical. Os proprietários das companhias muitas vezes acabaram com uma negociação simplesmente acusando de senderistas aos trabalhadores do sindicato: "vários companheiros foram apontados como terroristas"; disse um líder sindical da Carretera Central no artigo de Cadernos Laborais,

*"os empresários iniciaram uma caça às bruxas. Para tal aproveitaram o pânico. O sindicalismo de esquerda foi bastante golpeado pela repressão(...) Uma fonte da Dincote sustentou a respeito: definitivamente, os sindicatos se converteram em focos da subversão. O problema residia em que não se podia diferenciar entre um operário senderista e um dirigente esquerdista radical. A confusão, seguramente nos conduziu a efetuar detenções incorretas".*²²¹

A polícia determinou, ainda assim, que em muitos dos assassinatos de empresários haviam participado operários das fábricas que pertenciam às vítimas. Outra tática senderista para opor-se ao "imobilismo e ao pacifismo" do sindicalismo de esquerda, foi provocar e alentar à violência e a reação das forças de segurança, infiltrando-se nas mobilizações, greves, marchas e manifestações dos trabalhadores.

No campo sindical é o "Movimento Operário de Trabalhadores Classistas"

²¹⁸ Carmen Vildoso, *"Sindicalismo Clasista: Certezas y Incertidumbres"* p. 124

²¹⁹ Carmen Balbi *Pretextos* N^o 7 *"Sendero Luminoso El fin de una Historia en Lima"* p. 185 DESCO, 1995

²²⁰ DINCOTE (Direção Nacional Contra o Terrorismo). Apêndice da Polícia Nacional.

²²¹ Cuadernos Laborales Op. Cit. P. 9.

(MOTOC) o organismo encarregado da cooptação de trabalhadores e de traçar as ações, estas acentuaram-se nos principais centros fabris, e que depois de redefinidos, eram a base para a gestação dos “paralisações armados”, com as quais tentaram controlar qualquer luta popular, disputando a hegemonia e a convocatória do movimento sindical e de suas principais centrais.

Em 28 de janeiro de 1988, na bem sucedida paralisação nacional, convocado pela CGTP contra a política econômica do governo aprista, militantes senderistas encapuçados se infiltraram levando explosivos na marcha que se realizava na Praça 2 de Maio, para logo tentar dinamitar o local da CGTP e assassinar Jorge del Prado, conspícuo dirigente nacional do PCP (Partido Comunista Peruano), que encabeçava a marcha. Ambas tentativas, entendidas como uma luta prática contra o revisionismo priorizada, levaram a um enfrentamento a balas na Praça 2 de Maio entre cegetepistas e senderistas que terminou com a fuga de estes últimos.²²²

Fez-se sentir seus efeitos nocivos no sindicalismo, na medida em que este se encontrou com frequência entre duas frentes, a da subversão que lutava para capturar as organizações sindicais, para ampliar suas bases de sustentação, e o das forças contra-subversivas, que identificavam as associações em geral, as organizações populares e de apoio social, com focos ou aliados da subversão. Neste contexto, em dezembro de 1992, foi assassinado o Secretário Geral da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP), um dos dirigentes com maiores perspectivas de renovação do sindicalismo.

5.3.- Violência de duas Frentes.-

Tanto Gustavo Gorriti como Jaime Antezana (investigador do Centro de Promoção e Desenvolvimento Populacional) sustentam que a terceira campanha culminante, “onde o equilíbrio estratégico movimento mais o país”, já vinha sendo desenvolvida pelo Sendero Luminoso. Esta etapa supunha a criação dos germes do “neopoder”, através dos comitês de luta populares, o que significava acentuar ainda mais a violência, Gorriti indica:

²²² Carmen Rosa Balbi, In: *Identidad Clasista En El Sindicalismo: Su impacto en las Fábricas*, Desco, 1989, p. 75.

"Guzmán indica a necessidade de pagar a cota (de sangue) necessária para o triunfo da revolução. A partir de 1989, quando SL se propõe alcançar o "equilíbrio estratégico", começa a falar do milhão de mortos e da conveniência de um "genocídio" para alcançar esse equilíbrio".²²³

Nesta conjuntura, decorridos doze anos de insurgência, não haviam evidências de que o Sendero contasse com o apoio sólido de alguma população importante. No melhor dos casos, chegou a controlar povoados pequenos e afastados e a impor uma surda neutralidade em vastos setores nas cidades e no campo. O Sendero esteve disposto a levar a vida no limite e a suportar tudo, porque se sentiram os arautos da história; seu maoísmo transcendental os levava a arriscar tudo com a finalidade de alcançar o "equilíbrio estratégico".

Dois fatos importantes ocorreram nesta conjuntura: primeiramente, o nível da violência se incrementou notavelmente, inclusive o analista de DESCO Carlos Reyna sustentava que:

"Podia criar-se a imagem de um Estado impotente e as imagens do desmoronamento, e a auréola de um Sendero audaz e exato como uma máquina de demolição. Estava conseguindo. Suas ondas de carros-bomba punham o fogo e o terror, e os meios de comunicação focalizou. Fez-se crível a visão superdimensionada de um Sendero aniquilando a classe média, preparando a tomada de Lima ou assaltando o Palácio de Governo dentro de escassas semanas. Este Sendero, pois, estava ganhando de longe a guerra das imagens, que costumam ser decisivas para o processo real das guerras."²²⁴

Um atentado, que em nossa opinião foi o começo do fim do Sendero, foi realizado na Jirón Tarata, do bairro de Miraflores (de classe média alta de Lima), onde colocaram um carro bomba em 16 de julho de 1992, e que destruiu um edifício inteiro, com um saldo de 22 mortos, 584 famílias afetadas e uma perda de US\$ 3.000.000²²⁵, gerando o rechaço unânime da população em geral, acentuando-se a violência por parte das forças armadas assim como por parte do Sendero.

A cúpula governamental estava ficando numa difícil situação. O "Autogolpe" havia sido justificado com o argumento para enfrentar eficazmente ao terrorismo, más este

²²³ Carlos Ivan Degregori, cita a Gustavo Gorriti em "Después del a Caída" Que Hacer nº 79 p. 42

²²⁴ Carlos Reyna em *La Captura del Sol* Que Hacer Nº 79 outubro de 1992 p.33

²²⁵ Diário *La República* de 08 de Outubro de 1992 p. 21.

seguia atuando, mais desafiante que nunca. Para derrotar este implacável adversário, dois setores do Estado atuavam, ao que parece, separadamente neste propósito: a Direção Contra o Terrorismo (DINCOTE) e o Serviço de Inteligência Nacional (SIN), à parte das forças armadas.

A Dincote é um organismo policial, criado em 1982 durante o segundo governo de Belaúnde como uma espécie de seção especializada da polícia; no final do governo de Alan Garcia, esta polícia especializada estava atrás dos passos de Abimael Guzmán²²⁶.

O SIN, que é uma organização cuja existência é prévia ao início da violência política, foi reforçado pelo governo do presidente Fujimori. O SIN tinha uma forma de proceder distinta da Dincote. Esta, como força policial, atuava dentro da legalidade, com o objetivo de capturar os subversivos, apresentar provas e colocar-lhes à disposição da Justiça. O SIN procedia de outra maneira, atuava em segredo, segundo dados de seus informantes; nem sempre tinha provas nem entregava os suspeitos à Justiça. A situação de guerra interna lhes permitia justificar a utilização de métodos ilegais de repressão como as execuções extrajudiciais.²²⁷

Um destes casos foi o da “Cantuta”; o SIN recolheu de seus informantes colocados na Universidade Guzmán e Valle (Cantuta) dados sobre presumíveis subversivos, que teriam vínculos com as ações “terroristas” indiscriminadas (como o caso da rua Tarata) que estremeceram a capital do Peru, e logo se tomaria a decisão de eliminar esse “grupo de inimigos”: tratava-se de seqüestrar pessoas em lugares que se converteram em *zona militar*, e, portanto, não seria crível qualquer explicação que aludisse a “conflito entre grupos terroristas” ou “auto-sequestro”. A técnica da “desaparição” de pessoas só funciona num clima de impunidade gerado pelo terror, dentro da lógica da “guerra suja”. Neste operativo assassinaram e depois incineraram os cadáveres de um professor

²²⁶ Este organismo policial, conseguiu encontrar uma residência onde Guzmán havia se refugiado: o líder senderista escapou, mas se encontraram importantes vídeos e documentação útil para o trabalho policial.

²²⁷ Em torno ao SIN se organizou um poder “informal”: um personagem (que havia dado baixa do Exército, acusado de traição a Pátria) advogado e ex-militar, se constituía como um dos homens fortes de Fujimori; Vladimiro Montesinos, buscou dar a orientação geral da luta anti-subversiva, e, controlar as Forças Armadas. O SIN controlado pelo “poder informal” cresceu em importância, orçamento e poder. os chefes militares passaram a estar vigiados estreitamente e como complemento, as promoções foram decididas, de forma discreta, pela máxima autoridade política, o qual implica que, de fato, quem decidia estava em torno do presidente. Paralelamente criou-se um grupo para-militar de justiceiros (“colima”), que havia realizado vários operativos dentro estes o do caso “cantuta”.

universitário e nove estudantes dessa Universidade.

Todos estes fatos puderam aclarar-se em parte, graças a informação outorgada por um militar de alta graduação, general Rodolfo Robles (que, posteriormente, foi duramente hostilizado pelo mesmo Exército e pelo regime), através de um documento entregue ao congressista do Movimento Democrático de Esquerda (MDI) Henry Péase Garcia. Descobriu-se o lugar onde foram enterrados os cadáveres incinerados; apareceram os nomes de Vladimiro Montesinos, os generais Rivera Lazo e Perez Delcumet.²²⁸

É necessário resaltar que o problema dos operativos próprios das “táticas de guerra suja” não apareceram com o “poder informal”, são um problema que vem se arrastando desde que as Forças Armadas passaram a enfrentar a ameaça representada pelo Sendero Luminoso. Em nossa opinião, as razões principais que explicam estes problemas são de dois tipos:

- A aceitação da doutrina francesa e seus métodos.
- Uma visão obsoleta acerca da realidade da subversão. Partia-se de um esquema mundial bipolar no qual o “inimigo interno” era o “comunismo internacional”, concebido como um bloco unificado, dirigido pela União Soviética. Como conseqüência, todos os partidos de esquerda, como os dirigentes sindicais, apareciam como subversivos e em não poucos casos, se lhes aplicavam os métodos da “guerra suja”.

Outro fato muito importante neste ano foi a captura de toda a direção do Sendero Luminoso em 12 de setembro de 1992. Esta captura compreendeu parte do Comitê Central de Sendero Luminoso:

- Abimael Guzmán Reinoso
- Elena Iparraguirre
- Zenón Vargas
- Laura Zambrano
- Maria Pantoja
- Maritza Garrido Lecca
- Nancy Ruiz
- Carlos Incháustegui
- Miguel Fernando Ruiz
- Valerio Gonzales

²²⁸ Cesar. Arias Quincot, In: *Perú entre a Utopia e o Cinismo*. Lima, FFE, 1995, p.106.

■ Roberto Pizarro.

Condenados todos à cadeia perpétua, constituindo-se o mas duro golpe sofrido pelo Sendero. A captura de seu líder representou uma grande derrota em todos os níveis e sobretudo no terreno das imagens. Isto é importante porque, como se sabe, uma das características senderistas era sua alta valorização e hábil manejo dos símbolos e das representações. Guzmán desempenhava vários papéis no Sendero. Todos eles igualmente protagonistas. Era o magistrado ideólogo, o chefe político, o grande organizador e o estrategista militar. A alusão a ele como a **quarta espada** do marxismo não se refere só a situação cronológica. Também implicava a concentração em “Gonzalo” das virtudes de cada um de seus supostos predecessores.

É obvio que o governo teve sorte com a data da captura tão próxima das eleições do Congresso Constituinte: uma peça a mais (muito importante) na consolidação do regime autocrático do presidente Fujimori.

O governo apresentou Abimael Guzmán somente como um simples assassino e não como o chefe de um partido político que fez de seus métodos, uma arma, para capturar o poder. A dimensão social e política destes quinze anos de violência no país ficou, assim, sepultada entre os duvidosos disfarces de um mero ritual de escárnio em favor da autoridade e do poder.

O governo, uma vez capturado Guzmán, não se conduziu com uma maior tranquilidade política. Ao contrário: provocou maior soçobro, ao reforçar um esquema autocrático, que foi posto em marcha em 5 de abril de 1992. O Executivo optou por construir um sistema legal destinado não somente a combater a subversão, mas também a manter e aprofundar a autoridade presidencial e impedir que qualquer forma de dissidência se expresse politicamente e se construa numa verdadeira, maioria nova e democrática.

O alvo do governo não foi só Sendero Luminoso. Foi também a própria “democracia burguesa” enquanto esta limita a plena expressão estatal do projeto hegemônico que foi posto em marcha pelo governo. Isto explica o porquê da crítica à autocracia neoliberal apontar também para os mecanismos que tornam possível a negociação estatal: os partidos políticos, o Parlamento, as organizações sindicais, o diálogo, a negociação, os direitos políticos e sociais.

ANEXO 1
TRABALHADORES E EMPRESÁRIOS ASSASSINADOS

1987

- Em 17 de março Jorge Morales Espejo, gerente de Relações Industriais da Companhia Peruana de Envases, COPE.
- 1^o de Outubro Nelson Pozo, gerente de Relações Industriais de Rayón, é ultimado por senderistas.

1988

- 12 de abril: Branko Pejánovich, gerente geral de Filamentos Peruanos.

1989

- 13 de fevereiro: Saúl Cantoral Huamani presidente da Federação Nacional de Trabalhadores Mineiros, Metalúrgicos e Siderúrgicos do Peru.
- 16 de abril: Ceferino Requis, dirigente mineiro da base de Centromin de Morococha.
- 7 de maio: Antonio Cajachahua, líder mineiro da base de Centromin de Morococha.
- 31 de outubro: Enrique Castilla Linares, secretário geral da Federação de Trabalhadores do Complexo a União.

1990

- 19 de janeiro: O gerente de FAMESA Juan Chacaltana Ruiz, e seu ajudante Ricardo Bustamante Cruces.
- 20 de março: Joel Podestá Garzia chefe de pessoal de Tecidos a União.
- 23 de março: Roberto Barriga Hernández, gerente de Relações Industriais de COPSA.
- 11 de abril Roberto Chiara Alvarez, dirigente operário da fábrica.
- 17 de abril: Pedro Muller do Carpio, chefe de segurança de Linhas Cadena.
- 01 de junho: Funcionário de CITECIL, Tomás Yrigoyen Giles.
- 19 de julho: O presidente de Lima Caucho, Arturo Rosales.
- 20 de agosto: Os proprietários da fábrica de blue jean “Eagles”, os esposos Humberto Aguilar e Zoraida Villanova.
- 25 de agosto: Antonio Garzia Vásquez. Proprietário de uma empresa de porte medio dinamitada em Victoria (distrito de Lima).
- 27 de agosto: O Gerente de Relações Industriais da Fábrica de Alumínio e Metais, Jaime Navarro Córdova.
- 2 de novembro: Segundo Alvarez chefe de pessoal da fábrica de Calçados Diamante.

1991

- 31 de janeiro: o Gerente de INOXA, Gabriel Bonifacio Ojeda.
- 1 de fevereiro: Hernán Marco Mauricio, gerente de Cafetalera GARCI.
- 19 de março: proprietário de Fogões Mundo, Francisco Chacaliaza.
- 24 de abril: Julho Zevallos Ruiz. Gerente de produção de Pesca Perú.
- 28 de maio: gerente administrativo de Bata Chosica, Dante Obregón Galdos.
- 3 de junho: Galma Ivanova, executiva de Tecidos a União
- 17 de junho: outro executivo da Tecidos La Union, David Diaz Hinostroza.

1992

- 13 de fevereiro: Funcionário de Cadeados Peruanos, Gonzalo Garzia Sarla.
- 8 de abril: Juan Carlos Antúnez de Mayolo Doimi, funcionario de Farminústria.²²⁹

²²⁹ Cadenos Laborales. n° 86 de Março de 1993 p. 9.

Considerações Finais.

Ao longo deste trabalho, empreendemos analisar fundamentalmente **as mudanças nas estruturas sindicais do Peru**, afetadas por políticas monitoradas pelas organizações econômicas internacionais. Desde sua origem, os sindicatos foram sujeitos sociais de enorme importância na vida política peruana. Especialmente nas últimas décadas, pode-se observar que as organizações sindicais convocaram paralisações nacionais nas quais demandaram aos sucessivos governos a consideração dos interesses dos assalariados.

O incremento da organização ocorrido nestes anos esteve contido, limitado pela orientação da tendência política que predominava no controle dos sindicatos:

“Os dirigentes sindicais aprietas apoiavam a colaboração política com a oligarquia e fomentavam a conciliação sindical com os empresários.”²³⁰

Estas lutas se inscreviam em um marco global de mobilização dos setores populares que ocorria nas zonas marginais das grandes cidades. O golpe militar de 3 de outubro de 1968 se explica não somente pelo primeiro fracasso político de Belaúnde, mas porque se evidenciava a carência de resposta política do Estado a um processo de mobilização em curso.

Velasco pretendeu desmobilizar e integrar as forças sociais emergentes, para o que lhes outorgou novos e mais amplos direitos sociais. Os trabalhadores, à parte, aproveitaram as concessões para formar grande quantidade de novas organizações sindicais, desfazer-se dos dirigentes aprietas e obter maiores e mais igualitários benefícios econômicos. Com a destacada contribuição da esquerda, o movimento classista se constituiu na direção ideológica e organizativa que levou os trabalhadores, no espaço aberto por Velasco, a consolidar historicamente um novo solo orgânico (sindicatos firmados em sua própria capacidade de atuar ante os empresários e o Estado) sobre o que se sustentam as mobilizações que continuam gravitando na política peruana.

Este auge de greves conseguiu ser contido pelo governo militar através da escalada da repressão à luta sindical, para o que suspendeu as garantias constitucionais e decretou

²³⁰ Giovanni Bonfiglio y Jorge Parodi: *La Federación Metalúrgica Historia y Problemas*. CEDAL Lima 1983. p. 28.

o Estado de Emergência de 1976. Com esta medida lograram não somente que atuassem como movimento em um nível mais alto de centralização, potenciando a oposição ao governo militar de múltiplos setores sociais e políticos.

Até este ponto os sindicatos mostraram uma indiscutível capacidade para sobrepor-se e contestar ao governo em todas as frentes, derrotando-o ainda em seu intento de controlar o movimento com o Estado de Emergência. Foi então que o governo elaborou uma saída política, estabelecendo um pacto com os empresários e com o Partido Aprista que permitiu que estes setores saíssem do campo da oposição, liderada nesse momento pelos sindicatos. Esse pacto pelo qual se acordou a convocação a uma Assembléia Constituinte e o retorno a democracia representativa que, como indicam as evidências, incluiu a colaboração das partes para minar o peso organizativo sobre o qual se sustentavam as lutas sindicais que não logravam ser contidas simplesmente com dispositivos restritivos. Agrediu-se a própria capacidade de mobilização dos sindicatos, condensada em sua organização, mediante a demissão de dirigentes.

A partir deste ponto os sindicatos ingressaram em uma situação de isolamento político que favoreceu sua repressão, ao mesmo tempo que se debilitavam seus laços com a esquerda, cujo novo campo de ação política afastava dos sindicatos em meio de crises e recomposições. Além disso, com o trânsito de Morales a Belaúnde, este não somente manteve as linhas gerais da política econômica (ao permanecer hegemônica no governo a representação das políticas fundo-monetaristas), mas com suas políticas produziram níveis sem precedentes de inflação, recessão e desemprego. Ao bloquear ao mesmo tempo os canais de negociação, os sindicatos sofreram uma perda maior de benefícios quando passaram de Belaúnde a Alan Garcia, pois, embora este tinha feito uma destacável contribuição política ao afirmar a viabilidade de incorporar os interesses nacionais e populares na política econômica, ao mesmo tempo descumpriu seus oferecimentos e manteve as posições básicas dos sindicatos no sistema político.

As organizações sindicais foram debilitadas por estes duros e sucessivos golpes e colocadas em uma posição defensiva, contudo os sindicatos continuaram-se mobilizando durante a democracia liberal. Uma vez ou outra, suas demandas econômicas e sociais se converteram em uma demanda de diálogo para transformar-se em lutas isoladas para obter

sua incorporação, e finalmente em lutas nacionais para mudar os critérios de formulação das políticas ante um sistema impermeável.

Os sindicatos insistiram com suas lutas para obter a representação política de seus interesses. As formalidades básicas das instituições liberais e políticas não deram espaço aos interesses de setores sociais gravitantes na vida do Peru, como os sindicatos, e ao mesmo tempo negaram-lhes seu papel de interlocutores do governo.

Este processo foi acentuado no governo de Alberto Fujimori, e temos que entendê-lo **sob a lógica do programa neoliberal**, que priorizou as teorias da linha neoclássica (uma política de ajuste macroeconômico, que enfatiza o combate a inflação através da depressão da demanda agregada em uma forma de mudança estrutural da economia, orientada de modo a permitir a “ação” do livre mercado. É assim uma forma de reestruturação produtiva, conseqüente com a abertura e o processo de globalização).

A flexibilização do mercado de trabalho foi uma das primeiras tarefas empreendidas sob esta lógica, assim como a reforma estrutural através da atrofia do mercado interno, da desregulamentação e da privatização. No centro destas políticas está o combate à inflação com um enfoque monetarista da balança de pagamentos. Isto é, durante o ajuste, a ação do Estado dirige-se a sanear as variáveis monetárias que interessam em seu impacto sobre a balança de pagamentos, tendo como outra prioridade o saneamento da dívida externa. Assim, as grandes reformas do Estado se dão em níveis mais altos que durante os governos anteriores, tipificados como “populistas” “nacionalistas” “estatistas”, como veremos a seguir:

QUADRO No 42
INDICADORES ECONOMICOS DURANTE O PERIODO DO GOVERNO DE FUJIMORI

ANO	CRESCIMENTO PIB GLOBAL	DÍVIDA EXTERNA	DESEMPREGO URBANO
1990	-5,4	20.708	8,3
1991	2,4	22.756	5,9
1992	-2,9	23.307	9,4
1993	6,0	23.866	9,9
1994	13,0	25.321	9,5
1995	8,0	32.000	8,8

Fonte: Dados, BCR-P; *Panorama Económico* de A. L. CEPAL- Elaboração própria

Sobre estes dados podemos ver claramente que, apesar de ocorrer um crescimento do PIB, há um incremento da dívida (existem opiniões de que isso se deve ao mal manejo

da negociação da dívida, não pretendemos entrar nessa análise). Assim, uma das variáveis que incidem nas taxas de sindicalização é “o desemprego” urbano, o primeiro afetado como consequência da flexibilização do mercado de trabalho. O desemprego no Peru alcança 8,8% no fim do período, abaixo de algumas cifras de países latino-americanos:

QUADRO Nº 43
DESEMPREGO URBANO (Taxa média) 1995

PAIS	% 1995
Argentina	17,5
Bolívia	3,6
Brasil	4,6
Chile	7,4
Colômbia	8,9
Costa Rica	5,7
Equador	7,7
El Salvador	7,0
Guatemala	4,3
Honduras	6,0
México	6,3
Nicarágua	18,2
Panamá	16,2
Paraguai	5,3
Peru	8,8
Uruguai	10,8
Venezuela	10,9

Fonte: CEPAL Generalidade de Empleo Productivo. Pág. 63

Em nossa opinião, estas cifras para o caso de Peru não refletem necessariamente a realidade, porque como podemos notar as estatísticas oficiais somente alcançam 8,8% da PEA, abaixo inclusive de alguns países Europeus (na Espanha a taxa de desemprego aproxima-se a 20%).

As cifras oficiais de desemprego, se observadas com mais detalhe, mostram os seguintes dados de alguns grupos sociais: o desemprego juvenil, entre os 14 e os 24 anos, alcança 15%; o desemprego feminino, 11%;²³¹ pode-se dizer que existe uma concentração do desemprego em determinados grupos demográficos como contrapartida existe pouco desemprego entre os chefes de família.

As estatísticas podem ser uma forma de ocultar a realidade, e não de revelá-la. Oficialmente, considera-se desempregada aquela pessoa em idade de trabalhar que, não

²³¹ Pedro Francke, In: *Empleo y Desempleo, Que Hacer*, Desco, 1996, nº 106 pg. 95.

tendo emprego fixo, se encontra buscando trabalho ativamente. Dado que não existe um registro permanente dos desempregados, a taxa de desemprego é calculada mediante pesquisas, considerando-se desempregado quem não trabalhou e buscou trabalho na semana anterior ao momento da pesquisa. E se uma pessoa não buscou trabalho essa semana por múltiplas razões, não foi considerada nas pesquisas; é o que poderíamos chamar desemprego oculto, para as estatísticas mas não para a realidade.

A estatística considera desempregados ocultos os que, não tendo trabalho dizem que não o buscaram porque sabem que não o encontrarão, ou já se cansou de buscar. Estima-se que no setor urbano existem tantos ou mais desempregados ocultos que desempregados “abertos” (os não ocultos), o que eleva a taxa de desemprego a um nível elevado como são os da Espanha e da Argentina.

Os 8,8% de desempregados abertos, uns 10% de desempregados ocultos, outros 5% de donas de casa, estudantes, (“bastante ocultos” para o mercado de trabalho), uns 15% mais de quem trabalha poucas horas, outros 16% de “auto-empregados de sobrevivência”, e temos que, no total, em torno da metade da população economicamente ativa ou potencialmente ativa está afetada por um problema de falta de empregos, o que incide diretamente nas taxas de sindicalização. Existem menos empregos em grandes empresas, (devido à terceirização), e à privatização, que conduziram a um desemprego em massa.

A estas considerações temos que agregar a forma como foi aplicado o programa neoliberal no Peru.²³² Ele esteve matizado por particularidades como a violência política que vinha ocorrendo, situação da qual o regime de Fujimori soube tirar grande vantagem para realizar uma política de amedrontamento sistemático de setores populares e, em especial, do movimento sindical. Sob o pretexto de combater o terrorismo Fujimori implementou um *terrorismo de Estado*. Tal política do terror lembra a que Petras assinalou sobre as ditaduras (em geral do cone Sul):

“O ajuste estrutural ocorre contra um pano de fundo de terror estatal, que desarticulou

²³² James. Petras assinala, “ *A brutalidade que as ditaduras neoliberais do Cone Sul empregaram para derrotar seus oponentes políticos e sociais não foi repetida em todos os outros países latino-americanos que sofreram o ajuste. Mas a divisão política e a derrota dessa oposição foi um pre-requisito importante em muitos países, tanto depois dos primeiros passos em sua direção*” In: *Ensaio Contra a Ordem* Edit. Escrita, 1995, p. 215

os movimentos da classe operária. Os partidos políticos e de esquerda costumam ser proscritos, seus dirigentes assassinados, presos ou exilados. Os sindicatos foram interditados, suas lideranças perseguidas e seus direitos e prerrogativas extremamente reduzidos. Em muitos países, a cultura do medo impregnou a sociedade civil, enquanto os militantes políticos de todas as posições sociais estão na mira da repressão do aparato estatal. Essa mesma cultura do medo, muitas vezes elevou drasticamente o custo da participação política e suprimiu as iniciativas políticas dos cidadãos comuns. Assim, as classes populares sofrem os traumas do período de ajuste estrutural com um déficit político e organizacional decorrente do período de repressão, para reagir eficazmente aos choques do ajuste. ”²³³

Estas considerações traçadas por Petras tiveram características especiais no movimento sindical Peruano, que se encontra sob fogo cruzado. Assim, como sustenta Rosa Balbi:

*“O clima de conflito que alentam alguns empresários favorece a ação do Sendero Luminoso nos sindicatos. Enquanto estes considerarem que o assunto tem uma saída policial, e mantenham uma atitude excludente frente aos sindicatos, o senderismo vai prosperar.”*²³⁴

Como podemos ver o crime seletivo sobre os empresários ascendeu durante os primeiros anos de 90, como também sobre os dirigentes sindicais. As dificuldades que teve o Sendero para organizar os “centros de resistência” nos sindicatos levou a variar suas ações rumo as organizações de bairros. A perspectiva era mobilizar as massas e desenvolver novas formas de luta e organização; ligar a luta operária à de bairros:

*“Desenvolver greves de combate; intensificar a aplicação das quatro formas de luta da guerra popular em apoio direto a luta reivindicativa das massas, particularmente a sabotagem e o aniquilamento seletivo, pois assim abrimos passagem, além barramos o nefasto legalismo do revisionismo.”*²³⁵

Foram as afirmações de Abimael Guzmán em seu balanço da terceira e última campanha do Quinto Grande Plano, que culminou um mês antes de sua captura. O interesse de Guzmán era atizar mais violência para provocar a resposta das forças de segurança, a qual seria sintoma de que o Estado estaria perdendo a guerra:

²³³ Op.cit. pg 209

²³⁴ Rosa Balbi, In: “Pobreza Urbana y Violencia Política en el Perú” Pretextos DESCO, 1995, p. 192

²³⁵ Angel Paez In: Cuadernos Laborales , “La guerra en las Fábricas” en uma reprodução do que propunha Abimael Guzmán p.10.

*"a luta se intensificará: será mais dura e veemente; o povo se tornará mais forte e a reação se debilitará, aplicará mais sua abjeta violência reacionária. Reprimem mais porque começam a perder"(...) O Shock [pacote econômico implementado por Fujimori] comprovou uma vez mais a impotência da CGTP [Confederação Geral de Trabalhadores do Peru] e das formas orgânicas atuais atadas a legalidade."*²³⁶

Afirmava Abimael Guzmán, no mesmo documento, o objetivo de destruir as associações e substituí-las por outros.

O que, conseguiram foi que as forças do Estado acentuassem a violência política, com operativos destinados a repressão indiscriminada ao extremo de uma violação sistemática dos direitos humanos; a tortura se converteu em um fato cotidiano, uma prática comum nas investigações policiais. A detenção abusiva à margem das normas constitucionais e legais foi uma prática generalizada contra os setores populares organizados, sindicatos, pobres, ignorantes, e marginados, que não somente em muitos casos não conheciam seus direitos, mas que careciam dos meios necessários para fazê-los respeitar.

É durante esta conjuntura que se dão "operativos" nos quais se eliminam "presumíveis senderistas" como o caso "Cantuta", "Bairros Altos", que são os casos que puderam ser investigados pelos membros da oposição no Congresso Constituinte, a partir de uma denúncia de um alto membro do Exército em 2 de abril de 1994.

*"O "operativo" realizado na Cantuta foi executado do seguinte modo: um grupo de tropa encapuçados ingressou na residência de estudantes varões e posteriormente no das mulheres. Levavam consigo uma lista e identificavam os estudantes que seriam seqüestrados conforme a ela. Nesse momento os já surpresos estudantes estavam "dominados", estendidos no chão. O grupo também interveio na casa do professor Hugo Muñoz; o escândalo fez com que seus vizinhos se aproximassem sendo ameaçados para que se retirassem (...) Uma vez aprisionadas, as dez pessoas foram entregues a um grupo distinto sob mando do comando Santiago Martín Rivas. Durante o trajeto, este ordenou a execução dos detidos."*²³⁷

Este tipo de "operativo" foi efetuado com muita freqüência, inclusive contra dirigentes sindicais, quando foi assassinado *Pedro Huilca Tecse* (Secretario Geral da

²³⁶ Op. Cit. P. 12

²³⁷ César. Arias Quincot. "Perú: Entre la Utopía y el Cinismo" pag 107.

CGTP), a maior parte da imprensa indicava como autores deste crime o Sendero Luminoso (claro que este agrupamento não reivindicou nem rechaçou a autoria, recentemente houveram denúncias que este mesmo grupo haveria assassinado a este dirigente.

O que nos leva a concordar plenamente com Petras quando ele sustenta que “ *O ajuste estrutural ocorre contra um pano de fundo de terror estatal*”. Portanto, o movimento sindical e também toda ordem de associações e organizações que dinamizaram a iniciativa popular ficaram afetados pela dupla tenaz que significaram de uma parte, as políticas neoliberais que dizimaram o emprego e portanto os sindicatos, e, da outra, a violência política a qual não escapa o Sendero Luminoso, que em seu intento de cooptar ao movimento sindical como parte de sua estratégia, foi afetada em sua capacidade de ação. Claro que o movimento sindical resistiu em ambas direções, inclusive com tentativas importantes de centralização, mas seria ilusório não ver como foi afetado esta camada social.

O que nos leva a sustentar que o programa implementado no Peru foi um dos mais radicais da América Latina. O remédio neoliberal²³⁸, teve características drásticas que afetaram toda a institucionalidade representativa no Peru; deu-se em um momento conjuntural muito especial, devido à crise política que se atravessava por efeito das ações armadas do Sendero Luminoso e do Movimento Revolucionário Tupac Amaru, (MRTA), ocasião aproveitada pelo governo de Fujimori para implantar sua autocracia e manter-se no poder, sob as linhas mestras desse programa, com um componente “bonapartista” como estilo de exercício do poder.

As maiores conseqüências do modelo executado por Fujimori sem dúvida alguma as eram sofridas pelas classes médias e baixas, as quais o converteram em governante, e agora eram o alvo destas políticas. Resgatando aquela apreciação de que “*O bonapartismo é a verdadeira Religião da Burguesia.*”²³⁹

A aplicação do modelo patrocinado pelos organismos financeiros internacionais

²³⁸ Robert Kurz, aponta “*com cada novo surto desta crise foi aumentada a dose do remédio neoliberal*”. Folha de São Paulo Domingo 6 de Agosto de 1995, Artigo “A estupidez dos vencedores” Caderno *MAIS*

²³⁹ Apreciação feita pelo Prof. Octavio Ianni no curso de Teoria Sociológica aludindo a Marx y Engels. 10-06-97.

está gerando uma crise econômica social, afetando o emprego com uma distribuição injusta da riqueza e com o consumo ampliado das divisas para sanear a dívida externa. Estas conseqüências se vem dando não somente no Peru, mas em nível internacional, como sustenta R. Kurz:

"As reais taxas de crescimentos do mundo ocidental não foram mais altas na era neoliberal, mas, sim mais baixas: os auges da conjuntura foram diminuindo em cada ciclo lembrando a respiração de um moribundo. Mal havia o ocidente vencido o socialismo, ele próprio caiu, no início dos anos 90 na mais profunda recessão desde a Segunda Guerra Mundial. Nestes 15 anos a pobreza nos EUA aumentou de forma tão dramática que chegou a atingir até grande parte da classe média branca. Tornou-se extremo o abismo entre as altas e as baixas rendas: muitos empregos são tão mal pagos que os "empregados" nem podem alugar uma moradia e precisam passar as noites em parques ou galerias de metrô desativadas. Na Europa, duplicou-se neste mesmo período a taxa de desemprego: na primavera de 1995 era de 11% e, em alguns países bem mais alta (na Espanha: 23%). Desde 1980, surgiram favelas em todos os centros ocidentais, como no Terceiro Mundo. Também no resto do mundo os chamados "modelos com êxito" do neoliberalismo, considerados mais de perto, revelam-se como pura enganação." ²⁴⁰ (destaques nossos)

Em nossa opinião o programa não terá resultados positivos, como ressalta Kurz, porque, apesar de ter aparentes cifras estatísticas, a realidade mostra que os principais indicadores sociais e econômicos têm regredido, nunca antes houve tanto desemprego real, subemprego, salários baixos, e uma pobreza extrema. Nas palavras de Saberbein,

"Segundo os últimos informes da FAO e OMS, o Peru ocupa hoje na América Latina os últimos lugares em matéria de alimentação e saúde. Por isso o inocultável aumento da pobreza. Por isso, a crise dos lares, a desorientação; o incremento da violência em todas suas expressões e a anomalia que caracteriza a nossa sociedade. Na América Latina o Peru é hoje o país cuja população é a mais desnutrida, o que tem o maior índice de tuberculose por habitante, e o que conta com o maior aumento de deserção escolar, mendicância, violações, suicídios e delinqüência comum." ²⁴¹

Tudo isto é conseqüência da aplicação radical do programa neoliberal que se define pela destruição do Estado. Isto não funciona; o Estado tem que participar como dinamizador e

²⁴⁰ Robert Kurz. Op. cit. p. 5

²⁴¹ Gustavo Saberbein, Diário la República del 12-01-96 p. 30.

articulador das instituições como da administração pública. Como diria Alain Touraine,

*"A mudança de modelo deve incorporar a economia de mercado, a transformação do Estado e a capacidade de gerar empresários e sindicalistas, em uma palavra, deve fazer viver uma sociedade. (...) a lógica de Mercado!, Me cago nela! Essa não é uma sociedade."*²⁴²

Concordo com este autor, quando enfatiza que a necessidade de transformação do Estado tem a capacidade de gerar empresários e sindicalistas, visto que sob a concepção neoliberal, o Estado foi relegado a papéis ínfimos, já que o neoliberalismo em sua ação dominante está cometendo excessos dramáticos na reorganização dos governos latino-americanos.

Em nossa opinião, o Estado deve alcançar o papel tradicional que teve nos países avançados: prevenir a criação das oligarquias e monopólios. Neste sentido, deve limitar o mercado e regular os ganhos e o reinvestimento para que a distribuição alcance os trabalhadores. Sendo necessário que o Estado e as empresas planifiquem e determinem as prioridades nacionais e fixem os objetivos de uma estratégia de desenvolvimento (como sustentam os teóricos da CEPAL: "crescimento com equidade".)

Por isso construir alternativas ao neoliberalismo deve significar resgatar a ação política do homem (talvez isto tenha uma via na socialização da política). Deve-se romper a falsa polaridade Estatismo/Mercado e dar à sociedade civil organizada, por meio de consensos, acordos e regras políticas estáveis, um papel mais protagônico nas soluções dos problemas do país. O que realmente se requer é um enfoque integrado das políticas econômicas e sociais que permitam o apoio recíproco.

A reorientação da política econômica e social do governo se faz imprescindível, assim como a necessidade de se formular e implementar um modelo econômico alternativo, que recolha o avanço tecnológico com bases reais nacionais, que não seja regido pelas regras de mercado, porque este se mostrou destrutivo e excludente e que gerou altas taxas de desemprego estrutural.

A organização de um poder democrático e popular é um desafio que deve se dar no nível da organização Estatal —na qual se institua um Estado de novo tipo (entendido

²⁴² Alain Touraine, Entrevista da Revista Uruguia *BRECHA* e reproduzida por *Que Hacer* No 82 pags. 80-87.

este como um processo constante de autoconstituição), e que efetivamente responda aos interesses *do mundo do trabalho*—, assim como no nível das relações de propriedade; o que supõe a unificação social e política dos trabalhadores e que se poderia traduzir em um plano de gestão da economia, sintetizada numa autêntica e democrática vontade de trabalho.

Trata-se de que o mundo do trabalho comece a assumir suas funções como dono de si mesmo e de seu destino, que desenvolva as condições para sua autodeterminação e plena liberdade. Algo que sem dúvida será um processo muito complexo.

Nesta perspectiva é necessário que o sindicalismo articule a diversidade de realidades e de setores que conformam o mundo do trabalho, a qual abrange o trabalho informal, o trabalho terceirizado, o trabalho eventual e o trabalho formal, etc. Esta é talvez a única opção para superar o processo de marginalização no qual está inserido o sindicalismo peruano.

Isto conduz imprescindivelmente à realização de uma ação sindical, a lutar sob normas mais audazes, elevar o nível político das propostas, à abertura dos espaços de debate e de geração de propostas, com apoio profissional e um suporte técnico especializado. As mudanças no papel do sindicalismo exigem o desenvolvimento da capacidade de proposta das organizações trabalhistas e de suas lideranças em relação aos problemas cruciais dos trabalhadores. Como diria José Carlos Mariátegui:

*"Toda essa literatura socialista e sindicalista anterior à guerra, está em revisão. E esta revisão não é uma revisão imposta pelo capricho dos teóricos mas pela força dos fatos. Esta literatura, por conseguinte, não pode ser usada hoje sem benefício de inventário. Não se trata, naturalmente, de que continue exata em seus princípios, em suas bases, em tudo o que existe nesta de ideal e de eterno; mas que deixou de ser exata, muitas vezes em suas inspirações táticas, em suas considerações históricas, em tudo o que significa ação, procedimento, meio de luta. A meta dos trabalhadores continua sendo a mesma; o que mudou necessariamente, devido aos últimos acontecimentos históricos, são os caminhos escolhidos para alcançar, ou para aproximar-se ao menos, dessa meta ideal."*²⁴³

Creemos, portanto, ao finalizar esta análise, que o movimento sindical peruano terá

²⁴³ José Carlos MARIÁTEGUI. Em *"El Proletariado y Su Organización"* p. 13

que reorientar suas ações, continuar os processos de unificação que iniciou, para reverter a crise na qual se encontra, como consequência do processo de acumulação capitalista que foi atingido como produto da própria luta de classes, e que foi objeto das mais diversas formas de coerção por parte dos capitalistas, e do governo neoliberal peruano neste período.

BIBLIOGRAFÍA -

- ACTUALIDAD ECONÓMICA. Varios Números.
- AMAYO, Enrique. 1988. *Sendero Luminoso* Editora Vértice. São Paulo, Brasil.
- ANTUNES, Ricardo 1995 *Adeus Ao Trabalho* Editora Cortes São Paulo.
 1995 *O novo Sindicalismo no Brasil*. Edit. Pontes S.A.
 1985 *O que e Sindicalismo* Edit. Abril Cultural São Paulo.
- ANDERSON, Perry 1995 *Pós-Neoliberalismo*, Edit. Paz e Terra, São Paulo.
- ALFARO, Moreno 1995 *Los Gremios Rurales* Edit. Fundación F. Ebert Lima.
- ALVES Giovani, 1992 *Marx e Engels e os Limites do Sindicalismo*. Tesse Unicap.
- ANTONY, Ferner 1982 "*La Burguesia Industrial en el Desarrollo Peruano*" Edit.
 ESAN
- ANUARIO ESTADISTICO. *Ministerio de Trabajo Y Promoción Social. 1990 edit.*
 MTPS
- ARCE BORJA, Luis. 1989 *Guerra Popular en el Perú* El Pensamiento Gonzalo
 1ra edición Bruselas.
- ARIAS, Quincot César 1994 *Modernización Autoritaria* Edit. Fundación Friedric
 Hebert. Lima Perú.
 1996 *Entre la Utopía y el Cinismo* Edit. Fundación Friedrich
 Ebert, Lima Perú
- BALBI, Carmen Rosa. 1983 *Problemas en las Relaciones Laborales* Fundación F
 Ebert.
 1989 *Identidad Clasista en el Sindicalismo, su impacto en las
 Fabricas. Edit. DESCO*
 1990 *Pobreza urbana y Violencia Política en el Perú* Edit.
 Desco.
- BARBOSA Filho, Rubens. 1986 "*Populismo Uma Revisão Crítica*" Anais da semana
 do Instituto de Ciências Humanas e Letras da
 Universidade Federal de Juiz de Fora.
- BARRIO Contreras, Juan 1982 *No siempre Fue Pequeño el Partido Comunista
 Peruano*. Edit. Yunga. Lima Perú.
- BARRENECHEA, Alfredo 1990. *Posible el Perú de los 90* Edit. Instituto del Sur.
 Lima-Perú Varios autores.
- BATISTA DE AMORIN, Alvizio, 1993 Artigo "*Neoliberalismo Estado Máximo para
 O Capital*" Plural de Agosto Dezembro.
- BOBBIO, Norberto. 1986 *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do
 jogo*. Edit. Paz e Terra.
 1990 *Liberalismo e Democracia*, Edit. Brasiliense, São Paulo.
 1986 *Gramscy y la Concepción de Sociedad Civil*
 1995 *Diccionario de Política* Octava Edição Edit. UNB-Brasilia
- BCR del Perú, Compendio Estadístico del Sector externo 1970-1992 Mayo de 1993
 Editorial BCR del Perú.
- BONFIGLIO, Giovani 1987 *La Migración Extranjera en el Perú* Desco, Lima
- BOLOGÑA, Carlos. 1993 *Cambio de Rumbo* Instituto de Economía de Libre

- Mercado Tercera Edición ILM-SIL.
- BORON, Atilio, 1994 *Estado Capitalismo e Democracia na America Latina*, Edit. Paz e Terra, São Paulo.
- BURGA, Manuel y Flores Galindo Alberto. 1984 *Apogeo y Crisis de la Republica Aristocrática* Edit. Instituto de Estudios Peruanos.
- CLACSO, 1991 *Los Sindicatos y la Transición Democrática* Edit. Clacso
- COSTA, Silvio. 1995 *Tendencias y Centrâis Sindicâis, O Movimento Sindical Brasileiro* Editora Anita Ltda.
- C.C.D. 1993 *Congreso Constitucional Democrático, Constitución Política del Perú* Edit. El Peruano 1993.
- 1984 *Constitución Política del Perú de 1979* edit. Santiago S.R.L.
- COMPENDIO ESTADISTICO INE (Instituto Nacional de Estadística) 1988 edit. INE
- COYUNTURA ECONOMICA, CIUP 1990. *Centro de Investigaciones de la Universidad del Pacifico.*
- CORDOVA, Manuel 1993 *El Proyecto Neoliberal la oportunidad Perdida* Edit. Desco. Lima Perú.
- CORRÊA, de Moraes Reginaldo. "Os Exterminadores do Futuro a Lógica Dos Neoliberales" Universidade e Sociedade. No 7
- COTLER, Júlio. 1971 *Crisis Política y populismo Militar en el Perú Siglo XXI.*
- 1988 *Clases Estado y Nación en el Perú.* Edit. IEP 5ta edición
- 1974 *Bases del Corporativismo en el Perú* PUC..
- 1988 *Los Partidos y la Democracia en el Perú.*
- Resumen Semanal DESCO No 652*
- CUADERNOS LABORALES Varios Números.
- DADOS, Revista Vol No.37
- DESCO, 1991 *Movimientos Sociales Elementos para una Relectura* Varios Artículos Edit DESCO.
- Compendio Estadístico 1988 Edit DESCO
- DESCO, 1991 *Estado y Sociedad Relaciones Peligrosas* Varios Artículos Edit DESCO. Lima-Perú.
- DE SOTO, Hernando. 1986, *El Otro Sendero*, Instituto de Libertad y Democracia, Lima-Perú
- DORN BUSCH, Rudiger 1990 *Macroeconomía del Populismo* Seminario Estrategias de Desarrollo CIUP
- ENGELS, Federico. 1988 *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.* Editora Global, São Paulo.
- EL EMPLEO EN EL PERU Varios Autores ADEC. ATC. 1990.
- FERNANDES Dias, Edmundo 1996 "Capital e Trabalho a nova Dominação"
- Universidade e Sociedade No 10 Janeiro.*
- FLORES GALINDO, Alberto, 1984, *Buscando Un Inca* Edit, IEP. Lima.
- FLORESTAN, Fernandes 1994 *Significado Atual de José Carlos Mariátegui*
- Universidade e Sociedade No 7
- FRANCKE, Pedro 1996 *Empleo y Desempleo* Edit. Desco. Lima Perú.
- FRIEDMAN, Milton 1985 *Capitalismo y Libertade* Os Economistas 2da Edição Edit. Abril São Paulo Brasil.

- GAMERO, Julio 1990 *Sueldos Salarios Caída en Picada* Edit. DESCO Lima Perú.
1992 *Gradualismo y Shok* Edit. DESCO Lima Perú.
- GODIO, Julio 1992 *Reflexiones sobre los Desafío Actuales del Sindicalismo* Edit.
Fundación F. Ebert. Bogota Colombia.
- GONZALES CASANOVA, Pablo. 1984 *Historia del Movimiento Obrero en
América Latina* México Edit. Siglo XX
- GONZALES DE OLARTE, Efrain 1993 *El Péndulo Peruano* Edit. CIUP.Lima
Perú.
- GUIGUERA, Joseph/1987 *De la Soledad a la Solidaridad* Edit. Instituto de
Pedagogía Popular. Lima
- HAYEK Friederich. 1983 *Os Fundamentos da Liberdade* Edit. Brasília.
1985 *Desemprego e Política Monetária* Editora José Olimpo
Rio de Janeiro
- HOBSBAWN, Eric. 1988 *Mundo do Trabalho*. 2da Edic. Editora Paz e Terra.
São Paulo.
- IANNI, Octavio 1989 *A Formação do Estado Populista na América Latina* Edit.
ATICA 2da Edic. São Paulo.
1996 *Neoliberalismo e Socialismo*. Edit. IFCH Unicamp.
- IGUÍÑIS, Javier 1990 *Precios Relativos y Poder*. Edit. DESCO Lima Perú.
- KLAREN, Peter *Formación de las Haciendas Azucareras* Edit. Amauta Lima Perú
- KURZ, Robert *A Estupidez dos Vencedores* Folha de São Paulo
- LASKI, Harold. 1967 *Los Sindicatos en la Nueva Sociedad* Fondo de Cultura de
México
- MANRIQUE, Nelson 1993, *Democracia y Campesinado Indígena en el Perú*. Edit.
DESCO Lima-Perú
- MALPICA SANTIESTEBAN, Carlos 1989, *El Poder Económico en el Perú*. Edit.
Minerva, Lima-Perú
- MARIÁTEGUI, José Carlos 1970 *El Proletariado y su Organización* México Edt.
Grijalbo
1969 *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*.
1969 *Ideología y Política*. Lima Edit. Amauta
- MARKA, Revista No 72 Mayo 1978 varios Números
- MARX, Carlos. 1967 *La Sagrada Familia* México, Edit. Grijalbo
El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte
La Ideología Alemana.
*Prologo de la Contribución a la Crítica de la Economía
Política*.
- MATOS MAR, José 1984 *Desborde Popular y Crisis del Estado* Edit. IEP. Lima-Peru
- NUEVA SOCIEDAD, No 126 Fundación Friedrich Ebert Caracas 1993.
- PAREDES, Pedro 1990 *Las Estrategias de Contratación Laboral* Fundación F.
Ebert.
- PARODI, Jorge. 1985 *Los sindicatos en La Democracia Vacía*. Clacso
1993 *La Federación Metalúrgica, Historia y Probrebemas*, Edit. Cedral
Lima-Perú
- PEASE, Henry. 1994 *Los Años de la Langosta* La voz editores. Lima.

- PETRAS, James, LA PONTE Robert 1971 *Perú Transformación Revolucionaria, Las Bases del Cooperativismo en el Perú*, Alianza Editores
- PETRAS, James, *Ensaio Contra a Ordem*", 1995, Editora Cortez São Paulo
- PORTOCARRERO, Gonzalo, TAPIA Rafael, 1992 *Trabajadores Sindicalismo y Política en el Perú de Hoy* Lima Edit. ADEC. ATC.
- QUE HACE, R. Revista editada por DESCO varios números.
- QUIJANO, Aníbal. 1973 *Nacionalismo Neoimperialismo y Militarismo en el Perú* Edit. Edit. PUC.
1974 *La Coyuntura Política y las Tareas de la Clase Obrera*. PUC.
- QUIROGA, Aníbal. 1994 *El Modelo Global de Constitución* Edit. Fundación Friedrich Ebert, Lima Perú.
- REPUBLICA, (Jornal) Varios números.
- ROSEMBERG, Artur 1984 *Democracia e Socialismo* 4ta Edição. Ática, São Paulo
- RUBIO CORREA, Marcial 1991 *25 años del Estado Peruano* Editorial Desco
84 Agosto 1978.
- ROSPIGLIOSI, Fernando. 1988 *Juventud Obrera y Partidos de Izquierda* edit IEP Lima
- SORTA, Rosmery 1986 *Crecimiento y Política en una Abierta*. Minerva, Lima Perú
- TEXEIRA, Francisco 1996 J.S. *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva*. Edit. Cortez, São Paulo Brasil.
- TIRONI, Eugenio. 1986 *El Credo Neoliberal- El Liberalismo Real* Ediciones Sur, Santiago de Chile
- TUESTA, Soldevilla Fernando. 1994 *Perú Político en Cifras*. Edit. Fundación Friedrich Ebert. Lima Perú.
- YEPEZ DEL CASTILLO, Isabel 1985 *El Sindicalismo en el Perú* Pontificia Universidad Católica y Fundación F. Ebert. Edit Fund Ebert.
- VALENZUELA, Fejoo José, 1995 *El Modelo Neoliberal Contenido y Alternativas*, Edit. UNAM. México.
- VILDOSO, Carmen 1994 *Sindicalismo Clasista Certezas e Incertidumbres* Edit. Desco. Lima Perú

REVISTAS.

CARETAS.

"SI".

SIN TRAVA.

EL BANCARIO.

MARKA.

ACTUALIDAD ECONOMICA.

JORNAIS

LA REPUBLICA,

FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Mais.

EXPRESO.

ELCOMERCIO.